

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
TESE DE DOUTORADO

MARTHA PEREIRA DAS NEVES HEES

**AS MISSÕES CULTURAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político.**

Tese apresentada ao Departamento de
Filosofia e História da Educação da
Universidade Estadual de Campinas,
como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. César Nunes

Campinas, 2000

2000/7312

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**AS MISSÕES CULTURAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político.**

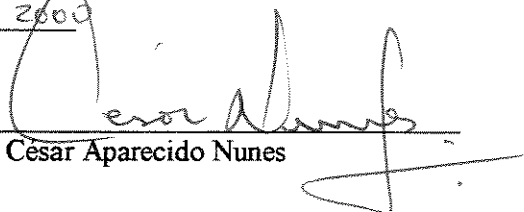
Autor: Martha Pereira das Neves Hees

Orientador: César Aparecido Nunes

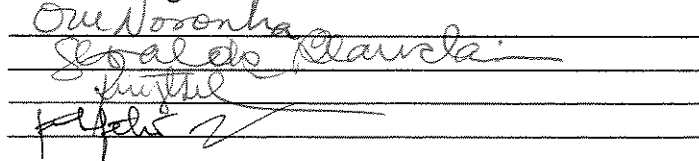
Este exemplar corresponde à redação final da tese
defendida por **Martha Pereira das Neves Hees** e aprovada
pela Comissão Julgadora.

Data: 20/09/2000

Assinatura:


César Aparecido Nunes

Comissão Julgadora:



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	Unicamp
	H 361 m
V.	Ex.
TOMBO BC/	43048
PROC.	16-278/00
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/11/00
N.º CPD	

CM-00153681-6

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

H 361 m Hees, Martha Pereira Neves.

H463m As missões culturais no estado do Rio de Janeiro : jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político / Martha Pereira Neves Hees. – Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : César Aparecido Nunes.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação - História. 2. Educação popular. 3. Educação rural. 4. Comunidade e escolar. I. Nunes, César Aparecido.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
- III. Título.

A Arnaldo, meu companheiro de sempre, com quem compartilho as alegrias e dificuldades da vida, cercada de compreensão e carinho.

À minha família, em especial a meus filhos e netos, que aceitaram minhas falhas e ausências, cooperando sempre que foi necessário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, a meu orientador, Dr. César Aparecido Nunes, que soube transmitir força e entusiasmo, com tranqüila amizade e muita disposição, proporcionando a sustentação necessária para o exercício da autoria deste trabalho.

Agradeço o apoio dos amigos, particularmente o de Áurea e Neuza, que, gentis e generosas, cederam seu tempo e, solícitas, dividiram saberes na revisão do texto.

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas, pela oportunidade oferecida; aos professores, pelo saber dividido; e aos funcionários, pelo zelo no atendimento, em especial a Nadir, pela delicadeza e atenção redobradas.

Agradeço ainda:

- à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, pelos dois anos de licença concedidos para freqüentar o curso de doutorado em Campinas-SP.
- ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ – pelo apoio dado em todas as fases do curso.
- à Universidade Federal Fluminense – UFF- e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, onde participei de cursos complementares.

Finalmente, agradeço a todas pessoas que, direta ou indiretamente, me levaram a pensar e a agir, tornando possível esta difícil caminhada.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - As Missões Culturais no contexto histórico, econômico e político-educacional dos anos quarenta	34
CAPÍTULO II – As Missões Culturais na política educacional do Estado do Rio de Janeiro: da velha província ao amaralismo	65
CAPÍTULO III - As Missões Culturais: inspiração institucional e realização histórica.	100
1. Sociedade e Educação nos anos 40	
2. As experiências históricas que inspiraram as Missões Culturais.	112
a) Primeiro capítulo - ojeada historica	113
b) Segundo capítulo - la reforma educacional rural	113
c) Terceiro capítulo - el adelanto rural en Estados Unidos	117
d) Quarto capítulo - un programa de mejoramiento campesino.	118
3. As Missões Culturais no Brasil	122
CAPÍTULO IV – As Missões Culturais na representação de seus agentes e fontes	145
CONCLUSÃO	167
BIBLIOGRAFIA	172
FILMOGRAFIA DE APOIO	180
FOTOS	181
ANEXOS	196

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Tabela 1 – Indicadores básicos	23
Tabela 2 – Comparação da situação escolar do Brasil com a de outros países com renda per capita equivalente	24
Tabela 3 – Taxas agregadas de repetência e evasão por grau de Ensino	25
Quadro 1 – População de fato por situação de domicílio segundo municípios atendidos pelas Missões Culturais – 1940	90
Quadro 2 – População de fato por instrução, segundo municípios atendidos pelas Missões Culturais – 1940	91
Figura 1 – População Rural e Urbana e Suburbana do Estado do Rio de Janeiro – 1940	92
Figura 2 - População Rural e Urbana e Suburbana do Estado do Rio de Janeiro – 1950	92
Foto 1 - Escambo em Paraty (1950)	182
Foto 2 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro (século XVI)	183
Foto 3 - Mapa da Baía de Guanabara (século XVI)	184
Foto 4 - Inauguração da Fundação Anchieta	185
Foto 5 - Tipo de construção de prédios escolares que marcaram o Governo	186
Foto 6 - Substituição dos prédios escolares improvisados	187
Foto 7 - Colônias de férias	188
Foto 8 – Prestígio dos “Cursos de Férias”	189
Foto 9 - A precariedade do transporte para as Missões Culturais	190
Foto 10 - A informalidade dos encontros	191
Foto 11- A primeira Semana Rural Feminina	192
Foto 12 - A Operação Trindade	193
Foto 13 - Moradia e transporte de alunos	194
Foto 14 - Amaral Peixoto e as eleições	195

RESUMO

As Missões Culturais, realizadas no **Estado** do Rio de Janeiro na década de 40, foram expressões marcantes do *entusiasmo pela educação*. Atuando de forma ampla, com forte cunho religioso, mobilizou uma equipe especializada e multidisciplinar que pretendeu conhecer melhor os problemas dos habitantes de pequenas cidades interioranas. Sendo um movimento de penetração no interior, de caráter flexível, buscou levar às comunidades rurais as luzes da cidade grande, da civilização urbana, oferecendo-lhes melhores condições de vida, de educação e de saúde. Iniciativa pioneira no Estado do Rio de Janeiro, numa época de transformações políticas, sociais e econômicas que exigiam a reformulação do aparelho administrativo na tentativa de solucionar os problemas estaduais, gerados pela conjuntura nacional e internacional – era o tempo do Estado Novo e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial – as Missões Culturais podem ser consideradas como uma experiência pontual na política do Estado, pois permitiram ao Governo e aos administradores, baseados nos resultados obtidos através das atividades positivas realizadas, voltadas para a observação dos fatos sociais e pela consciência dos problemas da região rural, a tomada de decisões realistas que atendessem às necessidades mais imediatas da população interiorana.

O presente trabalho, dividido em quatro capítulos, está assim distribuído: o primeiro apresenta uma reflexão sobre o contexto histórico, econômico, político e educacional do Brasil nos anos quarenta; o segundo uma reconstituição da história do Rio de Janeiro, da Velha Província ao período chamado amaralismo; o terceiro aborda as realizações históricas e as inspirações institucionais que motivaram as Missões Culturais e o quarto remete à leitura de fontes e documentos com ênfase nas contradições existentes em projetos públicos estaduais.

Palavras-chave: história da educação - educação extra-escolar - educação rural - educação popular.

ABSTRACT

The Cultural Missions movement carried out in the state of Rio de Janeiro during the 1940's was a significant expression of enthusiasm for education. Working on a wide-scope basis and motivated by a strong religious belief, it mobilized a specialized and multi- disciplinary team which intended to deepen their knowledge of the problems faced by the population of small inland towns. Basically a flexible movement towards the inner country, it sought to bring the lights of large cities and urban civilization to the rural communities, offering better living conditions, education and health. The movement was a pioneer initiative of the state of Rio de Janeiro, in a time of political, social and economic transformations requiring a thorough reform of the administrative apparatus, aiming to solve the problems generated by the national and international scenarios – it was the time of the “Estado Novo” and Brazil had just entered World War II. The movement can be regarded as a particular political experience in the state, since it allowed public administrators to make realistic decisions based on the results obtained by positive activities conducted towards the observation of social facts and by an awareness of the actual problems faced by the rural populations, which could then have their most basic needs met.

The present work is divided in four chapters: the first one presents a reflection on the historic, economic, political and educational scenarios of Brazil in the 1940's; the second chapter reconstitutes the history of Rio de Janeiro, of the Old Province known as “amaralismo”; the third chapter describes the historic accomplishments and the institutional inspirations that motivated the Cultural Missions; and the last one refers the reader to the sources and documentation, with a special emphasis on the contradictions existing in public projects related with education.

Keywords: education – history – non-formal education – adult education – popular education.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma história entre as muitas escritas na História da Educação, e uma entre as tantas histórias construídas no espaço das diferenças, contradições e embates no movimento da vida de professores da velha província do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo de minha vida profissional, outras histórias foram produzidas. Em 1975, na Secretaria Estadual de Educação e Cultura, vivi um difícil desafio, coordenando a educação pré-escolar de todo o Estado. Parte desse trabalho fundamentou a dissertação de mestrado, na Uff – o PAEPE: Programa de Ampliação da Educação Pré-escolar, trabalho executado sob a inspiração do PROEPE – SP, originário das idéias do Dr. Yaro Gandra, médico paulista. Nos anos 80 e 90, participei dos trabalhos dos CIEPs e CAICs, sob a orientação geral do professor Darcy Ribeiro. O primeiro na Secretaria de Educação Municipal do Rio de Janeiro, e o segundo na Secretaria Extraordinária de Assuntos Especiais. Foram anos de equívocos, dúvidas, confrontos, contradições mas, sobretudo, um período produtivo de encontros, de sensatez, de prudência e de realizações coerentes com um tempo em que eu buscava entrelaçar o social e o político com a exclusão e as diferenças.

Na trajetória percorrida, ocorreram erros e acertos e muitas observações. Entre estas, destaco a percepção da falta de sintonia entre os projetos ditados pela política educacional dos governos centrais e as expectativas e necessidades dos atores no espaço do ensino e, em especial, no ambiente das escolas. Quero dizer que, na distância entre o planejamento e a execução, despontam diferenças, discordâncias, ritmos dissonantes, frustrando assim, as perspectivas do povo em relação aos aspectos educacionais. Daí uma comunicação ambígua, geradora de incertezas, enganos, incompreensões, embates.

Agora, ao escrever a tese de doutorado, nesse novo apelo para falar pela voz da academia, com a exigência de rigor na análise e na crítica, na busca das contradições

e de uma interpretação criteriosa, faço a opção por resgatar um velho Projeto - o das Missões Culturais que, realizado há cinquenta e cinco anos, em plena ditadura do Estado Novo, permanece desconhecido, guardando em sua estrutura objetivos atuais, inerentes a trabalhos em pleno desenvolvimento no Brasil. As metas definidas nesse Projeto estão na gênese de realizações públicas que em pleno ano 2000 a mídia, escrita e falada, ainda divulga como propostas do governo central na busca de soluções para alguns problemas brasileiros. São as razões que me impulsionam e despertam meu interesse pelas Missões Culturais, objeto deste estudo. Forjadas em matrizes de uma política social e educacional, recebendo denominações diversas ao longo dos tempos, elas permanecem, até hoje, presentes em muitos dos trabalhos desenvolvidos.

O interesse central do trabalho é resgatar e analisar o Projeto, procurando entender as concepções que o fundamentaram, as perspectivas de seus agentes, os resultados imediatos e as conseqüências posteriores. A possível novidade e originalidade da pesquisa está alicerçada nos documentos encontrados, pilares que sustentam o procedimento de análise.

Trabalhei, utilizando documentos manuscritos e impressos, como fontes históricas primárias, base principal da pesquisa. Alguns desses documentos foram publicados na época das Missões. Outros, editados posteriormente como capítulos de livros ou artigos de revista. Utilizei, ainda, material não divulgado até hoje e que se constitui em diários, relatórios escritos a mão ou datilografados, cedidos de acervos particulares, obtidos a partir das entrevistas, fontes secundárias orais que garantiram a continuidade de informações preciosas.

O texto foi sendo escrito ao longo da minha própria vida e constitui, tão somente, uma das muitas interpretações possíveis dos fatos acontecidos, já que existem tantas interpretações quantas comunidades interpretativas. Por essa razão mantive, durante todas as etapas do estudo, o recuo exigido pela ciência, suficiente para evitar alterações na interpretação dos resultados. Cuidado necessário, devido à empatia e proximidade com pessoas e com fatos que envolveram as Missões Culturais.

A história desse Projeto está inserida em minha memória, na medida em que, criança ainda, ouvia as aventuras dos “missionários” participantes daquelas caravanas pedagógicas. Eram parentes próximos e amigos de meus familiares que exerciam atividades na educação pública estadual daqueles anos como autores e atores coadjuvantes no cenário do projeto. Meus olhos de menina registravam, com respeito e admiração, o devotamento, quase exclusivo, com que se voltavam para as atividades do ensino, da religião e da pátria.

A difícil empreitada de produzir este trabalho, de acordo com a ciência oficial, que exige distanciamento, imparcialidade e objetividade na busca de resultados, na investigação e na análise, faz-se possível ao se concordar com a idéia de **Baroja**,¹ quando diz ... *é normal: quem se dedica a certas matérias como a etnologia ou a história o faz, em geral, por razões existenciais profundas*. Assim considerando, há que se admitir que nenhum trabalho acadêmico parte de um vácuo intelectual. Via de regra, o pesquisador aborda um tema a partir de conhecimentos, idéias matrizes, pensamentos e prática derivados de sua própria cultura, de sua educação e das relações sociais vivenciadas.

Para buscar entender o que foram as Missões Culturais fluminenses, naquele momento histórico, não bastou falar a mesma língua, confrontar diferentes fontes, analisar os documentos autênticos encontrados, ouvir protagonistas da experiência. Também foi preciso interpretar o pensamento da época, em especial onde e como foi realizado o trabalho. Aqui, cabe ressaltar que as Missões Culturais foram realizadas durante o governo de Amaral Peixoto, interventor nomeado por Getúlio Vargas para administrar o Estado do Rio de Janeiro. A história do Projeto, inserida no contexto sócio-político-econômico da época, não perde de vista suas especificidades e resultados; inclui a análise dos objetivos traçados pelo governo e os trabalhos que dele decorreram posteriormente.

Ora, em um Brasil marcado pela coerção, pelo autoritarismo e culto à personalidade, administrado pela força e a favor da mobilização das massas populares, controlado por um aparelho de propaganda organizado e eficaz, que exaltava o patriotismo,

¹ DESCAMP, Christian (org.). *Idéias contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989. p.77

não é de surpreender que, no campo e na cidade, para o bem do país, se exigisse da sociedade, e em especial dos professores, a colaboração com o governo e com suas decisões políticas, através de gestos de doação e esforço pessoal.

Talvez tenha sido este o espírito de que estavam imbuídos os participantes das três Missões Culturais realizadas no Estado do Rio de Janeiro. A primeira, sob a responsabilidade do professor Paulo de Almeida Campos, visitou, entre março e maio de 1944, os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio. A segunda, realizada em agosto de 1944, contemplou os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, sob a liderança do médico César Leal Ferreira. A terceira e última ocorreu no município de Campos e São João da Barra, em maio de 1945. **(Anexo A)**

As caravanas missionárias eram compostas por profissionais de diferentes áreas, de modo a atender a uma multiplicidade de problemas, abrangendo educação saúde, agricultura, pesca, higiene, educação física, etc.. Os componentes eram voluntários, selecionados entre funcionários públicos que nada recebiam pela tarefa além do próprio salário. Possuíam espírito aventureiro, eram altruístas, tinham disponibilidade e coragem, experiência profissional e vontade.

Baseou-se o presente trabalho em fontes primárias e secundárias, recolhidas em encontros estimulantes e instigadores, com pessoas que viveram histórias de educação naquela época, incluindo dois participantes já idosos, falecidos recentemente – José Augusto Câmara Torres e Elza Pereira das Neves, que, além de depoimentos, cederam documentos de seus acervos particulares, fontes valiosas que constituíram em base para a análise crítica do trabalho já que em arquivos públicos as informações sobre o assunto são raras, dispersas ou incompletas.

A impossibilidade de descobrir o ato governamental que instituiu, oficialmente, as Missões Culturais foi uma das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da tese. Como causas possíveis de impedimento para a descoberta dessa informação, aponto as duas mudanças ocorridas no país e que envolveram a região: a mudança do Distrito Federal para Brasília e a fusão dos Estados do Rio de Janeiro com o da Guanabara, ocasiões em que pouca atenção foi dada ao acervo e memória do país.

Diferentes setores da administração pública foram transferidos sem que houvesse maiores cuidados com documentos importantes para preservação da História, o que resultou em uma busca infrutífera em bibliotecas, museus e arquivos. Outra causa provável pode ter sido a informalidade do processo de formulação das ações durante a interventoria de Amaral Peixoto, pouco afeito às regras da burocracia².

As bibliotecas públicas, informatizadas ou não, via de regra, oferecem atendimento profissional de qualidade, permitindo, em caminho direto, a localização de uma ou outra obra no próprio acervo ou no de outra instituição. Outras delas, infelizmente, impedem ou dificultam as consultas de alunos de outras instituições. Há, ainda, aquelas onde os livros se encontram em péssimo estado de conservação, empoeirados e rasgados, com coleções incompletas, livros com páginas retiradas e substituídas por folhas em tamanho real, de Diário Oficial; obras deterioradas ou destruídas.

Encontrei duas bibliotecas públicas que deveriam conter, cada uma, toda a legislação do Estado do Rio antigo, mas estavam totalmente desorganizadas, abandonadas. Senti, nessas buscas, as dificuldades causadas pela heterogeneidade no funcionamento dos acervos públicos; pela ausência de catálogos e guias de fontes; pela classificação diferenciada em cada instituição; pela desordem e descuido, em um total descaso com a memória e a História de nossa gente..

As dificuldades no acesso aos arquivos públicos, a ausência de documentos, os impedimentos impostos pelas bibliotecas universitárias, limitando os empréstimos a seus alunos e funcionários, docentes ou administrativos, impedem o aprofundamento das buscas. Enfim, observa-se negligência, perda, roubo ou destruição, o que dificulta as consultas e os empréstimos.

² No CPDOC - FGV, encontrei bilhetes e cartas pessoais de secretários e altos funcionários do governo, contendo: pedidos de verbas, obras; prestações de contas, ajustes etc.

Silva³ em sua pesquisa, refere-se aos problemas relacionados à história da educação nos seguintes termos:

A produção do conhecimento, nesta área, é extremamente pobre e lacunar, quase sempre repetitiva e simplista em suas interpretações, resultantes de uma ausência de tradição de pesquisa, de fragmentação de esforços, de falta de apoio institucional e, sobretudo, pela ausência de fontes e pela qualidade dos acervos.

Todas essas dificuldades encontradas de início, exigindo caminhadas inúteis, levaram-me a contatos com bibliotecas estrangeiras⁴, e, ainda, a compreender que essa escassez de informações e de fontes documentais pode estar interligada à distância no tempo e ao pensamento da época em que foi realizado o Projeto. As relações de poder que envolveram a produção da memória durante a ditadura de Getúlio Vargas deixaram marcas, ora divulgando, registrando; ora omitindo e esquecendo, conforme melhor conviesse ao sistema político adotado. Isso se revela em muitas das fontes encontradas e que foram editadas pela Imprensa Oficial.

Por outro lado, venho observando, ao longo de minha vida profissional, que os governos se sucedem sem priorizar a continuidade administrativa de projetos iniciados em gestões anteriores. Essa prática vem sendo, no Brasil, uma constante, e é uma das formas de má utilização das verbas públicas. As administrações, umas após outras, vêm desprezando, vezes sem conta, como indesejáveis, as idéias, os projetos, os planos e as criações deixados pelos governos antecessores, mesmo quando produzem resultados significativos. Com frequência, os governantes mantêm os princípios norteadores de um projeto substituindo-lhe, apenas, o nome. Esta prática, utilizada, muitas vezes, para deixar a marca de uma determinada administração, é ditada pela vaidade, capricho, sutilezas narcisistas, ou outro motivo qualquer, e vêm trazendo graves prejuízos para o povo contribuinte que, com esforço, garante a verba dos cofres públicos. Daí resultam

³ SILVA, Mariza Vieira. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1998, p. 52.

⁴ A biblioteca da Universidade do Chile permitia apenas 30 cópias xerox, por pessoa. Foi preciso mobilizar parte de minha família para obter o livro completo de Amanda La Barca, fonte que me deu informações sobre as inspirações que nortearam as Missões Culturais, no Rio de Janeiro.

dificuldades em associar trabalhos e encontrar eixos que evidenciem os fios que entrelaçam projetos realizados em tempos e espaços diferentes.

Assumindo as matrizes da concepção materialista histórica, analisando a relação e a articulação entre os fatos econômicos, sociais e políticos e suas repercussões dentro da cultura, da sociedade, das idéias, dos valores, o presente trabalho se pauta pelas categorias apresentadas por autores que articulam seus estudos de análise histórica, sob o ponto de vista de uma interpretação materialista dialética.

Pretendo buscar a *verdade objetiva relativa* do conhecimento, em uma relação dinâmica com as informações obtidas nas fontes, tentando descobrir o significado das ações e relações escondidas nas estruturas da sociedade. Quero dizer que, levantando as contradições que caracterizam a época histórica da realização do projeto, observando o trabalho executado, analisando as fontes documentais e o todo da sociedade, procuro encontrar a minha interpretação, admitindo, assim, a subjetividade das reflexões e a certeza de que é o resultado da maneira pessoal de perceber e distinguir o mundo, a partir de elementos determinados pelas relações pessoais, pela linguagem, pela educação, pelos valores que possuem um caráter de classe e que me influenciaram no decorrer da vida. Sem perder de vista o rigor da ciência, a imparcialidade, o distanciamento exigido, reafirmo, como **Schaff**⁵, que: *a objetividade da verdade é uma coisa, a totalidade da verdade é outra*. E, ainda, *a verdade parcial não é absoluta, mas...ainda assim,...é objetiva*.

Partindo do conhecimento objetivo, compreendido como um saber universal e independente da emoção e da parcialidade, admito, como **Schaff**⁶ que, dado ao papel do sujeito que conhece, a objetividade *é uma propriedade apenas relativa do conhecimento e este é sempre um processo, uma transformação*. As produções progressivas do saber científico são sempre objetivas e subjetivas.

⁵ SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 71-82 e 196.

⁶ *Ibid.*, p. 89

Na História, é impossível prever acontecimentos. Quanto mais distante no tempo estiver o pesquisador do fato histórico analisado, maior é a extensão e intensidade da compreensão dos seus efeitos. **Schaff**⁷ nos diz que

Os efeitos recentemente emersos obrigam a deitar sobre os acontecimentos um olhar novo, a percebê-los de outra maneira, a situá-los diferentemente no contexto da totalidade. Frequentemente o que inicialmente tinha sido subestimado, ignorado mesmo, revela-se historicamente importante e vice-versa.

Acredito que a escolha dos fatos, a explicação, a apreciação e o *saber porquê* dos acontecimentos são os elementos que se fazem necessários para que esta história, por mim selecionada, entre tantas da educação brasileira, se tenha tornado o objeto deste trabalho.

Acredito, também, que o obstáculo mais contundente que aparece no caminho da História como ciência é a insistente preocupação com o *particular*. Mas recorro ao saber de **Cardoso**⁸ quando diz

A História é, para nós, uma ciência em construção. Num certo sentido, isto é verdade para qualquer ciência: vimos que os cientistas já não buscam verdades absolutas e eternas. No caso da História, porém, além deste sentido geral, queremos dizer com “ciência em construção” que a conquista do seu método científico ainda não é completa, que os historiadores ainda estão descobrindo os meios de análise adequados ao seu objeto.

Para realização da crítica interna ou *crítica de veracidade*, operação de análise do método histórico tradicional, é necessário o cumprimento de três exigências. A respeito, assim se exprime **Cardoso**⁹, com lucidez e vigor:

Um primeiro passo na crítica interna é a ‘interpretação’ ou ‘hermenêutica’.¹⁰ Consiste em apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto, partindo de um conhecimento aprofundado da língua da época e das convenções culturais vigentes no período da sua composição (modas intelectuais, etiqueta, fórmulas de cortesia, estilos, etc.). As línguas mudam ao longo do tempo, e também os preconceitos, as maneiras de sentir e de expressar-se, os modelos são copiados, etc..Em seguida procede-se à ‘crítica de sinceridade’, com a finalidade de

⁷ Ibid., p.274.

⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 49.

⁹ Ibid., p. 59-60.

¹⁰ Hermenêutica, explica o autor (p.59), é entendida, hoje, como a passagem de um para outro código. Quer dizer, sem deformar o texto e evitando o anacronismo, dar o significado real na língua do pesquisador.

determinar até que ponto são críveis as afirmações contidas em dado documento. Teria o autor interesse em mentir? Estava numa situação que o obrigava a mentir? Estaria mentindo para proteger interesses pessoais, familiares, de um grupo ou facção? Quais as suas simpatias e antipatias? A 'crítica de sinceridade' completa-se com a 'crítica de exatidão', que estabelece o grau de conhecimento direto e efetivo que poderia ou não ter o autor do texto, segundo sua posição em relação aos fatos que relata. O princípio fundamental da crítica de sinceridade e da de exatidão é a 'desconfiança sistemática': nada que for ainda duvidoso, tudo aquilo ainda não provado positivamente, deverá ver-se com cautela; ...A forma de proceder é a comparação sistemática de todos os testemunhos disponíveis para cada fato, dado ou processo: o grau de concordância define em que medida está cientificamente demonstrado.

Neste trabalho, as fontes não serão tratadas apenas por seus conteúdos. Estes serão submetidos a métodos lingüísticos de análise da enunciação dos textos, com apoio nas condições sócio-históricas em que sua produção ocorreu¹¹.

Como fontes documentais encontramos: da **primeira Missão**, a cópia datilografada do Relatório de Paulo de Almeida Campos, uma entrevista concedida por ele a um jornal da época (**Anexo B**) e dois textos publicados em livros em anos posteriores. Da **segunda Missão** foi possível localizar o Diário e Relatório da professora Elza Pereira das Neves que participou do Projeto como representante da LBA – Legião Brasileira de Assistência. Ainda sobre a segunda Missão foi importante a entrevista com José Augusto Câmara Torres, chefe da Inspetoria Escolar da região onde foram realizados os trabalhos, bem como o recolhimento de panfletos distribuídos na ocasião, e livros da época, que abordavam o assunto. Foram também utilizados como fontes artigos de autores nacionais: paulistas, mineiros e fluminenses; e do mexicano, Guillermo Bonilla y Segura, mentor e realizador da experiência em seu país, publicados em diferentes números da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Embora tenha fundamentado o trabalho nas categorias analíticas do contexto da época, das idéias, do sistema econômico, do regime político que configuram os bastidores da interpretação materialista dialética, também procurei, pela natureza do trabalho, outras interlocuções metodológicas - como a história oral - dado que é necessário

¹¹.Ibid., p. 60-61.

resgatar dos agentes e dos contemporâneos das Missões Culturais informações de época, das quais não há documentação, e, ainda, acontecimentos factuais sem outra fonte de conhecimento senão a memória. Entendendo a História Oral como uma interlocução privilegiada com o tema em questão, utilizei, como técnica complementar de pesquisa, a entrevista. Para reconstrução da experiência vivida, contei com Câmara Torres e Elza Neves, ambos participantes das Missões e, para leitura daquela época, ouvi personalidades nacionais, que, profissionais ativos nos anos quarenta, podem, hoje, apesar da idade avançada, esclarecer a visão de mundo de então. Afinal, como nos diz Ecléa Bosi, *uma memória pessoal,...é também uma memória social, familiar, grupal*.¹²

O critério primeiro utilizado para definir as pessoas entrevistadas foi ter sido funcionário estadual participante das Missões, como parte do grupo visitante ou do grupo visitado¹³. Tais pessoas têm, hoje, mais de 80 anos. Embora limitados pelo tempo já transcorrido, foi possível localizar uma médica, um inspetor de ensino e deputado estadual, duas professoras, uma diretora de escola, uma fazendeira, uma artista e a viúva do Dr. Rubens Falcão, um dos proeminentes mentores do projeto. O segundo critério, mais abrangente, foi conhecer a vida no Brasil e, em especial, nas comunidades rurais, entrevistando pessoas que, por terem nelas vivido, conheceram os valores, os costumes e os hábitos da época. Finalmente, foram ouvidos especialistas em algumas das técnicas utilizadas durante os trabalhos das caravanas. Esse conhecimento pode ser proveniente de seus estudos ou de sua prática. É certo que, dada a distância temporal, os limites, as contradições existenciais, no muito do que fui buscar de informações encontrei ecos falhos.

¹² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p.37.

¹³ Miriam Cianconni, médica, participou do Projeto Missões Educativas Rurais e da Escola Normal Rural de Cantagalo, ambos inspirados nas mesmas idéias das Missões Culturais. José Augusto Câmara Torres, advogado e Deputado Estadual, recebeu a Segunda Missão Cultural quando era Inspetor de Ensino em Angra dos Reis. Maria Odete Brás, professora em Escola Isolada e responsável pela única experiência de Curso Normal Rural. Anete Falcão, viúva de Dr. Rubens, forneceu todo o material sobre o trabalho de seu marido, colaborador de Amaral Peixoto em seus dois governos. Para conhecer a vida da época foram entrevistados: Barbosa Lima Sobrinho; Paschoal Leme; Tatiana Memória, a atriz Tônia Carreiro, Aída Vieira, Onorina Bastos Freitas, (D. Nenê), ex-fazendeira no norte fluminense, e Zenil da Mata, professora leiga no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 40.

Enquanto Tatiana **Memória**¹⁴ relata uma infância e adolescência com influência marcante de sua mãe, uma mulher decidida, politizada, independente, que colaborava na edição de *uma revista de um nível intelectual alto*, a atriz Tônia **Carrero**¹⁵, referindo-se à mesma época e lugar, declarou que sua vida era de uma dona de casa “*teída e manteúda*”, sem responsabilidades, até se tornar atriz. Já o Doutor **Barbosa Lima Sobrinho**¹⁶, com a sabedoria que lhe conferiam os 102 anos de idade na época dos relatos, admitiu que, ... *O problema do Brasil é exatamente o problema da instrução. Porque com a instrução dos brasileiros se pode traçar para o Brasil os planos que convém ao Brasil.* Repensando a história com olhar do presente, ele analisa os tempos de Getúlio de modo positivo nos seguintes termos – *No começo eu até combati o Getúlio porque ele chegou ao Governo através de um golpe de Estado...fui incorporando as teses dele e eu acho que foi o único Presidente do Brasil que pensou no Brasil.* Reforça, com veemência, a necessidade das escolas ensinarem às crianças a amar o Brasil, como ele próprio aprendera e que, hoje, não tem *feito outra coisa senão procurar servir ao Brasil, ao futuro do Brasil.* Durante todo o tempo da entrevista, ele se refere ao capital estrangeiro e suas conseqüências. Fala da época de Getúlio que, como ele, aceitava a tese de um nacionalismo que defendesse os interesses nacionais, expressos em um sentimento que excluía a dependência, através de um governo que favorecesse os interesses de um país com economia interna, sem propósito de servir ao estrangeiro. O depoimento do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, também professor de História, deu indícios do ufanismo, do uso de símbolos, como o Hino e a Bandeira Nacionais, da construção de uma mentalidade patriótica, preocupada com a moral e a ética.

¹⁴ Tatiana Chagas Memória, neta de Carlos Chagas, conhecido cientista brasileiro, nasceu em 10 de setembro de 1927, filha de Maria da Graça Dutra e Evandro Lobo Chagas. Órfã de pai aos 13 anos. Em seu depoimento, comenta que sua mãe, por sua independência, liberalidade e militância comunista, era “mal vista” e sofria perseguição política na época.

¹⁵ Tônia Carrero, filha de militar, teve uma educação tradicional, entrou para a vida artística instigada por curso de arte dramática, realizado em Paris, onde estava acompanhando o marido, intelectual de renome.

¹⁶ Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, nasceu em 22 de janeiro de 1897, no Recife. Advogado, jornalista, foi deputado estadual da Constituinte após a queda do Estado Novo, foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, governador de Pernambuco e ainda trabalha na presidência da Academia Brasileira de Letras, sobressaindo na contínua defesa de um Brasil independente. Concedeu esta entrevista em janeiro de 1999. Faleceu em 17/7/2000.

O ritual das atividades das Missões Culturais, em cada local, compreendia, obrigatoriamente, cantar o Hino Nacional, participar de uma palestra instrutiva e assistir a um filme. O uso do cinema foi a razão que me aproximou do professor Antônio Carlos Amâncio da **Silva**¹⁷, em busca de informações sobre os anos quarenta. Para ele, *...há três momentos na História do Brasil onde o cinema vai tornar-se popular...e prossegue, dando destaque ao segundo momento:...é nos anos 40/50 quando o Brasil descobre uma certa forma dramática e econômica, de produzir filmes com respaldo popular e de fazê-los circular. E continua... Mas era uma praça tomada pelo circuito do cinema americano (que, em última instância, é quem determina como e quando os filmes são produzidos).* No decorrer da entrevista, o professor aponta a criação do INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo que produzia filmes

... para atender ao setor cultural educativo e produzir documentários que visavam a expandir a cultura. Então, tinha tudo: desde o 'Ninho de João de Barro', até 'Como construir uma fossa asséptica' e adaptação de Machado de Assis.. O leque foi amplo e teve objetivo cultural por trás. Criou-se uma estrutura de produção e de divulgação de filmes sob a égide do Estado... o "Descobrimento do Brasil" com Villa Lobos¹⁸... foi a primeira e grande superprodução brasileira, pode-se dizer assim, feita com o dinheiro do Estado, e exatamente dentro da política da época: fazer uma valorização da História.

O decorrer da entrevista dá indícios dos assuntos transmitidos através dos filmes, no sentido de uma circularidade cultural e uma influência norte-americana na indicação dos assuntos a serem tratados. Isso porque o professor informa a criação de um *Birô Interamericano*¹⁹ de Cultura, criado por Nelson Rockefeller para promover a mediação cultural entre os Estados Unidos e a América Latina

Pela natureza do trabalho e para reconstituir a vida nas escolas fui buscar, entre velhos mestres, ainda que reconhecendo os limites da memória, suas histórias como professores, bem como, suas recordações do exercício profissional.

¹⁷ Entrevista concedida em 13 de abril de 1999.

¹⁸ Villa Lobos, foi autor da trilha sonora do filme "Descobrimento do Brasil", de autoria do mineiro Humberto Mauro, cineasta autodidata, dirigente do INCE, criado por Getúlio Vargas, em 1937.

¹⁹ Denominação sintética dada por MOURA (1991) citado por AMÂNCIO, Tunico. *Brasil dos gringos*. Niterói: Intertexto. 2000. p. 53.

A professora Aída Vieira²⁰, noventa e três anos, quase todos dedicados ao magistério, exercido em escolas públicas e/ou de sua propriedade, expõe, através de seu depoimento, a idéia de que a docência só pode ser percebida como *sacerdócio* - uma atividade movida pelo amor, pela entrega e pela doação. Para ela, só havia lugar no magistério para aqueles que tivessem *vocação*, de preferência celibatários, mas que fossem, sobretudo, *movidos pelo entusiasmo*. Destaco de sua entrevista as palavras que se seguem e que são a expressão de seu pensamento:

Eu nunca considerei o magistério como profissão. Sempre considerei como missão... Dificuldades?... muitas. Lembro de muitas vezes chorar quando... não podia manter muitos funcionários. Quando tinha que arrumar as provas: colocar dentro das capas, furar, botar laço de fita verde e amarela, eu ficava cansada de tanto apertar aquele furador. Mas, no outro dia, tudo ficava diferente e os tropeços eram como a raiva...que se junta para depois pular mais forte. E eu cada vez entusiasmava mais”.

Justificando a escolha da profissão, diz o seguinte:

Era meu ideal. Eu nunca tive outra idéia maior. Eu nunca pensei em coisa mais elevada do que ser professora, porque eu não só gostava de criança mas também idealizava fazer propaganda de minha religião. Fui catequista... Foi um ideal que... acalentei e alcancei.

E termina, declarando como força de uma verdade: Eu sempre pensei que doação deve ser total....Nunca tive tempo nem para casar, nunca namorei. Minha vida era de obrigações de manhã até à noite.

Aluna de D. Aída, em curso de preparação de pessoas leigas para o exercício do magistério, encontramos D. Zenil Cândido da **Mata**²¹. Tendo concluído a terceira série primária sendo dotada de *bons princípios morais*, foi indicada como professora pelos moradores locais, por ser a mais competente para ensinar. Nomeada pelas administrações estadual e municipal, dava aulas para cento e sessenta alunos, em três turnos, em um antigo botequim desprovido de instalações sanitárias. Trabalhou por dez anos até se casar. A precariedade de recursos e a quantidade de trabalho não a impediam de

²⁰ Entrevista concedida em 12 de novembro de 1996.

²¹ D. Zenil dá nome à biblioteca do CIEP da Ilha de Itaoca, em São Gonçalo, RJ. Seu depoimento é uma prova eloqüente do valor do registro de memória. Rico em detalhes, permite fazer o perfil do público alvo das Missões Culturais. Entrevistas concedidas em junho de 1997 e em 22 de setembro de 1997, ao projeto Vozes da Educação: memória e história das escola de São Gonçalo da FFP/UERJ.

exercer, também, as funções de agente sanitária da FIOCRUZ no combate às doenças endêmicas, e, em especial, à malária. Aplicava injeções, vacinava, acompanhava o doente, observando sintomas e variações de temperatura, sob a assistência de técnicos da Fundação. Entre as lembranças que guarda desses tempos difíceis de luta, descreve, sem esconder a emoção, momentos de alegria, de amizade, de festas e até de uma ameaça de agressão física por parte de um catador de caranguejos, que espancava o filho pelo fato de o mesmo querer aprender a ler e escrever.

Com todos esses relatos, o que quero, enfim, é determinar as condições sócio-históricas em que foram realizadas as Missões Culturais. Identificar as relações reais, as contradições, a ação do Governo e a reação dos habitantes do interior influenciados pelas Missões. Quero analisar os conflitos entre objetivos, os liames entre a sabedoria e a prática que caracterizaram o projeto das Missões como fato concreto, entendendo que as idéias de cada tempo estão sempre articuladas com a realidade correspondente. Daí a necessidade de se contextualizar a época, o que permite o entendimento das idéias que precedem, rodeiam e perpassam o Projeto, inserido que estava em uma dada realidade. O termo realidade vem sendo motivo de discussão e controvérsia, além de ser um dos grandes problemas da filosofia desde os pré-socráticos. Com a competência que lhe facultam os estudos e a experiência, Teves²² nos diz que a realidade é vista como uma parte de si e nunca em si mesma. E explica:

Conhecer uma realidade é, portanto, reconhecê-la como historicamente determinada, constituída por sujeitos que a representam, a simbolizam. Sob a forma de percepção, de intuição, de sensações, de concepções, a realidade é sempre uma realidade para um indivíduo ou grupo de indivíduos que compartilham entre si o sentido dessa realidade.

O papel das entrevistas é o de levantar impressões e registrar lembranças interpretadas hoje, na expectativa de que possam contribuir para elucidar fontes escritas. As informações colhidas foram comparadas a documentos, livros e guardados pessoais, procurando garantir a autenticidade dos dados recolhidos e o aprofundamento da análise e da interpretação das fontes.

O tempo e a memória, a fala e o silêncio, a imobilidade e os gestos, as emoções e os sentimentos percebidos durante as entrevistas demonstraram os fios engenhosos que unem as recordações à interpretação dos fatos marcados na memória de cada um, hoje.

Alberti²³ nos diz textualmente

Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado.

E, mais adiante, continua,

Tem-se então uma relação em que se deparam sujeitos distintos, muitas vezes de gerações diferentes, e, por isso mesmo, com linguagem, cultura e saberes diferentes, que interagem e dialogam sobre um mesmo assunto.

A entrevista é um processo onde a relação entre entrevistador e entrevistado ocorre como em outros tantos relacionamentos que, mantidos no correr das vidas, são marcados por códigos indicadores de modos de agir e reagir, de maior ou menor empatia e de cumplicidade entre as partes. Usando as palavras de **Alberti**²⁴,

Trata-se de uma relação entre duas pessoas diferentes, cabendo ao entrevistador adaptar-se ao ritmo do entrevistado, desempenhando um papel fundamental na busca da cumplicidade entre ambos, de modo que possam aprofundar e explorar, intensamente e em um diálogo profícuo, o tema proposto...

Pretende a autora que,

... a relação de entrevista, assim como a entrevista em si, deve ser tida e analisada como um todo que tem uma lógica própria, importando tanto o conteúdo do que se deixa gravado como a forma com que é enunciado. Assim, são fatores relevantes a maneira como cada parte se dirige ao interlocutor, as reações diante do discurso do outro, a evolução da relação e a forma como ela se constrói em função de uma dinâmica interna e específica àquela situação.

²² TEVES, Nilda.(Org.) *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro: Gryphus: Faculdade de Educação da UFRJ, 1992. p.7.

²³ ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV, 1989. p.69.

²⁴ *Ibid.*, p.71

Na realização e nos impedimentos das entrevistas, assim como nas ocasiões em que estas foram terminantemente negadas, impedindo a exposição de recordações²⁵, foi dada especial atenção às circunstâncias, aos condicionamentos, à negativa da fala, ao silêncio das pessoas, o que influi no andamento da narração ou do silenciamento. Os esforços foram concentrados em ouvir as palavras ditas e não ditas, expressas por meio de um gesto ou por ele acompanhadas, somando um olhar ou um sentimento, que se externava com um sorriso, uma lágrima, um instante de silêncio. Este, às vezes, total, na negativa peremptória de recordar e falar. Que razões poderiam ancorar a recusa? A dor da recordação, a saudade de entes queridos que já não vivem mais, a acomodação, o desânimo, a falta de expectativas, desilusões profissionais? Como saber? O fato é que o silêncio é o indefinido, o incerto, o indeterminado, que, no entanto, permite o som, a fala, o determinado. Minha preocupação maior foi ouvir e deixar falar e, sem ficar acorrentada apenas às idéias recebidas, eventualmente levantar questões esclarecedoras, abordando, sob novos ângulos, alguns fatos relatados.

Vale lembrar Eni **Orlandi**²⁶ quando diz que o silêncio *não é mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria*. Existe, pois, o dito e o não dito, as palavras com seus sentidos conhecidos e os que a ela são incorporados vindos de qualquer lugar num movimento constante de desdobramentos. Ainda citando Eni **Orlandi**, cabe observar a seguinte afirmação *...Essa possibilidade de movimento, deslocamento de palavras em presença e ausência, nos leva a fazer um paralelo que mostra ao mesmo tempo uma relação fundamental entre a linguagem e o tempo*.

A característica narrativa do presente trabalho deve-se ao fato de que se pretende retratar as etapas, as práticas, as razões, as condições de realização, os obstáculos, enfim, apresentar os fatos, de modo crítico, analisando os bastidores e focalizando o acontecido: as Missões Culturais - palco de uma atividade cujos resultados deram origem a outros, sempre em continuidade até os dias atuais.

²⁵ Lembrando que a origem da palavra “recordar é repor no coração”.

²⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Campinas, 1992. p. 24.

Os objetivos diversificados da primeira Missão Cultural (**Anexo C e D**), e as intenções de conhecer e promover o interior do Estado com uma equipe técnica diversificada, evidenciam-se através das palavras de Paulo Campos²⁷, nascido em São Sebastião do Alto,

Como instrumento de penetração cultural e de radiografia social esteve a primeira Missão Cultural fluminense integrada de um técnico de educação, que a chefiou, um médico sanitaria, uma professora primária, um especialista em pesca, um auxiliar de saúde escolar e um reporter da Imprensa Oficial do Estado.

Face à relevância dos depoimentos no sentido de esclarecer a realização das Missões, transcrevo ainda outras afirmações do professor Paulo Campos

Nosso relatório de 8 de maio consignava os seguintes objetivos das Missões Culturais:

conhecimento mais próximo das necessidades, possibilidades e ideais da população, notadamente do meio rural;

reabilitação moral e econômica das comunidades – rural e urbana – de modo a desenvolver u'a ação de melhoria do meio e das condições de vida e de trabalho individuais e coletivos;...

elevação do nível dos mestres rurais;...

criação de instituições escolares, notadamente pelotões de saúde, clubes agrícolas, centros cívicos, caixas escolares e bibliotecas populares;

Percebe-se, em seus depoimentos, que as Missões Culturais tinham intenção geopolítica de incursão para o interior, mas iam além na busca de apoio espiritual e econômico, de melhor oferta de educação e de ensino

²⁷ Pertencente à família numerosa moradora em fazenda de plantio de fumo localizada em local de difícil acesso, na região de Nova Friburgo, somente após os oito anos foi alfabetizado já que a escola mais próxima ficava a 18 km de distância. Trabalhou no cultivo, fabricação e venda do produto em tropas de burros. Devido a dificuldades financeiras terminou o curso Normal em Ribeirão Preto, onde fora acolhido por um tio. Educador e educacionista, como a si próprio se referia, ocupou lugar de destaque na educação fluminense, quer em cargos de chefia da administração, quer na Academia onde veio a ser Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade federal Fluminense, professor da PUC-RIO, membro fundador da Faculdade de Serviço Social da UFF. Bacharel em Direito, foi durante nove anos Assessor do professor Anízio Teixeira no INEP e Coordenador do Ensino Primário na “Comissão Coordenadora do Sistema Educacional de Brasília”. Muito mais fez nos 50 anos dedicados ao ensino

Em seu Diário, a professora Elza Neves (**Anexo E**) registra suas observações, com a caligrafia firme e inclinada, própria de uma ex-aluna de freiras francesas, bem ao estilo da época. Suas palavras mostram que o trabalho tinha preocupação com as coisas da educação, do ensino e do trabalho de professores:

Visitamos a Escola Estadual dirigida por D. Elvira (uma senhora viúva q. esta no interior há mto anos e creio q. 16 em Coroa Grande) - A sala de aula mto pequena para duas professoras. A adjunta mora no rio e vai diariamente - Tive boa impressão dela, parece dedicada - As crianças subnutridas; algumas viajam uma hora a cavalo para a Escola - Depois fomos à Escola Municipal Getúlio Vargas - Uma criança impressionou-me sobremaneira - Tão de casa e adoece na Escola - A Prof. Uma mocinha criada por Elvira - Floripes - Pessoa boa e parecendo compreender as crianças - Em ambas Escolas Dr. Cesar falou - não gostei do modo pq... Foi distribuido o material - muita confusão - Antes de entrar na Escola Dr. Cesar falou a um grupo de trabalhadores sobre a necessidade da fossa - amarelão, malária - falei eu e em seguida o Decio.²⁸

O advogado e professor **Câmara Torres**, que, na ocasião, era o inspetor de ensino da região de Angra dos Reis, mostrou todo seu entusiasmo pelo ensino na zona rural em entrevista concedida pouco antes de falecer em 28 de agosto de 1998. Disse ele:

...Eu encontrei a zona rural com várias escolas fechadas... não havia prédios, material escolar, nem mesmo professores...quando saí, deixei a Região com 28 escolas funcionando....Era uma região que ninguém queria, devido às distâncias e às dificuldades de transporte. Mas eu não gostava de andar a cavalo e,lá só havia canoa - eu quero dizer é o caminho pelo mar.

Referindo-se à falta de professores e às soluções que encontrou “importando” pessoal de outros Estados, acrescenta,

No Estado ninguém queria ir para lá...porque era longe e isolado, não havia estradas. Então comecei a anunciar nos jornais – no Correio da Manhã, no Globo– umas” notíciaszinhas” que a região de Angra precisava de professores. Começaram então a aparecer professores de Minas Gerais. Escreviam de lá.

²⁸ Será utilizada a letra cursiva nas citações de documentos manuscritos, mantendo-se a grafia original.

São depoimentos que impressionam porque evidenciam, de forma contundente, a ignorância, as doenças, o atraso e a precariedade de vida do concreto mundo do interior fluminense, há cinquenta e cinco anos atrás (**Anexo F e G**).

Quanto à preocupação com as condições de trabalho das mestras e do movimento de tarefas da LBA, envolvida com os problemas familiares trazidos pela entrada do Brasil na Guerra, a professora Elza Neves assim se expressa:

Depois, muito tarde - quase 4 horas chegada à Itaguaí Grupo Escolar Elodomiro de Vasconcellos - ótima localização Diretora Helia Miranda - 4 adjuntas - Uma casada mora em Niterói - Outra campista sonha voltar à Campos - Impressão boa do grupo - Apostei que as prof. Dormem no próprio Grupo - Não visitamos a Casa de Caridade (uma especie de Ita Casa- um hospital) - Visitei a L.B.A. 39 convocados - tudo mto arrumadinho, bem escriturado - Não há ficha de inquerito social - Tudo feito pelo Prefeito em nome da senhora dele Sra. que tem 8 filhos e não mora em Itaguaí -...

Ao desejo de melhor organização dos serviços a serem prestados à população se misturam seus objetivos de professora, de cristã e de católica praticante

Não há organização segura na missão assim nem corremos a cidade - Nem à Igreja posso ir -...

São católicos todos - na Escola se ensina catecismo, mas o abandono religioso é enorme - O Padre é o mesmo de Itacurussá e Mangaratiba e assim impossível uma ação mais eficiente.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa concentraram-se em evidenciar os aspectos específicos das Missões Culturais, baseando-se nas condições materiais objetivas, no contexto social onde estavam inseridas, no momento histórico e na região geográfica em que aconteceram. Enfim, na vida de então, entendendo que esta contém um saber específico, que é influenciado pela consciência reflexiva, pelo imaginário, pela tradição do povo e pelas condições materiais objetivas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, utilizando um método que descreve o homem em sua cultura e os fatos

históricos no contexto em que ocorreram²⁹. Fundamenta-se, como interlocução privilegiada e preliminar, em algumas das idéias de **Dilthey**, filósofo, crítico literário, historiador e estudioso das Ciências Sociais, preocupado com as divergências metodológicas do meio acadêmico alemão, do início do século. Aqui nos referimos, especialmente, a seus estudos que apontam para a compreensão do significado de expressões humanas como gestos, palavras e ações cujo significado é influenciado pela linguagem e pelo contexto cultural de um dado momento. **Gadamer**³⁰, ao interpretar este autor, afirma que *só podemos conhecer numa perspectiva histórica, já que nós mesmos somos seres históricos*.

Concordando com **Gadamer** e sua teoria, segundo a qual o significado de um texto é determinado não só por fatos acerca do autor e do seu público de origem, mas também, pela posição e localização histórica do intérprete, considero a possibilidade do surgimento de diferentes significados e possíveis reinterpretações de acordo com a visão que se tenha dos acontecimentos³¹. A interpretação aqui apresentada é, tão somente, uma das possíveis maneiras de ver e compreender o Projeto em questão

Dito isso, posso afirmar que, entre os tantos fenômenos sociais possíveis de serem historicamente investigados, dei especial atenção à língua falada e escrita e ao clima cultural, por serem elementos ou *objetivações da vida*, fazendo parte da prática social que determina as idéias de cada tempo, como parte de um processo inacabado – a História. Esta é possivelmente uma construção elaborada a partir de interpretações, já que o homem, como um ser histórico, vive, participa, opina. Seria isso uma limitação para a Ciência? As reflexões de **Dilthey** levam a crer que não, uma vez que todo momento histórico deve ser compreendido a partir do tempo e de sua estrutura. Segundo **Chizzotti**³²,

Dilthey mostrou que a compreensão do mundo humano em culturas históricas supõe a apreensão dos significados que o homem dá à vida e advogou uma lógica própria para as ciências humanas que visam compreender (Verstehen) os fenômenos enquanto as ciências da natureza procuram explicá-los (Erklären).

²⁹ CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 79.

³⁰ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 29.

³¹ BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 165

³² CHIZZOTTI, op.cit. p.14.

Essas idéias parecem estar de acordo com as de **Marx** quando afirma que a realidade social e histórica determina a consciência dos homens, e são completadas com o pensamento de **Nunes**³³, quando afirma que

Nascemos e existimos em sociedades articuladas, com suas estruturas de pensar, agir, linguagem e valores estabelecidos. Somos personalidades sociais, constituídos como tais. O desenvolvimento da nossa consciência é o desenvolvimento de qualidades reflexivas sobre o exterior que nos é imediato.

Nessa perspectiva, enfoquei as Missões Culturais, criadas para visitar municípios do interior, preferencialmente a zona rural, como forma de analisar e avaliar aspectos de cunho cultural e social. Compostas por equipes multidisciplinares, as caravanas realizavam o trabalho, sem tempo definido de permanência em cada local, através de atividades recreativas, unindo a teoria à prática, em clima de simplicidade, evitando a pompa e a magnificência, comuns nas cerimônias públicas da época. Visando a atingir o operário e o trabalhador do campo e da pesca, davam a eles oportunidade de troca, ouvindo-os e falando-lhes. Assim, eles informavam, apresentavam seus problemas, faziam reivindicações, muitas vezes criticando e apontando falhas do governo, que, se justas, aparentemente eram atendidas de imediato. Ao mesmo tempo, esses trabalhadores recebiam ensinamentos que lhes permitiam melhorar o desempenho profissional, a vida individual e a comunitária.

No dizer de Rubens **Falcão**, diretor do Departamento de Educação, órgão subordinado diretamente ao interventor do Estado do Rio de Janeiro daquele tempo, a instituição das Missões Culturais foi uma das iniciativas mais proveitosas da sua administração.

Mas o que significa a expressão **Missão Cultural**? Por que retratá-la? Qual a sua importância ontem e hoje?

³³ NUNES, César Aparecido. *Aprendendo filosofia*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 91 e 104.

De estudos empreendidos a partir de minha primeira motivação, tendo por esteio a memória, passando por leituras, pela teoria, pela busca de fontes, pela reflexão e pela análise, permanecem indagações que induzem a novas interrogações numa busca constante de possíveis respostas, ainda que parciais ou inconclusas.

Seriam as Missões Culturais assistencialistas... populistas... progressistas...? Seriam um pouco de tudo isso e ainda mais?

Ninguém se atreve a dizer que a educação universalizada não é, por natureza, direito de todos. Não resta nenhuma dúvida, e não está em discussão, a importância, o valor, a necessidade do ensino, dentro e fora da escola, para a consecução do desenvolvimento de um país. Sem isso, o povo deixa de crescer, não acompanha os novos tempos e permanece direcionado para a ampliação da ignorância, da miséria, sujeitando-se a toda sorte de injustiças sociais. Aliada à educação, o povo tem direito a ser contemplado com uma política cultural preocupada com uma ação de massa, estendida a todos os segmentos da sociedade, destinada às famílias, aos costumes, à formação de opinião. Cidadãos éticos, moralmente bem formados, têm possibilidade de orientar suas ações pela razão evitando a força, a tirania, a servidão e a aceitação de ordens apenas por disciplina ou temor de castigos. Estariam as Missões Culturais somando esforços a iniciativas de cunho político, cultural e educativo com a função de legitimar uma suposta transição democrática que solucionasse essas questões? E, neste caso, seriam progressistas?

Seria um erro acreditar que o projeto das Missões Culturais tenha sido realizado a favor de valores religiosos e, como seus homônimos do século XVI, teriam os missionários como meta a catequese direcionada para a igreja católica?

O Brasil estava submetido a um governo de corrente autoritária, marca da cultura política do país na época do Estado Novo. Getúlio Vargas pretendia dar fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos de liberdade de expressão, responsáveis pelo enfraquecimento do país. Seu principal objetivo era a modernização do Brasil por

meios autoritários e pela educação³⁴. Nesse caso, seriam essas Missões um dos instrumentos da política governamental voltada para a redenção do país através da educação? Seria um movimento pioneiro instituído pelo governo para mapear as regiões do interior de modo a, conhecendo a realidade educacional/cultural/social, poder fundamentar novas ações educacionais? Ou serviriam para levar o saber existente nas grandes cidades, transplantado da Europa e da América do Norte, para os habitantes das pequenas cidades do interior e do litoral, supostamente “atrasados” culturalmente? Seriam caravanas de forte cunho religioso e moral, destinadas a despertar a cidadania? Seriam as Missões Culturais expressões e ecos da política educacional do Estado Novo ou configurariam originais formas de políticas públicas educacionais?

Justificam, parcialmente, esses questionamentos, o próprio nome – **Missões Culturais**. Se cultura é a manifestação coletiva que integraliza tradições herdadas de um passado, é o resultado das relações dos homens entre si e o meio, ou ainda, é uma força das sociedades locais, regionais e nacionais contra tentativas de deformação e dissolução de princípios e normas, surge uma outra hipótese. Era preciso conhecer os hábitos, atitudes, valores que, naquele presente, representavam as expectativas e esperanças futuras. Interessava ao governo conhecer o modo de vida, as aspirações do povo, os movimentos populares que porventura houvessem, para, desse modo, cimentar as políticas públicas do novo governo que já se anunciava a partir das primeiras eleições após a interventoria de Amaral Peixoto. Nesse caso, teriam as Missões cunho eleitoreiro? O que me faz levantar essa possibilidade são as muitas expressões ideológicas e institucionais que fundamentaram a experiência das Missões, tal como o engajamento de todo o governo na solenidade de partida da Primeira Missão, conforme indicam as fontes, demonstrando um veio ou o indício de exploração populista .

As Missões Culturais foram iniciativas pioneiras do Estado na direção do conhecimento da realidade cultural-educacional e econômica das comunidades rurais, em

³⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 369.

tempos de mudanças conjunturais no Brasil. Cabia aos “missionários” relacionar as demandas, anotar os problemas apontados, ouvir as lideranças locais, conhecer o que interessava e mobilizava o povo. Iniciativas do poder administrativo estadual, teriam as Missões Culturais objetivo de introduzir práticas sociais que despertassem no povo interiorano uma consciência crítica frente ao sistema existente, de modo a forjar uma nova sociedade partindo da experiência vivida e analisada?

Partindo de minha própria perspectiva, levanto a hipótese de que o Projeto das Missões Culturais foi um trabalho resultante do *entusiasmo pela educação* e, mais particularmente, voltado para a expansão do ensino no meio rural. Indicam essa possibilidade a multiplicação das Escolas Típicas Rurais; a criação do Curso Normal Rural de Cantagalo; a Operação Trindade e a continuação dessa experiência, nos anos seguintes, sob a denominação de Missões Educativas Rurais.

No primeiro capítulo, faço uma reflexão sobre o contexto histórico, econômico e político educacional dos anos 40 onde se inserem as Missões Culturais. Abordo as tensões existentes em decorrência da dicotomia entre o urbano/rural e a agricultura/industrialização. Focalizo o governo ditatorial de Vargas, a interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, a Guerra e algumas consequências que interferiram nas Missões Culturais.

No segundo capítulo, faço uma reconstituição da história do Estado do Rio de Janeiro, da velha província ao amaralismo, tomando como referência as forças políticas, a concepção, o papel e o desenvolvimento do Estado. Trato, também, das informações oficiais, obtidas através do discurso do governo, da fala do poder na voz de um Secretário de Governo da primeira fase da administração Amaral Peixoto, em questões econômicas, políticas e sociais, dando maior destaque aos aspectos educacionais.

No terceiro capítulo, abordo as realizações históricas e as inspirações institucionais que motivaram as Missões Culturais, fundamentada no livro *El mejoramiento de la vida campesina*, da professora chilena Amanda La Barca. Segundo a autora, as idéias originais nasceram na Espanha sob a denominação de *Missões Pedagógicas*, criadas por D. Manuel Bartolomeu Cossio. Posteriormente, essas idéias cresceram e frutificaram no

México, de onde se espalharam por outros países: Cuba, Colômbia, Chile e, mais tarde, Brasil, em terras fluminenses.

O quarto capítulo, onde fundamento as conclusões, tem finalidade informativa e interpretativa. Nele, faço a leitura das fontes e documentos, levantando pontos que me parecem importantes na análise crítica, com especial atenção às contradições das realizações públicas no que se refere à educação, saúde, assistência social, industrialização, urbanização, saneamento, sem descuidar dos aspectos econômicos e políticos.

Inseridas na História da Educação, as Missões Culturais, realizadas em 1944 e 1945, em parte da área geográfica da velha província do Rio de Janeiro, têm uma problemática que não parece estar contida em si própria. Seus horizontes se alongam em direções diversas, mostrando um leque de possibilidades e linhas de pensamento que percorrem o tempo na educação brasileira, evidenciando práticas democratizantes e participativas ou clientelistas e burocráticas, exercidas e incentivadas ainda hoje.

Esse ponto de vista está de acordo e é reforçado no PNE/1997³⁵, quando, após afirmar que a História do país tem sido de perdas, exclusões e privilégios, registra a informação de que

Após três anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a crise da educação atinge níveis intoleráveis. A política de desobrigação do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola e aprofundando as desigualdades sociais.

Transcrevo aqui o quadro, e respectivo comentário, retirado desse mesmo documento, com a intenção de mostrar as disparidades sociais e a ausência de uma justiça, alardeada oficialmente, e da qual o governo se vangloria, repetitivamente, em seu discurso.

Comparando o Brasil a países com PNB (Produto Nacional Bruto) 'per capita' semelhante, com PNB 'per capita' muito maior e com PNB 'per capita' muito menor, como na tabela a seguir, entende-se melhor essa situação.

³⁵ Plano Nacional de Educação, consolidado na Plenária de Encerramento do II Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1997. p. 4

O comentário e o quadro evidenciam as disparidades sociais em um mundo onde a maioria sobrevive na pobreza, miséria e indigência enquanto a minoria privilegiada *detém a renda, o poder e o acesso a serviços e benefícios, praticamente esgotando os recursos disponíveis*. Verifica-se, através das informações das duas últimas colunas, que a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres é de 32 vezes, dados que indicam a truculência das desigualdades e injustiças na distribuição de renda, no Brasil de hoje.

Tabela 1: *Indicadores Básicos*

País	PNB per capita (US\$)1993	TMM5*1994	Distribuição % de renda (final dos anos 80)		
			A=20%=pobres	B=20%=ricos	B/A
Brasil	2.930	61	2,1	67,5	32
Chile	3.170	15	3,7	62,9	17
Malásia	3.140	15	4,6	53,7	12
E.U.A.	24.740	10	4,7	41,9	9
Alemanha	23.560	7	7,0	40,3	6
Ruanda	210	139	9,7	38,9	4
Bangladesh	220	117	9,5	38,6	4

Fontes: UNICEF: Situação Mundial da Infância – 1996

Banco Mundial: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 1994

* TMM5- Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos: número de óbitos de crianças menores de 5 anos de idade, nascidas vivas. Mais especificamente, essa taxa representa a probabilidade de morte entre o nascimento e exatamente os cinco anos de idade.

Os dados da Tabela 2, a seguir, mostram que a taxa de analfabetismo das crianças entre 10 e 14 anos é a segunda pior entre os países apontados, superado apenas pela África do Sul. Os números indicam ainda que, enquanto no ensino médio a taxa de engajamento só é melhor do que a Venezuela, no ensino superior está entre as piores do grupo, e só é melhor que a Malásia e a pequena República de Maurício.

Tabela 2: *Comparação da situação escolar do Brasil com a de outros países com renda per capita equivalente*³⁶

PAÍSES	Analfabetismo 10-14 anos	Taxa de Engajamento Ensino Secundário(Médio)	Taxa de Engajamento Ensino Superior
Chile	3,0	70	23,3
África do Sul	33,4	71	13,9
Maurício	8,4	54	2,1
Estônia	0,1	91	23,4
BRASIL	17,8	39	11,7
Malásia	15,0	60	7,3
Venezuela	4,7	34	29,5
Hungria	---	82	15,3
Uruguai	2,8	83	32,0

Fontes: **Banco Mundial** : Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1994.
UNESCO: Statistical Yearbook, 1994.

Todos esses dados, somados aos que se seguem, na Tabela 3, comprovam os graves problemas que o descaso dos governos vem provocando na educação brasileira, incluindo a perda social provocada pela evasão e repetência, cujas causas, conseqüências e origem deve ser encontradas na situação sócio-econômica do país.

³⁶ Ibid., p. 5

Tabela 3: Taxas agregadas de repetência e evasão por Grau de Ensino, em percentuais. 1982-1992³⁷

INDICADORES	GRAUS E ANOS			
	1º GRAU (ENSINO FUNDAMENTAL)		2º GRAU (ENSINO MÉDIO)	
	1982	1992	1982	1992
Repetência	38	33	28	32
Evasão	7	5	8	6
Perda social	45	38	36	38

Fonte: IBGE: Anuário estatístico do Brasil, 1996.

A questão da educação e da saúde, tratadas pelas Missões, continua sendo uma questão relevante porque, no Brasil, passados cinquenta e cinco anos, às vésperas do terceiro milênio, ainda, e infelizmente, não foi possível resolver as dicotomias: cidade/campo, escola pública/escola privada, políticas educacionais/Estado. É importante registrar que as Missões foram revitalizadas em tantos outros projetos, apenas com denominações diferentes: as Missões Rurais de Educação de Adultos, as Semanas Ruralistas que, hoje, estão presentes no Projeto Rondon e Comunidade Solidária, todos com concepções semelhantes às da *Jornadas de la educación* – desenvolvidas no México, e inspiradoras desses trabalhos.

Este estudo pretende ser um documento, resultante de intensa busca de fontes, primárias e secundárias, em parte inéditas, provenientes de acervos particulares e da memória de atores participantes das Missões e que já se calaram para sempre. Ao mesmo tempo, quero firmar uma interpretação sobre um determinado momento histórico da sociedade fluminense e um acontecimento educativo/cultural importante.

A pesquisa pretende registrar uma experiência educacional ampla em seus objetivos que pode ter sido uma tentativa, ainda que tênue, de vencer a miopia do poder, o clichê autoritário e os desgastados chavões que acompanham, ontem e hoje, o discurso oficial.

Uma das razões que me motivaram na escolha do tema está na crença de que, conscientes de que há sempre alternativas e uma prática nova a construir, os agentes

³⁷ Ibid., p. 6.

das Missões Culturais- professores, médicos e técnicos - usaram a comunicação pessoa a pessoa e, passando pelo convencimento, pela argumentação, pela informação e pelo debate, procuraram contribuir na construção da cidadania, em um movimento de participação democrática, compartilhando o saber na busca da transformação.

Quero, ainda, destacar que, ao registrar a experiência academicamente, pretendo que ela possa ser, depois, pesquisada e ampliada, em busca de novas alternativas com visões diferenciadas de compreensão.

Ao expor aqui minhas reflexões e críticas sobre as Missões Culturais tenho consciência dos limites, das lacunas e da provisoriedade das conclusões, mas, também, guardo a certeza de tê-lo feito com a seriedade que contempla a competência. Entendo que o presente trabalho não fecha a questão sobre o assunto. É uma interpretação. Espero que sirva para definição de caminhos para outros estudiosos que, de posse de outras fontes, face ao que aqui foi feito e, em continuidade, possam ir além, com novas interpretações, fundamentadas em escolhas próprias.³⁸

³⁸ Este último parágrafo pretende ser uma nota de humildade acadêmica. Entretanto, é minha intenção que seja lido através da origem da palavra – “**humilitas**”, que tem raiz comum com a palavra “**humus**”, que por sua vez indica **aquilo que está perto da terra, encostada nela, ao nível dela**. Quero, portanto, dizer, em outras palavras, que mantenho os *pés no chão*.

CAPÍTULO I

AS MISSÕES CULTURAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO-EDUCACIONAL DOS ANOS QUARENTA.

Para entender as Missões Culturais, caravanas multidisciplinares enviadas ao interior durante a interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, é preciso compreender a trajetória da educação do país na luta pelo ensino elementar, que surge dentro do modelo colonial brasileiro.

A escolarização da totalidade dos cidadãos, que é uma esperança e tributo da revolução francesa, no Brasil vem sofrendo, ao longo dos anos, desvios padrões maiores ou menores, mantendo, em determinadas épocas, um esforço titânico para que a sociedade industrial seja também uma sociedade escolarizada. O Brasil, marcado pelo estigma da relação colonial portuguesa escravocrata, sempre teve interregnos e contrapontos com relação à escolarização plena, conquistada pela concepção liberal francesa e norte-americana.

A febre de expansão geográfica³⁹, econômica e política de alguns países europeus, como a Espanha, a França, a União dos Países Baixos, a Inglaterra e Portugal, foi uma das razões que levou os portugueses a conquistarem as terras da América, onde encontraram uma população, culturalmente homogênea, distribuída ao longo da costa e no

³⁹ RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Círculo do Livro: Vozes, 1978. p.139. “A associação das monarquias ibéricas com o papado alcançou um nível quase de fusão quando juntaram os recursos econômicos e o salvacionismo de Madri com o empenho reformista de Roma. Nessa conjuntura, a Ibéria consegue do papa o título de domínio exclusivo sobre todas as terras que se descubram para além de uma linha imaginária...”

interior. É impossível definir a quantidade de nativos no Brasil naquela época, mas sabe-se que viviam em regime de comunidade primitiva, e, segundo técnicas atuais de verificação de tempo, aqui se instalaram há cerca de 11 500 mil anos a.C.⁴⁰ Viviam dos produtos da terra, e tudo que nela existia pertencia a todos. A divisão do trabalho era feita de acordo com a idade e o sexo, e a produção, apenas a suficiente para a sobrevivência. Nada mais eficaz do que a *educação* entre os índios, assumida como um processo de *endoculturação*. Igual e para todos na aquisição de conhecimentos, era vista como um divertimento, e o ensinar/aprender como um ato vinculado à vida. Na realidade, uma sociedade justa, livre e sem classes, o que causava estranheza aos europeus, que, ao tempo, em plena transição do feudalismo para o capitalismo, entravam na era industrial⁴¹.

As dificuldades de ordem econômica, demográfica e política revelavam-se, entre outras, através do escoamento das riquezas para a Europa, do ataque dos índios, das distâncias, das dificuldades de comunicação entre as Capitanias e da falta de recursos. Essas razões levaram Portugal a criar um Governo Geral. Até então, e desde a chegada dos primeiros donatários e seus escravos até a do primeiro Governador Geral, nada indica que tenha havido educação escolarizada. “*Não há notícia de escolas nem de educadores*”, afirma **Freire**⁴², referindo-se ao período.

Semelhante a de outros países da América Latina, a primeira grande intervenção escolar, no Brasil, foi a dos jesuítas, a partir de 1549 e, tempos depois, a de outras ordens religiosas como: franciscanos, carmelitas e beneditinos, que transplantaram para os trópicos os modelos, os costumes e os valores do catolicismo renascentista da Europa.

⁴⁰ TEICH, Daniel Hessel. A primeira brasileira. *Veja*, São Paulo, ed. 1 612, ano 32, n.34, p. 80-87, 25 ago. 1999. Descoberta, em 1975, em um sítio arqueológico de Minas Gerais, a mais antiga brasileira. Seu crânio, reconstituído na Inglaterra, mostra *uma mulher com feições negróides, de nariz largo, olhos arredondados, queixo e lábios salientes*. É o fóssil humano mais antigo encontrado nas Américas. Viveu há mais de 100 séculos e *está produzindo uma revolução nas teorias a respeito da ocupação da América pelos seres humanos*.

⁴¹ FAUSTO, op. cit. passim.

⁴² FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguassu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 33.

Os primeiros seis educadores, sendo dois deles leigos, chegaram com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549, chefiados pelo sacerdote jesuíta Manoel da Nóbrega para iniciar um trabalho de catequização dos indígenas, de instrução de descendentes dos colonizadores e de apoio religioso aos colonos. Para tanto, recebiam recurso financeiro do Estado, e, ainda, terras para construção de seus conventos a que chamavam “colégios”, de que foram particularmente famosos os de Salvador, com Manoel da Nóbrega, e Piratininga, com José de Anchieta. As escolas, sob a orientação desses religiosos, funcionavam de acordo com o Regimento de D. João III. Aceitavam índios, brancos e mamelucos, e tinham por meta “*fazer a população abandonar as práticas de ‘devassidão’ e converter-se ao catolicismo.*”⁴³ Para tanto, ensinavam os princípios mais simples da dogmática católica, a leitura e a escrita da língua portuguesa; o canto, a dança, o teatro, a música, e o ensino profissional. A metodologia utilizada, na forma dos preceitos da Companhia⁴⁴ de Jesus, e utilizada ao tempo, constava, basicamente, de memorização, exercícios espirituais e rigorosa disciplina.

Sobre o assunto, assim se expressa **Xavier**⁴⁵:

Os indígenas não aprendiam apenas uma nova língua, uma nova interpretação da vida e da morte; não ganhavam apenas um novo deus, trazido de longe para reinar com a pompa típica do mundo de onde vinha. Pelo sacramento do batismo, operava-se um renascer que alterava pela base a vida cotidiana daquela população nativa e a sua própria compreensão do significado da existência. Era quando descobriam o “mal” em que haviam estado mergulhados antes da salvação providencial por aqueles que, em troca dessa redenção, ocupavam todos os seus espaços materiais e espirituais.

Nóbrega preocupou-se com o ensino gratuito, e sua atuação foi fundamentada não só na fé e na religião, mas também na pedagogia e na economia. Embora os jesuítas, individualmente, vivessem na pobreza, a Ordem possuía bens que possibilitavam a manutenção dos colégios e de seus alunos. Recebiam donativos reais e pessoais, herdavam propriedades, arrendavam e trocavam terras, exploravam a navegação

⁴³ Ibid., p.37.

⁴⁴ Termo usado para nomear os soldados de Cristo na batalha contra os protestantes e na defesa da hegemonia do catolicismo.

⁴⁵ XAVIER, Maria Elizabete, RIBEIRO, Maria Luiza, NORONHA, Maria Olinda. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. p.42.

que servia para comunicar, entre cidades costeiras, seu trabalho missionário, ao mesmo tempo em que transportavam passageiros. Faziam criação de gado bovino e dela tiravam proveito para a industrialização. A partir de 1550, quando chegaram de Lisboa os *meninos órfãos*, iniciaram plantações de uvas, cidras, abacaxis, figos, laranjas, cebola, cana-de-açúcar, algodão, entre outras. Havia correlação entre os colégios fundados e os ciclos econômicos, demonstrando o poder político dos jesuítas tanto na Colônia como na Metrópole. Alguns fatos exemplificam isso, como por exemplo: em 1549, é criado o Colégio Bahia quando se estabelece o Governo Geral; em 1573, funda-se o Colégio de Olinda; em 1553, o de São Vicente; em 1619, o de Recife; em 1652, o de Santos; em 1551, o do Espírito Santo—coincidindo, respectivamente, com o progresso dos engenhos açucareiros nas localidades. No mesmo raciocínio, pode-se citar: a criação do Colégio São Paulo, em 1554, ocasião em que foram divulgadas notícias da existência de ouro e prata em São Vicente; a criação do Colégio Rio de Janeiro, em 1567, na cidade do mesmo nome, ano em que os franceses foram dali expulsos; a criação do Colégio Cachoeiras, na Bahia, em 1687, onde se produzia tabaco e, em Ilhéus, em 1604, onde se produzia cacau e açúcar. Todos esses acontecimentos são demonstrações de que “*os colégios fundados no Brasil-Colônia pelos jesuítas estavam circunscritos em áreas de atividades econômicas e, por isso mesmo, quase todos na zona litorânea, ou de fácil acesso por via fluvial*”⁴⁶.

Com a morte de Nóbrega, em 1570, a educação passou a ter um caráter mais universal, orientada prioritariamente para os filhos dos portugueses colonizadores. A partir de então, e até 1759, prevaleceu, no Brasil, a linha mestra da didática e o padrão de ensino jesuítico, compendiados no - *Ratio Studiorum* – e utilizada em todo mundo católico.

Para se ter uma idéia do contexto em que se inseriram as primeiras escolas no Brasil, convém que se faça uma retomada do panorama sócio-econômico da época. Cabe lembrar que o meio encontrado por Portugal para intensificar a exploração das terras descobertas foi a colonização. A chegada dos colonizadores fez com que a economia da nova terra iniciasse seus primeiros passos. Essa economia, entretanto, levaria algum

⁴⁶ FREIRE., op. cit. p. 43.

tempo para alcançar o desenvolvimento esperado, isso porque, de acordo com a doutrina mercantilista, a riqueza de um país resulta da total subordinação ao comércio, à acumulação de metais transformáveis em moeda e ao lucro. E, Portugal, durante muito tempo, manteve na colônia uma economia complementar, monopolizando todo o comércio brasileiro, usando forte esquema de fiscalização e cobrança de impostos. Era, portanto, uma economia com base escravista, voltada para a exportação com total dependência do mercado externo. Um mercado interno praticamente inexistia já que a maioria da população era de índios e escravos com mais poder de *escambo* do que de compra e venda ⁴⁷ (Foto n. 1, p.182). Os portugueses levavam o que de bom encontravam aqui e quase nada traziam em troca. A forma política e econômica da dominação colonial portuguesa, predatória e de exploração, mantém-se como um estigma perverso em nossas raízes organizacionais.

Enquanto colônia de Portugal, o Brasil muito sofreu com a falta de recursos econômicos e humanos. A metrópole era a detentora, através do Pacto Colonial, do direito de monopólio na exploração das riquezas do território descoberto. As proibições decorrentes eram de tal monta que não se restringiam apenas às áreas econômica e política, alastrando-se também pelos setores da educação e da cultura. Muitas foram as leis criadas no tempo que se convencionou chamar *período colonial*⁴⁸. Tentando apresentar suas implicações para a dependência extrema que havia entre a colônia e a metrópole e que forjou características peculiares em nossa cultura e forma institucional de organização política, algumas poucas são aqui citadas, incluindo comentários do autor:

5/7/1776 – Ordem régia, proibindo os navios, oriundos das possessões inglesas da América do Norte, de tocarem em portos brasileiros, mesmo que necessitassem de socorro urgente. Isso porque lá desenvolvia-se um grande movimento de independência, e não interessava à metrópole que o mesmo chegasse ao Brasil. Mal sabia esta que na véspera, no dia 4, os americanos haviam declarado sua independência, e criado os Estados Unidos da América do Norte.

1/10/1777 – Lei ordenando que voltassem para Portugal todos os portugueses que aqui morassem e que tivessem enriquecido.

⁴⁷ Instrumento do Mercantilismo que garantia exclusividade de comércio entre a Metrópole e suas colônias.

⁴⁸ JACCOUD, Raphael Luiz de Siqueira. *História, contos e lendas da velha Nova Friburgo*. Nova Friburgo: Múltipla Cultural, 1999. p. 403-404.

5/1/1785 – Aviso régio, mandando acabar com todas as fábricas de manufaturas existentes no Brasil.

16/12/1794 – Alvará, proibindo o despacho de livros e papéis impressos de qualquer espécie para o Brasil. Não bastava ter proibido a impressão, proibiam-se também a vinda de impressos, tudo isso para evitar que aqui chegassem os ecos da Revolução Francesa.

18/6/1800 – Ordem para que fosse repreendida a administração da vila de Tamanduás, em Minas, por ter permitido a abertura de uma escola de primeiras letras.⁴⁹

As capitanias, por sua vez, privatizando o poder local, formavam núcleos isolados que, ao se ignorarem, impediam a integração econômica, política e cultural, dificultando o espírito nacionalista,⁵⁰ o patriotismo, a formação da idéia de unidade. Esta, só ficou preservada graças à religião e à língua⁵¹. Predominou, até muito tempo depois, o regionalismo, sem qualquer sentido de identidade nacional.

Reforçam essa afirmativa as palavras de **Carvalho**⁵², referindo-se à revolta que proclamou a república de Pernambuco em 1817,

...o Brasil não era referência importante para os rebeldes. Pátria e patriotas eram palavras freqüentes no vocabulário dos revoltosos, mas tratava-se de patriotismo pernambucano e não brasileiro. Na bandeira, nos hinos, nas leis da nova República de Pernambuco não há referência alguma a Brasil.

E, adiante afirma, que ... *Nas cortes de Lisboa, em 1821, um deputado de São Paulo, Diogo Feijó, futuro regente do Império, dizia que ele e seus colegas de delegação não eram representantes do Brasil mas da província de São Paulo.*

As Missões Culturais, fluminenses, realizadas mais de cem anos depois, esteve preocupada com o nacionalismo do brasileiro, em função da formação de um *novo homem*, da influência do Estado Novo, e da entrada na Segunda Grande Guerra, momento em que havia necessidade de inculcar, no povo, a idéia de patriotismo.

⁴⁹ Ibid., p.402–404. Cf. FREIRE, op.cit. p. 27-29.

⁵⁰ Aqui entendido como pertencimento, de integração.

⁵¹ BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 22. O tupi, utilizado pelos portugueses leigos e pelos religiosos, nos púlpitos, foi proibido pela metrópole. A língua portuguesa, adotada desde então, vem mudando no tempo (mudança diacrônica) e variando no espaço geográfico (variação diatópica), mas contribuindo para a unidade nacional, com diferentes características locais, existentes até hoje.

⁵² CARVALHO, J. M. de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. p.235.

Pode-se concluir que a visão de mundo dos primeiros jesuítas deixou marcas no Brasil por todos esses anos, incluindo o período em que ocorreu o objeto desta pesquisa, o que se evidencia, não só no nome - Missões – como também nos valores, normas, exigências, determinações, regras, que prevalecem, ainda que modificadas, até os dias atuais. Assim como os primeiros missionários, os de 1944 e 1945, no Rio de Janeiro, não ficaram acomodados com a situação de pobreza, ignorância e doença de boa parte da população e agiram movidos por um espírito patriótico-religioso. Os poucos recursos, o limitado tempo de duração e o limitado espaço geográfico geraram escassos resultados. Os dois grupos têm em comum a pretensão de transplantar a civilização, de local mais desenvolvido para povoações menos favorecidas culturalmente, em nome de um pensamento político e da fé cristã.⁵³

Profundas transformações político-econômicas e culturais ocorreram em Portugal, em 1759, levando o Marquês de Pombal a expulsar os jesuítas de todo o território português incluindo as colônias e, entre elas, o Brasil. Os motivos alegados eram que: os religiosos educavam a serviço da Ordem e não do governo; a Companhia de Jesus detinha um poder econômico que, de fato, pertencia ao Estado; a religião divulgada consistia num empecilho para a união entre cristãos e sociedade civil; os jesuítas haviam perdido *o espírito de seu fundador* e, em decadência, estavam dominados *pela ambição do poder e de riquezas, procurando manejar os governos como um instrumento político, ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais*.⁵⁴

Os esforços realizados pelos jesuítas no sentido de criar centros de formação e informação humanística, em seminários menores e maiores, que se desenvolviam e multiplicavam, nas diferentes províncias de todo o território nacional, foram ignorados pelo marquês de Pombal, por considerá-los *culturalmente retrógrados, economicamente poderosos e politicamente ambiciosos*.⁵⁵ Enquanto os portugueses da

⁵³ O espírito maniqueísta dos primeiros, não foi observado nas Missões do século XX, mas as atitudes se aproximavam de soldados em batalha, na conquista do bem comum.

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando. *Cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1996. p. 522.

⁵⁵ XAVIER, RIBEIRO, NORONHA, op. cit. p.53.

metrópole viram tais medidas se transformarem em um moderno sistema de ensino público e popular, apoiado em um plano pedagógico com filosofia própria, entre nós nenhuma reforma educacional pôde ser registrada. Constatou-se, tão somente, um grande vazio escolar⁵⁶. A interrupção brusca do trabalho dos religiosos provocou profundo retrocesso no ensino no país.

Visando à manutenção de um sistema de ensino elementar, Pombal criou um imposto local sobre gêneros alimentícios e bebidas, conhecido como “subsídio literário”, que oficializou o ensino no Brasil como função do Estado português. A renda obtida financiava as chamadas “aulas régias”, destinadas à mesma e reduzida camada da população, assistida, anteriormente, nos Colégios dos jesuítas. Essas aulas avulsas constavam de disciplinas de Humanidades e de ensino preparatório para estudos mais avançados na metrópole [latim, grego, filosofia, geografia, gramática, retórica, matemática]. Uma solução paliativa, agravada pela escassez de recursos financeiros, pela falta quase absoluta de pessoas preparadas para ensinar, pela lentidão com que foram implementadas e, ainda, por atender, precariamente, apenas à elite, minoria do povo⁵⁷.

Ao terminar o período colonial, para uma população estimada em duzentos mil habitantes nas cidades e vilas, havia cerca de cinquenta escolas em funcionamento⁵⁸.

A vinda da Corte para o Brasil, em 1808, como consequência das conquistas de Napoleão nas lutas pela hegemonia nos mercados europeus e mundiais, resultou na abertura dos portos, possibilidade de comércio, chegada de idéias liberais, permitindo a emancipação política brasileira. Sete anos depois, elevado à categoria de reino unido, o Brasil monárquico projetou, no exterior, uma imagem de nação organizada nos moldes europeus, regido através de leis avançadas e partidos políticos legais.

⁵⁶ Cf CARVALHO, L. Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

⁵⁷ XAVIER, RIBEIRO, NORONHA, op. cit. p. 50-52 e FREIRE, op. cit. p. 48.

⁵⁸ VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a história da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 5, n. 15, set. 1945. p. 369-374.

Sabedor de que a fuga de Napoleão seria por longo período, D. João, mais tarde D. João VI, começou, de imediato, as reformas de infra e superestrutura da atrasada colônia, sem se esquecer de incluir a reforma educacional, que sofreu a maior alteração desde a expulsão dos jesuítas, e chegou marcada pela criação de cursos superiores e pelo desamparo ao ensino básico, quer nos aspectos quantitativos quanto qualitativos. Quanto ao ensino dos graus médio e elementar, foram mantidas algumas escolas de primeiras letras e um punhado de “aulas avulsas” como ensino preparatório para os estudos posteriores. Nessa ocasião, foram criados, também, dois cursos cirúrgicos e escolas, que tinham por objetivo formar a elite indispensável para exercer as funções administrativas civis e militares do governo.

Toda a corte, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, viu o nascimento de uma nova organização social: abriram-se os portos às nações amigas; chegaram novas idéias, livros, pessoas, trazendo novas ideologias; foram criadas a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar, o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional.

Pode-se observar então que a educação, naquele período, dedicou-se, por necessidades prioritárias, mais ao ensino profissional e superior, buscando a formação do oficial militar, para a defesa do país; do médico, do dentista, do obstetra e do farmacêutico, para cuidar da saúde; do engenheiro, do geógrafo e do arquiteto, para as construções, e assim por diante. A visão do monarca, elitista, não alcançou as necessidades do homem do povo e fez com que o ensino popular permanecesse relegado a segundo plano. Merece destaque o impulso vultoso que recebeu a educação brasileira no que se refere ao ensino superior. Entende-se, e com justa razão, que o reduzido desenvolvimento do ensino era resultado de uma administração centralizada em um país de imensa extensão territorial com sérias dificuldades de comunicação.

As instituições educacionais ocupavam as antigas escolas dos jesuítas, localizadas, com raras exceções, no litoral, e atendiam, com maior frequência, aos ricos. Era uma situação preconceituosa e injusta que se prolongou por muitos anos, atingindo os tempos da independência política, em 1822.

Freire⁵⁹ chama a atenção para o que dispõe quanto a isso a primeira Constituição do Brasil. Outorgada, em 1824, e baseada em princípios liberais, legalizou a escravidão, discriminando o negro, fazendo prevalecer o elitismo, a injustiça, o preconceito, a violência. Os filhos dos fazendeiros e seus escravos faziam seus estudos em casa com professores contratados para esse fim, ou nas poucas escolas públicas. A autora toma como categoria principal de sua tese a *interdição do corpo*, entendida como a exclusão da escola e do ensino de diferentes segmentos da sociedade. E reforça sua opinião ampliando e enfatizando as consequências dessa exclusão, considerando o tempo no espaço brasileiro. Conclui dizendo que a política educacional autoritária, adotada desde sempre no país, é responsável pelo ensino discriminatório e desigual, que sempre tivemos e temos ainda em vigor, não por causa da *inferioridade intrínseca do homem e da mulher, na sua raça, religião ou lugar da moradia, mas na sua situação na escala de valores socialmente determinada*.

Declarada a Independência, em 1822, e fundado o Império do Brasil, o modo de produção permaneceu inalterável, mesmo sob a pressão da Inglaterra: latifúndio, escravidão e monocultura para exportação, concentrada em poucos produtos como, o algodão, o café, o tabaco e a cana de açúcar. No ano seguinte, as câmaras constituintes elaboraram o projeto da carta política da nova nação, que refletia as idéias liberais da Revolução Francesa, pretendendo que *cada vila ou cidade tivesse uma escola pública, cada comarca um liceu, e que se estabelecessem universidades nos mais apropriados locais*. Na Constituição de 1824, em seu artigo n. 179, a preocupação com o ensino público se limitava à declaração do *direito do cidadão à gratuidade da instrução primária*⁶⁰.

Ainda em relação à Constituição de 1824, **Nunes**⁶¹ afirma que D. Pedro I... *escolheu uma comissão de dez membros, o Conselho de Estado, para elaborar uma constituição que, em quarenta dias – a 25 de março de 1824 – foi imposta pelo imperador,*

⁵⁹ FREIRE, op. cit. p. 50-56 e 240.

⁶⁰ LOURENÇO FILHO, *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1940. p. 22.

⁶¹ MATOS, Clarence J. de, NUNES, César Aparecido. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 76.

sem votação da Assembléia, de onde se deduz que essa legislação, autoritária e imposta pelo poder, representou *uma vitória do executivo sobre o legislativo e do imperador sobre a aristocracia rural*.

Mais tarde, em 1827, Januário da Cunha Barbosa propôs uma lei, prevendo escolas de primeiras letras *em todas as cidades, vilas e lugares mais povoados do Império*. O cumprimento dessas determinações legais ficou comprometido, entre outras razões, pela ausência de pessoas habilitadas para ensinar, e pela falta de condições materiais para a implantação das escolas.⁶²

Sobre o assunto, em interpretações mais aprofundadas, há autores⁶³ que afirmam ter havido um descompasso entre a proposta de lei e sua aprovação. Enquanto no projeto havia previsão de conteúdos e graus de ensino baseados em modelos europeus, daquele tempo, na sua aprovação, a instrução pública brasileira ficou reduzida a um simples curso de ensino elementar, em *Escolas de Primeiras Letras*. Quanto ao ensino superior, a câmara aprovou a criação de cursos jurídicos, um no nordeste, em Olinda, e outro no sul, em São Paulo, ambos destinados a formar profissionais para a estruturação e defesa da ordem jurídica em início de organização.

Xavier⁶⁴, analisando o período após a Independência, ocasião em que, pela primeira vez no Brasil, ficou evidenciada a importância da organização de um sistema único de educação nacional, denuncia uma aparente autonomia então iniciada que *tem marcado o pensamento e empreendimentos educacionais, e se transforma num eficiente instrumento ideológico a serviço da manutenção da injustiça social...*

O discurso oficial parecia demonstrar a necessidade da construção de uma imagem do país que distanciasse o caráter colonial, atrasado, primitivo e inculto. Na prática, permaneciam as idéias dos colonizadores, sem pressão social para transformações de vulto e com tímidas atitudes do governo no sentido de expandir as escolas em âmbito

⁶² LOURENÇO FILHO, op. cit. p. 23.

⁶³ XAVIER, RIBEIRO E NORONHA, op. cit. p. 61-62 e FREIRE, op. cit. p. 51.

⁶⁴ XAVIER, Maria Elisabete. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. p. 137.

nacional. As escolas existentes, que ensinavam leitura, escrita, as quatro operações, gramática e doutrina católica, adotaram as práticas do *ensino mútuo*, que consistia em aproveitar, como monitores dos professores, aqueles alunos mais adiantados, capazes de transmitir o conhecimento recebido dos mestres supervisores.

Esse método, lançado com sucesso por Lancaster e Bell na Inglaterra motivada pela industrialização, e já em desuso à época, foi adotado no Brasil agroexportador e escravocrata, resultando em um desastre, traduzido na fragilização do ensino, e na demonstração de descaso do governo com a formação e remuneração dos professores.

Em 1831, a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade, fez com que o Brasil fosse governado por diferentes regentes. A administração centralizada, a vastidão do território, as dificuldades de comunicação, a economia com base agrária escravocrata, a falta de professores, são razões suficientes para explicar o pequeno desenvolvimento do ensino elementar, não obstante a reforma constitucional [Ato Adicional, em 1834], que, entre outras providências, deu às assembleias provinciais, competência para organizar e legislar a instrução primária e secundária. Subordinadas ao governo imperial, ficaram as escolas primárias da capital e as de nível superior.

O Brasil Imperial, embora tivesse a função de produzir matéria prima para o comércio das grandes potências mundiais, como um país dependente do sistema capitalista europeu, mantinha condições sócio-econômicas alicerçadas na escravidão negra e na agricultura extensiva, de moldes primitivos, que dispensavam o ensino popular. Os escravos, 25% da população, eram proibidos de se matricularem nas escolas, por isso, iniciavam seus estudos junto com os filhos de senhores de terras, com preceptores, padres ou leigos trazidos da Europa⁶⁵.

⁶⁵ LOURENCO FILHO, B.M. *Decinalia: a educação e os estudos pedagógicos no Brasil*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional [Obras Raras]. Ministério da Educação. 1960.

Binzer⁶⁶, preceptora alemã no Brasil do final do século passado, colocou sua visão do país e da educação da época em um depoimento preciso, de raro interesse e riqueza de detalhes. Fala de seus estranhamentos relacionados aos costumes que sua mentalidade européia não entende, como por exemplo: o carnaval com entrudos, laranjinhas e limões de cheiro que, num instante, deixavam as pessoas-alvo, molhadas e cobertas de polvilho; das escarradeiras de louça e do incrível hábito de cuspir; dos fogos de artifícios soltados em homenagem a São João; e do Natal sem pinheiros e sem neve. Quanto ao ensino, sua surpresa não pára de crescer, na medida em que vive experiências na cidade e no campo. Diz textualmente, *as melhores famílias, não mandam absolutamente as filhas para os colégios, e devido a isso esta sociedade é, em geral, a menos educada ou mais selvagem que se pode encontrar...* Mais adiante, mostra que diferentes culturas têm diferentes visões de mundo e admite que... *crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois o enxerto de planta estrangeira que se faz à juventude daqui, não pegará.* O que, na Alemanha seria um castigo, nas classes brasileiras não passava de simples brincadeira. E diz, ainda, *...Mas, - maravilha - sabe qual a minha impressão mais persistente? a do estranho, do exótico, sim de um estranho absoluto*⁶⁷.

Culta e espirituosa, analisa os resultados da educação brasileira que resulta em incoerências, tais como: pessoas instruídas que opinam sobre línguas estrangeiras, desconhecendo regras da própria língua; republicanos que ignoram a Constituição; positivistas que discutem os ensinamentos de Comte sem conhecer os mais elementares fundamentos. Descreve um país precário, quase selvagem onde...*nas aulas como na mesa, só se fala francês e com os pretos, português.* E, mais adiante, referindo-se às aulas dadas durante todo o dia sem intervalos ou descanso de férias, diz que *eles querem engolir cultura às colheradas...*⁶⁸

⁶⁶ BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.63.

⁶⁷ Ibid., passim. A autora se refere ao dia em que, seguindo os ensinamentos do livro de Boeman, pedagogo alemão, e estando as crianças em alvoroço, dá ordem cinco vezes repetida "Senta, levanta", gerando gargalhada geral.

⁶⁸ Ibid., p.28-29.

Carvalho⁶⁹, em suas considerações sobre a ausência de um sentido nacional, afirma que o ensino elementar não serviu como instrumento de socialização política. Para ele, os currículos não eram centralizados, nem se exigia qualquer tipo de aprendizagem cívica. O autor encontra, em José Veríssimo, educador e crítico literário, argumentos para fundamentar sua opinião de que a educação não formava cidadãos, o Brasil era ausente nas escolas brasileiras onde não havia concepção de pátria, pois o ensino da História se limitava a acontecimentos e listas de reis e governadores. Diz ele, *Os livros de leitura empregados no ensino primário não continham temática nacional, eram muitas vezes traduzidos ou publicados em Portugal, usando linguagem estranha ao falar das crianças brasileiras.*

Pode-se concluir daí que o ensino elementar arrastou-se desagregado e anárquico por todo o Período Imperial, ressalvadas as iniciativas da criação da primeira escola Normal da América Latina, em Niterói, no ano de 1834; na Bahia, em 1836; e, no Ceará, em 1845. Não faltaram planos e projetos na formação desses primeiros núcleos brasileiros de estudos de cunho pedagógico, e de formação de professores primários. Já em 1837, foi criado, como modelo a ser imitado pelas outras escolas, o Colégio Pedro II, que iniciou suas atividades no ano seguinte, nos moldes dos liceus franceses, recebendo como alunos os jovens pertencentes à elite agrária e política de todo o país. Ao final do curso recebiam diploma de bacharel em ciências e letras que os eximia de prestar *exames preparatórios*, realizados no Município da Corte, e com validade nacional para ingressar nas escolas de nível superior. Em relação ao quantitativo da população escolarizada, na época, assim se refere Lourenço Filho, citando **Pires de Almeida**.⁷⁰:

Em 1872, para um contingente demográfico de nove milhões, todas as escolas públicas e particulares, só possuíam cento e quarenta mil alunos; e, ainda ao findar-se o império, em 1889, para treze milhões, apenas duzentos e cinquenta mil alunos existiam

⁶⁹ CARVALHO, 1998, op.cit, p. 240.

⁷⁰ PIRES DE ALMEIDA, H.R. *L'instruction publique au Brésil*. Rio de Janeiro. 1889, apud LOURENÇO FILHO, 1960, op. cit. p.17.

A Guerra do Paraguai (1864-1871) foi a primeira experiência coletiva mobilizadora da nação como um todo, despertando entusiasmo nacional no seio da população brasileira. Construíram-se heróis. O imperador foi apontado como líder, unindo liberais e conservadores em prol de uma pátria comum. Em 1888 e 1889, a Abolição e a República constituíram-se em duas tentativas de firmar e definir a nação brasileira. A primeira, foi o surgimento do mais *importante movimento cívico de caráter nacional*; a segunda, não teve grande participação popular e com os problemas e conflitos que a acompanharam acabou por provocar debates em torno dos problemas nacionais.

Idéias e planos não faltaram aos estadistas brasileiros. São exemplos disso os seguintes fatos: em 1874, proposta de autoria de João Alfredo para a criação de escolas profissionais e de bibliotecas populares; em 1879, projeto de Leôncio de Carvalho para subvencionar colégios primários e criar escolas ambulantes e ensino para adultos; em 1882, medida tomada pelo Ministro Rodolfo Dantas para a criação de uma escola normal em cada província e de um fundo econômico destinado à educação popular; em 1879, a reforma de ensino, de Leôncio de Carvalho.

Vigorou nessa época a cultura de uma civilização agrária, baseada no latifúndio e na escravidão. O Governo priorizou o ensino acadêmico, mas este voltado para a preparação de uma elite que, com seus conhecimentos, especificamente direcionados às áreas de medicina, direito, engenharia e belas artes, beneficiaria a corte. O ensino primário e o secundário, entretanto, deixaram a desejar no que se refere à qualidade e quantidade de escolas que atendessem às necessidades da população. A extensão geográfica do país, a rarefação demográfica, a mesquinhez das fontes financeiras, o isolamento das vilas e províncias, a dificuldade de comunicação e, especialmente, a fragilidade das decisões políticas em favor da educação popular contribuíram sobremaneira para agravar a situação. Cumpre, no entanto, registrar o progresso ocorrido na preparação de professores primários, bem como o surgimento de idéias e programas apresentados pelos melhores oradores da época, mas que, na prática, não alcançaram o sucesso almejado⁷¹.

⁷¹ FREIRE, op.cit. p.53-63. XAVIER, RIBEIRO, NORONHA 1994, op.cit. p.82-101.

A Proclamação da República, embora tenha alterado a ordenação legal da educação brasileira, não provocou mudanças significativas, face à herança que recebeu do Império. Profundas discussões políticas, vigorosas e inovadoras, feitas por inúmeros oradores através de discursos de raro fervor ideológico, preconizavam como categorias inseparáveis: democracia, federação e educação. No entanto, poucos foram os planos executados. Dentre eles, destacaram-se as Reformas: de Benjamin Constant, em 1890, equiparando as escolas estaduais às federais; a Reforma Caetano de Campos, em 1892, em São Paulo; a de Epitácio Pessoa, em 1901, equiparando escolas privadas às oficiais, secundárias e superiores; a de Rivadávia Corrêa, em 1911, concedendo plena autonomia didática e administrativa às escolas; a de Carlos Maximiliano, em 1915, que reoficializou o ensino, mantendo rigorosa inspeção e criando o exame vestibular.

Foi preciso esperar o decênio dos anos vinte para que o debate educacional ganhasse um espaço social mais amplo, com a interpretação do papel da escola como insubstituível e decisivo na aceleração histórica. Para esse movimento foi significativa a contribuição da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, que agregou professores de diferentes graus de ensino, juristas, médicos e escritores, entre outros profissionais. A sociedade brasileira, demonstrando as marcas da transição do modelo agrário/exportador para o modelo urbano/industrial, exigia maior e melhor desenvolvimento educacional, e clamava por um ensino de caráter prático e utilitário a ser empregado, inclusive, em escolas adaptadas ao meio rural. A partir de 1927, a ABE promoveu as conhecidas Conferências Nacionais de Educação, com o objetivo de debater e fixar normas para uma política educacional. Realizou cursos de divulgação e levantou inquéritos sobre o ensino secundário e superior.⁷²

Um breve estudo sobre a situação da sociedade em outras áreas revela que, com relação à indústria, pode-se afirmar que já havia, no período colonial, um setor de

⁷² LOURENÇO FILHO, 1960, op. cit. p. 24.

transformação de bens, como: a produção de metais, a produção do sal, a utilização do óleo da baleia e, ainda, o trabalho nos estaleiros. Segundo **Oliveira**,⁷³

Ao longo do século XVIII, a unidade produtora continuava a ser a oficina, muitas vezes instalada na própria habitação... no Rio de Janeiro...estavam estabelecidos, em 1790, 375 mestres e 1500 aprendizes de ourives e prateiros, apesar da proibição de 1766.... Cada ofício tinha seu mestre e à mão de obra livre associavam-se os escravos nos vários setores de trabalho....Era muito ativo o beneficiamento da baleia encontrando esse setor mercado certo para tudo que fazia...A 'armação de baleias' era, tipicamente, uma manufatura concentrada.

Para o autor, inúmeros setores da economia da região eram dependentes da “armação das baleias” incluindo as construções de casas, engenhos e fortalezas; a calafetagem das embarcações sendo o óleo da baleia utilizado, também, como combustível na iluminação urbana, nas lamparinas e candeeiros *que deixavam cair a luz na parte mais central da cidade*. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro funcionava de modo semelhante concentrando inúmeras oficinas interdependentes, como por exemplo: carpintaria, ferraria, cordoaria, aproveitamento de fibras, fiação e tecelagem, etc..

Os anos de 1889 e 1920 são marcos cronológicos que definem a Primeira República, mas, de acordo com **Nagle**⁷⁴, não caracterizam grandes mudanças na história da educação, na medida em que permanecem indecisos os padrões e a política escolares que vigoravam no Império. O setor político pode ser definido pela “política dos Estados” ou “política dos Governadores”, denominação dada por Campos Sales para o sistema em vigor baseado no princípio: *O que pensam os Estados, pensa a União*. Esta política foi responsável pela inexistência de organização partidária, pela formação do coronelismo e, conseqüentemente, pela transformação dos Governadores dos Estados em eleitores dos Presidentes da República⁷⁵. Com a força e prestígio de Minas e São Paulo, não tardou a

⁷³ OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *A indústria fluminense – 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992. p. 30 e segtes

⁷⁴ NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica Universitária. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar: 1974, 1976. p. 4-22.

⁷⁵ Governos brasileiros da Primeira República (1889/1930): Deodoro da Fonseca–1889 a 1/891; Floriano Peixoto–1891/1894; Prudente de Moraes–1894/1898; Campos Salles–1898/1902; Rodrigues Alves–1902/1906; Affonso Penna–1906/1909; Nilo Peçanha–1909/1910; Hermes da Fonseca–1910/1914; Wenceslau Braz–1914/1918; Delfim Moreira–1918/1919 Epitácio Pessoa–1919/1922; Arthur Bernardes–1922/1926; Washington Luís–1926/1930.

perpetuação do poder na troca de representantes desses dois Estados formando o que se convencionou chamar “política do café com leite”. Tal fenômeno, o mais importante no setor político do período, e ligado aos interesses fundiários dos dois estados, transformou o café na principal mercadoria geradora de divisas para o Brasil. O país viveu a fase de instalação do capitalismo, na transição entre a etapa agrária comercial e a urbano industrial, vendo crescer a antiga questão que foi a dos ruralistas contra industrialistas.

A economia cafeeira desenvolveu a rede ferroviária, ampliou os serviços urbanos e portuários, fez crescer o trabalho assalariado no campo e na cidade, estimulando assim a produção industrial. Mas, por outro lado, criou disparidades entre diferentes regiões e classes sociais, concentrando renda nas casas exportadoras e na burguesia do café, formada por empresários com negócios diversos como bancos, comércio e outros empreendimentos urbanos. Acentuou desigualdades sociais, principalmente nos períodos de crise provocados pelo mercado internacional.

Nas duas primeiras décadas do século XX, foram difundidas idéias e movimentos político-sociais. Surgiram o anarquismo, o socialismo e o comunismo, movimentos que contribuíram para a consciência de classe dos trabalhadores, especialmente italianos e espanhóis, para a participação dos operários na organização da sociedade brasileira e para as primeiras mudanças na legislação trabalhista. Chegaram a fundar suas próprias escolas que, contudo, não sobreviveram satisfatoriamente, em virtude das atitudes do governo que, apoiando a classe dominante, e resistindo às novas idéias, reprimiu as lutas reivindicatórias e inibiu a realização de comícios e manifestações populares⁷⁶.

O declínio dos movimentos operários e do desenvolvimento de ideais nacionalistas, que surgiam à procura de uma educação escolar visando à formação profissional necessária a uma sociedade urbana industrial que se iniciava, é a marca da década de vinte. O Nacionalismo ou o sentimento nacionalista originou-se a partir das

⁷⁶ NAGLE, op. cit. p.35-43

noções de amor à Pátria e de moral e civismo, divulgadas nos livros didáticos de autoria de Olavo Bilac e Coelho Neto.

Nas primeiras décadas do século, um esforço de produção literária para crianças estava imbuído desse sentimento nacionalista. Edições como a revista, *O Tico-Tico*, criada em 1905, por Ângelo Agostini e publicada até 1956, agradava às crianças pelas suas histórias narradas, entre as quais as de Vovô Felício, escritas por Vicente Guimarães; Carrapicho de J. Carlos; Reco-Reco, Bolão e Azeitona, personagens de Luís Sá. Surgiram ainda Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Alberto Torres, que divulgaram em suas obras um esmagamento da população rural em estilo forte e denso.

A religião no Brasil também teve o seu momento de destaque: já na primeira Constituição republicana estabeleceu a independência entre a sociedade católica e a sociedade civil. Nos anos trinta, D. Sebastião Leme, então arcebispo coadjutor no Rio de Janeiro, fez um chamamento geral, conclamando a população para a necessidade de recristianização de modo que a igreja católica voltasse a exercer maior influência espiritual nas camadas intelectuais brasileiras. Para tanto, foram tomadas, entre outras, as seguintes medidas: criação da revista *A Ordem* e do Centro D. Vidal; fundação da Confederação Católica, mais tarde transformada em Ação Católica Brasileira; organização do Congresso Eucarístico, momento importante na luta contra a apatia dos católicos; e publicação de uma Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro em comemoração do Centenário da Independência⁷⁷.

As primeiras idéias de uma unidade nacional começaram a se estruturar já na guerra do Paraguai quando da organização do Exército que, por sua vez, deu origem ao embrião do movimento tenentista. Com propósitos diferentes, embora com liderança definida, os tenentes planejaram e executaram sua participação nos movimentos de 1922, 1924, 1926. Em 1930, integraram um movimento heterogêneo, organizado por políticos, o tenentismo, que tem sido interpretado como um esforço da classe média para se incorporar à estrutura de poder; como elo entre as dissidências oligárquicas; como meio de

⁷⁷ Ibid., p. 57-64.

mobilização social de elementos das classes menos favorecidas e como um movimento com características antiliberais e antidemocráticas, com desprezo pelo “elemento popular”⁷⁸.

O ano de 1922, ano do centenário da independência do Brasil, foi escolhido para a explosão de um movimento que vinha tomando forma desde 1917. Assim, em fevereiro de 22, planejado para causar impacto, tem início o grande acontecimento que foi a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo. Foi um movimento interdisciplinar, tão variado quanto ousado, que reuniu talentosos intelectuais e artistas. A Semana marca um momento de rompimento com o servilismo aos modelos europeus e com as convenções aceitas no domínio da pintura, escultura, literatura e gramática. O modernismo era movido pela alegria, pelos disparates, pelas folias, mas foi um marco histórico, definindo o que de mais sério e original aconteceu no Brasil à época. Segundo Nagle⁷⁹, porém, *Foi um movimento contraditório, dispersivo a partir de certo ponto, bem como inseguro* Incontestavelmente, representou uma corrente de idéias e um movimento político-social. Dele, nasce o integralismo, também com raízes profundas em formações oligárquicas do País. Para Nagle⁸⁰, no integralismo, *o nacionalismo apresenta-se como principal núcleo do pensamento do grupo, e dele se desenvolverão posições relacionadas com a literatura e também com a ordem política, econômica, social e cultural*

Ainda com base nas idéias de Nagle e sob o ponto de vista da história da educação, 1889 e 1930 são apenas marcos cronológicos que definem a Primeira República sem maiores significados em relação a grandes mudanças no sistema escolar brasileiro. É o medo, quase irracional, de aceitar o novo, que dificulta, e até mesmo impede, que mudanças educacionais aconteçam. Enquanto o mundo caminha, assustando com a capacidade de transformação, o professor tende para a inércia, a rotina, a repetição. A crítica, o debate, a dúvida metódica, o diálogo inexistiam no sistema escolar. Ainda são práticas pouco comuns nas escolas de hoje, mas foram, parcialmente, adotadas, durante as Missões Culturais, no Rio de Janeiro, em 1944/45.

⁷⁸ Ibid., p. 70-74.

⁷⁹ Ibid., p. 84.

⁸⁰ Ibid., p. 85.

Retomando o caminho percorrido pelo país, vale registrar que o primeiro surto industrial aconteceu na segunda metade do século XIX, quando, por caminhos terrestres, ainda se utilizava o lombo dos animais, que foram gradativamente substituídos pelos transportes: marítimo, fluvial, e terrestre, este já com o favorecimento das estradas de ferro.. À atividade salineira, a princípio artesanal, depois industrial, sucederam o beneficiamento dos produtos da baleia, com mercado garantido, e a construção naval. Tanto a “armação das baleias” quanto o Arsenal da Marinha era composto de “*inúmeras oficinas que operavam trabalhos de ferro, madeira, corda*”, entre outras⁸¹. Houve crescimento do comércio e desenvolvimento da indústria, especialmente no início da República e durante a Primeira Guerra Mundial. O quadro econômico social do Brasil, desde então, exigia que a escolarização deixasse de ser elitista, aristocrática, importada, para se tornar profissionalizante e popular. Mas foi preciso esperar a década dos anos vinte, para que as discussões de temas educacionais deixassem de ser retórica de parlamentares e ganhassem espaço como questão fundamental para o destino do país, alvo de interesse coletivo e de salvação nacional. Nagle⁸² assim se expressa sobre o período:

A consequência desse estado de espírito foi o aparecimento de amplas discussões e freqüentes reformas da escolarização. O que distingue a última década da Primeira República das que as antecederam, foi justamente isso: a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis.

O processo educacional passa a ser visto como a salvação do homem e a *redenção social do brasileiro*, que Nagle chama de *entusiasmo pela educação*, período em que ocorreram freqüentes debates, desencadeando uma seqüência de reformas na escola brasileira. No plano das realizações de âmbito federal, são exemplos disso a criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920), a criação da Universidade de Minas Gerais (1927), e a reformulação da escola secundária, profissional e superior (1925 e 1926). Na esfera estadual, destacam-se as Reformas Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Francisco Campos, em Minas Gerais

⁸¹ OLIVEIRA, G. de Beauclair. op. cit. passim

⁸² NAGLE, op. cit. p. 100 e sgts.

(1927); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro (1928); Carneiro Leão, em Pernambuco (1929); e, Lourenço Filho, em São Paulo (1930). Todas elas, incluindo a Reforma Rocha Vaz, de 1925, deram ânimo novo aos educadores e serviram para ampliar a clientela escolar e a rede de instituições educacionais.

Enquanto o *entusiasmo pela educação* se caracterizou pelo esforço em difundir a escola com o paradigma existente, um outro movimento, que **Nagle** chama *otimismo pedagógico*, enfatizou a substituição de um modelo educativo por outro. Isso acontece de forma mais bem delineada com a introdução das idéias da Escola Nova, revelada com diferentes matizes nos diversos níveis e tipos de escola, com a característica comum de procurar deslocar o educando como ator e centro do processo educativo.

Entretanto, ampliar o modelo dominante e reestruturar os padrões da educação era o pensamento da época, que se firmava nos conceitos de que o povo é ignorante; a ignorância é causa de todos os males e crises, sem a educação não há organização e que resolvido o problema da instrução pública todos os demais problemas políticos, sociais e econômicos ficariam solucionados. A soberania popular, embora em regime democrático, não contemplou a educação das massas, servindo mais a determinadas classes sociais.

As afirmações que se seguem comprovam essas idéias ...

Vê-se que o objetivo da escola é a educação burguesa e que os que não aspiram às profissões liberais – a maioria – jazem abandonados, recebendo uma educação que lhes não aproveita e não convém. (...) Temos que reconhecer um estado de cousas existente e agir de acordo com ele. A verdade é que possuímos classes sociais bem diferenciadas: - os ricos em pequeno número, misturados à classe média, composta de intelectuais, industriais, comerciantes, etc., criaturas 'bem nascidas', em geral abastadas, ou pouco menos, com aspirações, vaidosas, forradas de preconceitos: - os proletários homens do trabalho manual, seres de aluguel, que trabalham para não se deixar morrer de fome, em geral explorados e maltratados, constituindo a maioria: - finalmente a ralé, o refugo social originado, por degradação, de todas as camadas⁸³.

⁸³ PESSOA, Frota. *A educação e a rotina: teses heterodoxas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1924. p. 74-75.

Todas as reformas ocorridas são acontecimentos que se destacam no âmbito cultural da época na defesa de uma escola capaz de contribuir para a nacionalização do país. O movimento, que veio a ser mais conhecido como escolanovismo, entrou na década de trinta tendo que enfrentar a igreja católica, o que produziu o conhecido Manifesto dos Pioneiros. Se a Primeira República aconteceu sem a participação popular, sua derrubada, o movimento de 1930, mais conhecido como revolução, teve caráter civil-militar com apoio e participação nacional. As manifestações de massa foram acontecendo, veio o golpe de 1937 e a implantação da ditadura de Vargas que foi até 1945.

Com a Revolução de Trinta, a Igreja, uma instituição organizada em todo o país, se transformou em força social integrada ao processo político, uma vez que seu ideário interessava a vários segmentos da sociedade, em especial o da classe dominante. A inauguração da imagem do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, com a participação do Papa (ainda que a distância) e mobilizando extraordinário grupamento de católicos dos mais longínquos recantos do país, foi um ato interpretado como valiosa força a ser aproveitada como apoio político, já que se deu às vésperas da Constituição de 1934. A Igreja tratou de cristianizar as elites intelectual e política, e demais camadas da população, fazendo aliados, inclusive, entre os partidos de todo o território nacional.

O ano da Revolução Constituinte -1932-foi também o da criação da Liga Eleitoral Católica e tempo de grandes discussões e polêmicas vigorosas entre católicos e liberais. Para os primeiros, conservadores, a paz de Cristo e os líderes intelectuais católicos poderiam curar todos os males do Brasil. Para os liberais do grupo renovador, os Pioneiros da Escola Nova, a salvação se encontrava no humanismo científico-tecnológico⁸⁴.

O aprofundamento nos estudos feitos para esta pesquisa permite concluir que houve continuidade da influência católica, seja através de cursos de formação seja na produção de livros didáticos. Na verdade, porém, foi em 1932, ano do Manifesto dos

⁸⁴ CURY, Jamil C. R. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 3.ed. São Paulo: Cortez Autores Associados. 1986, *passim*. PRADO, Adônia Antunes. *Os conceitos de educação e de homem no Brasil no período do Estado Novo: 1937-1945*. 1995. 144 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

Pioneiros da Educação Nova, que ocorreu, entre as duas correntes, uma luta acirrada especialmente marcante e radical de ambos os lados.

Uma poesia que finalizava um discurso feito em reunião da Liga Eleitoral Católica, realizada em Niterói, com a participação de professores de diversos Estados comprova como se desenvolvera forte o espírito de catequese; de valorização do professor como um iluminado, fadado a ser mentor de almas, a colocar o saber lado a lado com a virtude e a fé.

Ser Mestre!

Ser Mestre é nascer predestinado a ser guia e pastor.

É ter n' alma um farol.

É ser estrela.

É fazer sua pátria inda mais bela.

É tornar sua raça inda mais forte.

*É nas lidas do estudo e do saber
só tombar vencedor!*

*Ser Mestre e ser cristão é ter a glória de com Deus trabalhar
no cultivo das almas.*

*É formar aos poucos, dia a dia,
os corações que se abrem
para as lutas da vida!*

É acender

*à luz de sua fé, doce esperança
nessa pátria maior, onde o saber reina a par com a virtude.*

É ensinar que vale bem viver para alegre morrer.

*Mestres cristãos, a minha voz se eleva num surto de imensa gratidão
em nome do Brasil que vos acena as suas esperanças.*

*Em nome da criança a quem sorrindo abris o livro e ensinais a ler;
pela mocidade que em minha alma canta,
pela família, abençoada e santa que a vós confia os tesouros seus,*

*pela grei que os destinos aclarais,
pela Igreja e por Deus.*

*M. P. das Neves
Niterói, 18/9/1932*

Observa-se que, para os católicos daqueles tempos, não poderia haver educação e aprendizagem sem a presença de Deus, da bondade e do perdão, da esperança e da fé. Só com a paz de Cristo e a difusão do catolicismo, seria possível acabar com o mal do mundo e com as raízes intelectuais ruins existentes. Um trecho lido em programa da Rádio Fluminense, que cedia 15 minutos para os educadores católicos, reafirma essa idéia.

*Vou a pensar nas criancinhas, tantas, a quem não mais preocupam as cousas santas, esses pobres pequenos dessas terras sem Deus a quem nunca se diz palavras de esperanças, nunca lampeja o ideal de um Pai do Céu – justiça e caridade –, de uma Mamãe do Céu – proteção e bondade – a quem não mais se ensina a glória do perdão em que se esmaga o ardente e humano coração para criar no peito motor vazio e ôco, que luta e se agita isento de expressão!...*⁸⁵

Em contraposição aos ideais da Igreja Católica, o Manifesto dos Pioneiros da Educação, baseado na ciência, é um documento histórico que propunha diretrizes para uma política educacional, marcando um momento de compromisso e responsabilidade na conjuntura do movimento revolucionário de 1930. Sua clareza e lucidez o fazem atual ainda hoje. Começa valorizando a educação⁸⁶ como condição primeira, e energia propulsora para o desenvolvimento e reconstrução nacional, uma vez que é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo das influências culturais e o desenvolvimento das aptidões... Segue criticando as reformas desarticuladas e fragmentadas, quase sempre arbitrárias, pobres em seus alicerces econômicos e com visão parcial dos grandes problemas da educação. Aponta, ainda, para a necessidade de se definirem os fins e os meios de realização do ensino, tendo como local privilegiado a escola, de onde parte uma ação extensiva e intensiva sobre os alunos. Reconhece o direito

⁸⁵ Estes trechos, incluindo a poesia e o programa de rádio, pertencem ao acervo particular de Elza Neves, do qual foi copiado, mantendo-se a forma e a grafia.

de todos à educação, até onde permitam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Propõe, assim, uma educação mais humana, mais igualitária, com oportunidades para todos, independente das classes sociais a que pertençam, formando a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades. E ainda, nessa escola socializada, onde o trabalho é considerado a melhor maneira de estudar, deve-se restabelecer a disciplina, a solidariedade e cooperação.

O Manifesto, ao tratar a educação como um problema social⁸⁷, defende a escola pública gratuita, obrigatória e leiga. Está também retratando as concepções e a filosofia da época, onde havia ascensão de outras classes sociais, originárias da nova ordem social, consequência das mudanças do país de agrário-exportador para urbano-industrial e das situações provocadas pelo coronelismo, nepotismo e partidarismo, então existentes.

Com a assinatura de inúmeros professores, foi divulgado no Rio de Janeiro e em São Paulo, esse documento, dos profissionais de vanguarda, através do qual,

...lançaram-se as diretrizes de uma política escolar inspirada em ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper com as tradições excessivamente individualistas da política do país, fortalecer os laços de solidariedade nacional, manter os ideais democráticos de nossos antepassados e adaptar a educação, como a vida, às transformações sociais e econômicas, operadas pelos inventos mecânicos que governam as forças naturais e revolucionaram nossos hábitos de trabalho, de recreio, de comunicação e de intercâmbio⁸⁸.

As fontes documentais analisadas permitem concluir que os realizadores das Missões Culturais receberam influência de conservadores e renovadores, na medida em que transparecem liames com a religião e a moral, a cidadania, a ciência e a ética.

⁸⁶ CURY, op. cit. passim. CÂMARA Marcelo de. O manifesto revisto e atualizado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 65(150): 407-25, maio/ago. 1984.

⁸⁷ Paschoal Leme, em entrevista concedida a esta pesquisadora, diz: *A sociedade tem que se organizar primeiro, para que permita que todas as crianças possam ir a esta instituição que nos preocupa aqui, no momento. ...A escola brasileira está em decadência? Nada disso, a escola brasileira é aquilo que o Brasil pode ter. Vamos melhorar o Brasil, que a escola imediatamente melhorará também. Nos períodos de evolução progressista a escola caminhou. O que aconteceu naquela época das reformas de vinte e trinta foi que o país ia passando do regime agrário para o regime industrial e a escola jesuítica não atendia mais àquela situação. O que empurra a evolução da escola é o progresso da sociedade.*

⁸⁸ AZEVEDO, Fernando. op.cit. p. 660.

No Brasil, no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas implantou, com aceitação da classe dominante, uma nova fase de governo marcada pelo autoritarismo e valorização do trabalhador, construindo uma imagem de amigo, pai, dirigente e guia do povo.

*Em 1943, Vargas promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que assegurava ao operário a previdência social, direito de aposentadoria, salário mínimo, jornada de oito horas, férias e descansos semanais remunerados.*⁸⁹

Vargas tinha para o Brasil um grande projeto político visando ao desenvolvimento nacional, centrado na captação de recursos externos, no controle das forças políticas, dos lucros exagerados e dos sindicatos. Desencadeou forças modernizadoras, expandindo a economia e a educação. Exigiu o respeito aos trabalhadores, garantindo e ampliando as leis que os amparavam e assegurando o direito à propriedade. Não era um socialista, era o que se pode chamar um gestor social. Sob uma ideologia populista de base autoritária e capitalista, foi o grande construtor da modernização brasileira. Com a educação e o doutrinismo cívico ufanista, forjou uma ideologia nacionalista. Na verdade, um nacionalismo pragmático que prevalecia em determinadas circunstâncias de acordo com a conveniência do poder. Uma dominação camuflada e estratégica de subordinação das classes operárias na medida em que o Estado, investido de árbitro dos conflitos de classe, intervinha na direção e controlava os sindicatos estruturados, à época, com representatividade dividida, meio a meio, entre patrões e empregados. O controle ideológico era exercido pelo DIP. O Estado Novo, regido por uma Constituição autoritária, representava a formação de uma ditadura, impedia as liberdades individuais, proibia as greves e manifestações populares, e, tendo fechado o Congresso, as Assembléias e as Câmaras Municipais, concedeu ao presidente da República o direito de governar por decretos⁹⁰.

A conjuntura econômica internacional contribuiu para a consolidação do Estado Novo, já que a dificuldade de importação, devido à Segunda Guerra Mundial,

⁸⁹ MATOS & NUNES, op. cit. p. 246.

⁹⁰ Ibid., p. 157-162.

facilitou o crescimento da indústria brasileira. A burguesia agro-exportadora se beneficiou com a *intervenção reguladora do Governo, protegendo a economia através da criação de novos organismos centralizadores ... e do crédito agrícola; manutenção da estrutura agrária e das condições de trabalho no campo; e contenção das forças populares*⁹¹. E até intelectuais como Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, equivocadamente, apoiavam o novo regime, forte e autoritário, que tinha por base reconhecer a presença das classes populares sem, no entanto, abrir mão do controle sobre elas. As palavras que se seguem são de **Azevedo Amaral**⁹² citado por **Alencar** (1996, p.321)

O estado autoritário tem uma doutrina em torno da qual podemos postular a existência de um consenso de opinião nacional... Consentir em atividades políticas contrárias a essas ideologias seria um ato de suicídio, uma lamentável manifestação de imbecilidade política. O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria nação.

A prática do regime democrático só é possível onde as massas populares espontaneamente aceitam uma hierarquia de valores e se submetem sem relutância à direção espiritual e política de chefes implicitamente reconhecidos como guias e orientadores da coletividade.

Getúlio soube explorar as rivalidades entre a Alemanha e os EUA, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, ainda que com limitações na produção e qualidade do aço, e o Conselho Nacional do Petróleo, nacionalizando sua exploração e refino. Apesar desses avanços, não conseguiu a sonhada independência econômica, e mais ainda, a propriedade rural continuou concentrada, mantendo o trabalhador rural em condições de vida precária, difícil, sem proteção médica e trabalhista.

Conquistou o povo como “político generoso”, “homem forte e não homem de força”, “pai dos pobres”, “homem sem ódio nem vaidade”. Conciliador e não vingativo, conseguia seguidores, com facilidade, para seu projeto e para o Brasil. Não descuidou da educação. Ampliou, reformou e construiu escolas, propôs mudanças e mediou conflitos e confrontos, desagradando alguns e privilegiando outros. Entretanto, não se tem

⁹¹ ALENCAR, Chico, CARPI, Lúcia, RIBEIRO, Marcus V. *História da sociedade brasileira*. 14 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. p. 321.

⁹² AZEVEDO AMARAL, A. J. de. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1934. p. 252.

notícias de outro chefe de República, no Brasil, que tenha paraninfado uma turma de normalistas. Isso aconteceu no Rio de Janeiro, em 1944, no Instituto de Educação, e foi registrado em uma publicação da Federação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro. São de seu discurso, as palavras que se seguem,

As grandes noções que conformam a mentalidade de um povo adquirem-se na escola. Ensinar o que é Pátria, Família, Sociedade; temperar os ânimos para lutas maiores; inculcar a coragem cívica; estabelecer as normas salutaras do trabalho e da disciplina: são algumas das tarefas imediatas que tereis de desempenhar. de enorme repercussão na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, na vida da comunidade.⁹³

E, mais adiante, demonstrando o pensamento da época,

Presidindo hoje à cerimônia máxima de vossa vida escolar, a recompensa de oito anos de estudo, de labor metódico, quero dizer, por vosso intermédio, à juventude do Brasil que confio e espero tudo do seu valor.

Finaliza conclamando,

Professores e professoras – O vosso sacerdócio reclama altas virtudes, fortaleza de ânimo, coragem invulgar, paciência, tenacidade.

Tendes a alma cheia de idealismo, uma concepção justa das necessidades nacionais e sólido preparo profissional. Podeis empenhar-vos, com todas as energias da vontade, na grande luta pela difusão do ensino popular.

O governo amparará e auxiliará o vosso esforço e a Pátria há de premiá-lo com o reconhecimento das novas gerações.

Em vista do que foi narrado, fica demonstrado que o Brasil nasceu sob a marca da dependência externa, baseado no trabalho servil, com latifúndio, monocultura e escravidão. Assim, durante o período colonial, existiu para benefício da metrópole, e se tornou império ao assumir a dívida de Portugal com a Inglaterra. Dívidas, dependência, juros, imposições do capital estrangeiro são alguns desassossegos que permanecem até hoje. Com maior ou menor acesso à escolaridade, a população vive sem conhecer e reivindicar seus direitos de cidadãos. Guerreiro, o povo sobrevive mais pela resistência criativa do que pela escolaridade....

⁹³ VARGAS, Getúlio. Oração do paraninfo. *Revista Fluminense de Educação*. Niterói., n. 2, p.6-8, jan. 1994. Foi mantida a grafia do texto.

Conforme foi visto, a matriz do Brasil colonial - o saber, o poder, as decisões autoritárias dos governantes que estimularam a cultura da impunidade, dos privilégios, das injustiças permaneceram durante a Primeira República. Não houve mudança estrutural. Proliferaram as leis e as instituições, nem sempre condizentes com as necessidades e condições de vida social, embora necessárias para a regulamentação do ensino e para disciplinar e sistematizar o campo educacional. A Primeira República foi, contraditoriamente, autoritária, “coronelistas”, “café com leite”, oligárquica.

Os anos trinta, ao contrário, trouxeram mudanças, debates calorosos com as discussões entre católicos e pioneiros. Os primeiros, desejando manter o que já estava instituído; os outros, impondo novas concepções. Faltou uma reflexão ponderada e mediadora que os levasse a uma crítica mais produtiva para o Brasil. O confronto, substituindo a mediação, resultou em prejuízo para as populações mais pobres da sociedade. Uns querendo manter a moral e a ética sob a proteção dos ideais de Deus; outros desejando inovar sob a ideologia liberal, capaz de manter a paz e a cooperação..

A escola ensina a ler, escrever, calcular, reconhecer fatos históricos e acidentes geográficos – o que permite a aquisição de novos caminhos e o desenvolvimento do senso crítico. Mas é também responsável pela inculcação da cultura dominante que hoje faz do individualismo uma virtude e da acomodação política um hábito rotineiro.

Nesse sentido pensamos que se reavaliarmos a História recente do país, veremos que a República, o Estado Novo e o governo militar implantado em 1964, foram decorrência de golpes. Assim, pode-se perceber que a exceção tem sido a democracia e a regra o autoritarismo, evidenciando, ainda que camuflado, em um visível desrespeito às leis e ao cidadão.

Fizemos essa breve recuperação da História da Educação brasileira para mostrar o contexto da época em que aconteceram as Missões Culturais que podem ser entendidas a partir da crença e valorização da educação demonstrados pelos agentes que delas participaram. Constituindo-se em um movimento de penetração cultural e de expansão do trabalho de assistência social e educacional dentro do processo de urbanização e industrialização do Brasil, eram formadas por funcionários do governo com objetivo de

combater a ignorância e as moléstias, levando assistência profissional e esclarecimento espiritual à gente rude das regiões praianas e campesinas.

Pode-se dizer que o produto dos trabalhos realizados transcendeu os do ambiente escolar e atingiu a comunidade do campo em seus aspectos mais amplos de saúde, higiene e civilização. Na tentativa de romper com o autoritarismo da ditadura, enfrentou, como um dos maiores desafios, a busca no sentido de encontrar uma forma de estabelecer as bases para uma cidadania que fosse social, política e economicamente real e substantiva, e não um mero processo eventual e passageiro.

Nos próximos capítulos será feita a descrição ampla do que foram as Missões Culturais. Antes disso, no segundo capítulo, será feita uma análise das peculiaridades do Estado do Rio de Janeiro, considerando o espaço geográfico onde o trabalho foi desenvolvido.

CAPÍTULO II

AS MISSÕES CULTURAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: DA VELHA PROVÍNCIA AO AMARALISMO.

Conhecer a História do Rio de Janeiro, parte articulada e fundamental da História do Brasil, faz-se relevante, nesta pesquisa, para esclarecer e distinguir a especial importância da cidade do Rio de Janeiro, bem como do Rio de Janeiro, Estado, uma vez que esse foi o contexto sócio-político onde foram realizadas as Missões Culturais. Para a discussão e interpretação do Projeto, é preciso conhecer as transformações ocorridas⁹⁴, ao longo do tempo, as modificações do espaço geopolítico e as influências que tais modificações exerceram nas áreas da saúde, da educação, da família, da pátria e da religião.

Entre os percalços vividos na busca de fontes para a pesquisa, uma, em especial, se constituiu em barreira de difícil transposição: encontrar fontes e documentos que retratassem, especificamente, a História da Velha Província do Rio de Janeiro. Finalmente, junto a um livro encontrado, surge a explicação. A obra ímpar de Clodomiro Vasconcellos⁹⁵ descreve, em seu prefácio, a facilidade com que os governantes satisfaziam

⁹⁴ FAUSTO, op. cit. passim. O atual município do Rio de Janeiro foi capital dos Vice-Reis, em 1763; capital do Império, em 1822; passou a Município Neutro em 1834; e sede do governo republicano, com o nome de Distrito Federal, em 1889. Com a inauguração de Brasília, em 1960, passou a Estado da Guanabara e, a partir da fusão com o Estado do Rio de Janeiro, em 1974, tornou-se capital do novo Estado.

⁹⁵ Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, filho de Afonso Vasconcellos e de Carlota Matoso Maia Vasconcellos, nasceu no Distrito Federal. Com a morte do pai, na revolta de 1893, deixou seus estudos na Escola Politécnica para atenuar as necessidades domésticas, trabalhando como modesto professor primário. Por concurso, passou a Inspetor Escolar em Moxambomba – RJ, hoje Nova Iguaçu. Mais tarde, em Itaguaí, planejou a Escola Modelo Agrícola e o Instituto de Ensino Modelo, abandonando as duas iniciativas por falta de recursos. Dava aulas de geografia, história, pedagogia, matemática e realizou obra fecunda na região de Itacurussá relacionada à agricultura. O impaludismo o afastou do magistério levando-o ao jornalismo, onde foi reconhecido pela sua cultura e trabalho. Foi Diretor Geral da Instrução Pública, cargo que corresponde, hoje, ao de Secretário de Educação; foi Deputado Estadual onde presidiu a Comissão de Finanças, publicou

a vaidade de seus correligionários políticos, fornecendo, generosamente, os meios solicitados para construções de pontes e prédios, desnecessários para a prosperidade dos povoados e contrários à expectativa de seus habitantes, em detrimento da preservação da memória, de pesquisas, do saber. E enuncia, com firmeza⁹⁶:

Mas, quando se tem que remunerar o trabalho intellectual, qualquer migalha chega para quem a esse trabalho se entregue – em geral, os que se dão às pesquisas ou estudos de história, são gente de pouca roupa, e uma codea lhes basta. E, mesmo sem esta codea se satisfazem, tão affeitos andam ao sacrificio.

Lamentando o descuido com as coisas públicas, é explícito, ao dizer:

Edifícios sob cujos tectos se realizaram grandes solenidades – recepções a imperantes, assembléas e conferencias decisivas para a politica regional e geral, e para a administração local, têm desaparecido, e delles não ha uma photographia, uma descripção, elementos, enfim, que são material indispensavel ao historiador de amanhã.

Embora datada de 1928, essas idéias e fatos percorreram o tempo das Missões e persistem ainda hoje. O governo mantém uma retórica a favor da educação para o desenvolvimento, e, na verdade, exerce uma prática incompatível com seu discurso ao oferecer baixos salários aos professores e condições de trabalho insuficientes. Se havia o voluntariado, incluindo os “missionários” nos tempos de Amaral Peixoto, hoje há os *amigos da escola*. No exercício do magistério, uns e outros contribuem com esforço voluntário para o serviço público, vinculado ao ensino e à cultura, movidos, sempre, pelo amor ao trabalho e à terra, a serviço da Pátria. Idéia explicitada por **Vasconcelos**, no final do prefácio:

Satisfaz-nos a certeza de que servimos ao Estado do Rio de Janeiro desde que, aos fluminenses que frequentam as escolas, fornecemos, atravez da patriotica iniciativa ... um volume sem pretenções, mas ... no qual encontrarão uteis referencias ao passado da terra querida em que nasceram, dessa terra abençoada por Deus.

uma “Cartilha” para a escola primária, um Atlas do Brasil, Corografia do Estado do Rio de Janeiro, e a História do Estado do Rio de Janeiro, este último, fundamenta esta minha pesquisa. MAUL, Carlos. Patronos de escolas fluminenses. Segunda série. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e Cultura do Estado: Divisão de Assistência Cultural, 1957, p.25-27.

⁹⁶ VASCONCELOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo. 1928, p.8-42. (Foi conservada a grafia do livro).

O tempo transcorrido foi insuficiente para mudar a crença e a responsabilidade dos integrantes de um projeto pedagógico a serviço de um povo que via na escola e no saber o meio eficaz de ascensão social. Nos anos 40-50 ainda existia o *entusiasmo pela educação*, e a certeza da redenção da pátria pelo ensino sendo que os professores eram mais preocupados com a inclusão de Deus em suas tarefas do que com as recompensas materiais. Ao magistério associavam o sacerdócio, visto como adequado e indispensável no exercício da profissão.

Vasconcelos conta, em seu livro, que o território do Estado do Rio de Janeiro teve sua origem nas terras da Capitania de São Tomé, ou Paraíba do Sul, e da Capitania de São Vicente (Foto n. 2, p. 183). A primeira, doada, em 1536, a Pero Góes da Silveira, compreendia o espaço entre o Baixo dos Pargos, perto da foz do Rio Itapemirim, e se estendia até treze léguas ao norte de Cabo Frio onde habitavam os índios da tribo *Goitacá*⁹⁷, temidos por sua valentia, habilidades e crueldades, jamais vencidos pelos colonizadores. Esses índios foram exterminados em fins do século XVIII, por uma epidemia de varíola propositadamente espalhada entre eles. Na região das montanhas habitavam os índios *Puris*. A Segunda capitania, a de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa, começava nas proximidades do rio Macaé e atingia, no litoral sul, Cabo-Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba e São Vicente, indo até a foz do rio Juqueriquê. Eram terras habitadas pelos *Tamoios* e *Guaianás*. Com o passar do tempo, decisões políticas ora reduziam, ora ampliavam o território fluminense até que, com a criação da Província do Rio de Janeiro, foram fixados os seus limites: a oeste com a Província de São Paulo; ao norte, com as Minas Gerais e Espírito Santo; a leste e ao sul, com o Oceano Atlântico⁹⁸.

⁹⁷ BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. p. 113. “Os Goitacá mais pareciam ‘homens anfíbios do que terrestres’... ‘ao se verem acossados, metem-se dentro das lagoas, onde ninguém os alcança, seja a pé, de barco ou a cavalo’... ‘eram capazes de capturar peixes a braço, mesmo que sejam tubarões, para os quais levam um pau que lhes metem na boca e como o tubarão fique de boca aberta, que não a pode cerrar com o pau, com a outra mão lhe tiram por ela as entranhas, e com elas a vida, e o levam para a terra, não tanto para os comerem como para dos dentes fazerem as pontas de suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas”

⁹⁸ VASCONCELOS, 1928. loc. cit

Uma análise, ainda que superficial, do mapa do Estado do Rio de Janeiro, mostra um território acidentado e recortado por grandes rios, sendo maior e mais importante o Paraíba do Sul, devido, inclusive, à sua influência no desenvolvimento econômico do Estado. Entre o mar e a serra está a baixada com terreno arenoso e alagadiço. O litoral, de contorno irregular, oferece riqueza de possibilidades, especialmente na região da Ilha Grande, da Guanabara e de Cabo Frio, onde as baías, enseadas e sacos facilitaram a construção de portos e vilas. Além desses grandes recortes do litoral, há a foz dos rios, cada uma delas um ancoradouro natural e seguro para as caravelas do tempo da colonização e para as embarcações que transportaram os missionários do século vinte.

Revisitando a História do Rio de Janeiro, percebe-se que a pretensão dos franceses de fundar ali uma colônia – a França Antártica – define um marco histórico cuja maior referência foi a intervenção ocasionada nas vilas junto à baía, e na distante Cabo Frio. (Foto n.3, p. 184)

Com recursos do governo francês, e com a intenção de explorar as riquezas do Brasil, chegaram ao Rio de Janeiro, em 1555, dois navios com 800 homens chefiados por Villegaignon e se instalaram na ilha de Serigipe onde construíram o forte de Coligny⁹⁹. A instalação desses estrangeiros e sua integração com os índios da região, os *Tamoios*, foram realizadas sem que houvesse reação por parte do governador geral, Duarte da Costa. Em 1558, quando Mem de Sá o substituiu no governo, enquanto aguardava recursos para atacar os franceses, tratou de pacificar os índios, hostis aos portugueses devido aos maus tratos frequentes. A luta, ocorrida em 15 de março de 1560, deu vitória aos portugueses que, ao invés de assumirem o comando do forte, fizeram dele ruínas, deixando desprotegida toda a região. Este fato permitiu o retorno de franceses refugiados no interior sob a proteção dos *Tamoios*, que lhes fornecia alimentos. A localidade foi, novamente, ocupada pelos invasores, exigindo vigorosas providências para uma expulsão definitiva. Isso vem a ocorrer, em combate posterior, sob o comando de Estácio de Sá com

⁹⁹ Serigipe é hoje conhecida por Villegaignon. Gaspar de Coligny, almirante francês foi um dos idealizadores da invasão francesa.

o auxílio do índio Araribóia¹⁰⁰ e parte de sua tribo, os *Tupiminós*, em 20 de janeiro de 1567. Livres dos invasores, os portugueses mudaram a cidade para a base do morro do Castelo¹⁰¹ estendendo-a rumo à praia de Santa Luzia, onde puderam expandir-se dominando, visualmente, a planície próxima, a entrada da barra e a baía. Na ocasião, em agradecimento aos índios aliados, doaram terras para que, sob a organização dos jesuítas, efetuassem o aldeamento.¹⁰²

Em 1568, Araribóia, que recebeu pelo batismo o nome de Martim Afonso, reivindicou, da coroa portuguesa, uma recompensa pela sua lealdade e coragem e solicitou do governador geral

...que lhe fizesse mercê...de umas terras que estavam da banda de além, que foram de Antônio de Mariz e estavam defronte da cidade, a saber: desde a barreira vermelha, ao longo da agua salgada, pelo rio acima, caminho do norte, e do nordeste uma legoa, para que na dita terra fizesse seus lares e fazendas¹⁰³..

Na ocasião da entrega da carta de sesmaria, e de acordo com as práticas da época, Martim Afonso recebeu de Mem de Sá, “*em suas mãos terra, pedra, areia e ramos*” provenientes das terras que recebia. Com essa solenidade de posse, realizada em 22 de novembro de 1573, teve origem a cidade de Niterói.¹⁰⁴

Nessa época, prevalecia sobre o Rio de Janeiro, como sobre todo o país, o cuidado com a catequese como base da educação, meio mais eficaz para tornar a população submissa, e que se havia de projetar por mais de dois séculos. A educação, entregue aos jesuítas, que, em total desrespeito à cultura nativa e à religião, impunham valores e comportamentos com vistas à hierarquia, à disciplina, à submissão e à obediência. Em escolas, ou informalmente, a Companhia de Jesus valorizava como meios educativos a imitação e o exemplo, o pecado e a penitência¹⁰⁵.

¹⁰⁰ Araribóia era da tribo Tupiminós, catequizada pelos jesuítas e oriunda do Espírito Santo.

¹⁰¹ O morro demolido deu lugar a Ministérios até a transferência do Distrito Federal para Brasília.

¹⁰² VASCONCELOS, 1928. op. cit. p.42-55.

¹⁰³ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Memória historica e documentada das aldêas de indios. *Revista do Instituto Histórico*, tomo 17, 1854. Apud FORTE, José Mattoso Maia. *Tradições de Niteroy*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia. 1919, p. 11.

¹⁰⁴ FORTE, op. cit. p. 12.

¹⁰⁵ FREIRE, op. cit. p.32-35

Para Azevedo.¹⁰⁶, o ensino elementar, instrumento de catequese, utilizado pelos jesuítas, serviu de base para a organização do sistema educacional, no primeiro século de existência caracterizada pela “adaptação e construção”, e no segundo, pelo “desenvolvimento e extensão”. Para o autor, o jesuíta que trouxe a influência católica era *por excelência o restaurador do dogma e da autoridade*. Nos alunos era desenvolvida uma cultura baseada no espírito de disciplina, de ordem e de universalidade. Ele reconhece que,

Uma das conseqüências, porém, certamente a mais larga e a mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer fornecendo uma base ideológica, linguística, religiosa e cultural, à unidade e defesa nacionais.

E, mais adiante,

Nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico, na defesa e conservação da língua culta, cuja ação unificadora é de uma importância primordial e que constituiu, com o estudo do latim, o núcleo central e o único elemento “nacionalista” desse ensino preponderantemente literário e retórico.

No período em que Portugal esteve sob o domínio da Espanha, entre 1580 e 1640, o litoral das capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente foi constantemente visitado por europeus em busca de pau-brasil e efetuando pirataria. No povoado de Santa Helena, Assunção de Cabo Frio e depois simplesmente Cabo Frio, construíram *à entrada da barra, um pequeno forte, de pedra e cal, com várias peça...* e uma casa. Enquanto isso, notícias da existência de minas de ouro proporcionaram a abertura de caminhos desbravando o território, mais ao sul, rumo ao que é hoje Minas Gerais. No entorno da baía de Guanabara, faziam-se lavouras de cana de açúcar e cereais que se estendiam, de um lado, até a aldeia de Itinga, hoje Itaguaí, passando por Iguassu, Magé, Meriti, e, na “banda de além” até Maricá, na bacia do rio Macacu e nas margens do rio Guaxindiba. O Rio de Janeiro progredia.

¹⁰⁶ AZEVEDO, Fernando. op. cit., p. 521.

Cessando o domínio espanhol, sobe ao trono português D. João IV, até sua morte, em 1656, quando o substitui D. Afonso VI, sob a regência de seu irmão, D. Pedro, e que, em 1661, celebrou a paz com a Holanda, mediante forte indenização¹⁰⁷.

Em 1677, o governo do Rio de Janeiro ficou subordinado ao da Bahia no momento em que enfrentava desavenças resultantes da escravização dos índios, cuja liberdade era reivindicada pelos jesuítas. Contraditoriamente, os governantes ora apoiavam os colonos, ora os jesuítas que viam chegar levadas de índios escravizados nos sertões, havendo poucos negros africanos.

Durante todos esses anos, a educação foi de responsabilidade dos jesuítas, pautada, culturalmente, no formalismo pedagógico que, segundo Paiva¹⁰⁸ é o resultado do contraste entre prática e princípios e não condizia com o estilo jesuítico. No entanto, era aprovado e correspondia à visão de mundo que tinha a sociedade portuguesa, instalada no Brasil, àquela época. A sociedade se dividia entre a ação que atendia a seus interesses, e a explicação do funcionamento do mundo verdadeiro, ideal a ser buscado. Cabia aos letrados, formados nos colégios, legitimar qualquer comportamento cuja manutenção fosse de interesse da Coroa. A pedagogia dos jesuítas se fundamentava na prática das virtudes predeterminadas – fazer ou não fazer isso e aquilo. Copiar sempre, pois os caminhos estavam definidos.

No período citado, o Rio de Janeiro teve seu território reduzido face à criação da capitania de São Paulo e das Minas Gerais. Na Europa, as contínuas guerras estimulavam a pirataria, e os corsários de diferentes nações cometiam toda sorte de hostilidades, especialmente contra Portugal. Em 1710, os franceses voltaram a atacar o Rio de Janeiro, onde foram derrotados em luta nas ruas da cidade onde as tropas locais contaram com apoio dos moradores. Tal desastre acirrou os ânimos dos franceses, que voltaram, no ano seguinte, para vingar os compatriotas, mais organizados e com maior contingente e munição. Após dominarem a cidade, saquearam o que puderam. Para

¹⁰⁷ VASCONCELOS, 1928. op. cit. p. 56-64.

¹⁰⁸ PAIVA, José Maria de. *Educação jesuítica no Brasil colonial: 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43-50.

resgatar a cidade, o governador¹⁰⁹ indenizou os invasores com grande soma em dinheiro retirado dos cofres públicos, à qual juntou cem caixas de açúcar e duzentos bois.

As vilas foram se multiplicando, e, já no início do século XVIII, os povoados atingiam o vale do rio Paraíba do Sul que se constituía em um grande campo de trabalho agrícola, um farto celeiro que abastecia a cidade sede do governo. São Sebastião do Rio de Janeiro já possuía muitas edificações e era importante centro comercial favorecido por movimentado porto. Nesse tempo, em Portugal, D. José I, filho de D. João V, assumiu o trono e fez do Marquês de Pombal seu ministro a quem confiou o reino de Portugal. Inteligente, sagaz, o conhecido estadista, pressentindo as possibilidades econômicas do Brasil, tomou medidas polêmicas para o desenvolvimento da colônia, sendo a expulsão da Companhia de Jesus a mais conhecida. Grande parte das propriedades confiscadas dos jesuítas foi, por ordem dele, arrematada em leilão por grandes proprietários, comerciantes e fazendeiros, e os “colégios” transformados em hospitais militares e palácios de governo. Para ele, a consolidação do domínio português exigia a integração da população nativa à civilização portuguesa. Assim sendo, e para facilitar o alcance desse objetivo, extinguiu a escravidão dos indígenas e incentivou os casamentos com brancos. Pombal transformou aldeias em vilas, tentou acabar com o contrabando de diamantes e ouro, aumentando a arrecadação de impostos.

Defendeu a liberdade dos índios, criou tribunaes, promoveu a navegação regular; quis diffundir o ensino primário, criou o vice-reinado do Brasil, com séde no Rio de Janeiro conteve os excessos dos jesuitas, que, afinal, expulsou.

Mas, também, em compensação, muito prejudiciais foram, entre outros, os actos que prohibiram - o cultivo da canna de assucar no Maranhão as industrias de ourives, fiadores de ouro, de linhas de prata, de seda e de algodões, tecidos; e o apoio concedido à Companhia do Grão Pará, possuidora de varios monopolios¹¹⁰.

No Rio de Janeiro, os povoados foram surgindo e se espalhando entre o Cabo de São Tomé e o rio Macaé. As terras desse recanto foram divididas em sesmarias e concedidas por Mem de Sá, em 1627, a sete capitães que colaboraram na expulsão dos

¹⁰⁹ Castro Moraes foi impedido pelo povo de continuar no governo, dando lugar a Antônio Albuquerque.

¹¹⁰ VASCONCELOS, op. cit. p. 72-73.

franceses e na perseguição dos *Tamoios*. Ao tomarem posse das terras, fizeram alianças com náufragos e índios, trouxeram gado de Cabo Verde, importaram mudas de cana, e permitiram moradia a quem quisesse trabalhar a terra, plantando ou criando gado. Dessa época até 1753, a região passou por situações de conflito, disputas, extorsões, arbitrariedades e violências provocadas pela animosidade entre o povo e os herdeiros de Salvador Correa de Sá que dispunham de prestígio na corte e não se furtavam a alianças, nem sempre virtuosas, com jesuítas e beneditinos ou quem mais pudesse, desde que ampliassem seu poder. Na resistência contra o autoritarismo imposto, e nas lutas contra a tirania dos poderosos, duas mulheres se destacaram: Benta Pereira e Mariana Barreto, ambas abnegadas defensoras da cidadania e da justiça. Para o autor, os episódios ocorridos em terras fluminenses, nessa época, *refletem o espírito altivo e a tempera de lutador de seu povo, tão cioso de suas prerrogativas, como respeitador, sempre, da lei e do princípio da autoridade, quando uma e outra não se confundiam com opressão e autoritarismo*¹¹¹.

Esse espírito altivo faz parte, até hoje, da história dos habitantes da cidade de Campos, e, observado, em 1945, durante as Missões Culturais, foi assim registrado por **Falcão** - *O campista representa, na comunidade fluminense, o tipo verdadeiramente interessado pelas coisas da cultura. Não apenas da cultura, como do civismo*. Ainda assim, os missionários encontraram doenças, observaram a falta de recursos, o analfabetismo e o total abandono dos moradores de diferentes localidades naquelas mesmas terras que testemunharam acirradas batalhas pela justiça e pela cidadania.

No século XVIII, o Brasil, potencializado pelo braço escravo, cresceu muito com a expansão das lavouras, a exploração de ouro e a abertura de estradas. Mas não houve apenas progresso material. Nasceu no povo a aspiração de se tornar uma nação livre, sob a influência das idéias de liberdade trazidas da França por estudantes brasileiros, muitos deles fluminenses. Em Minas Gerais, como uma reação contra os excessivos impostos portugueses, ocorreu o movimento conhecido por Inconfidência Mineira tendo entre os conspiradores o fluminense Alvarenga Peixoto. O fracasso da tentativa de emancipação

¹¹¹ Ibid., p. 91.

culminou com o nefando atentado à civilização, o enforcamento de Tiradentes, no dia 21 de abril de 1792.

Na Europa, o exército francês associava-se às forças espanholas, fazendo com que D. João transferisse a sede da monarquia portuguesa para o Brasil, trazendo numeroso séquito. O período entre 1808 e 1820, anos da chegada e da partida de D. João, foi de desenvolvimento rápido. Consertaram estradas antigas, abriram outras novas, construíram engenhos, ergueram povoações, igrejas e colégios. O ano de 1822 foi marcado pela reação dos brasileiros contra atitudes do governo português, vistas como humilhantes para o Brasil. Entre outras, a ordem que determinava o retorno imediato de D. Pedro para Portugal, originando reação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, cujos representantes, acompanhados pelo povo, solicitaram a D. Pedro que não deixasse o Brasil. Sua permanência constituiu-se em desobediência formal às ordens recebidas da Europa e precipitou a independência que veio a ocorrer em 7 de setembro do mesmo ano. À época, várias foram as providências de políticos fluminenses a favor da Independência.¹¹²

É a Camara de Niteroy (então Villa Real da Praia Grande) pedindo a D. Pedro que convocasse uma Assembléa Geral dos Deputados das Provincias do Reino do Brasil, em 26 de Maio de 1822; é a Camara de Cabo Frio, em 7 de Junho do mesmo anno, agradecendo ao principe o ter acceitado aquele titulo de 'defensor perpetuo do Brasil', e pedindo a convocação de uma Assembléa; são as Camaras de Magé, de Ilha Grande (Angra dos Reis), de Paty do Alferes (hoje Vassouras), de Itaguaí, de Maricá, de Rezende, de Macahé, de Cantagallo, de Nova Friburgo, dirigindo-se a D. Pedro no mesmo sentido.

A Província do Rio de Janeiro era a de maior atividade, tanto rural como urbana. Compreendia as terras da atual cidade do Rio de Janeiro¹¹³, e mais as villas e cidades de Praia Grande, Sant'Anna de Macacú, Magé, Villa Nova, Cabo Frio, São Salvador (Campos), São João da Barra, Macahé, Angra dos Reis, Paraty, Rezende, São João Marcos, Cantagalo. Sem autonomia administrativa, e em meio a contínuas agitações políticas, a Província teve sua expansão realizada pela iniciativa privada, motivada pela necessidade de abastecimento da capital do Império, fazendo crescer as indústrias rurais, as

¹¹² Ibid., p.92-103.

¹¹³ Ibid., p.105. Lei de 12/8/1834 concedeu autonomia administrativa e fez da cidade do Rio de Janeiro o Município da Corte, ou Município Neutro.

lavouras, a exportação, o comércio marítimo e fluvial, e intensificando o movimento dos portos fluminenses.

Lei nº 2, de 26 de março de 1835, designou a Vila Real da Praia Grande (Niterói) como capital do Estado, elevando-a, a seguir, à categoria de cidade. Na presidência da Província estiveram homens da absoluta confiança do imperador, que se impunham pela cultura, pela experiência administrativa, pela lealdade partidária, pela honestidade e probidade. O primeiro foi Joaquim José Rodrigues Torres, conservador exigente, viu suas ações refletidas por todo o Império. No poder, demonstrou preocupação com a instrução pública, com o saneamento, com a viação terrestre e marítima e outras obras de grande porte. São dessa época: a inauguração, em Niterói, da primeira Escola Normal da América Latina.

Dentre outros empreendimentos, destacam-se a construção dos canais de navegação, pontes e estradas favorecendo Cabo Frio, Itaguaí, Niterói, Cantagalo, Magé, Paraíba do Sul, Macaé e Campos. Em 1837, com a regulamentação da instrução primária, foram criados os cargos de diretor da instrução e inspetores municipais e ampliadas as aulas de francês, latim, retórica e filosofia. Nos anos seguintes, iniciaram a construção de estradas de ferro, inauguraram o Liceu Provincial de Angra dos Reis e, logo depois, o Liceu de Humanidades de Campos; uma escola de arquitetura e um colégio de artes mecânicas para órfãos pobres. Visando à *fixação do colono ao solo*, concederam terras mediante foro módico; importaram gado bovino da Índia e tecnologia mais avançada para o fabrico do açúcar; incentivaram, ainda, a cultura da amoreira para criação do bicho da seda e a exploração de espécies vegetais para o fabrico do papel e o cultivo do chá. Para tanto se valeram, também, dos imigrantes europeus já instalados em Friburgo e Petrópolis¹¹⁴.

A velha Província, administrativamente organizada, pequena em território e grande pelo trabalho nela executado, foi da maior importância pela sua contribuição no desenvolvimento do patrimônio intelectual e moral do Brasil. Quanto à educação nessa época pode-se dizer que, restrita a ler, escrever e contar, e cantar, fundamentava-se no

formalismo pedagógico dos jesuitas que pregavam ordem, disciplina, submissão e obediência a Deus - *a prática das virtudes, o amor das virtudes sólidas*. Era preciso treinar as pessoas para ações compatíveis com os planos divinos, sob pena de cometerem pecados que exigiam penitências, penas e castigos. A religião era a marca mais forte de uma sociedade culturalmente formal. Os colégios preparavam os letrados, mostrando desde esses tempos a dualidade educacional: os eleitos e os subalternos¹¹⁵.

O modelo político, exemplar, foi retomado, muitos anos depois, entre 1931 e 1934, na administração de Ari Parreiras, considerado *um exemplo de revolucionário puro, e homem de maior inteireza moral, que não se deixou envolver pelas seduções da política*¹¹⁶.

Quando foi promulgada a abolição da escravatura, a Província já era um celeiro capaz de abastecer a própria população, a da Corte, a de outras províncias e efetuar exportação de vulto. Mais adiante, por ocasião da Proclamação da República, quando vigoravam dois partidos políticos – o *conservador* e o *liberal* – a participação dos fluminenses pode ser resumida nestas palavras de **Vasconcelos**¹¹⁷:

Estavam elles organizados sobre tão solidas bases, na velha Provincia, e contavam com elementos de tal prestigio – prestigio consequente do valor intellectual e do valor moral, que nem uma deliberação era tomada pelos chefes supremos de um e outro, sem que fossem consultadas, ou ouvidas, as figuras proeminentes das hostes fluminenses.

Os homens de um e outro partido, ao se revezarem no poder, fiscalizavam os adversários, e, por sua vez, cuidavam para que, ao serem substituídos, não houvesse razões para censuras ou acusações. Para tanto, evitavam gastos improdutivos, obras inúteis e aumento da dívida pública, observando critérios rigorosos na aplicação das rendas públicas e o maior escrúpulo nas despesas e na execução de obras de diferentes naturezas.

¹¹⁴ Ibid., p.103-120.

¹¹⁵ PAIVA, José Maria. op. cit., p.50.

¹¹⁶ SOARES, Emmanuel de Macedo. *História política do Estado do Rio de Janeiro: 1889-1975*. Niterói: Imprensa Oficial, 1987. p. 58.

¹¹⁷ VASCONCELLOS, 1928. op. cit. p. 116.

Os pontos do Estado, onde o povoamento se fez no início da colonização, foram os mesmos visitados, tantos anos depois, pelas Missões Culturais: Campos; a planície do Cabo Frio, entre os rios Itabapoana e Macaé; o recôncavo do Rio de Janeiro e a faixa do litoral que vai de Angra dos Reis a Paraty. Os missionários dos anos quarenta tinham objetivos mais abrangentes e em conformidade com sua época, entretanto, alguns objetivos eram semelhantes aos dos primeiros governantes da velha Província, especialmente no que se refere à fixação e à assistência ao homem do campo, à busca da integração entre particulares e autoridades e, ainda, no combate ao isolamento.

A economia do território fluminense desenvolveu-se no século XVII através do cultivo em grande escala de cereais, mandioca e cana, tão logo foi afastado o perigo das incursões dos Tamoios. No século XVIII, as lavouras foram ampliadas e diversificadas, incluindo-se o cultivo de café, de anil, de algodão e de fumo, provocando o progresso das povoações, a circulação do dinheiro e a formação de fortunas. Desse modo, a Província tornou-se, no século XIX, a parte mais desenvolvida do país, com maiores plantações e trabalho produtivo rural, incluindo a ampliação dos engenhos de açúcar, aguardente, beneficiamento do café e preparo do polvilho e do fubá. Embora tenha havido abertura de novas estradas e alargamento de outras, a comunicação e o comércio eram realizados, com mais frequência, por via fluvial e marítima, fato que provocou o crescimento do setor portuário. Os portos do Rio de Janeiro eram o escoadouro de toda produção fluminense e mineira, e da produção paulista produzida no vale do rio Paraíba do Sul, mas perderam importância com a inauguração das primeiras estradas de ferro: a Central do Brasil, então chamada Estrada de Ferro Pedro II e a Companhia Leopoldina. As grandes plantações, deslocadas para o norte, atuais municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Cambuci, foram transformadas em grandes currais para criação de rebanhos, possibilitando o início da indústria pastoril e economia de mão de obra, que perdera o braço escravo em virtude da Abolição da Escravatura. As regiões, então abastadas, empobreceram.¹¹⁸

¹¹⁸ Ibid. p. 130-138.

As fazendas eram centros de trabalho diversificado e complexo. Além do cultivo de plantações variadas havia nelas pequenas indústrias domésticas e beneficiamento da mercadoria produzida. Dali saíam ferramentas, pólvora, chumbo, calçado, vestuário, talhas, moringas, alguidares, panelas, cangalhas, arreios e o que mais fosse necessário, incluindo trabalhos de carpintaria, na construção de prédios, e marcenaria, na confecção de móveis. Tudo isso era resultado do trabalho escravo, supervisionado pelos proprietários. Às mulheres cabia bordar e inspecionar a confecção de tecidos, a fabricação de doces, a cozinha da casa e a costura. Os homens, após os estudos de humanidades, se dedicavam ao comércio, ao Direito, à Medicina ou à administração da propriedade. Ao contrário das cidades, onde imperava a monotonia, o ambiente no campo era alegre e festivo e a convivência entre vizinhos, uma rotina. Rara era a fazenda que não possuía dependências para hóspedes. O movimento nas vilas e cidades se limitava aos dias de atividade na Câmara de representantes do povo, aos dias de júri e às festas religiosas. Embora houvesse grande número de pessoas de etnia negra, os cargos administrativos e as posições de destaque na sociedade eram ocupados pelos fazendeiros e seus filhos, devido ao prestígio do dinheiro e da cultura.

A primeira grande leva de africanos chegou em terras fluminenses pela iniciativa de Salvador Correa de Sá e muitos outros foram desembarcados em toda a extensão do litoral.

Já no fim do século XVI havia, aproximadamente, 20 000 escravos, tendo-se reduzido de 30% a população indígena....Pela época da Independência (1822) havia, na Província do Rio de Janeiro, já reduzida de território, nada menos de 133 000 escravos numa população de 244 000 habitantes.¹¹⁹

A população da Província do Rio de Janeiro, em 1856, era de 439 000 habitantes, sendo 184 000 escravos. Os números citados demonstram como foi lento o caminho rumo à Abolição. Uma diminuição percentual de apenas 12,6%, em 34 anos. Em sua ânsia de liberdade, os escravos das fazendas fluminenses levavam desvantagem em relação aos de outras províncias porque tinham maiores dificuldades em permanecer ocultos em terras povoadas, cheias de caminhos e trilhas que facilitavam o trabalho de

captura. Fugiam então para São Paulo ou para Minas Gerais. Na luta a favor da libertação dos negros destacaram-se, entre outros fluminenses, Carlos de Lacerda, José do Patrocínio e Duarte de Azevedo, sendo este o redator do parecer apresentado ao parlamento e que resultou na Lei Áurea.

As principais aldeias indígenas que prosperaram na Província foram as de São Lourenço, de São Barnabé, de São Francisco Xavier, de São Brás, de São Pedro e de Ipuca. A primeira, iniciada por Araribóia, estendeu-se pela Praia Grande até Icaraí, cresceu sob a proteção dos jesuítas e entrou em decadência com a expulsão deles. A segunda, onde hoje é São Gonçalo, foi instalada em Cabuçu, em 1584, em uma sesmaria que ia do rio Macacu até a serra do Órgãos. A aldeia de origem foi transferida, devido à insalubridade do local, para um outeiro onde construíram uma capela sob a invocação de São Barnabé. A terceira, aldeia de São Francisco Xavier, teve início na ilha de Itacurussá com o nome de Itinga e, sob a direção dos jesuítas, foi transferida para o continente entre os rios Ituguassu e Itumirim, e onde está hoje a cidade de Itaguaí. Os índios ali instalados prestaram grandes serviços à comunidade e à administração em defesa do país. Em 1784, após uma série de desavenças entre o capitão Tavares, de origem indígena, e o administrador da fazenda Santa Cruz, que fora de propriedade dos jesuítas, os primeiros habitantes se dispersaram, abandonando choupanas, lavouras e criações. Com novos habitantes e escravos, a paróquia passou a vila em 1818, e sua prosperidade deveu-se, em parte, à circunstância de ter sido ponto de passagem, o mais utilizado pelos viajantes de Minas Gerais e São Paulo. Assim também ocorreu em Mangaratiba, fundada como aldeia de São Braz, onde seus habitantes de origem se dedicavam à agricultura e à fabricação de aguardente. A má administração, a ausência de sacerdotes, *que contribuissem para a correção moral*, o abuso do álcool, a indisciplina e as divergências entre os índios, foram, segundo **Vasconcelos**, as principais razões que impediram o desenvolvimento da aldeia. Finalmente, no litoral norte foi fundada a aldeia de São Pedro, conhecida, hoje, por São Pedro d'Aldeia, e que, em 1850, reuniu

¹¹⁹ Ibid., p. 153-154.

cerca de 500 índios de diferentes procedências. Viviam mais da pesca e da caça do que da agricultura e se destacaram na defesa contra os corsários que assolavam a região¹²⁰.

Outras cidades fluminenses também tiveram sua origem em aldeias indígenas e sofreram espoliações, explorações e infortúnios durante o processo de desenvolvimento. Assim foi com os atuais municípios de São Fidélis, de Valença e de São João da Barra.

Como vimos, toda a região, que vai de Itaguaí a Parati, teve origem em aldeias indígenas sob orientação dos jesuítas, sofreu impacto negativo com a expulsão destes, venceu dificuldades internas e invasões, e, nos anos quarenta deste século, com sérios problemas de salubridade, educação e deficiências assistenciais, foi visitada pelas Missões Culturais.

Podemos considerar que a escravidão de índios e africanos, que durou, oficialmente, no Brasil, 354 anos, ao ser tardiamente eliminada resultou no empobrecimento da economia rural, provocou a transformação das regiões agrícolas em pastoris, deslocou o homem do campo para as vilas e cidades.

No século XIX, começaram a chegar, em terras fluminenses, os primeiros imigrantes europeus, não portugueses, atraídos por favores do governo, necessários para superar as desvantagens, uma vez que o clima, o regime de trabalho, os hábitos alimentares, entre outros fatores, não os seduziam. Em dois pontos da região serrana - Morro do Queimado e Córrego Seco - suíços e alemães fundaram suas colônias que vieram a se transformar, respectivamente, em Nova Friburgo e Petrópolis, desenvolvidas com o trabalho agrícola e industrial. Espanhóis e italianos, em número reduzido, dedicaram-se ao comércio e à pequena indústria, com oficinas de calçados, ferrarias, olarias e fábricas de bebidas, de massas alimentícias, etc.. No final do século e início do século vinte, alguns milhares de sírios chegaram ao território fluminense. Povo essencialmente comerciante e

¹²⁰ Ibid., p. 161-169.

com admirável organização, o sirio, pouco a pouco, foi substituindo o português no comércio, não só nas cidades como nas vilas e povoados onde o trabalho era ambulante.¹²¹

A divisão geopolítica da Província teve início com a criação de Angra dos Reis, em 1608. Seguiu-se a criação de Cabo-Frio, em 1615 e, em 1660, a de Parati, desmembrado de Angra dos Reis. Em 1673 foi criado o município de Campos e, no ano seguinte, o de São João da Barra. Alguns municípios tiveram seus nomes modificados conservando seus limites; outros foram extintos e suas terras anexadas a municípios vizinhos, tomando deles o nome. Por não interessar à pesquisa, registramos, tão-somente aqueles que, de alguma forma, participaram das Missões Culturais. São eles: Maricá, fundado em 1814; Itaguaí, em 1818; Niterói, em 1819; Mangaratiba, em 1831; Saquarema, em 1841 e Araruama, em 1859.¹²²

Os fluminenses, que tinham participado dos movimentos a favor da Independência e da Abolição, não estiveram ausentes na construção da República. A propaganda que a precedeu em todo seu percurso contou sempre com a colaboração ativa de fluminenses ilustres, que, segundo **Vasconcelos**, *se impunham pelo respeito, pela ilustração, pelo caráter e por seus serviços ao país*. Entre os que mais sobressaíam pela influência junto às camadas populares estava Lopes Trovão, nascido em Angra dos Reis. Na tribuna ou na imprensa, nos clubes e associações, com eloquência e audácia, por vezes arriscando a vida, estavam os fluminenses: Silva Jardim, de Capivari; Benjamim Constant e Alberto Torres, de Niterói; Pedro Tavares e Nilo Peçanha, nascidos em Campos; Costa Azevedo e Ferreira da Luz, respectivamente de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua; Barros Franco e Leopoldo Teixeira Leite, de Paraíba do Sul. A República pôde contar, na velha Província, com muitos adeptos oriundos de diferentes partidos políticos. O Liberal se encontrava enfraquecido, mas por suas idéias avançadas era reputado *primo* dos republicanos.

¹²¹ Ibid., p. 170-172.

¹²² Ibid., p. 173-178. Entre 1721 e 1832, Parati pertenceu à Província de São Paulo, e, entre 1753 e 1832, Campos e São João da Barra pertenceram à Província do Espírito Santo.

A esse respeito, **Soares**¹²³, historiador fluminense diz, textualmente:

Fiel da balança, ele próprio educado no catecismo liberal, Pedro II nada faria para conter a avalanche das idéias. Nunca, em toda a nossa História, foram tão livres as expressões do pensamento. A imprensa, os clubes, as associações pregavam abertamente a idéia republicana..

Ontem como hoje, é preciso permitir que as idéias sejam expressas, amplamente divulgadas e conhecidas por todos. Melhor que um governo democrático é um governo que permite liberdade e justiça suficientes para garantirem a satisfação dos anseios dos cidadãos e um espaço político de ação. Se as idéias forem propagadas, prevalecerão as que contêm propostas mais humanas, mais racionais, mais justas, mais livres, mais democráticas, pois a razão é mais importante que a força,

Guiado por princípios nem sempre semelhantes a esses, Francisco **Portela**¹²⁴ foi o primeiro a governar o Estado (1889/1891), e, em apenas doze meses instaurou uma administração moderna e atuante, convocou e realizou eleições livres, reuniu uma Assembléia e um Senado estaduais e, a partir de um anteprojeto, promulgou a primeira Constituição fluminense. O fato provocou descontentamento entre republicanos, já que a rapidez do processo eleitoral dificultou o conhecimento das novas idéias e facilitou a permanência de antigos monarquistas já conhecidos. A par de atos louváveis, aceitos e bem acolhidos, Francisco **Portela** praticou outros indesejáveis e censuráveis como, por exemplo, uma inconveniente reforma da instrução pública cujas consequências desastrosas se prolongaram pelo tempo. Faltava a Portela uma prática administrativa que evitasse os desmandos e as irregularidades ocorridos durante a primeira eleição democrática. Isso, somado ao golpe de Deodoro, em 1891, contribuiu para desencadear o Movimento de Paraíba do Sul que, vitorioso, resultou na deposição de Portela e na nomeação provisória de Baltazar da Silveira (1891/1892) que pacificou o Estado e restabeleceu a ordem pública. Em seu governo foi dissolvido o Congresso estadual e revogada a Constituição já promulgada para que fossem convocadas novas eleições. A 24 de abril de 1892, o povo

¹²³ SOARES, op. cit. p.14.

¹²⁴ Ibid. p. 15. Natural do Piauí, radicado em Campos, onde, por mais de um quarto de século, defendeu idéias republicanas. A sociedade se modernizava, mas os benefícios não eram usufruídos pela maioria da população

elegeu diretamente seu presidente, José Thomaz da Porciúncula, um republicano histórico, cujo governo não restituiu a paz, nem centralizou simpatias já que absorveu a carga de ressentimentos e ódios direcionada a Floriano Peixoto, seu correligionário, e presidente da República. As dificuldades resultantes dessa circunstância não o impediram de dividir o Estado em 48 municípios¹²⁵, de acordo com critérios justos, atendendo às aspirações da população; de promover a reforma da instrução pública e da justiça; e de criar serviços de saneamento no litoral. Durante seu governo, aconteceu a revolta da esquadra, sob a chefia de Custódio de Melo, o que exigiu, entre outras providências, a mudança imediata da sede do governo para Petrópolis, provocando gastos extras na construção de prédios que servissem ao governo Tudo sob o pretexto do perigo que apresentava o depósito de munições, que alimentava a luta, pondo em risco permanente toda a população da cidade de Niterói, transformada em praça de guerra. As agitações políticas geraram polêmicas e destruições. A revolta da Polícia Militar terminou com sua extinção, deixando desempregados oficiais e praças, nem todos coniventes com o movimento; a queda do mercado do café, responsável por oitenta por cento da receita estadual, e as freqüentes falências resultaram em profunda crise econômica. Muitos civis, funcionários públicos, foram presos e sumariamente demitidos sob leve suspeita, nem sempre confirmada.¹²⁶

Enquanto Floriano Peixoto passava o governo a seu sucessor eleito, Prudente de Moraes, no Estado, em ruínas, assumia Maurício de Abreu, eleito para o período de 1894 a 1897, dando continuidade à obra de Porciúncula, com especial atenção aos serviços de povoamento, de viação, de agricultura e de instrução pública. A esse tempo, o Estado do Rio de Janeiro havia reconquistado o prestígio desfrutado no tempo do Império, fato comprovado pelo número de cargos de destaque, ocupados por fluminenses

que, isolados no campo, ficavam impedidos de manifestar descontentamento. Os “currais eleitorais” garantiam o regime.

¹²⁵ VASCONCELLOS, 1928. op. cit. p.191. O Dr. Portela criou vários municípios para atender a interesses e vaidades pessoais. Em visita à localidade de Maxambomba, onde havia apenas um sobrado, sem calçada nem água encanada, elevou o lugarejo à vila e, nesse mesmo dia, à cidade, por solicitação dos moradores.

¹²⁶ Ibid. 194-220. “Eram fluminenses: o ministro da viação dr. Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda; o chefe de polícia, dr. Manoel Edwiges de Queiroz; o 1º vice-presidente do Senado, dr. Manoel de Queiroz Ribeiro Mattoso; o 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, dr. Manoel da Fonseca Portella, e os drs.

na administração do país. Nesse período, um grave episódio ocorreu causando efeitos desastrosos irradiados por todos os municípios. Tratava-se da invasão da cidade de Campos por tropas federais a pretexto de garantia de *habeas corpus* concedido a políticos daquele município. A crise provocou o pedido de demissão de Alberto Torres, Ministro da Justiça, que, prestigiado, veio a ser escolhido e eleito para a sucessão governamental. Homem íntegro, experiente e bem intencionado, não soube evitar a luta política que dividiu o Partido Republicano, provocando incidentes em Niterói e Campos onde houve duplicidade de Câmaras Municipais. Essa luta espalhou-se por todos os municípios, gerando discórdia e perda de prestígio.

Quanto à economia, a crise levou o Estado à decadência. Com a renda arrecadada, insuficiente para as gastos públicos, foram utilizados recursos da Caixa Econômica e do Cofre dos Órfãos para honrar compromissos inadiáveis. Em suma, a cisão do partido, provocando agitação e interferência da opinião pública, impediu a tranquilidade necessária que permitisse uma administração condizente com as esperanças depositadas pelo povo. A reforma do ensino público, realizada no último ano de governo, é *prova do que faria esse governo, se decorresse ele em paz*¹²⁷.

Com apoio político de todos os partidos, Quintino Bocaiúva assumiu a liderança do Estado, em lamentável crise econômica e financeira. Encontrou os cofres públicos vazios, a dívida avultada, títulos de pronto pagamento a serem pagos, a renda pública em decréscimo, a receita insuficiente para as despesas, funcionários públicos com salários atrasados e os serviços públicos em desordem. Seus esforços foram insuficientes para sanar as dificuldades, mas permitiram a criação de mecanismos possíveis para a futura solução do problema econômico, através da aprovação da Reforma Constitucional, de 18 de setembro de 1903. Um grupo de políticos hábeis aproveitou-se da situação e, contrariando

Belisario Soares de Sousa e José Thomaz da Porciuncula tinham real influencia nas duas casas do Congresso”.

¹²⁷ Ibid. p. 197

resoluções assentadas, conseguiu trazer de volta a capital para Niterói e, logo após, eleger Nilo Peçanha (1903/1906) como presidente da velha Província¹²⁸.

Com pulso firme e determinação, Nilo Peçanha, usando medidas enérgicas, reorganizou a administração, trazendo benfeitorias ao Estado. Em suas realizações políticas, promoveu a reforma da Constituição de 9 de abril de 1892, que ampliou de três para quatro anos os períodos de governo, reduziu o Poder Legislativo, diminuindo o número de representantes. Entre as medidas para conter a crise financeira, tratou de demitir funcionários civis e militares; reduzir os vencimentos; extinguir secretarias e órgãos onerosos; disciplinar e aumentar a arrecadação; incentivar a indústria; encampar arrecadações de municípios; terceirizar serviços públicos essenciais e, ainda, criou impostos, tais como o territorial; o imposto sobre mercadorias importadas e exportadas; e o imposto sobre os salários do funcionalismo ativo e inativo. Quanto à educação e ensino, é de se lamentar o fechamento de 150 escolas primárias e a extinção das subvenções a orfanatos e hospitais. No entanto, com essa impiedosa contenção de despesas, conseguiu Nilo Peçanha passar um governo com orçamento equilibrado e excelente projeção em todo o país. Ao deixar o cargo para concorrer à vice-presidência da República, em 1906, já havia instalado luz e bondes elétricos na capital, contratara os serviços da Cantareira para obras de água e esgoto e transferira a sede do governo para o prédio onde permaneceu até 1974, quando ocorreu a fusão dos Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara.

A administração seguinte, de Alfredo Backer (1906/1910), foi marcada pelo desencadeamento de uma série de incidentes políticos e confrontos, sem que fossem registradas ações de vulto nas áreas econômica e social. Politicamente, há que se ressaltar a violenta intervenção federal, com forças do exército em todos os municípios, a ocupação de prédios públicos, e a dualidade de Assembléias Legislativas, fato, até então, inédito no Estado.¹²⁹

¹²⁸ Ibid. p. 197

¹²⁹ Ibid., p. 199-201. SOARES, op. cit. p. 19-20.

A proximidade geográfica associada ao partidatismo político viria a provocar novas intervenções no Estado do Rio de Janeiro: quando Venceslau Braz garantiu, com tropas federais, a posse de Nilo Peçanha, em 1914; e, muito depois, de forma pacífica e integradora, quando Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, realizou uma administração produtiva, incluindo a realização das Missões Culturais.

Antes do retorno de Nilo Peçanha, assumiu o poder Oliveira Botelho¹³⁰ (1910/1914) que, ignorando as tensões políticas, realizou reforma administrativa e fiscal; reorganizou a Força Policial; promoveu saneamento básico nas cidades de maior população; ampliou os serviços agrícolas, instalando postos de zootecnia e campos de demonstração; facilitou os transportes da produção, construindo estradas; reformou amplamente a instrução pública, primária e normal. Data de seu governo a construção dos prédios da Assembléia, da Justiça, da Polícia e da Escola Normal, em torno da atual praça da República. A crise de 1910 repete-se em 1914 e, tal qual acontecera com Backer, Oliveira Botelho deixa o governo 24 horas antes do fim do mandato.

Uma avaliação estrutural desse processo pode ser extraída de **Câmara Torres**¹³¹, em sua monografia, apresentada publicamente em 1939 onde afirma que foram muitas as agruras por que passou o Estado nos primeiros anos do século XX. Conta que, como Diretor da Instrução, o Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, acompanhou a reforma geral do ensino autorizada pela Lei nº 376, de 1897 e que foi impulsionada através do Decreto nº 588, de 25 de janeiro de 1900. Homem de ampla visão administrativa e pedagógica, Paranhos da Silva, após analisar os diferentes processos de inspeção já utilizados no Estado, considerou todos eles ineficientes e propôs a criação do cargo de Inspetor Geral como autoridade bem remunerada em substituição aos inspetores gratuitos que, segundo ele, *são prejudiciais pelo defeito irreparável de ausência de sanções penais, da responsabilidade por faltas, abusos e omissões*. Em sua proposta, os Inspetores, bem

¹³⁰ Para melhor situar os acontecimentos de 1910, fica aqui o registro de fatos como: posse de Marechal Hermes, em 15 de novembro, como Presidente da República; a Revolta da Chibata, em 22 de novembro e o Levante da Ilha das Cobras, em 10 de dezembro.

remunerados, com bom preparo moral e sólidos conhecimentos literário, científico e pedagógico, trariam grandes vantagens para o ensino. Pressionado pela situação financeira crítica do Estado, fechou escolas inúteis e criou um sistema de visitas mais frequentes realizadas pelos inspetores, admitidos após rigorosa seleção por concurso. A reforma do ensino que Paranhos da Silva planejou tornou-se inexecutável quando a experiência demonstrou que o Estado do Rio de Janeiro não tinha recursos humanos e financeiros para sua execução. Em 1902, suprimiram a remuneração dos Inspetores e foram suspensos os salários dos professores, acabando com a era de esperanças e realizações. É ainda **Câmara Torres** que aponta o trabalho de Clodomiro Vasconcelos, Inspetor de Instrução Pública do Estado em cujo relatório, referente ao ano de 1911, lamenta falhas mas demonstra a melhoria nos trabalhos das escolas. A qualidade do ensino, verificada pela inspeção escolar a ele subordinada, é atribuída à adoção de critérios mais rigorosos e justos para a solução dos problemas anteriormente detectados. Entre outras atitudes que tomou está o afastamento da influência partidária quanto à localização das escolas, à locação de prédios e ao provimento de vagas que prejudicava o professorado e o alunado. Seu relatório indicava a melhoria da situação do ensino com sinais de recuperação, devido ao posicionamento firme do Inspetor, após período de intensas dificuldades. Informa ainda **Torres** que a situação de decadência e de sucessivos cortes de verba para a educação permaneceram até a aprovação do decreto 1200, de 7 de fevereiro de 1911, também conhecido como Reforma Clodomiro Vasconcelos, quando foram criados oito cargos de inspetores para professores com mais de dez anos de magistério e conhecimento pedagógico comprovado através de concurso público. Nessa ocasião, ficava a cargo dos inspetores, a orientação e fiscalização das escolas estaduais, subvencionadas e particulares.

A prática de influência partidária, de corte de verbas para a educação e a suspensão dos salários do magistério seria repetida, muitos anos depois, nos anos cinquenta, sob a administração de Amaral Peixoto, ocasião em que, por falta de vagas suficientes nos concursos existentes, os professores contratados ou substitutos recebiam por

¹³¹ CÂMARA TORRES, J. A. *A inspeção escolar na escola primária*. 1944. Monografia apresentada à comissão examinadora do concurso para Técnico de Educação do Estado do Rio de Janeiro. 1944. p. 39.

trabalho realizado de março a dezembro, somente a partir de outubro ou novembro, sempre sob a “suposta” proteção de um político fluminense ligado ao poder na busca de voto.¹³²

Em 1911, quando o analfabetismo no Estado era de 74,2% o Decreto, anteriormente citado, foi recebido com aplausos pelo que estabelecia:

- a) o Conselho Superior de Instrução com amplas funções deliberativas e consecutiva, só por proposta do Conselho podia o governo criar, transferir ou suprimir escolas; nomear, remover, promover ou demitir professores,
- b) a inspeção escolar remunerada, confiada em ‘comissão’ a professores públicos efetivos, com designação para servirem durante um biênio, podendo ser reconduzidos se se revelassem competentes e exatos no cumprimento das obrigações regulamentares;
- c) escolas elementares e complementares;
- d) escolas subvencionadas em zona rural;
- e) o ensino dividido em três cursos, o programa compreendia seis séries, sendo as duas primeiras lecionadas nas escolas rurais; a primeira, a segunda e a terceira, nas escolas urbanas; todas nas escolas complementares¹³³.

Dois anos depois, em 1913, havia 28 escolas complementares, 350 elementares, 146 subvencionadas, 82 municipais, 130 particulares e 524 institutos de ensino mantidos com recursos estaduais. Como se pode verificar, foram tempos de grandes investimentos na instrução, o que incluía a distribuição de cadernos, mapas, livros didáticos, giz, lápis, pena, caneta e tinta, fornecimento que havia sido suspenso desde 1900. O crescimento da rede de ensino foi interrompido, em 1915, quando o governo viu-se obrigado a reduzir o orçamento destinado à educação em decorrência da crise econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial, ocasião em que, *desapareceu a inspeção remunerada, foi suprimida a Inspeção de Instrução, extinguiu-se o ensino subvencionado,*

Datilografada.

¹³² Essa experiência, citada na entrevista de Zenil da Mata Nunes, professora leiga da Ilha de Itioca, foi também vivenciada por professoras da década de 50, incluindo a autora desta tese.

¹³³ VASCONCELOS, Clodomiro. *Centenário da independência do Brasil*. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. 1922. Item Instrução. Acervo particular do arquiteto Hilton Hernandes Faria. As informações estão contidas no Item Instrução. Obra solicitada pelo então Secretário Geral do Estado, João Bicalho Gomes e Souza, por incumbência Exmo. Sr. Dr. Raul de Moraes Veiga, m.d. presidente do Estado do Rio de Janeiro. Datado de 14 de dezembro de 1922, tem o trabalho fotográfico realizado pelo Sr. Daniel Ribeiro. (sem numeração de páginas).

etc... embora possa ser registrado, como ponto positivo, a criação de uma escola profissional.

No período entre 1914 a 1917, Nilo Peçanha assumiu a administração estadual e tratou de equilibrar o orçamento, restringindo as despesas aos recursos da receita. A rede viária, construída no governo anterior a implantação de 70 novas indústrias, somadas às exportações de produto agrícola consumido na Europa, impedida de produzir devido à guerra, foram os principais fatores do desenvolvimento nesse período. Tendo sido convidado para o cargo de Ministro do Exterior, Nilo Peçanha foi substituído por Agnello Collet (1917/1918), que realizou uma administração curta, pacífica e aplaudida¹³⁴.

Após Reforma Constitucional, foi eleito Raul Veiga (1918/1922) que deu continuidade às obras de Nilo Peçanha, tornando sua gestão uma das mais proveitosas da Primeira República. Com uma administração financeiramente bem estruturada, restaurou estradas antigas e abriu novas, construindo pontes que facilitassem o transporte da produção agrícola e industrial. Sob o pretexto das comemorações da Independência, em 1922, inaugurou, nas principais cidades fluminenses, prédios para instalação de grupos escolares e, nessa ocasião, reformou os serviços de instrução pública. Antes disso, porém, em 1919, criou a Superintendência Geral do Ensino, órgão destinado a dirigir, inspecionar e fiscalizar o ensino público, numa demonstração de interesse pela instrução. Durante o ato de instalação se pronunciou dizendo que,

o problema da instrução pública é... estou convencido, onde se encontrará a solução definitiva da chamada questão social. — que terá de ser, por força, mais grave nos países onde a escola for menos perfeita, perfeição essa que deve consistir em que esse “órgão seja capaz de unir as classes, afinando-as numa sociedade consciente e inteligente, em vez de dividir, formando castas de dirigentes ineptos e deixando incultas, indisciplinadas, prontas à revolta as multidões dos mal dirigidos. (in Centenário da Independência do Brasil)

No início dos anos vinte, no cenário educacional fluminense, merece destaque a atuação da professora Amanda Álvaro Alberto, devido às experiências que realizou, primeiro em Angra dos Reis depois em Duque de Caxias e São João de Meriti.

¹³⁴ VASCONCELOS, 1928. op. cit. p. 204.

Dez anos mais tarde, foi uma das signatárias do Manifesto dos Pioneiros e, logo depois, vice-presidente da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, cujo lema era “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”.

A professora preconizava uma educação baseada em criatividade, ousadia e liberdade, capazes de proporcionar a *plena expansão da individualidade* levando a criança a aprender fazendo, interagindo com o meio através da observação, da experimentação e da descoberta. Comprometida com problemas sociais, exerceu atividades políticas e educacionais que influenciaram a educação fluminense e tiveram projeção nacional, gerando polêmicas, contradições e injustiças, incluindo, entre estas, sua prisão como comunista. Julgada, foi absolvida por falta de provas, oito meses depois¹³⁵.

Houve no governo nova duplicação de Assembléias e intervenção federal, quando o partido governista proclamou presidente do Estado, Raul Fernandes, e a oposição reconheceu Feliciano Sodré, que, finalmente, após tumultuado período, assumiu o governo que durou de 1923 a 1927, e ficou marcado pela tranquilidade, tolerância e pacificação da família fluminense. Visando à emancipação econômica do Estado, Feliciano Sodré construiu o porto de São Lourenço, em Niterói, e o de Angra dos Reis até onde chegaram as linhas da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Fez realizações notáveis, atendendo a reivindicações antigas, como por exemplo a construção de usinas geradoras de energia elétrica, estradas e pontes. Quanto à área social, reorganizou a Força Militar e desenvolveu os serviços de higiene e saúde¹³⁶. Quanto à educação e ensino, destacou o ensino profissional e a educação infantil. Em 1925, regulamentou a instrução pública primária do Estado através do Decreto n. 2105¹³⁷, documento que prevê, em seu art. 6º, a instalação de *institutos de educação preliminar (escolas maternas e jardins de infância)... em locais onde o governo julgar conveniente* e destinados a menores de sete anos. Em seu capítulo IV, todo dedicado à regulamentação das Escolas Maternas, dá preferência à criação dessas

¹³⁵ MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. Armanda Álvaro Alberto in: *Dicionário de Educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasília: MEC/INEP, 1999. p. 89-98.

¹³⁶ VASCONCELOS, 1928. op. cit. p. 208-211.

¹³⁷ Decreto n. 2105, de 2 de março de 1925, publicado no Diário Oficial de 7 de março de 1925, p. 10.

instituições em locais próximos às indústrias, em especial as que contribuíssem com instalações físicas e *alimentação conveniente*, de modo a atender às crianças pobres, filhas de operários.. O art. 110 preceitua:

Para que a criança possa ser admitida à matrícula nas escolas maternais, é necessário o seguinte:

- a) ser filha de pais reconhecidamente pobres; de operários ou domésticos;*
- b) não sofrer moléstia contagiosa ou repulsiva;*
- c) ser vacinada contra variola.*

Para cumprir a legislação, é importante destacar a criação dos dois primeiros Jardins de Infância da rede pública de ensino do Estado, em Niterói, ambos construídos nos moldes exigidos pela pedagogia *montessoriana*¹³⁸, considerada avançada para a época¹³⁹.

Após uma administração positiva, foi eleito e reconhecido como governador, Manuel Duarte (1927/1930), cuja administração deu continuidade às obras em andamento: saneamento da capital, conclusão do porto de Angra dos Reis, inauguração de amplas avenidas, na capital, e inauguração de nova estação de estrada de ferro junto ao porto de Niterói. Nem tudo foi pacífico para o governador, uma vez que da capital federal vinham informações de que o presidente Washington Luís não romperia o pacto entre Minas e São Paulo, também conhecido por política do café-com-leite. O governo, que deveria terminar em 1931, foi encerrado no entardecer de 24 de outubro de 1930, por ocasião da deposição de Washington Luís. Era a Revolução.

O ciclo de interventores no Estado do Rio de Janeiro, que duraria 17 anos, teve início com uma série de administrações de curta duração, até a indicação de Ari

¹³⁸ Maria Montessori, médica e pedagoga italiana, criadora de um método definido por ela como *o primeiro trabalho na sociedade humana guiado pela [própria] criança*. Submetida ao método montessoriano, a criança desenvolve, em ambiente próprio e com material adequado, o senso da observação, a espontaneidade, a crítica e a naturalidade.

¹³⁹ HEES, Martha Pereira das Neves. *Frequência ao Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar – PAEPE : e rendimento na 1ª série do 1º Grau*. 1980. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1980. *passim*

Parreiras¹⁴⁰, revolucionário histórico, fiel às suas convicções de social-democrata, possuidor de caráter forte e absoluta e rigorosa honestidade. Como interventor, entre 1931 e 1935, suspendeu, de imediato, a censura à imprensa. Criou Conselhos de Educação, de Saúde Pública e de Economia. Contou com a colaboração de Nóbrega da Cunha¹⁴¹, jornalista e professor fluminense, com atuação significativa na definição da política educacional do Brasil, na época, tendo sido, inclusive, um dos vinte e seis signatários do Manifesto dos Pioneiros; assumiu a Diretoria de Instrução Pública em 1932 onde imprimiu idéias inovadoras, e trabalhou contra uma escola popular pautada na tradição e influência católica combatendo a permanência do dualismo educacional- escola do povo e da elite – considerada reprodutora das desigualdades sociais. Para Nóbrega da Cunha, a educação para levar à formação integral do homem tem que dar *condições para que essa formação se dê totalmente, amplamente, definitivamente*. Ari Parreiras implantou, ainda, no seu governo, a Reforma Judiciária e a Inspetoria de Estradas de Rodagem. Construiu pontes, estradas, escolas e obras de infra-estrutura nos municípios. Considerado um dos políticos de mais alto nível, deixou o cargo, embora a contragosto, por não aceitar as contemporizações e concessões exigidas pela política em dado momento de crise.

Durante a intervenção federal, foi assinado por Ari Parreiras o Decreto 2930, de julho de 1933, que determinou normas gerais de funcionamento para escolas maternas e jardins de infância prevendo, como o anterior, atendimento *nos bairros operários, próximos às próprias fábricas*. Vale ressaltar a importância de seu artigo 10:

As instituições pré-escolares estarão na mais íntima relação com as famílias das crianças, de modo a estender sua ação educativa até as mesmas e nelas buscar os elementos de melhor compreensão dos caracteres das crianças que as freqüentam.

Este Decreto prevê, para os professores, curso de especialização ou concurso, constando este de prova de Fisiologia e Psicologia da 1ª e 2ª Infância, Pedagogia e Prática de Educação Pré-escolar, Higiene e Puericultura.

¹⁴⁰ SOARES, op. cit. p. 58. (Consta que jamais usou a residência e os carros oficiais; e, para conter despesas públicas andava de bonde ou de carona.).

As contingências da época fizeram com que Vargas indicasse, como sucessor de Ari Parreiras, Protógenes Guimarães¹⁴² (1935/1937), que, a 22 de janeiro de 1936, promulgou a nova Constituição do Estado. Não foram poucas as realizações de seu governo, em que pese seu afastamento devido à grave doença que exigiu impedimentos constantes, que contaram com o apoio de Getúlio. Heitor Collet o substituiu temporariamente, até sua substituição definitiva, em 1937. Apesar disso, o governo foi realizado com aparente equilíbrio e moderação, tendo em vista, a turbulência política no país à época, o que não impediu, entre outras, as seguintes realizações: a reforma de ensino primário e profissional; a transformação das escolas em ambientes mais atrativos com clubes e pelotões de saúde; a criação de associações de pais e professores nos colégios e nos jardins de infância; e, finalmente, a possibilidade de integração saúde e educação com melhor assistência aos estudantes.

Com o golpe de 10 de novembro e o início do Estado Novo, Getúlio nomeou para seu lugar seu futuro genro Amaral Peixoto (1937/1945), que governou o Estado de 11 de novembro de 1937 a 28 de outubro de 1945, período em que foram realizadas as Missões Culturais.

Carioca de nascimento, Amaral Peixoto, com raízes familiares em solo fluminense, conhecia os problemas do interior do Estado. Por força do parentesco convivia diretamente com Vargas. Em seu discurso de posse fez questão de frisar sua função de militar, sem pretensões políticas, com as seguintes palavras, segundo Soares¹⁴³:

Soldado, completamente alheio a competições de natureza política, recebi a indicação(...) como uma ordem de serviço que não me era lícito discutir, ... as estéreis lutas partidárias, frutos naturais de um regime político mal adaptado à estrutura da Nação, quanto do egoísmo e do imediatismo dos homens, inutilizaram freqüentemente o trabalho construtivo dos vossos governantes

Desde o início, atacou, simultaneamente, várias frentes e conseguiu ampla popularidade, quando, apesar dos contratempos provocados pela Segunda Grande Guerra,

¹⁴¹ ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Carlos Alberto Nóbrega da Cunha. *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasília: MEC/INEP, 1999. p. 116-118.

¹⁴² SOARES, op. cit. p. 63-65.

conseguiu, em 1943, uma arrecadação três vezes superior à alcançada em 1937. Seu prestígio cresceu nesse mesmo ano, quando tomou a frente de um protesto contra o nazi-fascismo. Na estação das barcas recebeu os estudantes cariocas, expulsos da Capital Federal pela polícia de Felinto Müller e tomando a frente liderou a manifestação, dirigindo-se para o auditório da Faculdade de Direito, em uma demonstração de apoio. Por outro lado, seu governo, uma *espécie de oasis onde se respirava certa liberdade*, foi propício a que adquirisse extraordinária popularidade.

Durante seu governo procurou incentivar a indústria e o comércio; melhorou a arrecadação; criou a Secretaria de Educação e Saúde e desmembrou da secretaria de Interior e Justiça a de Agricultura, Indústria e Comércio. Construiu enorme rede de estradas; ampliou consideravelmente a rede escolar; criou o Departamento de Educação Física; ofereceu Colônias de Férias para os alunos da rede pública; construiu parques infantis; instituiu a caixa escolar; ampliou as escolas industriais e construiu o Estádio Caio Martins. Além disso, abriu a Alfândega e trouxe a Caixa Econômica para Niterói.

Foi Amaral Peixoto, em discurso em Campos, quem primeiro anunciou que Vargas devolveria o país à normalidade democrática. Foi ele também que lançou a candidatura de Dutra à Presidência da República pelo Partido Social Democrático, do qual foi membro fundador. Para Soares¹⁴⁴, *Quando caiu o Estado Novo, a única força política realmente organizada no Estado do Rio de Janeiro chamava-se Ernani do Amaral Peixoto*. Recebido pela sociedade como jovem inexperiente que não inspirava confiança, conquistou o povo, como poucos, mantendo com polidez fria, uma administração produtiva e enérgica, atenta a todos os municípios.

Lima¹⁴⁵ atribui o sucesso do governo de Amaral Peixoto ao surto de progresso em terras fluminenses, consequência das realizações efetuadas em diferentes setores; à preocupação com a coletividade; e à escolha de bons auxiliares diretos. Para os

¹⁴³ Ibid., p.64

¹⁴⁴ Ibid., p. 67.

lavradores, criou o Entrepasto de Niterói, eliminando o atravessador e aproximando o produtor do consumidor; para os trabalhadores do comércio e da indústria, criou uma instituição- o Serviço de Alimentação da Previdência Social- SAPS, que, entre outras coisas, fornecia alimentação barata e nutritiva ao homem do povo. Para as mulheres, ofereceu, na Fundação Anchieta (Foto n. 4 p. 185), oportunidade de aprendizagem de trabalhos manuais em oficinas e creches para seus filhos. Era uma oportunidade de garantir, com a nova aprendizagem, o aumento da renda familiar sem prejuízo de seus afazeres domésticos. Para a velhice desamparada, construiu o Abrigo Cristo Redentor e para crianças pobres, especialmente os órfãos, o Patronato de Menores. Sua administração baseou-se no enriquecimento do solo e na valorização do povo.

Em 1938, criou a secretaria de Educação e Saúde com dois Departamentos específicos efetuando em ambos muitas obras em benefício do povo. Foi possível inaugurar uma unidade sanitária por mês, em treze meses consecutivos, incluindo Centros de Saúde, lactários, creches, laboratórios e postos de saúde. O Departamento de Educação acompanhou esse ritmo de realizações construindo os grandiosos grupos escolares (Foto n.5, p. 186), dando especial atenção às escolas profissionais. Na zona rural instalou escolas em prédios adequados, assegurando seu funcionamento em todos os municípios. Foram construídas quarenta e duas “escolas típicas rurais”, no período de 1938 e 1945, em terrenos doados pelos fazendeiros. As escolas recebiam o nome da localidade onde se situavam.. Uma delas, a escola típica rural de Serraria foi, durante muito tempo, dirigida pela professora Maria Odeté Brás **Jardim**¹⁴⁶, uma das pessoas entrevistadas para esta pesquisa. Afirma ela que, após o Curso Normal, fez um curso de extensão, com duração de um ano, na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro.

Nós fizemos um jardim todo florido. A escola era rodeada de flores! No dia da árvore plantamos com os pais oitenta árvores. Tínhamos a ala das árvores ornamentais e das árvores frutíferas...Naquela época o Estado não dava merenda. Então os pais davam a carne o macarrão, o arroz, e eu dava os legumes e as verduras...Eu não sabia fazer sopa, então fui à cidade para

¹⁴⁵ LIMA, Santa Cruz. *Ressurge a velha província*. Sem mais indicações. (Acervo particular de Maria Pereira das Neves).

¹⁴⁶ Entrevista concedida em 10 de agosto de 1999.

aprender a preparar os legumes e tudo o mais...As crianças comiam de tudo, todos tinham seu prato, sua colher, sua escova de dentes. As crianças lavavam seu material.

Declarações como essa, feitas com entusiasmo, revelam um pouco do dia a dia das professoras do interior, do seu empenho em realizar seu trabalho, o que faziam em integração com os pais e sempre da melhor forma. Para isso buscavam aperfeiçoamento na Capital Federal. D. Maria Odete foi procurada para falar de sua experiência como diretora da Escola Normal Rural de Cantagalo, uma experiência realizada a partir de recomendação dos componentes das Missões Culturais, mas, apesar de toda minha insistência, só se reportava a seu trabalho no início da carreira, na escola típica rural. Quanto às características dessa escola, ela diz:

Tinha uma regente, sem auxiliar. As escolas funcionavam sempre numa fazenda e eram emprestadas ou cedidas pelo proprietário ao Estado e tinham só até a terceira série. Tinham muitos alunos. Eu, só no primeiro dia matriculei, em Serraria, quarenta e sete analfabetos. Fora os meus irmãos e sobrinhos que já estudavam em outro distrito e quando vieram pra mim já sabiam alguma coisa.

Mais adiante, referindo-se ao fato de ter sido a diretora da Escola Normal de Cantagalo, lembra-se de que foi a primeira professora, no Estado, a ser nomeada por merecimento, após uma visita feita à sua escola pelo então secretário de Educação, Dr. Rubens Falcão,

Foi minha experiência que levou o Dr. Paulo Campos a me indicar quando o Amaral Peixoto quis difundir o ensino rural, onde ninguém ficava. Professora nenhuma ficava. Então o governador resolveu dar oportunidade à mocinhas que tinham feito quarta série de fazer um curso em Cantagalo. Elas seriam selecionadas através de uma prova e o curso tinha por objetivo prepará-las para trabalhar na zona rural...elas não lecionariam na cidade.

Em 1937, o Estado possuía, para as 828 escolas existentes, apenas 86 prédios próprios. As demais 742 instituições funcionavam em locais alugados, pequenos, sem conforto e até sem higiene (Foto n.6, p. 187). Em 1945, já estavam em funcionamento os 14 grupos escolares e 138 escolas em próprios estaduais. Além do mobiliário padrão, os

grupos escolares recebiam material específico para instalação de laboratórios de Física, Química e História Natural; mapas e material destinado a esportes¹⁴⁷.

Quanto ao ensino profissionalizante, havia a Escola Industrial Henrique Lage, destinada ao sexo masculino. Situava-se em bairro operário de Niterói e, em sua oficina de marcenaria era construído todo o mobiliário escolar do Estado. O governo mantinha duas outras escolas industriais, estas para alunas: uma em Campos, a Nilo Peçanha, e a outra em Niterói, a Aurelino Leal. Todas equiparavam-se às escolas técnicas federais.

A Deliberação nº 45, de 5 de maio de 1939, do governo estadual, institucionalizou nas escolas fluminenses a instrução moral e cívica pautada em princípios práticos de brasilidade, ao incluir – Moral e Cívica - como nova disciplina no grupo de Ciências Sociais, ao lado de outras, como História, Geografia e Higiene. O Estado do Rio de Janeiro foi assim um dos primeiros Estados brasileiros a implantar no currículo essa disciplina e orientar no sentido de romper com a velha situação escolar que adotava compêndios de civismo de origem francesa **Câmara Torres**¹⁴⁸, inspetor de ensino àquela época, recomendava aos educadores que dessem oportunidades de aprendizagem, com exemplos vivos em situações reais, de modo a despertar o senso crítico e os valores morais, cívicos e religiosos. Para tanto sugeria a criação de *associações imitando a sociedade, pequenos jornais, excursões, cinema bem orientado, teatro, festas escolares, galerias históricas, trabalhos artísticos*.

Paralelamente às atividades de ensino funcionavam outras de cunho assistencial. A Caixa Escolar, cujos fundos destinavam-se à compra de uniformes, ao fornecimento de merenda aos mais pobres, a serviço dentário, etc.. As Colônias de Férias, surgidas entre 1939 e 1946 acolhia alunos do interior, que eram levados da praia para as regiões de montanha, e vice-versa (Foto n.7, p.188). O êxito desse empreendimento foi tal que beneficiou a cerca de 1350 escolares de ambos os sexos de 42 municípios do interior

¹⁴⁷ GURGEL, Heitor. *O governo Amaral Peixoto: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 66-87.

fluminense. *Em 1944 e 1945, o governo do Estado do Rio, abrigou 20 crianças das escolas públicas de São Paulo enquanto outros tantos escolares fluminenses passaram 60 dias em colônias similares da Capital paulistana, num intercâmbio útil interessantíssimo*¹⁴⁹. Os Parques Infantis e o Estádio Caio Martins permitiam a prática de esportes. Nas férias havia treinamento de professoras (foto n.8, p.189) para melhor desempenho em suas funções e para serem técnicas em educação física. Há que registrar, ainda, o Clube de Menores Operários, com sede no Parque General Rondon, em Niterói, destinado a recrear, assistir e educar os jovens trabalhadores em suas horas de lazer. As aulas de Canto Orfeônico foram, também, excelente iniciativa realizada em território fluminense. O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro estado a criar esse Serviço, e um de seus primeiros frutos foi a demonstração pública no estádio Caio Martins onde o professor Vila-Lobos regeu um coral de dez mil vozes¹⁵⁰.

Além de todas as demais realizações nos diversos setores do estado, bem como em outras Secretarias, como por exemplo a vinda da Caixa Econômica; a reabertura da Alfândega; a Refinaria de Petróleo; a criação da Loteria, com o lucro líquido destinado à assistência da população; a atenção dada ao turismo, facilitando, inclusive, a construção do Hotel Quitandinha e do Hotel de Araruama - há que se reconhecer a relevância das obras sociais e, em especial, aquelas mais afinadas com a educação e o ensino.

Por ser objeto desta pesquisa há que se destacar, que foi nesse ambiente produtivo e desenvolvimentista do Rio de Janeiro, que surgiram as Missões Culturais, iniciativa de valor, destinada ao popular, ao camponês, ao homem do interior. Constituíram-se elas, com o apoio de técnicos de educação, de conhecedores de atividades ligadas à caça e à pesca, de sanitaristas, de professores, de enfermeiros, de cinegrafistas, de jornalistas, de voluntários da Legião Brasileira de Assistência, todos imbuídos do espírito missionário, que desconhece o medo e não mede sacrifícios nem desconforto num empreendimento nobre que visava levar ao interior um pouco *das luzes da cidade grande*.

¹⁴⁸ CAMARA TORRES. *Educação Moral e Cívica*. 1939. Monografia apresentada à comissão examinadora do Concurso de Inspectores Regionais de Ensino. Niterói. 1939. p. 56. (datilografada)

¹⁴⁹ Ibid., p. 75.

Conscientes, os missionários queriam mudanças e para tanto não pouparam esforços, compartilhando o que tinham de melhor em si mesmos: o saber, a coragem, a dignidade.

Essa reflexão faz sentido se retomarmos o contexto do país à época, lembrando que, na construção da identidade nacional, Vargas investia na unidade da população e na mobilização popular sob controle e subordinação do Estado. Em seu programa de governo, a cidadania, a democracia e a participação foram redimensionadas, com ênfase na ordem, no progresso e no nacionalismo. Para entender essa análise da postura dos atores desse projeto, é preciso acreditar que havia um regime autoritário, marcado por traços de totalitarismo, mas com cultura e características peculiares que não eliminaram resistências da sociedade civil. Cabe destacar, portanto que os missionários souberam aproveitar-se dos meios de comunicação e da educação como veículo privilegiado na introdução de valores e condutas nas quais acreditavam.

Após a reconstituição histórica do Estado do Rio de Janeiro com maior destaque nos aspectos educacionais, faremos no próximo capítulo uma abordagem das inspirações institucionais que motivaram a realização das Missões Culturais, fundamentada nas experiências da professora chilena – Amanda La Barca, narradas no livro *El mejoramiento de la vida campesina*.

¹⁵⁰ Ibid., p. 83.

CAPÍTULO III

AS MISSÕES CULTURAIS: INSPIRAÇÃO INSTITUCIONAL E REALIZAÇÃO HISTÓRICA

O presente capítulo busca investigar descritiva e criticamente o fenômeno das Missões Culturais no Rio de Janeiro, de modo a conhecer suas inspirações ideológicas e institucionais.

1. SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NOS ANOS 40.

Os anos que antecederam 1940 foram ricos em acontecimentos que determinaram o pensamento e facilitaram, hoje, a compreensão da vida brasileira no período em que aconteceram as Missões Culturais. Fatos relacionados às mais diferentes áreas¹⁵¹ demonstram que foi um tempo [de 1920 a 1950] de *florescimento da cultura*,

¹⁵¹ *Quanto à educação*: a reorganização do Ministério da Educação através da Lei nº 378, de janeiro de 1937; a criação do INEP – Decreto-Lei 580, 30 de julho de 1938. *Quanto à saúde*: a criação, em 1937, do primeiro serviço de saúde pública em âmbito nacional. *Quanto à política*: a divulgação do “plano Cohen”, plano supostamente comunista que justificou o golpe de Estado e fechamento do Congresso – set/37; o decreto do Estado Novo e a nova Constituição – nov/37; a extinção dos partidos políticos – dez/37; o levante integralista – mai/38; a Missão Aranha, pela qual se inicia um processo de aproximação entre as forças armadas dos Estados Unidos e do Brasil, e garantem créditos para dívidas em atraso – fev/mar/39; a declaração de neutralidade quando eclodiu a Segunda Grande Guerra – set/39. *Quanto à cultura*: a criação da Universidade do Brasil no Distrito Federal, então Rio de Janeiro – jul/37; a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – nov/39; o programa radiofônico *A Hora do Brasil*, obrigatoriamente transmitido por todas as emissoras do país – jan/38; *Quanto à economia e administração*: a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) – nov/37; a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – jan/38; a criação do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) – fev/38; a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) – abr/38; a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), jul/38; a criação do Conselho de Águas e Energia Elétrica (CNAE), mar/39; a criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – dez/39. Informações

indicando o surgimento de novos aspectos da consciência nacional, com reflexos nas áreas da política, da economia e da sociedade. Demonstram isso os movimentos, golpes, tensões, conflitos e revoluções que *assinalam fluxos e refluxos na vida política nacional...* que devem ser *...encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo internos e externos* ¹⁵².

O presidente Vargas governava através de decretos-leis, promovendo a centralização administrativa e colocando interventores federais de sua confiança à frente dos Estados. Controlador, dominava as estruturas de poder, comandando sob um regime de força, como a maioria dos governos da época. Autoritário, mantinha a polícia como órgão repressor, sob suas ordens diretas. Vaidoso, incentivava o culto a sua imagem como propaganda de seu governo. Centralizador, mantinha a burocracia sob a responsabilidade de técnicos nos quais depositava crédito absoluto.

A expressão Estado Novo foi adotada com intuito de realçar a diferença entre o novo governo e o anterior, liberal. Este, associado aos interesses das oligarquias, poderosas minorias regionais.

A desarticulação dos setores oligárquicos teve início nas ações de repressão ao comunismo, ocorridas em 1935, com a extinção da Aliança Nacional Libertadora, marco de forte campanha anti-comunista. A ANL, apoiada por outros grupos de esquerda e sob apoio da Internacional comunista, exigia, entre outras ações, a reforma agrária, a instalação de um governo popular e democrático e a suspensão do pagamento da dívida externa. Os comunistas reagiram com a controversa Intentona, historicamente representada como mal sucedida revolta de consequências desastrosas, com prisões, torturas, mortes e violenta repressão policial, possibilitadas pelo estado de sítio. O chefe de polícia da capital recebeu plenos poderes, e deles fez uso, prestando contas unicamente ao presidente da República. Para bem caracterizar a época, merece destaque o famoso

obtidas em publicação - *Estado Novo – construção de uma imagem*. distribuída na FGV em exposição comemorativa dos 60 anos do início do Estado Novo, de 19/11 a 19/12/97 – CPDOC, Palácio Gustavo Capanema, RJ: rua da Imprensa, 16/2º andar.

¹⁵² ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 54.

documento anti-comunista, que gerou o “plano Cohen”, divulgado pelos integralistas, apoiado pelo Exército e pela maioria dos governadores dos estados, de modo a servir de pretexto para a instalação do Estado Novo. Nesse período, aconteceram perseguições, terror, torturas, prisões e exílio imposto a intelectuais e políticos, tanto de esquerda quanto liberais. Tais fatos históricos estão hoje sendo revisitados em suas bases historiográficas e ideologias¹⁵³.

Foi uma época de aniquilamento das liberdades democráticas, tendo o país ficado entregue a uma quadrilha de assassinos e gatunos profissionais com autorização para consumir os crimes mais hediondos contra adversários do Governo¹⁵⁴. Foi, também, a época de um governo forte, rico em empreendimentos e realizações [especialmente quanto à política trabalhista], que promoveu o desenvolvimento e a integração do país. Mas foi, sem dúvida, um dos períodos mais polêmicos e controversos da história da República.

Getúlio assumiu o governo disposto a fortalecer a federação e concretizar os interesses do Brasil. Como presidente, estava decidido a racionalizar a economia; aumentar a capacidade produtiva; integrar o mercado nacional; elevar o poder de exportação, enfim, manter o Brasil unido e desenvolvido de modo a despertar o orgulho do povo. Para tanto, precisava centralizar as decisões e manter a autoridade em todos os segmentos, razões pelas quais criou o DASP – Departamento de Administração e Serviço Público - e o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. O DASP tinha sua criação prevista na Constituição de 1937¹⁵⁵. Era ligado diretamente ao presidente da República e tinha amplos poderes, podendo admitir e demitir funcionários, fazer o controle de material e assistir ao presidente nas propostas legislativas. Órgão criado como Instrumento de fortalecimento do poder, estendia-se aos Estados (daspinhos), onde acresciam às suas funções a de fiscalizar as administrações. Do ponto de vista do recrutamento de funcionários públicos, estabeleceu critérios de qualificação técnica básica para ingresso no

¹⁵³ FAUSTO, op. cit., p. 352 e sgts.

¹⁵⁴ PINTO, Heron Pereira. *Nos subterrâneos (sic) do Estado Novo*. Rio de Janeiro. 1950.

¹⁵⁵ Conhecida como “polaca”, por se basear na Constituição da Polônia, de teor nazista.

quadro do funcionalismo, abrindo oportunidades para profissionais de diferentes camadas sociais. Entretanto, as regras nem sempre eram respeitadas, pois como nos diz Fausto¹⁵⁶,

Na cúpula do aparelho burocrático, a maioria das indicações continuou a ser feita de acordo com as preferências do presidente da República ou de seus ministros, para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes podiam ser demitidos a qualquer tempo. A escolha dependia de um mínimo de habilitação, porém não era feita necessariamente dentre os elementos da carreira do serviço público.

O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, através do Decreto-lei nº 1915, e seus objetivos podem ser assim resumidos: centralizar e coordenar a propaganda do Governo e censurar todo e qualquer meio de comunicação. Em suas funções, estava incluída a promoção de festividades cívicas e populares, além de concessão de prêmios, incentivo à arte e à literatura, promoção do turismo, sempre com intuito patriótico, fundamento importante em sua estratégia de legitimação ideológica. Instituição dotada de poder econômico, policial e legal, o DIP funcionava diretamente subordinado ao presidente, tendo sido responsável pela publicidade de todo e qualquer feito positivo do Governo. A censura à imprensa, ao teatro, ao cinema e aos demais órgãos de comunicação era feito através da força policial. Cada jornal tinha um censor e sua cota de papel, importado, era definida pelo DIP, que, assim, exercia seu poder de pressão econômica. Surgia a Era do Rádio, início da comunicação de massas. O rádio era o elemento visado pela sua capacidade de formar opinião. Sob total controle do governo, difundia a imagem de Getúlio como “pai dos pobres” e “benfeitor dos trabalhadores”, “guia e pai”. Tanto o rádio quanto a música popular brasileira, sucessos entre as camadas populares, foram usados à exaustão na publicidade favorável ao governo, sendo esse apoio, regra imprescindível para que os compositores passassem pela censura¹⁵⁷.

As condições sociais, agravadas pela situação econômica agrária do Brasil, país dependente, provocaram a criação de populações na periferia das grandes cidades e, especialmente no Rio de Janeiro, as favelas aumentaram. Seus moradores criaram uma cultura própria, que refletia o seu modo de viver e de ver o mundo. Nas

¹⁵⁶ FAUSTO, op. cit. p. 365-390.

¹⁵⁷ Ibid. p. 376

manifestações culturais, as festas, o carnaval, e as músicas refletiam esse espírito popular, como se pode ver na letra de *Lenço no pescoço* de Wilson Batista:

*Meu chapéu de lado,
Tamanco arrastando,
Lenço no pescoço,
Navalha no bolso,
Eu passo gingando,
Provoco desafio,
Eu tenho orgulho de ser vadio,
Sei que eles falam desse meu proceder,
Eu vejo quem trabalha andar no miserê.
Eu sou vadio porque tive inclinação.
Quando era criança tirava samba-canção.*

Nesse momento entra o DIP, interferindo na criatividade dos músicos e artistas, impondo “conselhos” e “sugestões” ou aprovando somente as letras que considerava adequadas ao momento. Foi por volta de 1940 que fez ver aos compositores a necessidade de *exaltar o trabalho e execrar a boemia*¹⁵⁸. Um exemplo disso foi o samba “É Negócio Casar” de Ataulfo Alves e Felisberto Martins, cuja letra enaltece a vida do homem ex-malandro, transformado em chefe de família bem comportado, sério e trabalhador.

*Veja só!
A minha vida como está mudada
Não sou mais aquele
Que entrava em casa alta madrugada
Faça o que eu fiz
Porque a vida é do trabalhador
Tenho um doce lar
E sou feliz com meu amor
O Estado Novo
Veio para nos orientar
No Brasil não falta nada
Mas precisa trabalhar
Tem café, petróleo e ouro
Ninguém pode duvidar
E quem for pai de quatro filhos
O presidente manda premiar
É negócio casar!*

¹⁵⁸ Todas essas referências, relacionadas à música, estão em SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Ao governo interessava não só a valorização do operário ordeiro e trabalhador honesto, mas também a exaltação das ações do governo. As composições ufanistas tinham boa aceitação, e melhor ainda se, além disso, projetassem a figura do presidente ou enaltecessem o Estado Novo. O mesmo artifício foi usado quando o Brasil entrou na Guerra, o que motivou vasto repertório de sambas, breques, alegres canções e marchas. Carnavalescas ou não, todas elas despertavam o interesse popular. Exemplo disso foi a marcha de Ubirajara Nesdan e Afonso Teixeira: “Quem é o Tal?” – que, em referência indireta a Hitler e a Getúlio, dizia, *quem é que usa cabelinho na testa e um bigodinho que parece mosca*, e a seguir, *Quem tem o G que representa a glória, quem tem o V que ficará na história...* Um outro exemplo foi o samba de breque de Henrique Gonzalez gravado por Moreira da Silva: “Diplomata”. Começa garantindo a veracidade dos fatos, *Eu juro que é verdade, o que vou dizer...* Fala do temperamento tolerante do brasileiro, que pode passar dificuldades mas não confunde covardia com diplomacia. Pode *...nem ter um pão pra comer, que rasguem a minha roupa, botem fora meu feijão, que quebrem a minha louça, ou destelhem o meu barracão.....garanto meu nobre amigo, agüento firme e nada falo, ...só se vence nesse mundo com muita diplomacia...* Adiante, com um discurso diferente, convoca os companheiros para a luta sob as ordens do presidente... *homem de fibra...*e conclui dizendo *...quero empunhar um fuzil, para lutar, vencer ou morrer, pela honra do meu Brasil.*

Assim foi a participação do povo na formação de uma ideologia nacionalista/desenvolvimentista, forjada de cima para baixo. Um nacionalismo pragmático, determinado pelas circunstâncias. Prova disso foi a exploração das rivalidades entre Estados Unidos e Alemanha na obtenção de financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e da compra da Companhia Vale do Rio Doce,¹⁵⁹ ambas da maior

¹⁵⁹ Dr. Barbosa Lima Sobrinho, conhecido jornalista, advogado, presidente da ABI, aos 102 anos, em fev/99, em entrevista a mim concedida diz textualmente – “No começo combati Getúlio porque ele chegou ao governo através de um golpe de estado; não tinha sido eleito. Mas pouco a pouco fui incorporando as teses dele e acho que foi o único presidente do Brasil que pensou no Brasil. Veja a questão da Vale do Rio Doce: duas companhias estrangeiras, venderam ao Brasil as suas propriedades. Daí surgiu a Vale do Rio Doce...tomou proporções extraordinárias ... como autarquia....que.. sujeitas à presença do Estado prosperaram.”...

importância na industrialização e desenvolvimento do país, cujo crescimento ocorreu, entre outras razões, pela exportação de minérios e matérias primas para os aliados de guerra.

A crise internacional, provocada pela Segunda Guerra, garantia condições externas de industrialização. O Estado contribuiu com mecanismos internos, criando possibilidades para a acumulação do capital industrial. É dessa época a construção, no país, de fábricas de papel, celulose, cimento, material ferroviário, máquinas de costura, vidro, fósforo, sapatos, tecidos e outras.

Os anos 40 foram decisivos na implantação, sobretudo no Sudeste, de uma sociedade capitalista industrial urbana enquanto em todo o Brasil crescia a crise no campo, debaixo das tensões externas provocadas pela Guerra e internas pelo governo ditatorial. O autoritarismo de Vargas servia para administrar, manipulando opiniões, enfrentando sublevações militares e intervindo na economia.

Todo projeto político de qualquer tipo de sociedade é alicerçado numa ideologia. Para Gramsci há uma distinção entre ideologias: *as historicamente orgânicas*, que servem para organizar massas humanas e são necessárias à existência, à organização e à reprodução de qualquer estrutura social; e, outra, que consiste na racionalização de posições limitadas, gerando movimentos menores e polêmicos—a ideologia arbitrária.¹⁶⁰

A ideologia estadonovista, de conteúdo nacionalista e desenvolvimentista, parece conter características das duas posições gramscianas já que pode ser vista *como recurso de poder fundamental ao esforço de articulação e de produção ...não só ... do que já existe, mas sobretudo daquilo que se deseja que exista*¹⁶¹. Fundamentado em um conjunto central de idéias, o projeto político estadonovista se apresentava com variáveis que traduziam o oportunismo e a imposição autoritária de um pensamento desejado. Nesse contexto, o DIP aparece exercendo um papel fundamental na dominação da consciência dos grupos sociais, utilizando, para tanto, a propaganda, a divulgação de imagens, os símbolos da pátria, o rádio, o cinema, jornais e revistas.

¹⁶⁰ FLAMARION, Ciro. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997. p. 33

¹⁶¹ GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 173.

As tensões externas, provocadas pela Guerra, e as internas, pelas matizes de um governo ditatorial, permitiram uma administração forte em controle e rica em fontes centralizadoras, algumas das quais, se perpetuaram até hoje. Dentro desse universo, pode-se apontar a formação de um campo cultural e educacional novo: a expansão e diversificação de cursos de nível profissional, médio e superior, o crescimento da área editorial, e a criação de novas instituições culturais.

O investimento na educação e na cultura deu margem a muita polêmica e opiniões contraditórias. Como exemplo, vale lembrar a revista *Cultura Política*, que contou com a colaboração de reconhecidos intelectuais com visões de mundo diferentes ou até opostas, tais como: Azevedo Amaral, Licínio Cardoso, Lúcio Cardoso, Câmara Cascudo, Alberto Torres, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Cassiano Ricardo. A participação da nata da intelectualidade brasileira, daquela época, devia-se, entre outras razões, ao fato de se tratar de uma revista de cultura e não de uma revista de política, que, se assim fosse, sem dúvida, exigiria identificação de pensamento dos autores com as idéias do governo¹⁶².

Como se pode observar, a característica aparentemente controversa de ambigüidades, religiosa e patriótica, política e educativa, conservadora e renovadora, não era primazia dos “missionários” das caravanas fluminenses, também os intelectuais assim agiam, coerentes com a época, com o pensamento e com a visão de mundo de um determinado tempo.

Muitos acontecimentos ocorridos nessa fase polêmica da República demonstram que as ações governamentais eram arbitrárias, ambivalentes, mas se caracterizavam pelas realizações objetivas e respaldadas por intenções bem definidas.¹⁶³

¹⁶² PRADO, op. cit. passim.

¹⁶³ CPDOC, op. cit. passim. Quanto à educação: criação da Juventude Brasileira, sob o pretexto de dar instrução moral, cívica e paramilitar aos jovens estudantes, desenvolvendo o amor à pátria – mar/40; realização da primeira Conferência Nacional de Educação cujo objetivo maior foi organizar a Juventude Brasileira em todo o país – jan/41; lançamento da revista *Cultura Política* – mar/41.; criação do SENAI, para aperfeiçoamento profissional e subordinado à Confederação Nacional da Indústria – jan/42; institucionalização da União Nacional dos Estudantes (UNE) que havia sido criada em dez/38 – fev/42; promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário ou Reforma Capanema – abr/42; criação da Fundação Getúlio Vargas – FGV – dedicada aos estudos da administração – dez/44. Quanto a política: criação do Ministério da Aeronáutica – jan/41; autorização para os norte-americanos usarem bases navais e aéreas do

A mudança do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial provocou uma mobilidade estrutural de forma desigual nas diferentes regiões do Brasil, acentuando o que já se chamava, desde a década dos 20, *dois brasis*. Para os ruralistas, a riqueza estava concentrada na agricultura, cabendo à indústria a tarefa de manipular e explorar os produtos por eles produzidos, preferencialmente exportando para outros países, já que o Brasil era um *país-essencialmente-agrícola*.

Foi durante o governo Vargas, e mais especialmente durante a Guerra, que aconteceu o impulso para o desenvolvimento, com instalação da indústria pesada no interior, tendo o Estado assumido o papel de propulsor desse desenvolvimento. Concomitantemente, a leitura e a escrita passam a ser exigência indispensável, motivando a ampliação do número de escolas e deixando em segundo plano o aspecto qualitativo do ensino. Para **Romanelli**¹⁶⁴, *nossa cultura nos demonstra que a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia*... E essa função faz com que o sistema escolar cresça sob pressão da demanda decorrente do processo de modernização da economia. Aprofundando seu pensamento, a professora afirma que a seu ver

... enquanto a modernização econômica implicar, como é o caso brasileiro, intensificação da importação tecnológica, a escola não será chamada a

Nordeste brasileiro – jul/41; entrada dos Estados Unidos na guerra e autorização de pouso das forças norte-americanas em território brasileiro – dez/41; o jornal A Noite é encampado em São Paulo – jan/42; a 3ª Conferência dos Ministros das Relações Exteriores do Continente Americano recomenda o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, o que vem a ocorrer associado a farta propaganda, em jan/42; o Brasil envia a Força Expedicionária Brasileira – FEB em ago/43, para a Itália; assinatura da Consolidação das Leis do Trabalho – mai/43; lançado o Manifesto dos Mineiros, o primeiro contra o Estado Novo – out/43; o Correio da Manhã rompe com a censura do DIP e publica artigo contra o Estado Novo – fev/45; criação da UDN – abr/45; termina a Guerra – mai/45, e, em junho é criada a ONU; oficiais – generais exigem a renúncia de Getúlio; fim do estado Novo – out/45; eleição do general Dutra para a presidência da República com 55% dos votos – dez/45. Quanto a cultura: início do programa jornalístico Repórter Esso, e Fundação do Jornal A Manhã, subsidiado pelas Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, como portavoz do Estado Novo – ago/41; realização do I Congresso Brasileiro de Escritores cujos resultados são contundentes contra o Estado Novo – jan/45; Quanto a economia e administração: criação da Companhia Siderúrgica Nacional – abr/41; criação da Fábrica Nacional de Motores, FNM – para, inicialmente fabricar motores de avião. 1941: são torpedeados navios brasileiros – a partir de jan/42; assinado com os Estados Unidos os chamados Acordos de Washington, elevando o crédito e garantindo o fluxo comercial de produtos como: cacau, algodão, mica e cristal de rocha – mar/42; criação da Companhia Vale do Rio Doce e racionamento de petróleo, com uso de gasôgeno, mai/jun/42.

¹⁶⁴ROMANELLI, op. cit. p. 55 e segts

desempenhar papel de relevo, a não ser num dos setores básicos da expansão econômica: o do treinamento e qualificação de mão de obra.

E diz, mais adiante, que:

As medidas tomadas pelo Governo Vargas para proteger a indústria nacional e a implantação das bases de nossa indústria pesada, aliadas a uma cada vez menor importância das exportações para o conjunto da economia brasileira, assim como o crescimento do mercado interno, fizeram ver ao capital estrangeiro o quanto seria interessante a implantação da indústria diretamente no interior do país.

O aumento das populações urbanas, as mudanças decorrentes das novas relações de produção, a necessidade de concorrer no mercado de trabalho eram fatores que exigiam a eliminação do analfabetismo, a valorização da leitura e da escrita e a formação de mão de obra especializada. Nessas circunstâncias, e em um contexto em que as aspirações sociais em matéria de educação estavam em crescimento, ocorreram as Missões Culturais.

Em torno de 1945, a escola era vista como instituição capaz de prestar relevantes serviços à democracia, buscando através de pessoas formadas, orientadas para uma prática democrática, apagar os vestígios da política estadonovista.. Para tanto, a educação deveria despertar no indivíduo a consciência do valor da liberdade, da responsabilidade e da igualdade perante a lei, levando-o não só a aceitar as decisões majoritárias, como também a valorizar o ensino das ciências como bem necessário na busca da verdade e fundamental para evitar as influências dogmáticas predominantes no espírito democrático.

Ao Estado cabia a oferta de ensino, reconhecendo o direito à educação em escolas gratuitas para quem dela precisasse. A iniciativa privada tinha isenção de impostos, o que convinha à Igreja e aos empresários do ensino. Havia uma educação geral para todos, somada a disciplinas obrigatórias e a outras optativas, evitando o ensino uniforme e inflexível. Muitas dessas idéias entraram na Constituição de 1946.

Na verdade, a Educação, a partir da década de 30, passou a ser tema de grande relevância no cenário nacional, não só do ponto de vista dos educadores, como dos governos que se sucediam. De 1936 a 1951, as escolas primárias dobraram e as secundárias quase quadruplicaram em número, tendo havido também um significativo aumento de

escolas técnicas, ao lado de forte impulso no campo da formação do magistério, com a reorganização, inclusive, de algumas escolas secundárias já existentes¹⁶⁵. Isso, no entanto, não eliminou a presença dos professores leigos, muito pelo contrário: a partir da década de 40, segundo Werebe, o seu número foi ampliado.¹⁶⁶

No governo Dutra, Clemente Mariani, nomeado Ministro da Educação, constituiu uma comissão, conciliando diferentes correntes de pensamento, para elaborar um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. O anteprojeto encaminhado ao Presidente, que o enviou ao Congresso, foi motivo de cerrada campanha desenvolvida por Gustavo Capanema, mentor da educação estadonovista. Na verdade, a grande polêmica que se deu então opunha os defensores da escola privada e, de um lado, e de outro, os defensores da escola pública, tendo tudo isso culminado com a publicação do “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados”. A solução, diante de interesses tão contraditórios, foi o Substitutivo Lacerda, que gerou a nova Lei nº 4024, só aprovada em 1961¹⁶⁷.

O Estado do Rio de Janeiro, segundo o recenseamento de 1940, contava com 1 861 727 habitantes e era composto então por 50 municípios. Havia 1736 escolas primárias (dados de 1937) e 15 Escolas Normais (em 1941). O total de professores era de 3475, em 1939, para uma matrícula, no mesmo ano, de 179.110 alunos¹⁶⁸. O ideário educacional da época pode bem ser ilustrado pelo discurso, em julho de 1944, do desembargador **José Duarte** Gonçalves da Rocha¹⁶⁹, ex-diretor de Instrução Pública no governo de Amaral Peixoto, na Academia Fluminense de Letras, do qual os seguintes fragmentos são bastante elucidativos:

(...) o estado educa, segundo os anseios da Nação (...) Devemos, assim, encontrar no terreno espiritual, e para servir a um ideal comum, uma concepção de justiça e uma formação moral capazes de criar o sentido

¹⁶⁵ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *A história da educação*. São Paulo: Moderna, 1989. p. 244.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 249.

¹⁶⁷ GHIRARDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 359

¹⁶⁸ INEP. *Organização do ensino primário e normal*: XIII. Estado do Rio de Janeiro. Boletim n. 16. p. 49-50, 1942

¹⁶⁹ DUARTE, José. *O problema educacional: problema principal e de base*. Niterói: .Diário Oficial. passim. 1945.

universal ou continental de harmonia, de paz, de compreensão, de bondade, de cooperação. (...) Nesta hora tormentosa em que vivemos (...) a cultura, a inteligência, a obra eterna e ciclópica do Pensamento se não deixam tragar na voragem materialista que ameaça os povos e trabalha as nações, e terão de assumir na hora suprema das reivindicações morais o primado que lhes cabe na construção de um mundo melhor em que a Justiça - nimbada do esplendor do evangelho - seja a pedra de toque de todas as aspirações humanas, políticas, sociais, morais, econômicas e ainda de todas as disciplinas que competem ao Estado

Esse espírito, sem dúvida, estava presente nas Missões Culturais, parte destacada da política do governo do interventor Amaral Peixoto. Dentro dos objetivos proclamados, pretendiam elas servir de instrumento, inclusive, para a capacitação dos professores que se encontravam em regiões afastadas da capital, *levando-lhes ensinamentos indispensáveis à vida de cada um*.¹⁷⁰

Essas e outras múltiplas questões históricas e sociais determinaram esta investigação e fundamentaram esta pesquisa sobre as Missões Culturais. O ardor das lutas políticas e a crescente importância da educação na sociedade industrial e urbana são plenamente ajustadas às condições históricas e institucionais do Estado, tendo em vista sua configuração política, conservadora e populista. Mesclada com os resquícios e estigmas da atmosfera religiosa, nacionalista e, ainda, marcada pela conjuntura das lutas e determinações internacionais, a educação passa a ser assumida como o lugar da possibilidade redentora para as camadas populares do Brasil, inserindo uma nova concepção de assistencialismo que, a partir daquele momento, iria ampliar a tradição religiosa para a esfera do estado e da ação civil.

Tal atitude constitui um paradigma, um modelo de atuação para diversos momentos históricos e diferentes concepções políticas, indo de conotações de esquerda e de direita, no limite de definições ainda hoje duramente difíceis de serem identificadas e questionadas. A missionarização da ação educacional e a usurpação de formas religiosas para atuação na sociedade poderia constituir um grande tema para muitas investigações sobre as relações quase que simbióticas entre o Estado e a Igreja, que caminhou pela

¹⁷⁰ FALCÃO, Rubens. *Missões culturais: uma iniciativa que talvez mereça ser lembrada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951. p. 7.

República desde o regime do padroado imperial. O Rio de Janeiro conservou o estigma dessa articulação e manteve a marca e estigma de uma relação de dependência.

O ano de 1945 trouxe os efeitos do fim da Guerra e o término da ditadura de Vargas, que conseguiu eleger como seu sucessor, o General Dutra. Em 1951, Vargas volta ao poder. Desta vez, eleito pelo povo.

A identidade da trajetória política de Getúlio Vargas e do Estado Novo permanece como uma das chaves para o entendimento do processo de industrialização e urbanização brasileiras. Com muitas contradições ideológicas e políticas, o Brasil encontrou um caminho histórico nacionalista, desenvolvimentista, populista e autoritário de desenvolvimento social e econômico.

2. AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS QUE INSPIRARAM AS MISSÕES CULTURAIS.

Na busca das idéias que fundamentaram e inspiraram as Missões Culturais realizadas no Estado do Rio de Janeiro, foram encontradas três indicações inalteráveis em diferentes autores. A primeira, informando que as idéias originais nasceram na Espanha sob a denominação de Missões Pedagógicas, e seu autor era D. Manuel Bartolomeu Cossio¹⁷¹. A segunda, informava que essas idéias cresceram e frutificaram na América Latina, mais especialmente no México, de onde se espalharam para outros países: Cuba, Colômbia, Chile e, mais tarde, Brasil, com o nome de Missões Culturais¹⁷². E, finalmente, a terceira, baseada no que a educadora chilena Amanda La Barca¹⁷³ havia registrado no livro *El mejoramiento de la vida campesina*, publicado em 1936. Constando

¹⁷¹ ORLANDÍ, J. As missões culturais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, n.8, p.185-190, fev. 1945.

¹⁷² FALCÃO, 1951. op. cit. passim.

¹⁷³ LA BARCA, Amanda. *El mejoramiento de la vida campesina: México- Estados Unidos, Chile*. Santiago do Chile: Union Republicana, 1936.

de quatro capítulos, o livro registra suas observações sobre o trabalho realizado no México e sua proposta, adaptada para o Chile.

a) Primeiro capítulo - OJEADA HISTORICA

Trata-se de um resumo da vida mexicana, caracterizando o período pós-revolucionário do início do século, descrevendo o povo, suas dificuldades e possibilidades, a disparidade de opiniões, o otimismo de uns, a criatividade de todos; mostra a influência do solo montanhoso ao abrigar uma população, de maioria indígena, vivendo dispersa nas montanhas, enfrentando dificuldades de comunicação e acesso, e discriminações várias. A seus olhos de chilena são todos artistas. Os jovens demonstram o orgulho de serem mexicanos, unindo à força da esperança sentimentos demonstrados no lema do escudo universitário que diz: por mi raza hablará el espíritu. A alegria de viver e a satisfação de uma realização com independência e autonomia dominavam e contagiavam com o rompimento das atitudes idólatras, antes acatadas sem questionamentos, dos valores europeus. “Parece que la generación actual hubiese triunfado ya sobre esse complejo de inferioridad que amarga y paraliza a toda población continental”, deduz a autora, que recorda Don Antonio **Caso**, da geração anterior, externando seu pensamento através do trecho que se segue,¹⁷⁴

Nuestras formas sociales y políticas provienen de Europa y de los Estados Unidos de América... Urge ya, por la felicidad de nuestro pueblo, que cesemos de imitar los regímenes político-sociales de Europa y nos apliquemos a desentrañar de las condiciones geográficas, políticas, artísticas, etc., de nuestra nación, los moldes mismos de nuestras leyes; la forma de nuestra convivencia; el ideal de nuestra actividad. No podemos seguir assimilando los atributos de vidas ajenas.

Quer por um ideal revolucionário, quer por influência dos líderes, o fato é que La Barca percebeu uma enorme força de fé e esperança demonstrada, por exemplo, pela experiência pedagógica, com características adequadas ao país, tão audaciosa quanto original, levada a termo com objetivo de melhorar as condições de vida do povo. Essa primeira experiência em solo hispano-americano teve precedentes nos Estados Unidos, em

¹⁷⁴ CASO, Don Antonio, *El problema de México y la ideología nacional* apud LA BARCA, op. cit. p.17.

1914, e na Rússia, logo após.¹⁷⁵ A autora, após fazer uma descrição da vida do campo, das formas sociais e políticas no México, ressalta a importância da independência cultural.

b) Segundo capítulo - LA REFORMA EDUCACIONAL RURAL

A reforma educacional rural tem início já em 1921, sendo efetuada pela Secretaria de Educação, que cria, em sua nova estrutura, um Departamento de Educação e Cultura Indígena.¹⁷⁶ Para implantar o novo modelo de educação, o governo enviou para as aldeias, em trabalho missionário, professores e outras personalidades. O objetivo principal era aprender o dialeto, os costumes, os hábitos de trabalho e a arte, as condições econômicas e sociais do povo. Paralelamente, fizeram propaganda do governo, despertando a consciência para uma vida melhor através da Educação. Já no ano seguinte, 1922, realizaram o 1º Congresso de Missioneros onde expuseram suas experiências recentes e propuseram um plano com base no princípio de que “La tierra es la fuente suprema del bienestar económico e moral”¹⁷⁷. Diferentes das Missões do século XVI, que vieram para ganhar almas para o céu, estas queriam conquistar cidadãos para a nova república mexicana. Em 1923, aprovaram um projeto de lei sob o título de “Plan de las Missões federais de educación”, criando institutos que reuniam as escolas rurais mais próximas. Estas, integradas na comunidade, assistiam aos alunos e suas famílias, de modo a elevar seu bem-estar e sua cultura com recursos próprios e em consonância com suas expectativas e esperanças:

A experiência havia demonstrado que, atendendo apenas aos alunos, a escola tornava-se improdutiva, pois permanecia a lei do menor esforço e havia o esquecimento das lições, até mesmo aquelas voltadas para a higiene pessoal. Do professor

¹⁷⁵ Mais adiante, na p.171, a autora chama atenção para países que se preocupavam com o futuro, e de como suas forças vitais encontraram meios de desenvolver o progresso da agricultura, e exemplifica, acrescentado aos já citados, a Dinamarca, a Itália e a Colômbia.

¹⁷⁶ LA BARCA, op.cit., p.18. A autora chama atenção para: 1º) os significados diferentes da palavra índio. No Chile ... “es sinónimo de un sector en cuya barbarie, asoman apenas rudimentos de vida espiritual, de arte y organización”. No México, é a maioria da população. Según el censo de 1930, sobrepasava los 16 millones, de los cuales cuatro y medio son indios puros; nueve millones, mestizos, y dos y medio blancos”; 2º) A Secretaria mexicana corresponde, em outros países, a um Ministério.

¹⁷⁷ Ibid., p.41.

esperava-se amor pelo trabalho, vocação e sacrifício de suas comodidades pelo bem da Pátria em uma verdadeira tarefa apostólica. Sua única meta deveria ser servir, entregar-se por inteiro, com espírito de pobreza, renúncia e solidariedade. Em resumo, o máximo de altruísmo de que é capaz o ser humano.

O método era o da escola ativa onde as crianças *...se educarian en y por el trabajo, un trabajo alegre, hecho en comunidad y útil a ésta*¹⁷⁸. Pela primeira vez, diz a autora, foi executado, em solo americano, um plano de melhoria das classes desfavorecidas sem se valer de receituários estrangeiros. O plano foi proposto e executado pelo filósofo e estadista José Vasconcelos, então secretário da Educação, e englobava problemas econômicos, sociais e culturais. Seu sucessor, Puig Casuarang, ampliou o plano, enviando “missioneros culturales” a todos os Estados com o objetivo de melhorar a eficiência técnica dos professores, oferecendo disciplinas acadêmicas e técnicas metodológicas que facilitassem a instalação de novas indústrias. Cabia a eles, também, incentivar a prática de esportes. O secretário criou a *Dirección de Misiones Culturales*, sob a chefia de Elena Torres, que sistematizou o trabalho e compôs grupos de pessoas de diferentes formações, subordinados a um chefe. Da equipe constavam: um professor, um técnico agrícola, um especialista em indústrias campestres, um professor de educação física, um assistente social e três instrutores de pequenas indústrias. A duração da missão era de três semanas e, concluído o tempo, eles se transferiam para outro local.

Em 1932, ao assumir a Secretaria de Educação, Narciso Bassols fez uma avaliação com os missionários e, convencido da eficácia dos resultados, atendeu a sugestões e acrescentou à equipe um professor de música encarregado também da parte recreativa e artística. O principal objetivo continuou sendo alcançar melhores condições de vida, com desenvolvimento econômico, via educação. Em resumo, **La Barca**¹⁷⁹ afirma que o programa de desenvolvimento das camadas populares, no México, especialmente o das moradoras no campo, tinha duas características bem definidas:

¹⁷⁸ Ibid., p. 44.

¹⁷⁹ Ibid., p. 68.

o trabalho pedagógico estava estreitamente ligado a uma política de crescimento econômico;

e era executado através de três instituições federais: as escolas rurais; as missões culturais; e as escolas normais rurais.

De acordo com a autora, as Missões Culturais mexicanas visavam prioritariamente à recuperação econômica do meio rural através de integração social, tendo como ponto de partida a cultura e como meio a educação. Crescendo e frutificando dentro da comunidade, deveriam agir com autonomia sem receber qualquer imposição autoritária vinda de fora – *si no es nativa no es fecunda*, dizia ela¹⁸⁰. Mais adiante, referindo-se aos objetivos específicos do trabalho, reproduz o art. 2º do Regimento de fevereiro de 1933, que diz,

*La misión será la encargada directa de la labor de mejoramiento de los maestros rurales en ejercicio en la comarca en que opere, y de la labor de enseñanza y propaganda cultural que, con el nombre de acción social, se llevará a cabo entre la población de las comunidades rurales.*¹⁸¹

O regulamento define atribuições para cada componente do trabalho, indo da orientação do plantio ao mercado, passando pela colheita; determina que a visitadora enalteça a região, ensine às crianças, oriente as mães na educação e higiene de seus filhos, na confecção de trabalhos manuais e na venda destes; etc...

A autora finaliza o capítulo afirmando que não se pode esquecer que a escola do México é essencialmente revolucionária, mas tendenciosa, já que o professor exerce forte influência servindo ao partido do governo. Hoje, socialista, instrui e orienta o sentimento do povo nesse sentido. Os murais das escolas, verdadeiras obras de arte, representavam, na época, a glória dos chefes revolucionários e um feroz ataque contra o capitalismo e a Igreja. A escola mexicana se destaca pela inovação como um exemplo inspirador, mas copiá-lo, seria fazer o mesmo que vem sendo feito nestes últimos séculos, repetindo o que era realizado na França e na Alemanha. Ao final, ressalta que o caminho do

¹⁸⁰ Ibid., p.74-75.

¹⁸¹ Ibid., p. 92.

futuro é distinto para cada homem e para cada nação. Depende da consciência do povo, de seu valor e de sua força para atingir o verdadeiro progresso moral e material.

c) Terceiro capítulo - El ADELANTO RURAL EN ESTADOS UNIDOS

A autora inicia o terceiro capítulo resumindo a história das comunidades rurais norte-americanas. Diz das dificuldades, no início do século, em convencer os adultos agricultores a substituir os métodos tradicionais de cultivo da terra por outros mais modernos.

Em 1907, o diretor de um Instituto Agrícola, em Illinois, distribuiu sementes de milho entre 500 jovens alunos, desafiando-os a obter melhores colheitas desde que seguissem as instruções dele. Os 1500 alunos que se inscreveram no programa no ano seguinte foram a prova do sucesso da experiência, que se chamou Boys Clubs.

Em 1910, surgiu o equivalente feminino, Girl's Club, pela iniciativa da professora Miss Cromer, liderando 47 meninas que plantavam tomates e com eles faziam conservas, utilizando pequena máquina que corria de casa em casa com a participação festiva dos vizinhos.

Em 1914, já havia 33 173 jovens participando do projeto, cultivando diferentes vegetais, transformados em 1 918 024 latas de conserva com valor aproximado de 284.880,81 dólares dos quais 200 000 dólares eram lucro.

Os projetos foram-se multiplicando com subvenção de empresas particulares e parceria com universidades, através de projetos de extensão, levando professores especializados a visitarem as comunidades, orientando os agricultores.

Uma lei federal de 1914, mais conhecida por Lei Smith-Lever, garantiu organização, apoio e subvenção federal para expansão da assistência técnica agrária aos mais distantes locais do território americano. O resultado foi o aparecimento dos mestres viajantes, permitindo um contato direto do técnico com o camponês, a supervisão do trabalho proposto e o sucesso de um método abrangendo objetivos econômicos, sociais e financeiros. Para atingir objetivos tão amplos, o trabalho se vinculou ao pessoal das

universidades e às áreas de Agricultura, Economia, Comércio, Ciências e Artes Domésticas (para mulheres).

Vale citar, ainda, os **Clubs dos 4 H** ¹⁸² (**head, heart, health e hands** – cabeça, coração, saúde e mãos), que tinham como objetivos, exercitar o cérebro da criança para que pensasse, planejasse e raciocinasse; desenvolver seu amor pelo trabalho, a cooperação e a solidariedade a seus familiares e a sua comunidade; garantir a saúde para que pudesse trabalhar com eficiência; e, por último, treinar as mãos para adquirir habilidade na execução dos trabalhos.

La Barca ¹⁸³ observa que todos esses projetos de melhoramento agrícola começaram como tarefa utilitária, se aperfeiçoaram e se converteram em verdadeira redenção rural. O trabalho integrado da Extensão Universitária, dos Colégios Agrícolas e do Ministério da Agricultura permitiram a excelência dos resultados, demonstrados na melhoria de condições de vida, no progresso econômico e na esperança de uma vida de realizações para o homem do campo.

Terminando, a autora compara as atividades desenvolvidas no México e nos Estados Unidos. Estes, com amplos recursos, diversificaram os projetos atendendo a crianças, jovens e adultos com diferentes metodologias e resultados significativos. Aquele, com poucos recursos, com a economia em recuperação da crise revolucionária, buscou soluções que, embora não sendo ideais, permitiram resultados positivos entre as camadas populares, através da educação.

d) Quarto capítulo - UN PROGRAMA DE MEJORAMIENTO CAMPESINO

No último capítulo, **La Barca** faz uma introdução dizendo que os chilenos estavam sofrendo pela imprevisão das classes dominantes anteriores. Como

¹⁸² Ibid., p.125

¹⁸³ Ibid., p.129

consequência, aponta para a desorientação política, a desnutrição, a pobreza, a desesperança, a submissão, o fatalismo, a resignação humilde. Para ela,¹⁸⁴

Democracia, socialismo, comunismo, son tanteos, aproximaciones, que valen sólo en cuanto tienden a aminorar las injusticias y desigualdades derivadas de privilegios anteriores. ...tratar de concluir con la miseria, con la ignorancia, con el dolor y los vicios nacidos de la desesperanza. Impossible? No. Todo es possible para la voluntad humana en el curso de los tiempos.

Em sua opinião, o problema da miséria, no Chile, era resultado de fatores psicológicos, sociais e econômicos. Estes mais significativos. A ignorância, a falta de higiene, a vida subumana predispõem à ausência de ambições, à preguiça, à resignação e à apatia. Quando falta educação e uma vida digna, as famílias dificilmente transmitem a seus filhos o desejo de mudança.

Entre as causas sociais que afetavam as camadas mais pobres estavam: o desamparo do homem inculto que, devido a seu senso de responsabilidade atrofiado, abandonava mulher e filhos por razões fúteis; a ignorância, ambiente que dificilmente provocava nas famílias desejo de mudanças; a economia atrofiada, causada por uma recessão da economia nacional levando ao desemprego, a baixos salários, à indolência, aos vícios.

A autora propõe um plano de melhoramento a partir do fortalecimento das camadas populares. É preciso intensificar a produção, diz ela, aumentar o consumo interno e ir em busca do mercado estrangeiro. Em segundo lugar, impedir os salários de fome, e, finalmente, promover uma ação educadora, permitindo que o povo se aproveitasse dos resultados dessa nova política.

Atrás de todo problema educativo há um social, e atrás deste há o econômico, diz ela, reforçando o desejo de que a reforma do ensino rural sejam somadas novas fórmulas sociais e econômicas capazes de melhorar o nível de vida da população campesina.

¹⁸⁴ Ibid., p.138-139.

Países como a Dinamarca, a Itália, o México e a Colômbia começaram pela educação através de missões rurais. Para melhorar os meios de vida da população não há outra alternativa senão a de dar educação à criança e à família simultaneamente, quer unindo a escola à comunidade, como fizeram no México, quer promovendo agentes rurais entre jovens, como nos Estados Unidos, quer através de cursos de inverno, como fez a Dinamarca há mais de cem anos. A solução mexicana exigiu poucos recursos oficiais e muita dedicação dos professores; a norte americana foi mais cara e mais humana e a dinamarquesa contou com uma cultura doméstica tradicional, divisão mais justa da propriedade e compreensão consciente dos problemas por parte dos camponeses.

Para o Chile, **La Barca** propôs que as Escolas Normais se transformassem em verdadeiros focos de cultura, subordinadas a uma política comum das secretarias de Educação e da Agricultura, situadas na comunidade em que iriam atuar, servindo de sede para as “Missões Rurais Viajeras”. Estas, também chamadas “Missões Ambulantes” ocorreriam, no Chile, através de pequenos cursos, exposições, demonstrações práticas e públicas, realizadas sob a responsabilidade de agentes rurais ou missionários subordinados a Escolas Normais Rurais. Dariam atendimento aos adultos perto de seus locais de trabalho, objetivando o progresso agrícola e a difusão de conhecimentos e técnicas capazes de melhorar as condições de vida de cada um, focalizando, como valor essencial, a vida comunitária. Adaptadas à realidade do país, as Missões preocupar-se-iam em combater a ignorância, o alcoolismo, o jogo, o desperdício dos salários, a apatia, através do incentivo aos esportes, às excursões, às escaladas, ao teatro ao ar livre, à dança, à música, ao canto coral, diversões típicas tradicionais. Seus instrutores encarregar-se-iam de preparar os agricultores para produzir para o consumo e para a venda, organizados em cooperativas de modo a evitar abusos de proprietários inescrupulosos¹⁸⁵. O espírito cooperativista deveria ser despertado desde a escola, através da valorização de atitudes como colaboração honrada, solidariedade e ajuda mútua. **La Barca**¹⁸⁶ defende o cooperativismo como

¹⁸⁵ Ibid., p.187-188. A autora cita o exemplo da Dinamarca que saiu da miséria em que se encontrava no primeiro terço do século passado, chegando até a exportar ovos, leite e manteiga através da melhoria de vida do camponês e da criação de cooperativas.

¹⁸⁶ Ibid., p.189.

alavanca para o progresso comum, através do pensamento expresso nas palavras que se seguem,

Entre el individualismo inclemente que arroja al hombre contra el hombre en una lucha que siempre favorecerá a los mejor dotados por la naturaleza, por el dinero, o por la posición social, y el comunismo cercenador de las iniciativas particulares, el cooperativismo aparece como el sistema político que combina las cualidades de los dos, sin caer en sus defectos. Estimula la personalidad y no la excita a la explotación. Impide la miseria y corrige los abusos de la excesiva fortuna personal.

Ao resumir as idéias, que inspiraram as Missões e foram expressas no livro de La Barca, destaco, em primeiro lugar, a de que cabe a cada país encontrar, com os recursos que dispõe, uma solução própria para seus problemas. Depois, vencendo a apatia, utilizar metodologias disponíveis e diversas, enfrentar a oposição ao progresso, mostrar as vantagens de uma obra educativa. Como em uma catequese, pode-se obter, de forma gradual e permanente, um desenvolvimento real. Para tanto, conforme foi visto, exige-se dos professores perseverança, espírito de sacrifício, desprendimento, vocação, humildade, desinteresse pessoal, dedicação. As Escolas Normais, trabalhando como em um noviciado, eram a Alma Mater que não abandonou a quem alguma vez dela se aproximou, sempre presente no acompanhamento e aperfeiçoamento. Os missionários, semelhantes aos primeiros enviados pelos jesuítas, tinham o mesmo espírito das Cruzadas e eram guerreiros imbuidos em sua fé.

A leitura do livro que traduz as inspirações das Missões Culturais, tanto as realizadas fora como dentro do Brasil, deixa uma sensação de bandeirantismo, de abnegação, de religiosidade, de dedicação exclusiva. Fica-se com a impressão de que a instrução deve ser vencida a qualquer custo, sem descuido, enfrentando-se os mais tremendos obstáculos com sacrifícios e abnegação e encontrando nesse trabalho uma ocupação digna e permanente. Aos participantes não se fala em profissionalismo ou direitos. O tom é de fortaleza, de ânimo, de coragem, de paciência, de persistência, de tenacidade.

3. AS MISSÕES CULTURAIS NO BRASIL

Durante o governo de Ernani do Amaral Peixoto (1937/1945), como Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas três Missões Culturais, as primeiras em todo Brasil, de acordo com Rubens **Falcão**¹⁸⁷, então diretor do Departamento de Educação.

A idéia das Missões partiu do chefe do governo, que tomara conhecimento do êxito de experiências realizadas no México, na Espanha e em Cuba. Conhecedor das agruras do interior fluminense, Amaral Peixoto reuniu um grupo de técnicos capazes de desenvolver o plano que pretendia ver executado. Feitas as adaptações necessárias, as Missões, verdadeiras “escolas volantes” percorreram onze (11) municípios fluminenses, em sua maioria pertencentes à região litorânea. Devido à objetividade da proposta, da viabilidade e dos resultados obtidos, serviram elas de parâmetro para outras tantas realizações em todo o Brasil.

O Quadro 1, a seguir, apresenta o total de habitantes do Estado e dos municípios atendidos pelas Missões Culturais, bem como o número de habitantes de cada município, segundo recenseamento realizado em 1940. Conforme se pode ver o percentual de habitantes da zona rural ultrapassava os 90% nos municípios de Araruama, Saquarema e São Pedro d’Aldeia, podendo, por aproximação, incluir Maricá; acima de 80%, Parati; os demais, acima de 60 %, excetuando Cabo Frio com um índice relativamente baixo, de 45%.

Para leitura dos quadros e melhor compreensão dos dados apontados é necessário registrar que o IBGE.¹⁸⁸,

Na apuração do Censo de 1940 ... o critério em que assentou a definição dos quadros urbano, suburbano e rural dos Municípios e Distritos, no Brasil, foi estabelecido, com sentido praticamente mais lato, mas caracterizado de modo estrito em função dos foros políticos e administrativos conferidos às diferentes áreas e comunidades, pelo Decreto Lei nº 301, de 02 de março de 1938, que fixou as normas sistematizadoras para divisão territorial do país. Na delimitação das áreas urbana e suburbana, da alçada dos Governos Municipais, o quadro da “vila”, sede distrital, deveria abranger, em conjunto, pelo menos

¹⁸⁷ FALCÃO, 1945, op.cit p. 130.

¹⁸⁸ IBGE. *Censo demográfico – população e habitantes . Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional. Parte XV. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. 1951.*

trinta moradias; e o quadro da “cidade”, sede municipal, por sua vez, alcançar o mínimo de duzentas moradias.

Quadro 1: População de fato por situação de domicílio segundo municípios atendidos pelas MISSÕES CULTURAIS – 1940

Municípios das Missões Culturais/Estado do Rio de Janeiro	População				
	Total	Urbana e Suburbana	%	Rural	%
Maricá	18892	1971	10,4	16921	89,6
Saquarema	18970	1521	8,0	17449	92,0
Araruama	25049	2070	8,3	22979	91,7
São Pedro d’Aldeia	17217	1051	6,1	16166	93,9
Cabo Frio	14948	8163	54,6	6785	45,4
1ª Missão Cultural – subtotal	95076	14776	15,5	80300	84,5
Itaguaí	15920	4599	28,9	11321	71,1
Mangaratiba	7980	2414	30,3	5566	69,7
Angra dos Reis	18583	6783	36,5	11800	63,5
Parati	9673	1554	16,1	8119	83,9
2ª Missão Cultural – subtotal	52156	15350	29,4	36806	70,6
Campos	223373	66644	29,8	156729	70,2
São João da Barra	39431	5295	13,4	34136	86,6
3ª Missão Cultural – subtotal	262804	71939	27,4	190865	72,6
Missões Culturais – total	410036	102065	24,9	307971	75,1
Estado do Rio de Janeiro – total	1847857	703201	38,1	1144656	61,9

FONTE: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro/1940) – Série Regional – Parte XV – RJ – 1951 – p.51

Associando-se esses dados com os do Quadro 2, a seguir, pode-se concluir que o maior número de analfabetos estava domiciliado na zona rural, portanto, em áreas necessitadas de assistência cultural e social. E ainda, que as taxas de analfabetismo, embora os dados se refiram a maiores de cinco anos, eram bastante altas.

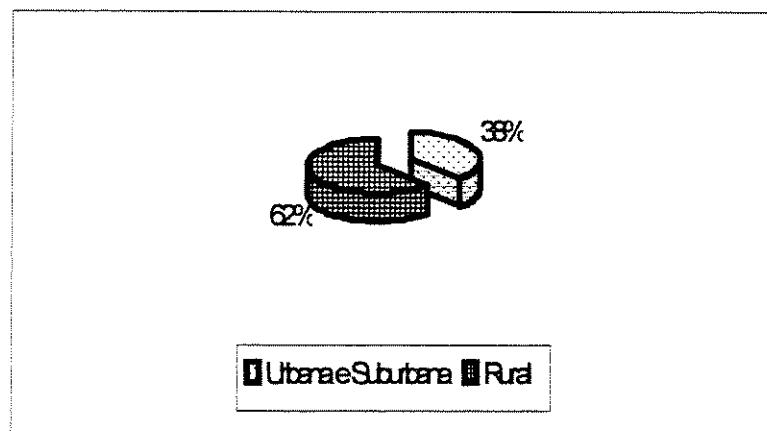
Quadro 2: População de fato por instrução, segundo municípios atendidos pelas MISSÕES CULTURAIS – 1940

Municípios das Missões Culturais/Estado do Rio de Janeiro	Pessoas de 5 anos e mais		
	Sabem ler e escrever	Não sabem ler nem escrever	Não declararam
Maricá	4658	11013	29
Saquarema	4249	11583	117
Araruama	4919	15912	119
São Pedro d'Aldeia	3923	9977	316
Cabo Frio	5140	7059	327
1ª Missão Cultural – subtotal	27747	55544	907
Itaguaí	5552	7847	164
Mangaratiba	1787	4730	74
Angra dos Reis	4899	10713	284
Parati	1759	6429	56
2ª Missão Cultural – subtotal	139997	29719	578
Campos	75871	110506	1071
São João da Barra	8943	22645	253
3ª Missão Cultural – subtotal	84814	133151	1324
Missões Culturais - total	126558	218414	2809
Estado do Rio de Janeiro - total	662958	885969	11206

FONTE: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940) – Série Regional – Parte XV – RJ – 1951 – p.55

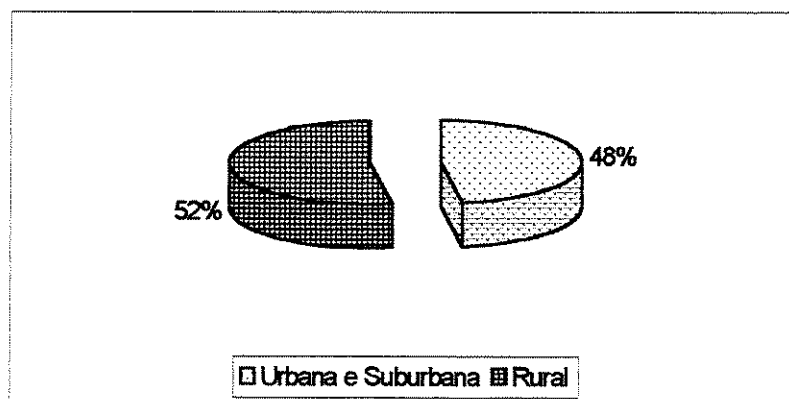
As Figuras gráficas 1 e 2, feitas com dados de 1950, mostram que entre 1940 e 1950, período em que ocorreram as Missões Culturais, o Estado do Rio de Janeiro teve sua população urbana e suburbana aumentada em 10%, reduzindo, na mesma proporção, a população rural, confirmando a transferência do povo do campo para a cidade, ainda que de forma lenta, em tempos de industrialização.

Figura 1: População Rural e Urbana e Suburbana do Estado do Rio de Janeiro – 1940



FONTE: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940) Série Regional Parte XV – RJ – 1951

Figura 2: População Rural e Urbana e Suburbana do Estado do Rio de Janeiro – 1950



FONTE: IBGE – Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro. Série Regional. Volume XXIII, Tomo 1. 1955.

Criadas para percorrer o interior, o objetivo das Missões era, sobretudo, prático, e seu destino o homem do povo: o operário, o lavrador, o pescador. Sem preocupação com a comunidade intelectual, identificavam-se com os anseios da massa trabalhadora, buscando conhecer as dificuldades, intervindo nas soluções de problemas e levando assistência espiritual e material. Meio de penetração cultural, tinham especial interesse na educação popular, na assistência à saúde, na higiene, na vacinação, na inspeção escolar e assistência social à população rural. Procuravam solucionar, de imediato,

problemas concretos. Consideradas educativas, não eram instituições escolares nem instrumento de educação primária. Seu papel de destaque era o de agente estimulador do saber popular. Como registra **Falcão**, serviam no combate *não apenas ao analfabetismo do adulto como, sobretudo, à sua 'recuperação', através de ensinamentos indispensáveis à vida de cada um e da comunidade.*

Reuniam-se em praças, escolas ou qualquer outro local apropriado e disponível, atraindo a população com a apresentação de atividades recreativas e meios de diversão, como: cinema, rádio, cartazes, folhetos, hinos, práticas de jogos e demonstrações. Tinham como essencial a convivência com as pessoas. Ouviam diretamente o povo, usando uma linguagem simples e direta, quer em conversas pessoais quer em palestras desprovidas de pompa e solenidade. Vendo e ouvindo, fazendo visitas a escolas e domicílios, observavam e registravam os principais problemas concretos existentes nos locais visitados, colhendo imagens reais e impressões, fazendo uma verdadeira *radiografia social*. Falhas na execução de tarefas do Governo, quando apontadas, se constatada sua veracidade, vinham acompanhadas de propostas de soluções ou eram prontamente atendidas dentro das possibilidades.

O tempo de permanência das Missões em cada local era variável, de acordo com a necessidade, mas obedecia a uma programação elaborada pelo Departamento de Educação, com participação dos demais órgãos interessados – Departamento de Agricultura, Secretaria de Saúde, Serviço de Epidemiologia.

Um programa foi elaborado pela equipe responsável e vale a pena reescrevê-lo para melhor entendimento do que representou as Missões Culturais no interior fluminense. Construído em partes definidas por assunto, destacava:

➤ **quanto à educação:**

a) valor da criança e da escola como órgão renovador de técnicas de vida; b) a organização dos clubes agrícolas e dos pelotões de saúde; c) a educação social da criança na escola primária; d) a assistência médica, alimentar e cultural através das caixas escolares, a importância social dessas instituições; e) colaboração entre pais e mestres e seus variados benefícios, associações de pais e professores.

➤ **quanto à saúde:**

a) as doenças mais freqüentes na infância e sua profilaxia, os cuidados especiais reclamados na adolescência; b) saúde eficiência e alimentação, preparo de refeições simples e nutritivas; c) os requisitos fundamentais da habitação higiênica, estudo das habitações locais e meios de melhorá-las; d) a profilaxia das doenças endêmicas; e) articulação entre povo e policia sanitária.

➤ **quanto à agricultura e zootecnia:**

a) necessidades e vantagens da organização da produção, combate ao isolacionismo, cooperação e padronização dos produtos agro pastoris; b) o contraste entre a rotina e os modernos recursos agrônômicos, considerando-se, para isso, as atividades produtivas da localidade; c) as razões técnicas e econômicas que desaconselhavam a monocultura; d) atividades agropecuárias aconselháveis para cada um dos três grandes grupos ecologicamente semelhantes, de municípios fluminenses; e) o dever moral do combate ou da notificação no caso de moléstias ou pragas dos vegetais e animais.

➤ **quanto à economia doméstica;**

a) a horta e a criação de pequenos animais como fontes de renda; b) costura – fonte de recursos caseiros; costura, remendos, serzidos (sic); o aproveitamento de roupas de adulto em vestes de criança; c) lavagem de roupa; como preparar um sabão caseiro.

➤ **quanto à educação social e política;**

a) o ambiente moral e material do lar, que é a base de prosperidade social; b) as artes populares; seu valor cultural e econômico; c) benefícios do mútuo entendimento entre particulares e as autoridades ou seus agentes, nos diversos setores dos serviços técnicos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; assistência técnica e judiciária; d) a importância do registro civil para a vida e conhecimento da população; e) o valor cultural e econômico do Brasil nas Américas e no mundo; f) a posição do Brasil na guerra; sua contribuição para a vitória das Nações Unidas; g) a Constituição e suas características fundamentais; a construção do direito social brasileiro; h) aspectos da vida fluminense.¹⁸⁹

A primeira Missão Cultural, chefiada por Paulo de Almeida Campos¹⁹⁰, conhecido professor fluminense, partiu da Assembléia Legislativa, situada na praça Nilo Peçanha, em Niterói, na tarde de 19 de abril de 1944, após sessão solene presidida pelo

¹⁸⁹ FALCÃO, Rubens. *Novos caminhos na educação fluminense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 128-129.

¹⁹⁰ Paulo Campos, educador por 50 anos, iniciou sua carreira como professor primário passando pelo magistério particular de ensino médio até atingir a Universidade Federal Fluminense como Professor Titular.

interventor Amaral Peixoto. Percorreu várias localidades dos municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio, entre os dias 19 de março e 2 de maio de 1944. Integravam a comitiva um técnico de educação, o chefe do grupo; um médico sanitarista; um auxiliar de saúde escolar; um técnico especialista em pesca; uma professora primária e um repórter da Imprensa Oficial do Estado.¹⁹¹ Aos componentes da caravana foi entregue um livro em branco de duzentas páginas para que nele se registrassem o movimento dos trabalhos. Este documento, denominado posteriormente “Diário da Missão”, ficou sob a responsabilidade do médico sanitarista do grupo, Dr. Cesar Leal Ferreira, que dele cuidou com “zelo apostólico”.

Em Maricá, primeiro município visitado, estiveram nas escolas de Itapeba, de Itapebinha, de Itapeteiu, de Manuel Ribeiro, de Inoã e no Grupo Escolar Elisiário Mata; estiveram, ainda, nas fazendas de Posse e Taquaral e na cerâmica de Inoã, incluindo em seu trajeto as instituições beneficentes da localidade. Seguiram depois para Arraial do Cabo, praia do Siqueira, Iguaba, Abissínia e outras localidades da região. Em Abissínia encontraram uma comunidade quase só de negros, vivendo em mocambos miseráveis. Em Arraial do Cabo, junto às salinas Perinas, de propriedade de Miguel Couto, considerado o “anjo bom” do lugar, ouviram de um cidadão que era a primeira vez que alguém do governo lá aparecia, já que *não vem nem para aumentar impostos e pedir votos*.

As caravanas missionárias se organizavam, procurando, em primeiro lugar, conhecer a estrutura social definida pelas técnicas agrícolas utilizadas e difundidas nas comunidades visitadas, para, de posse dessas informações, difundir novos processos que aperfeiçoassem essas práticas capazes de proporcionar o desenvolvimento. O

Representou o Brasil em inúmeros países e se especializou na França, após ter sido, por nove anos, assessor de Anízio Teixeira no INEP

¹⁹¹ FALCÃO Rubens, op. cit. p.13. Os demais componentes das Missões Culturais foram: Cesar Leal Ferreira, médico; Ester Botelho Orestes, professora primária; Alcides Lourenço Gomes, técnico de pesca, e Jayme Quartin Pinto Filho, jornalista do D.E.I.P., Maria Luiza de Oliva Costa, do S.A.P.S.; Elza Pereira das Neves pela L.B.A.; Maria Aparecida da Rocha Werneck, professora; Décio Saraiva Neves, técnico da Secretaria de Agricultura; Roseli Rebelo, enfermeira; João Sanches Garcia, fotógrafo e técnico de som; Newton Gonçalves, operador cinematográfico do Serviço Especial de Saúde Pública e o contínuo auxiliar José Tavares Bastos.

conhecimento da vida comunitária, as relações singulares estabelecidas em sociedade, a sabedoria própria ali produzida faziam parte desses estudos preliminares porque davam subsídios para elaborar o plano de trabalho. Durante a execução, o grupo se preocupava em recolher informações, respeitando a população e atendendo aos seus anseios, sem imposições desnecessárias. Ouvindo as reivindicações, vendo as falhas do serviço público, inspecionando escolas, creches e postos de saúde levavam, assistência, instrução e civilização. Seria esse um ponto de partida para a verdadeira transformação da vida, uma transformação revolucionária, que se faz a cada dia, sem tempo para terminar? Acreditando e valorizando o povo?

A maneira de agir, sem grandes euforias e festividades, contribuía para maior aproximação com o povo, aceitando decisões participativas sem usar recursos e formas de comando impostas.

O “diário”, com as anotações dos fatos observados durante as viagens, transformou-se em um relatório, datado de 8 de maio de 1944, que foi entregue pessoalmente ao interventor que, em uma evidente demonstração de apreço e interesse, recebeu o grupo em audiência no Palácio do Governo. Através do relatório pode-se perceber o entusiasmo do grupo em participar da *iniciativa ímpar nos anais da história da Educação Brasileira*, trabalho planejado pelo governo, e que demonstrava *seu vivo interesse pela educação popular e pela expansão das obras de assistência social da comunidade rural fluminense*. O relatório afirma o reconhecimento e o interesse demonstrados pelo povo; assinala o prestígio que alcançaram e o apoio recebido das prefeituras municipais; agradece a “distinta honra” de terem sido escolhidos para tal empreendimento e dá a conhecer a admiração pelo *seu honrado governo que dignifica a comunidade fluminense e exalta a grandeza do país*.

A redação oficial, utilizada e a destinação do documento a um chefe de governo, a quem respeitavam e admiravam, levam a crer, considerando as palavras contidas no relatório, na dedicação e real entusiasmo dos componentes das Missões, na certeza da obtenção de resultados significativos, fundamentados na fé, como convém a um

missionário. Acrescente-se a isso a ausência de qualquer tipo de remuneração extra a título de pagamento pelas tarefas realizadas.

Relatórios e documentos encontrados falam da necessária assistência material e ressaltam a importância de uma assistência espiritual a ser prestada nas comunidades rurais. Sem fazerem referência a um credo ou religião específicos, deixam transparecer uma influência evidentemente católica, religião oficial predominante naqueles anos. Reforçam essa opinião anotações feitas nos relatórios, em diário pessoal, no credo professado por alguns dos responsáveis (com quem tivemos oportunidade de conviver), e referências feitas aos párocos locais. O clima vivido era semelhante ao dos primeiros jesuítas nos primórdios da colonização brasileira.

Embora deva ser considerado o peso social e ideológico daquelas iniciativas, uma vez que nasceram em contexto político de exceção, atravessadas por uma série de contradições existentes na realidade brasileira da época, vale destacar os objetivos apontados no primeiro Relatório (**Anexo D**), e que iam além do conhecimento mais próximo das necessidades, possibilidades e ideais da população, notadamente a do meio rural¹⁹²,

- *conhecimento mais próximo das necessidades, possibilidades e ideais da população, notadamente do meio rural;*
- *reabilitação moral e econômica das comunidades – rural e urbana – de modo a desenvolver u'a ação de melhoria do meio e das condições de vida e de trabalho individuais e coletivos;*
- *melhor conhecimento do desenvolvimento cultural da infância e do ambiente socio-econômico da escola rural;*
- *elevação do nível de preparação dos mestres rurais;*
- *estudo das necessidades e ideais dos mestres da infância;*
- *estudo da localização e necessidades materiais das escolas no meio rural, e de criação de outras;*
- *criação de instituições escolares, notadamente pelotões de saúde, clubes agrícolas, centros cívicos, caixas escolares e bibliotecas populares;*
- *indagação dos problemas decorrentes do exercício de cada profissão;*

¹⁹² CAMPOS, Paulo de Almeida. *Temas e teimas em educação*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1990. p. 169-170.

- *esclarecimento, orientação e promoção dos meios de facilitar a vida e o trabalho das populações rurais, utilizando-se, para tal fim, de palestras, cinema educativo, leituras, música e teatro;*
- *investigação dos problemas de saúde, especialmente alimentação, as condições higiênicas das habitações e a situação sanitária do local, promovendo a necessária orientação e medidas tendentes à melhora das mesmas;*
- *esclarecimento científico das questões de agricultura e zootecnia;*
- *observação das necessidades de assistência social em geral;*
- *orientação referente aos problemas de economia doméstica;*
- *formação de uma sadia consciência cívica e política.*

Como instrumento de penetração destinado a realizar uma radiografia social do interior do Estado, pode-se afirmar que a 1ª Missão cumpriu seu objetivo, como aponta o relatório ¹⁹³ apresentado ao governo central, que

➤ **em relação à área da saúde,**

- ◆ *pede a presença da policia sanitária, em Iguaba, para acabar com a deplorável situação encontrada na “Casa de Caridade Dr. Getúlio Vargas Filho”, verdadeiro “depósito de doentes”;*
- ◆ *indica a necessidade de estudos imediatos junto às prefeituras de Maricá, Saquarema, São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio visando à instalação de sub-postos de higiene nas localidades de Barra, Sampaio Correia, Iguaba e Armação de Búzios, uma vez que os lá existentes são insuficientes e instalados em locais distantes para o acesso da população do interior;*
- ◆ *sugere vacinação anti-variólica e anti-tífica, mais ampla, na zona rural, através dos postos de saúde e das próximas Missões Culturais, que levariam, também, filmes e material de propaganda e educação sanitária;*
- ◆ *solicita o envio de maior quantidade de material para os postos de saúde de Maricá, São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio;*
- ◆ *para melhorar os hábitos de higiene, sugere a construção de instalação sanitária ou fossa pública, em cada escola municipal e estadual, e nas sedes de distrito com população acima de 200 habitantes.*

➤ **em relação à área de Educação,**

- ◆ *pede subvenção para escolas particulares situadas em locais distantes da sede dos municípios de São Pedro d’Aldeia e de Saquarema,;*

¹⁹³ Cópia do relatório pertencente ao acervo pessoal da Profª Elza Neves.

- ♦ *solicita a remessa da Bandeira Nacional para todas as escolas mantidas pelo poder público;*
- ♦ *aponta a necessidade de professoras em Ponta Grossa, Boqueirão e Praia d'Aldeia;*
- ♦ *indica a necessidade de criação de novas escolas em Capivara e Igarapiapunha, no município de São Pedro d'Aldeia;*
- ♦ *pede providências para a criação de centros cívicos, clubes agrícolas e pelotões de saúde;*
- ♦ *mostra a necessidade de articulação entre a Inspetoria das Escolas Típicas Rurais com a Prefeitura de Maricá para doação de um terreno destinado à nova escola rural;*
- ♦ *denuncia a ausência de visitas de técnicos de educação nas escolas rurais;*
- ♦ *e, para as futuras "Missões Culturais," solicita a divulgação de seus objetivos juntos aos professores primários e o fornecimento de material a ser distribuído, como por exemplo, impressos do hino Nacional, pequenas bandeiras de papel ou pano, filmes educativos.*

➤ **em relação à Agricultura,**

- ♦ *pede sementes, instrumentos agrários, formicida, cartazes e impressos com orientação específica, para serem usados nos clubes agrícolas das escolas;*
- ♦ *para o agricultor, pede intensificação das orientações relacionadas "às vantagens e preparação do adubo para a lavoura.*

➤ **em relação à Legião Brasileira de Assistência,**

- ♦ *sugere a divulgação das Missões Culturais junto aos centros municipais.*
- ♦ *e, sobretudo, um trabalho mais integrado com a Secretaria de Interior e Justiça para facilitar o trabalho junto aos cartórios no que se refere ao registro civil, onde havia falta de livro de registro e até de papel para as certidões de nascimento.*

➤ **em relação ao Departamento de Imprensa e Propaganda**

- ♦ *reforça o pedido de material de educação cívica, vitrola e discos com canções folclóricas e patrióticas, filmes e bandeiras de papel ou de pano.¹⁹⁴*
- ♦ *insiste na divulgação dos arts. 40 e 55 do Regulamento dos Registros Públicos (dec. 4 857, de 9/11/1939) com sua atual redação (dec. 13 556, de 30/9/43). (Anexo 7 e 8)*

➤ **às Prefeituras Municipais,**

- ♦ *pede ajuda quanto à divulgação e indicação de locais onde o programa deverá atuar;*
 - ♦ *solicita colaboração “moral e material nessa obra de orientação espiritual.*
- **como equipamento para as outras caravanas sugere:**

1. quanto ao pessoal;

- ♦ *um educador, um sanitarista, um agrônomo, uma visitadora social, uma professora de ensino industrial e doméstico, um guarda sanitário, um cinematografista (que seja igualmente fotógrafo), um técnico em alimentação, um representante do INEP e um representante do DEIP.*

2. quanto ao material;

- ♦ *um carro próprio com gerador e tela para projetar filmes, um carro transporte para conduzir material de propaganda e de consumo, filmes educativos, sementes, instrumentos agrários para clubes agrícolas, cartazes educativos em geral (civismo, higiene, agricultura), impressos com letra do Hino Nacional e da Bandeira, bandeirinhas nacionais de papel ou de pano, vacinas, soros diversos, material para pelotões de saúde (escova de dentes, sabão, pente, tênis, tamanco, caneca); uma vitrola e discos com canções folclóricas e patrióticas, livros para bibliotecas populares, uma caminhonete para transporte do pessoal da “Missão.*

Finalmente, o Relatório recomenda prévia articulação entre os órgãos participantes, Prefeitura, LBA, Departamento de Educação, para definirem os locais a serem visitados e a programação a ser realizada. Sugere que desta constem festividades ou piqueniques para exibição de filmes e realização de palestras, com a participação dos pais e das comunidades próximas das escolas. Termina recomendando a permanência com tempo suficiente para *conhecer bem todos os problemas e exercer ação educativa sobre o maior número possível de pessoas do interior da zona rural, especialmente.*¹⁹⁵

O diário de Paulo **Campos** após a primeira Missão é encerrado com o seguinte depoimento:

Todos os seres humanos têm direito a um lugar ao sol da liberdade e da justiça equânime: felicidade e conforto (sic) não devem ser privilégio de uns poucos.

¹⁹⁴ Material este que aparece, com insistência, demonstrando ser de primeira necessidade.

¹⁹⁵ Todas as informações constam do relatório da 1ª Missão Cultural, de 8/5/1944

*Valorizemos o nosso homem rural – pelo trabalho e com a devida assistência – e estaremos valorizando a grandeza imortal desta terra do Brasil.*¹⁹⁶

A segunda Missão Cultural, realizada entre os dias 8 e 27 de agosto de 1944, percorreu os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, tendo por responsável o médico Dr. César Leal Ferreira. Baseada nas informações contidas no relatório da primeira Missão, buscou a colaboração do Instituto de Estudos Pedagógicos – INEP, do Serviço Nacional de Malária e do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, obtendo resultados imediatos, ampliando, dessa maneira, seus objetivos. Além de levar farto material de propaganda, visitou escolas e centros de saúde e distribuiu 25000 comprimidos de quinino para combater doenças de zona paludosa¹⁹⁷ e folhetos ensinando os mais elementares hábitos de higiene. (Anexos 4 e 5 p. xx).

Para esta pesquisa conseguiu-se localizar o diário pessoal e o relatório da professora Elza Neves, representante da Legião Brasileira de Assistência. Foi possível, também, estabelecer um contato com a professora Maria Aparecida Werneck, membro do Departamento de Educação, da época, que pouco pôde dizer devido às dificuldades próprias da idade avançada. Lembrou-se, entretanto, de que, por ser professora de Educação Física, era responsável pela recreação das crianças, enquanto os pais assistiam às palestras; e também pela distribuição de material esportivo, como bolas e cordas. Aproveitava, segundo ela, a ocasião em que tinha contato com as professoras para ensinar e aprender novos jogos e brincadeiras, ministrando ainda noções de moral e civismo.

Do relatório da representante da LBA, consta que a visita se estendeu por trinta e três localidades do interior, entre as quais: Coroa Grande, Escola Nacional de Agronomia, Cabral¹⁹⁸, Paracambi, Ilha da Madeira, Fazenda Vitor Breves, Jacareí, Ilha da Guaíba, Mambucaba, Frade, baixio de Bracuí, onde encalharam¹⁹⁹, Escola de Grumetes,

¹⁹⁶ CAMPOS, 1990.op. cit. p. 174.

¹⁹⁷ FALCÃO, 1946 op.cit. p. 129.

¹⁹⁸ Em seu diário, no dia 10, a professora Elza, registra que o nome dessa localidade tem origem em um senhor que ali viveu e, que, em três casamentos teve 43 filhos, sendo 20 com a terceira mulher. No dia 8, informa a presença da esposa do prefeito, grávida do nono filho. Essas informações levam a conhecer a frequência de famílias numerosas

¹⁹⁹ A professora Elza contava sempre essa experiência de ter passado uma noite inteira dentro de pequena embarcação, com possibilidade de serem abalroados por outra, no meio de intensa escuridão, sem saber onde

Monsuaba, Bomfim, Camorim, Tarituba, Graúna. E, na Ilha Grande: Matariz, Bananal, Praia Grande da Longa, Abraão e Colônia Penal Cândido Mendes. (Foto n.9, p.190)

De suas impressões sobre Itaguaí, diz que *sente-se visitando o município que há um surto de progresso, uma esperança nova*, resultante da atuação do prefeito e da estima e confiança que desperta no povo.

*Nó entanto, ainda é de tristexa a impressão que se tem quando se observa os casos de impaludismo que há nessa região, a falta de colaboração do povo aos esforços dos governos Federal e Estadual para saneamento daquele município e extinção de tão grande flagelo social*²⁰⁰.

A seguir, relata os meios empregados para a eliminação dos mosquitos despertam desprezo e descrença entre a população que, *Não acredita... que a febre possa ser consequência de uma picada de mosquito...* Sem farmácia e sem clínica médica na região, as pessoas se habituaram a contar com uma *curandeira muito procurada por pessoas do Município e, às sextas-feiras, por pessoas do Distrito Federal. Ao afirmar que há, como sempre, em lugares assolados pelo impaludismo muita pobreza e muita indolência, muita ignorância*, sugere que as visitadoras sociais, ao levarem gêneros e mantimentos, levem, também, os ensinamentos sobre profilaxia, higiene e puericultura. Recomenda, para isso, que se conquiste o interesse das moças do local, começando pelas professoras, *..elementos preciosos para qualquer trabalho social que se pretenda fazer no interior. Se não podem elas pelo seu trabalho visitar os pobres poderão no entanto, empolgadas pelo ideal, orientar e manter aceso o interesse pelo Serviço Social.*

estavam. Houve pânico e descontrole total de uma das componentes, contida a custo de muito esforço do grupo. Só ao amanhecer souberam que estavam no Bracuí, não muito longe da costa.

²⁰⁰ Diário de Elza Neves (em anexo)

Falando de Mangaratiba, segundo município visitado, o relatório faz referência à organização do Centro Municipal da LBA, de criação recente, e que já contava com o interesse e dedicação de um funcionário da prefeitura. Ajudava-o uma secretária encarregada dos *inquéritos familiares*. O documento se refere também a uma Horta da Vitória existente em um terreno doado pelo poder municipal. Não esclarece, entretanto, a finalidade e modalidade de uso de tal empreendimento.

Um dos objetivos da LBA (**Anexo 9**) era assistir às famílias pobres e também as famílias dos combatentes da Guerra, fornecendo *alimentação, habitação e vestuário, não recebendo os assistidos quantias em dinheiro*²⁰¹. É possível que aí se justifique o nome -Horta da Vitória- e a finalidade do plantio.

Com relação a Angra dos Reis, consta no documento: *é outra a feição dada à LBA*. Há sede bem instalada, em local adequado, com fichário completo e levantamento da situação de pobreza dos diferentes logradouros do município. O prefeito, médico e morador antigo, conhece a todos e de todos dá informações importantes, como por exemplo, justifica a verba reduzida, esclarecendo que, dos cinco “pracinhas” convocados para a Guerra, apenas um deixava família em situação de necessidade. Apesar disso, a LBA local auxiliava a caixa escolar *colaborando com prêmios mensais, incentivando para estimular a freqüência dos escolares*. A autora do relatório sugere a ampliação da verba desse município para que a prefeitura possa realizar uma assistência social mais produtiva.

O relatório da professora Elza Neves termina com a recomendação de que a presidência da LBA faça realizar, de comum acordo com os senhores prefeitos, uma semana de estudos em que se mostrem suas *finalidades, a beleza de sua ação, a grandexa de seu fim* - seguida de reuniões mensais lideradas por agentes indicados pela

²⁰¹ MATOS, Lobivar. *LBA e os soldados do Brasil*. Departamento Nacional de Propaganda: Gráfica Guarany Ltda. 1945. Distribuição gratuita.

Comissão Estadual, especializados em orientar a criação dos Centros Municipais e prestar informações de caráter educativo.

O Diário de Elza Neves conta, ainda, que a equipe, composta de sete pessoas, partiu da estação ferroviária Central do Brasil, chegando a Itaguaí, quase três horas depois, onde foi recebida pelo prefeito e sua comitiva, que incluía, entre tantos, sua esposa, o técnico de educação local e a diretora do Grupo Escolar²⁰². Esta prática se repetiu nos demais municípios visitados, alguns contando com a presença de “bandeirantes e escoteiros”. Os meios de locomoção variavam: canoas, embarcações com pequena tripulação, trem de ferro e veículos rodoviários. Mas a metodologia utilizada seguiu a mesma rotina, tendo como maior atração o cinema educativo, centro das informações transmitidas e base para as discussões. Sempre se encontrava onde projetar os filmes, utilizando-se como tela até a parede da matriz. Ao ar livre (Foto n. 10, p. 191), ou em salões de clube ou igreja de diferentes credos, havia sempre um local para falar aos moradores e ouvi-los. Algumas vezes, usava-se o microfone para ampliar o alcance da voz. A caravana assistiu a apresentações de ginástica coletiva, visitou crianças doentes, constatou a existência de moléstias contagiosas viu professoras desanimadas e desiludidas e outras, cheias de entusiasmo. Foi a escolas consideradas pequenas para o número de alunos; percebeu que havia pessoas sem preparo substituindo, indevidamente, as professoras contratadas. Em todo seu percurso destacava-se a preocupação com a moral, o civismo e a religião - católica, como evidenciam as palavras do Diário: *São todos católicos – na escola se ensina catecismo, mas o abandono religioso é enorme*. Em todos os lugares os missionários levaram a vacinação. As reuniões terminavam, invariavelmente, com todos cantando o Hino Nacional e o da Bandeira²⁰³.

A região sul fluminense, compreendendo os municípios de Angra, Mangaratiba, Parati e Rio Claro tinha, como técnico de educação, por ocasião da segunda

²⁰² Equipe da 2ª Missão: Dra. Maria Luiza, Profª Elza, Profª Maria Aparecida, Dr. Cesar Leal, chefiando, Dr. Quartin, Sr. Sanches, Sr. Joel, Sr. Bastos e Dr. Saraiva Neves. Este acompanhou o grupo a partir de Santa Cruz.

Missão Cultural, o jornalista, advogado, escritor e político José Augusto Câmara Torres²⁰⁴, conhecido no Estado do Rio de Janeiro pelo seu trabalho junto à Educação. Assumindo o cargo de técnico da educação em 1942, encontrou as escolas em precário estado de conservação e funcionamento, tendo apenas uma ou duas escolas rurais abertas aos alunos. *Não havia prédios, material escolar, nem mesmo professores.* Encontrou lugares onde só havia analfabetos, que nem cogitavam em ter um professor. No exercício de suas funções, instalou uma escola Normal em Angra, particular, de início, depois assumida pelo Estado. Ao sair, deixou vinte e oito escolas funcionando. Quando da chegada da segunda Missão Cultural, participou das atividades colaborando no que lhe cabia e tomando as providências que se faziam necessárias²⁰⁵. Numa região praiana, situada no limite entre os Estados do Rio de Janeiro e Estado de São Paulo, desenvolveu, logo depois, um trabalho conjunto com a Faculdade de Serviço Social – Operação Projeto Trindade²⁰⁶.

A terceira Missão Cultural percorreu os municípios de Campos e São João da Barra, no período de 2 a 17 de maio de 1945 e foram as últimas caravanas que visitaram o interior do Estado do Rio de Janeiro. Iniciaram suas atividades no Grupo Escolar Quinze de Novembro e estiveram nesse mesmo dia na sede da Associação de Imprensa, ambos em Campos, município tradicionalmente ligado aos interesses da cultura e do civismo²⁰⁷. Seguiram dali para: Cardoso Moreira, fazenda Monção, Italva, usina Paraíso,

²⁰³ Diário de Elza Neves, representante da LBA. Era professora de Ciências da Escola Industrial Aurelino Leal, em Niterói, e voluntária na Legião, no mesmo município.

²⁰⁴ Entrevista concedida em 1995 em sua residência. *“Tudo era muito rudimentar... Antes da guerra, só tinha lancha de quatro em quatro dias”. Era da Navegação Sul-Fluminense e ia de Mangaratiba a Parati, passando por Angra. Com a regulamentação da distribuição de combustível passou a ser dia sim, dia não. A forma que encontrou para a solução do problema foi “anunciar no Correio da Manhã, no Globo – umas notíciaszinhas, que a região de Angra dos Reis, etc... precisava de professores. Começaram a aparecer professoras de Minas....E eu trouxe muita gente para a Região... Vinham como professoras “radicadas”... professoras que se candidatavam a vagas de escolas de difícil acesso,... e lá ficavam pelo período de cinco anos, sem precisar fazer concurso de ingresso ao magistério.” Trecho da entrevista.*

²⁰⁵ A lancha em que viajava a equipe de “missionários” encalhou no baixio de Bracuí. *“Era uma noite de chuva, frio e chuva, não tinha lua... uma zona alagada. Somente quando amanheceu pudemos tomar o rumo certo.” Trecho da entrevista que reforça a narração de Elza.*

²⁰⁶ Trindade era habitada por uma população resultante de imigrantes portugueses que lá se isolaram... Eles casavam entre si, e, por isto, havia muita gente que nasceu mutilada.” Trecho da entrevista. Fato confirmado pela então diretora da Escola de Serviço Social D. Violeta Campofiorito Saldanha da Gama.

²⁰⁷ FALCÃO, 1951 op.cit. p. 25 e segts

Outeiro, Santa Maria, Pedra Lisa, Morro do Coco, Santo Eduardo, Catuava, Conselheiro Josino, Murundu, Paraíso, Morro Alegre, Guandu e Ponta Grossa. Nesta localidade, verificaram a vida precária, a falta de recursos e o total abandono da população, calculada em 3 000 habitantes. Adotaram as estratégias utilizadas nas duas primeiras viagens: inspecionaram todos os estabelecimentos de ensino por onde passaram, abasteceram os Postos de Saúde com os medicamentos necessários à região - soro anti-oftálmico, remédios anti-helmínticos, metoquina, vacinas diversas e ferro-hepatina. Não se descuidaram das orientações necessárias à população nem das projeções dos filmes educativos, feitas ao ar livre. No município de São João da Barra, apesar do mau tempo, puderam visitar as localidades de Morro Alegre, São Francisco de Paula, Bom Jardim, Barra do Itabapoana e Travessão da Barra, sendo recebidos com vibração pelas populações, contentes com a boa nova.

Conta-nos Falcão que ,

No dia 13 de maio de 1945, o Interventor Amaral Peixoto entrava, sob aclamações ruidosas, na cidade de Campos. Lá procurou informar-se do trabalho das Missões e pôde falar a alguns de seus membros. Foi talvez esta a derradeira oportunidade que os fatos lhe reservariam para tratar do assunto.... Mas a chama continuaria a arder no peito do mesmo homem que cinco anos depois aqueles mesmos fatos fariam com que retornasse à terra que conquistara pelo trabalho, pela dignidade e por uma série enorme de realizações em todos os setores.

Essa última afirmação refere-se ao retorno de Amaral Peixoto ao governo, através do voto, cinco anos depois, quando fez ressurgir as antigas caravanas, substituindo-lhes o nome para Missões Educativas Rurais, erguendo *mais uma vez a bandeira pela 'recuperação' de milhares de fluminenses.*

O Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos pode ser uma indicação de que as idéias divulgadas pelas Missões se perpetuaram, e seus resultados levaram à ampliação de novos projetos no Estado do Rio de Janeiro.

Realizado em Petrópolis, de julho a setembro de 1949, com apoio do governo, com representantes de El Salvador, Costa Rica, Honduras, Estados Unidos, e alguns países da Europa e da Ásia, o seminário apresentou dois trabalhos destacados por Falcão: o primeiro foi o plano para combater o flagelo do analfabetismo, exposto pelo

presidente das reuniões, Lourenço Filho; o outro foi a palestra de Guillermo Bonilla y Segura, representante do México, que, durante três horas, prendeu a atenção da platéia, falando sobre as Missões Culturais em seu país. Retratou sua terra e relatou as providências tomadas para combater os problemas da fome, da pobreza, de doenças, do jogo e do alcoolismo. Para abrandar as conseqüências disso, contou que foi criado o movimento das Missões Culturais, tornando a vida mais amena, as pessoas mais produtivas e mais integradas à cultura do país. Disse qual era o trabalho, seus ideais, seu campo de ação, a competência dos responsáveis, o pessoal que compunha as Missões, seus objetivos concretos, a preparação, a organização e os recursos empregados²⁰⁸.

Em artigo posteriormente publicado no Brasil, Bonilla y Segura confirma o que foi observado por La Barca, e já aqui exposto, e esclarece que as Missões foram criadas em 1924 no México para aperfeiçoar os professores em exercício nas zonas urbanas e rurais. Oficializadas a título permanente, em 1925, sofreram modificações durante os doze anos de funcionamento, até 1938. Reiniciadas em 1943, com novas bases de organização e funcionamento constituíam-se em um sistema organizado extra-escolar destinado a *exercer ação decisiva sobre o indivíduo, a família e a comunidade, tendo em vista a melhoria das precárias condições de vida do povo*. Conscientes da lentidão da influência exclusiva da escola primária, pretendiam acelerar o combate à ignorância, influenciando as comunidades ao *ajudar os habitantes do campo a resolverem seus problemas econômicos e agrícolas*. Para desempenhar essa tarefa, ensinavam o que era prático e simples, mas de possível realização, como por exemplo: fertilizar o solo, aproveitar cursos d'água na irrigação, combater enchentes, melhorar a produção e a criação de animais e inculcar conhecimentos sobre higiene, de modo a diminuir as taxas de mortalidade infantil.

As Missões do tipo rural, mais numerosas - quarenta e oito (48) - foram localizadas nas regiões mais pobres e atrasadas, sob o ponto de vista cultural. De um total de sete (7) especiais, quatro (4) ocorreram em bairros pobres da periferia da cidade do

²⁰⁸ Ibid. p. 29-31

México, onde dificuldades diversas se apresentavam mais fortes e agudas do que as existentes no campo. E, finalmente, as dezesseis (16) motorizadas exerceram ação em 23 vilas ligadas por estradas de rodagem. A manutenção destas, condição necessária para acesso dos missionários, era feita pelos próprios habitantes interessados no trabalho. As Missões possuíam caminhonetes equipadas com rádios receptores, aparelhagem adequada às seções de cinema, fonógrafos, geradores de luz elétrica e uma pequena biblioteca.

As Missões Culturais mexicanas tinham orçamento próprio, com previsão de gastos anuais e eram subordinadas a um órgão específico criado para administrar e supervisionar as despesas. A propósito, **Bonilla y Segura**²⁰⁹, o mestre mexicano, informa, ao final de seu artigo, que ...

além do salário de base, os membros das missões rurais e especiais recebem uma gratificação adicional por ano de serviço; os membros das missões recebem ainda uma indenização suplementar quando chamados a servir em regiões insalubres, ou uma indenização de custo de vida, mais uma pequena soma para viagens dentro da respectiva zona de trabalho.

As Missões Culturais, no Estado do Rio de Janeiro, partiram dos mesmos princípios das realizadas no México e, embora tenham sido apenas três, deram origem a alguns outros projetos de grande importância para as regiões onde foram implantadas. São exemplos disso, o Curso Normal Rural de Cantagalo; as Escolas Típicas Rurais; A Operação Trindade; as Missões Educativas Rurais; as Missões Rurais de Educação de Adultos, Missões Rurais Femininas (Foto n. 11, p. 192) e as Semanas Ruralistas²¹⁰.

O Curso Normal Rural de Cantagalo, projetado durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945) só teve início após seu retorno, como governador eleito, tendo sido regulamentado através da Lei nº 1596 de 27/7/1952, sob o nome provisório de Curso Intensivo de Formação de Regentes de Escolas Primárias Rurais. Para dirigir o estabelecimento foi nomeada a professora Maria Odete de Araujo Braz (**Anexo J**). O curso foi extinto pelo Decreto nº 8331, de 22/7/1962, assinado pelo governador Celso Peçanha.

²⁰⁹ BONILLA Y SEGURA, Guillermo. As Missões Culturais no México. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Distrito Federal, v. 16, p.51-58, jan-abr, 1950.

²¹⁰ Cf PAIVA, Vanilda. *Missões rurais de educação: a experiência de Itaperuna*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério de Agricultura, 1952. p.198.

Peçanha. Funcionou durante dez anos, formando regentes para o curso primário das zonas rurais do Estado²¹¹:

Em entrevista realizada em 10/8/99, a professora aposentada, D. Maria Odete, comenta que a escola funcionava em regime de internato, tendo o curso a duração de 18 meses. Segundo seu depoimento a proposta pedagógica e administrativa foi inovadora em pelo menos três aspectos; na administração participativa, no repasse de verba pública para uso e responsabilidade da direção e na seleção por concurso.

Criadas por volta de 1940, as escolas Típicas Rurais funcionaram sob a orientação do professor Afro do Amaral Fontoura, por recomendação do interventor Amaral Peixoto. Inicialmente foram instaladas apenas seis escolas e, já em 1941, havia 40 espalhadas por todo o território fluminense, gerando a necessidade de colocá-las sob a supervisão dos técnicos de educação de cada região. Era este, segundo o diretor do Departamento de Educação, um dos problemas mais sérios a serem resolvidos por sua administração, *o da articulação entre as escolas típicas rurais e as demais escolas isoladas do Estado*, que devem ficar *debaixo da jurisdição dos próprios técnicos regionais... ...ou se faz a articulação ou então perderão as típicas a sua finalidade... que é ...tanto quanto possível fixar o homem à terra do seu 'habitat', por meio de uma educação conveniente.*²¹²

A Operação Trindade(Foto n. 12 p. x) realizou-se sob a coordenação da professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, primeira diretora da Escola de Serviço Social da UFF, a pedido do prefeito e do chefe da Inspeção de Ensino de Parati, em 1970. Vinte e cinco anos após as Missões, o pescador e o camponês ainda viviam sem assistência e na mais absoluta miséria, faltando à população local o mínimo indispensável para uma vida digna. O grupo constatou a urgência na tomada de medidas governamentais para evitar

²¹¹ FIGUEIRÊDO, Haydée da Graça Ferreira. *Curso Normal Rural de Cantagalo: uma experiência fluminense na história da formação de professores*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC/Rio, 1991. p. 70

²¹² Entrevista dada por Rubens Falcão à Revista Fluminense de Educação. Niterói, jan. 1944. n.2 ano I. p.11

a degeneração social e fazer com que esses brasileiros marginalizados pudessem somar suas forças na participação da vida nacional²¹³.

As Missões Culturais foram avançadas na medida em que tentaram inovar com um ensino capaz de sustar a incultura da população, sobretudo da população rural, em uma época em que a escola primária, com poder de difusão precário, era apontada como uma instituição espoliada de suas qualidades e destituída de seus princípios fundamentais. Essa situação, pressentida por inúmeros educadores brasileiros de vários Estados, foi muito bem assinalada pelo professor Anízio **Teixeira**, citado por **Carvalho**, Hernani (1948, p. 5) que, com sua voz autorizada e sábia, alertou os responsáveis pelos destinos da nação quando disse²¹⁴

Há, com efeito, indícios de um processo mais profundo de deformação dos institutos educativos. A escola primária vem-se reduzindo a uma escola de alfabetização ineficiente, com perda crescente de prestígio social. Deante da falência da escola primária, os ginásios tomam as suas funções, com duplo resultado: facilidade de organização, pois são apenas cursos primários avançados, e altíssima compensação, pois servem para dar entrada às classes ornamentais do país, composta do velho binômio funcionários e doutores.

Essas palavras mostram a necessidade imperativa e urgente da adoção de medidas supletivas, por parte do governo, capazes de suprir as camadas populares, sobretudo as do interior, até que a escola primária, vencendo a crise, voltasse a desempenhar seu papel social. A nosso ver, e para concluir o presente capítulo, diríamos que as Missões Culturais cumpriram essa finalidade, deixando a marca da originalidade

Concluindo o presente capítulo destacaríamos a originalidade inspiradora, institucional e metodológica, que fizeram surgir uma página ímpar na História da Educação Brasileira, especialmente da fluminense, frente às demais manifestações e perspectivas postas para a Educação Pública e popular na década de 40.

²¹³ A praia de Trindade, localizada no extremo sul do município de Parati, no limite com São Paulo, tem 3 quilômetros de extensão e, naquela época, possuía cerca de 1000 habitantes, quase todos parentes entre si, o que gerava mutilações e doenças. O acesso era feito por mar (4 horas) ou a cavalo. Havia problemas de toda espécie. Viviam em extrema pobreza e os professores dormiam em esteiras. Outro problema a ser resolvido era a dificuldade de permanência de professores como regentes das 78 crianças matriculadas e mais 40 pedidos de adultos que desejavam ser alfabetizados. Acervo particular da Professora Violeta Campiofiorito Saldanha da Gama.

No capítulo seguinte serão analisadas algumas concepções e conceitos que visam reconstruir as estruturas simbólicas sobre Educação, no discurso e registro de seus agentes e fontes.

²¹⁴ TEIXEIRA, Anízio. *Educação, Saúde e Assistência na Baía*. Imprensa Oficial, Baía, 1948.

AS MISSÕES CULTURAIS NA REPRESENTAÇÃO DE SEUS AGENTES E FONTES

A leitura e a análise reflexiva das fontes encontradas apontam para mudanças, mais ou menos lentas, na Educação brasileira, ocorridas, quase sempre, atrás das marcas do tempo. Assumindo durante séculos uma feição acadêmica e literária, deixou para trás pressupostos axiomáticos e assumiu um caráter mais objetivo, fundamentado na observação e análise dos fatos com suporte nos debates dos métodos adotados. No mesmo raciocínio, à luz de hábitos, atitudes, comportamentos e posturas ética e política, pode-se vislumbrar, com possibilidades de acerto, que no contexto atual, a Educação brasileira caminha para um projeto pedagógico flexível, descentralizado, direcionado para a pesquisa e para os debates públicos, alicerçada na adaptação incessante exigida pelas mudanças cada vez mais rápidas e contínuas. Essa opinião encontra respaldo em Delors, citado por **Xavier**²¹⁵, ao especificar, como base do conhecimento atual, a necessidade de:

... 'aprender a conhecer' para adquirir os instrumentos de compreensão; o 'aprender a fazer' – para poder agir sobre o meio em que vive; o 'aprender a viver em sociedade' para participar e cooperar com os outros; o 'aprender a ser' – para conseguir a integração das outras três vias do saber, levando, assim, ao 'desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade'...

No espaço físico em que nos detivemos, o Estado do Rio de Janeiro, a preocupação com a instrução pública vem de longa data, desde o Brasil Colônia até nossos

²¹⁵ XAVIER, Odiva Silva. A educação no contexto das mudanças. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 78, n. 188/189/190, p. 285-304, jan/dez, 1997.

dias. Durante o Império, ainda como Província, os esforços nos sucessivos governos foram centralizados na formação de professores e na criação de escolas em vilas e povoados, buscando inclusive a participação da iniciativa particular através do custeio de “aulas primárias” e doação, em vida ou em testamento, de amplos prédios para instalação de escolas²¹⁶.

Vasconcelos²¹⁷ afirma que o Império *deixou 658 escolas primárias, sendo 445 providas por professores públicos e 213 subvencionadas*, prática que vai se repetir, em 1944, por sugestão de Paulo Campos em relatório da primeira Missão, mantendo, com verba pública, iniciativas particulares em favor da difusão de matrículas para a população. Outra forma de subvenção, ainda que com repasse de verba indireta, através do pagamento de professores, é confirmado na entrevista de Ceci **Madeira**²¹⁸ que, por dez anos trabalhou em um centro israelita de Niterói, recebendo salário do Estado.

Segundo ainda **Vasconcelos**, após a Proclamação da República houve uma fase de organização em que surgiram erros, posteriormente agravados com a crise financeira decorrente da queda do comércio do café, sob cujos impostos repousava a receita pública. Desde então e até hoje, se arrastam na pauta das discussões o problema da escola pública de qualidade para todos, sem que os inumeráveis governos, incluindo o atual, encontre a necessária, justa e desejada solução.

Revisitando os documentos, articulando-os com as fontes, escrita e oral, e mostrando, como aponte na Introdução, que, entre o que pretendia e o que consegui na realização das tarefas da pesquisa, houve um desvio padrão de proporções avantajadas. Pode-se dizer que os conceitos de educação, escolarização, profissão/ professor e perfil do aluno, dominantes entre os agentes das Missões, encontram-se registrados nas afirmações que se seguem.

²¹⁶ VASCONCELLOS, 1922. op. cit. passim.

²¹⁷ Ibid. passim.

²¹⁸ Maria Carlota da Costa Madeira, mais conhecida como Ceci Madeira, trabalhou por 15 anos em Angra dos Reis, até ser removida para Niterói. Entrevista concedida em 1º de outubro de 1996, aos 83 anos de idade.

Câmara Torres²¹⁹, Inspetor de Ensino da Região de Angra dos Reis, por ocasião da visita da equipe da 2ª Missão Cultural, expressa em sua monografia conceitos próprios da época:

Educação é uma formação harmônica e hierárquica das faculdades humanas, dando-lhes plena eficiência, e a instrução é o meio de desenvolvimento formal e ativo da criança, para que ela por seus conhecimentos, seja útil à Vida.... Instrução é uma força condicionadora e disciplinadora dos agregados humanos... Instrução é o conteúdo, é um meio da Educação... Educar é estimular, desenvolver e guiar; instruir é infiltrar conhecimentos e noções úteis à vida.

Para ele, instrução é direito de todos e é obrigatória, e o educador deve ser visto como – *pai, mãe, professor, sociedade*, - *tem que ser uma conjugação de prática com doutrina, com senso de responsabilidade, com adaptação da criança a fim de que ela não tenda ao outro caminho que se contrapõe à Educação: a miséria.*

Já Elza Neves expressa suas idéias através de ações reveladas em seu Diário, escrito durante os trabalhos da 2ª Missão Cultural. Nele acumulou material que serviu para análise e interpretação do que foi vivenciado e observado, e de base para o Relatório enviado ao órgão que representava - a Legião Brasileira de Assistência - deixando marcas de seu pensamento na maneira de ver e julgar os fatos. Quem a conheceu de perto, não se surpreende com a narração das dificuldades que enfrentou: viagens de trem e canoa, caminhadas extensas, visita aos doentes e assistência à família de uma criança abatida pela tuberculose. Sabendo quem ela era, fácil é aceitar suas preocupações ao verificar que a religião católica perdia terreno para os protestantes naqueles lugares distantes. Como também é fácil admitir seus cuidados ao repreender, discreta e indiretamente, com *lições de moral*, a professora e colega surpreendida com o uso da palmatória.

A leitura de seu Diário mostra o espírito desprendido, a boa vontade, o equilíbrio e a tolerância da professora em exercício voluntário. Contendo observações inesperadas, pequenas descobertas, acasos, situações planejadas e execuções malogradas o documento deixa transparecer seu julgamento pessoal, sua maneira de ver e pensar. Nele

²¹⁹ CÂMARA TORRES, op. cit. 1939, p. 14-16.

revela, ainda, sua visão do espaço físico e social das localidades visitadas, na descrição de praças, hospitais, escolas, postos de saúde, reuniões, atividades de políticos e de professores. Tudo muito precário, pobre e artesanal dependendo da boa vontade dos políticos, religiosos e professores que, como autoridades, se esforçavam no desempenho de suas tarefas.

Em Itaguaí, encontrou salas pequenas construídas longe das moradias das crianças, que, apesar de subnutridas, eram delicadas, cordiais e alegres. Algumas delas precisavam caminhar longos quilômetros até a escola, exceção feita às de uma escola onde a diretora usava um carro para transporte de quem morasse a mais de três quilômetros. Impressão semelhante, expõe, em sua entrevista, Ceci **Madeira** referindo-se a Angra dos Reis e a alguns de seus alunos paupérrimos, que vinham da roça montados em um burrico (Foto n.13, p. 19) que amarravam na cerca da escola. Não faltavam nem com temporal. Molhados, recebiam emprestada uma roupa de um de seus filhos, para que não adoecessem. *Eram criadas muito presas, nunca saíam, não conheciam o Rio de Janeiro, não sabiam o que era um bonde, ou um cinema...mas eram muito obedientes, gostavam de estudar, eram levados mas não malcriados.*

As professoras, tanto **Elza** como **Ceci**, afirmam que eram, em sua maioria, leigas, ou seja, tinham apenas o curso primário ou *eram apenas alfabetizadas*. Ambas destacam com que boa vontade e ânimo elas atuavam. Algumas eram mais bem preparadas e muitas delas improvisavam, de modo precário, moradia na própria escola, já que os salários eram muito baixos e não permitiam a locação de moradias adequadas. Havia professoras provenientes do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Nordeste. *Eram meninas, praticamente sem família perto e trabalhando com a mesma coragem, com o mesmo amor das que moravam lá, diz Ceci*. Já **Elza Neves**, no seu Diário, relata que vê em algumas um certo desânimo e desilusão, que considera consequência das viagens diárias que fazem saindo do Rio de Janeiro ou de Niterói, rumo a escolas de difícil acesso. De modo geral, entretanto, deixam transparecer bondade, dedicação, coragem e parecem compreender as crianças.

Ambas as professoras fazem menção a prédios escolares deficientes, pequenos, e a eles se referem com palavras fortes, como: *um pardieiro de três andares, muito deficiente, muito mal cuidado*; ou ainda, *sala pequena para duas professoras sem local para recreio*. Embora acusem a existência de biblioteca, *com algumas obras de valor*, denunciam que os livros não eram lidos e indagam – *para que biblioteca?* Propõem a atualização do acervo para um possível incentivo à sua indispensável utilização.

Em determinado trecho de sua escrita, influenciada por sua fé, Elza Neves lamenta o abandono das igrejas católicas, o número reduzido de padres, considerando as enormes paróquias e o crescimento das religiões protestantes espalhadas até em locais inóspitos e de difícil acesso, como praias e ilhas. A professora registra sua admiração ao observar as demonstrações de *fé em Jesus*, quando diz que *doentes não tomam remédio porque o Espírito Santo cura após a oração dos irmãos pela cura dos doentes*. Referindo-se aos pentecostais, escreve, ainda, em seu Diário: *não dançam, nem têm uma diversão especial a não ser a reunião todas as noites para cantar e orar*.

Observa-se, com frequência, na descrição das práticas executadas durante os trabalhos, uma articulação do pensamento religioso com o educacional. Fé e Educação eram inseparáveis. Sem exageros, estavam atentos à ausência de padres e à presença crescente dos protestantes. Registravam, em cada localidade, o conhecimento de uma nova igreja certos de que era - *Conhecido o nosso objetivo maior – orientação espiritual da comunidade...* como disse Paulo Campos ao repórter que o entrevistou após a 1ª Missão. (Anexo XY)

As opiniões das duas professoras citadas são semelhantes e convergentes. Não apresentam controvérsia nem mesmo quando se referem ao perfil dos alunos e dos professores. Os primeiros, educados, inteligentes, dedicados, participativos, em sua maioria pobres e, embora alguns, que por morarem longe traziam apenas *feijão e farinha*, como almoço, tinham todos boa apresentação. As professoras, leigas em sua maioria, já que não tinham o diploma do Curso Normal, eram, ainda assim, apontadas como *verdadeiras heroínas* na execução das tarefas diárias, *nas campanhas das professoras em favor dos*

alunos, ou quando levantavam dinheiro para a compra de uniformes ou de tinta para recuperar a cor das surradas calças e saias de meninos e meninas. Tudo isso para abrilhantar a Parada do dia Sete de Setembro, ocasião em que faziam apresentações teatrais, cada uma se transformando em artista para angariar fundos e comprar tênis, meias, anilina e fita azul. Quem relata esses detalhes é Ceci **Madeira**, visivelmente emocionada, mantendo seus olhos úmidos enquanto dizia que tudo era feito com dificuldade, *mas eu me sentia uma rainha guiando meus alunos* em frente ao palanque das autoridades na Parada de Sete de Setembro..

Como essas duas professoras, Paulo **Campos** pensava a educação como democrática, gratuita e para todos. Para ele, o processo educativo baseava-se em quatro noções, diferentes de acordo com sua natureza. A primeira a de que a escola produz uma educação formal e, portanto, intencional. A Segunda, de que há contradição entre os conceitos de educação formal e neutralidade social ou moral, já que a escola educa de acordo com aspectos definidos, de conduta individual e de vida coletiva. Em terceiro lugar, os objetivos educacionais pretendidos dependem *dos valores fixados como ideais*. Já que esses valores não são absolutos, os objetivos variam de acordo com o lugar, o tempo e o meio social. *Finalmente, baseiam-se essas considerações na convicção de que o conjunto de significados e ideais a que chamamos 'Democracia' constitui o cerne da tradição moral.*²²⁰

O autor acreditava nesses conceitos e ideais de Democracia como um movimento amplo onde o educador cimentasse na criança as condições para se tornar um adulto capaz de agir de acordo com ideais democráticos. Com mais clareza, diz Paulo **Campos**²²¹,

Democracia é, essencialmente, o modo de vida social em que 'cada indivíduo conta como pessoa'. O respeito pela personalidade é a idéia mais profunda dessa corrente. Nessa nova vida social, o homem não só terá oportunidade de expressão máxima dos seus valores, como lhe assistirá permanentemente o dever de se exprimir de modo a não exprimir valores de ninguém, mas antes, facilitar a máxima expressão de todos eles.

²²⁰ CAMPOS, op. cit., 1990. p. 61-72

²²¹ Ibid, passim.

Essas idéias se ajustam com as expressas no projeto das Missões Culturais, e eram as de seus participantes e idealizadores, resumidas no pensamento de que - o homem deve ser capaz de se realizar individualmente e sentir-se responsável pelo bem social. Paulo **Campos** simplifica o modo de ver dos “missionários” para quem ... *a Educação não poderá ser livre e progressiva em uma sociedade em que a experiência da multidão esteja sujeita à regulamentação autocrática.*

Retomando o Diário de Elza **Neves**, vemos que ela também percebia *um surto de progresso, uma esperança nova*. Bons tempos em que as mudanças econômicas afetavam o povo, seu trabalho e modo de vida sem tirar-lhes a esperança. Um projeto como o das Missões Culturais, ainda que de forma simples e restrita, reciclava o trabalhador com vistas às transformações do processo produtivo. Hoje, quando vemos com que alucinante velocidade o capital é transferido de um lugar para outro, via fibra ótica, quando as fábricas podem mudar de um país para outro com facilidade, instalando-se em locais onde a mão-de-obra é mais barata e as reivindicações e direitos trabalhistas mais restritas, percebemos que o trabalho não mais tem poder de pressão. O capital dispensa o esforço humano. Nesse contexto, o desemprego, a exclusão, a desigualdade dão lugar a uma esperança diferente - a de aceitar condições contratuais cada vez piores para escapar da vergonha de ser um dependente da assistência pública, que, no Brasil, é praticamente inexistente²²²

Percebe-se por essas afirmações, entrecortadas por muitas outras, a concepção de uma “educação redentora”, capaz de elevar o homem, de forjar seu espírito, determinar o cidadão, preparando o brasileiro para o amor à Pátria, como filho de Deus e da Nação. O discurso desses autores é um discurso próprio daquela época e da pregação estadonovista, onde está subentendido um idealismo educacional – *pela educação redimiremos a Nação*. É fundamentada no conteúdo, na memorização de fatos, na obediência pronta, e na aceitação despida de crítica e criatividade, uma Educação própria do autoritarismo do tempo.

²²² FORRESTIER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo Universidade Estadual Paulista, 1997, *passim*.

Naquele momento histórico, de complexidades, contradições e perplexidades, as falas de Anízio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho podem ser tomadas como reflexo do pensamento dos educadores da época. Para **Guirardelli**²²³, o primeiro manteve-se afastado do regime autoritário, fiel ao credo liberal; o segundo foi mais condescendente com o Estado Novo, considerando que este “arrefecia as paixões”; e o terceiro chegou a pronunciar discursos que contrariavam sua carreira de educador *escolanovista*.

O professor Paschoal Leme, amigo e companheiro de lutas dos educadores citados, reviu essa posição em entrevista cedida à pesquisa, em 1995, ao se referir à queda de prestígio da profissão. Disse ele que *foi a sociedade que começou a entrar em crise e levou a escola a também baixar de nível. Em resumo, não se pode pretender ter uma escola melhor do que a sociedade que a produz.*

No entanto, as Missões Culturais entendiam a escola como a instituição redentora, capaz de melhorar as condições de vida nos aspectos material, espiritual, higiênico e profissional da sociedade, especialmente a rural.

A população alvo das Missões Culturais era constituída das famílias dos alunos das escolas públicas, e das professoras, cujo perfil já foi definido e, ainda, de trabalhadores das indústrias, de agricultores, e de pescadores. Os agricultores foram descritos por Paulo **Campos** como um pessoal *mais acessível, dócil, confiante, com maiores esperanças a respeito do que se lhe pode oferecer*. Já o pescador, *menos acessível, independente, ativo, confia menos*. Entretanto, o professor admite que, todos, ao identificarem os propósitos dos trabalhos *reconheciam agradecidos a orientação recebida a par da contribuição material deixada para seus filhos*.

As atividades iniciavam-se, em cada local, com a recepção promovida pelas autoridades da Prefeitura e escolas locais e tinham seqüência com as reuniões onde se ouviam os líderes locais, faziam-se as preleções e terminavam, invariavelmente, com a execução do Hino Nacional.

²²³ GUIARDELLI, op. cit. p. 93-94.

Transcrevemos, a seguir, alguns trechos do Diário da Primeira Missão²²⁴:

Colocados os trabalhadores e demais pessoas muito à vontade, sentiram-se confiantes nos leais propósitos dos 'missionários' condição que levou aqueles a trocar conosco impressões, intercalando com perguntas nossas palestras, expondo suas dificuldades maiores: terreno infecundo, não compensando o esforço; falta e dificuldade aquisitiva dos instrumentos agrários; salário ínfimo em relação às dificuldades gerais da vida e encargos de família, em geral numerosa. Em um ponto é unânime o depoimento dos missionários'; - a falta de assistência, quase completa, ao homem do interior.

Outra passagem:

Em um domingo, às margens da famosa lagoa (Araruama), os 'missionários' dirigiram-se aos pescadores. Eram em grande número e utilizavam processos ainda empíricos na apanha do peixe. ...No outro dia era visitada a Usina de Sampaio Correia. Trezentos trabalhadores abandonaram as suas tarefas para ouvirem a pregação daqueles patricios.

Mais adiante, um fragmento do texto, recheado do sentimento patriótico, mostra a atitude ufanista, muito difundida à época;

Confortou-nos o fato de, tendo permanecido no local cerca de três horas, conseguimos assistência tão numerosa e interessada permanentemente. Como fecho de nossas palestras, alvitramos fosse por todos os presentes cantado o Hino Nacional. O canto do Hino Brasileiro, ao cair da tarde, naquele local bem interior, simples e brasileiro, constituiu um espetáculo empolgante. Sentimos ali, com muita intensidade, vivificada a alma da Pátria numa espontânea confraternização cívica

Demonstrando improvisação e aproveitamento de tempo e de oportunidade para falar ao operário e homem do povo, há uma passagem que diz:

Foi à acolhedora sombra de uma árvore que os operários dessas construções, cerca de cem homens, dispuseram-se, após o almoço, para a cavaqueira ao ar livre. Como elemento de atração atuaram sempre o cinema, que fazia exibição de filmes educativos e recreativos, e uma vitrola, que tocava músicas diversas.

Muitas outras passagens poderiam ser aqui transcritas. Dentre elas, as que registram o interesse das professoras em discutir o problema da repetência e da saúde escolar, denunciando doenças endêmicas como a "boubá". Ou relatos que falam da miséria do povo, vivendo em mocambos; de trabalho realizado no terreiro de cerâmicas, de fazendas e de engenhos, quando foram explicados para os trabalhadores, sentados sobre

²²⁴ CAMPOS, 1990. op. cit. p.169-174.

pedras e tábuas, os direitos e deveres contidos na legislação social trabalhista, utilizando-se de uma linguagem de fácil compreensão; das atividades realizadas nas escolas, onde fundaram “pelotões de saúde”, organizaram Hortas da Vitória e distribuíram farto material, como: medicamentos, sementes, vestuário, tênis, tamancos, sabonetes, escovas, pentes, bandeiras, bolas, leite condensado, cartazes, folhetos, etc..

O depoimento encontrado no Diário da primeira Missão Cultural não poderia terminar de forma mais patriótica, exaltada e exagerada, embora coerente com a preocupação que tinham os “missionários” em dar assistência moral, espiritual e material ao homem do campo:

Todos os seres humanos têm direito a um lugar ao sol da liberdade e da justiça equânime: felicidade e conforto não devem ser privilégio de uns poucos. Valorizemos o nosso homem rural – pelo trabalho e com a devida assistência – e estaremos valorizando a grandeza imortal desta terra do Brasil.

Merece destaque, neste trabalho, o cinema educativo, pela importância que teve durante os trabalhos das Missões Culturais. Utilizado como atração para reunir o povo nas ruas e praças, os filmes exibidos serviam para educar, instruir e divulgar idéias de interesse do governo. De acordo com os documentos consultados tinham eles duas procedências – eram os de Walt. Disney e os produzidos pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE, criado por Getúlio Vargas em 1937.

O INCE desempenhou papel relevante no mecanismo de controle implantado na ditadura do Estado Novo. Santos²²⁵ afirma que

Getúlio Vargas, já em 34, demonstrara seu interesse pelo cinema que revelaria o Brasil aos brasileiros, aproximando as diferenças regionais e formando uma imagem totalizante do país. Cabe ressaltar que naquele mesmo ano, alto escalão do governo, Luís Simões Lopes, escreveria carta da Europa relatando os prodígios da propaganda implantada pelo nacional socialismo na Alemanha.

Em sua pesquisa, Santos faz uma referência às comemorações do Mês do Cinema Brasileiro de 1937 quando Roquete Pinto, médico e intelectual dedicado também à produção no rádio e no cinema, define os conceitos de filme educativo e filme instrutivo:

*Não é raro encontrar, mesmo no conceito de pessoas esclarecidas certa confusão entre o cinema educativo e instrutivo. É certo que os dois andam sempre juntos e muitas vezes é difícil ou impossível dizer onde acaba um e começa outro, distinção que aliás, não tem de fato grande importância na maioria das vezes. No entanto, é curioso notar que o cinema educativo, em geral, não passa de simples cinema de instrução. Porque o verdadeiro educativo é o outro, o grande cinema de espetáculo. O cinema da vida integral(...) O indivíduo pode instruir-se sozinho, mas não se pode educar senão em sociedade.*²²⁶

Na busca de maiores conhecimentos sobre o papel do INCE, obtivemos, na entrevista com o professor de cinema da UFF, Antônio Carlos **Amâncio da Silva**²²⁷, a informação de que não há nenhum estudo mais aprofundado e esclarecedor. Sabe-se apenas, segundo ele, que as produções, quase sempre documentários, versavam sobre assuntos os mais variados, sempre com a preocupação de expandir a cultura. Como exemplos da variedade de filmes exibidos citou: *O Ninho do “João De Barro”*, *“Como Construir uma Fossa Asséptica”*, adaptações de obras de Machado de Assis, e, ressalta a importância de um deles, o *“Descobrimento do Brasil”* feito por Humberto Mauro e Villa Lobos com base na carta de Caminha. Todos produzidos com dinheiro público exatamente dentro da política da época: fazer uma valorização da história. Mais adiante afirma que eram distribuídos para projeção em escolas, praças públicas, paróquias e em cinemas... e que fizeram parte de um movimento, quase que mundial, de valorização do cinema como meio de educação.

Importante informação prestou, ainda, o professor, em relação ao *bureau interamericano* de cultura, criado por Nelson Rockefeller para fazer a mediação cultural entre os Estados Unidos e a América Latina, onde, certamente, o Brasil tinha importância estratégica, inclusive na definição de seu posicionamento na Guerra em favor deles, contra o Eixo.

²²⁵ SANTOS, Ana Maria Pessoa. *Os antecedentes do cinema educativo no Brasil*. Trabalho final apresentado na disciplina Teoria e Técnicas de Pesquisa e Pesquisa em Comunicação. UFRJ, 1984.

²²⁶ Ibid., p. 29-30. A autora informa alguns títulos de filmes. São eles: “O preparo da vacina contra raiva”, “Os músculos superficiais do corpo humano”, “O céu do Brasil”, “Ribeirão das Lages”, “Os centros de saúde do Rio de Janeiro”, e “Os Inconfidentes”.

²²⁷ SILVA, Antônio Carlos Amâncio da. *Em busca de um clichê: panorama e paisagem do Brasil no cinema estrangeiro*. 1998. 352 f. Tese (Doutorado em Cinema) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.

É esclarecedor o trecho da tese de doutorado do professor e vale a pena deixar aqui registrado:

Entre agosto de 1940 e abril de 1945, a divisão de filmes do Birô interamericano influenciou 134 filmes de longa metragem, assistiu na produção e distribuição de cerca de 1700 cinejornais dramáticos, patrocinou 101 curtas e patrocinou ou distribuiu 466 documentários educacionais...(ou seja, mais de 100 por ano) ...embora a maior parte da atividade filmica do Birô fosse para tentar influenciar a população latino-americana, cerca de 75 documentários foram patrocinados especificamente para audiências americanas. Durante os 5 anos em que o Birô foi ativo em produção e distribuição de filmes, forjou-se uma relação direta entre o governo e todos os aspectos da indústria cinematográfica que influenciou o conteúdo dos filmes de longa metragem. Ao mesmo tempo, produziram-se filmes educacionais para duas distintas audiências: a doméstica americana e a latino americana.. O Birô produziu documentários educacionais para distribuição de modo a persuadir os cidadãos americanos que as nações do hemisfério ocidental compartilhavam interesses recíprocos. Os assuntos, temas e estilos de apresentação, escolhidos pelo Birô, refletem bem o papel que o governo via para o público na política externa americana, e o que o governo americano queria comunicar sobre a sua política atual, passada e possivelmente futura para a região. Análise dos filmes patrocinados pelo Birô permitem revelações, não só sobre a política governamental, mas também sobre algumas atitudes subjacentes oficiais do governo, produtores de Hollywood, realizadores da indústria de jornais e de documentários do período. Esses filmes são documentos extraordinários do governo porque eles foram pensados para audiências de massa e combinaram tradições da cultura popular americana, teoria educacional e técnicas de propaganda...

O Birô Interamericano funcionava com o apoio de um Comitê, dirigido por empresas como a *General Electric, Standard Oil e Metro Goldwin Mayer*. Destinado a promover a cooperação e a solidariedade, reforçava a necessidade de um posicionamento para enfrentar a Guerra, e escondia, sob uma aparência humanitária, a subordinação ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos. *No fundo, de fato, era parte do esforço de preparação para a guerra e sistematizava uma prática estatal e privada de compra de excedentes de produção e material estratégico latino-americanos, de iniciativas econômicas, de envolvimento com questões de saúde pública e nutrição*²²⁸.

Marcado pela posição pendular de Getúlio, oscilando entre a Alemanha nazista e os Estados Unidos democrático, o período circunscreve-se em uma guerra de

²²⁸ AMÂNCIO, Tunico. op. cit. p. 53-54

influências onde o slogan é *a América para os americanos*, sintetizando ideais panamericanos. O cinema e a propaganda foram usados no sentido de ampliar a influência sobre a massa das populações de todo o continente. Walt Disney tornou-se porta-voz de uma política colaboracionista no campo da propaganda ideológica, ao criar: o mexicano e o toureiro, para o México; o simpático Zé Carioca, para o Brasil; um aviãozinho corajoso que substitui o pai doente e enfrenta o temível Aconcágua, para o Chile. Foi uma forma de propaganda política que deu resultados.

Nesse contexto, tudo leva a crer que o cinema educativo foi utilizado nas Missões Culturais a serviço do projeto político do Estado Novo – valorizar as coisas brasileiras, levar a civilização para o interior, despertar o nacionalismo, promover educação na zona rural, servir ao movimento de controle do Estado, etc.. À frente do INCE, estavam Humberto Mauro e Roquete Pinto, ambos representando uma visão progressista do controvertido governo Vargas. Este último, reagindo às intenções de Getúlio de incorporar o instituto de cinema ao DIP, argumentava dizendo que o O INCE vinha, em marcha progressista e ascendente, servindo honestamente à cultura do país.

Para melhor compreensão das contradições, e para facilitar a análise a respeito dos filmes exibidos durante o trabalho das Missões, deixo registrada a especificação de dois deles, encontrados em Catálogo da Embrafilme:

Walt Disney – USA – NP.

A Água, Amiga ou Inimiga

Didático – 1º grau – Interesse Geral.

1943/Cor/ 10'/ 16 mm.

Desenho animado no qual a água aparece como personagem, explicando como os resíduos humanos causam a sua poluição, acarreta doenças e como certas medidas preventivas muito simples evitam a contaminação das nascentes e dos poços. A purificação da água pela fervura.

O Flagelo Alado

Walt Disney – USA – NP

Didático - 1º grau – Interesse Geral

1943 / Cor / 10' / 16 mm

Desenho animado apresentando um estudo sucinto sobre a malária. Como é transmitida, males que acarreta, métodos diversos de combate ao mosquito transmissor da moléstia. Os Sete Anões são os personagens centrais da história.

Retornando à entrevista do professor **Amâncio da Silva**, podemos observar que ele confirma o que diz **Falcão** sobre a colaboração americana através da associação com a Walt Disney Productions e revela a permanência, no Brasil e em toda América Latina, de grandes equipes de cinegrafistas. Como exemplo, o professor da UFF cita o curta metragem "The Amazon Awakens (O Despertar da Amazônia) que retrata o Brasil para o olhar do estrangeiro, mostrando *vilarejos amazônicos como se fossem cidades médias americanas*, o exotismo, os animais, onde estavam as riquezas, os minérios etc.. *A Amazônia é internacional, o filme dizia isso. Internacional e deve servir ao mundo inteiro, para o novo mundo livre que vai se criar depois da ameaça dos alemães.* Naturalmente, com a mediação americana. Ao mesmo tempo, os brasileiros começaram a receber filmes com informações de tecnologia de ponta, demonstrando, entre outras coisas, o papel da resistência americana na Guerra e os ideais de sua democracia.

Percebe-se, no decorrer da pesquisa, as intenções contraditórias do idealizador das Missões Culturais, Amaral Peixoto, interventor do Estado à época. Preso ao populismo daqueles tempos e na esteira do autoritarismo, agia manipulando as massas, e executava projetos progressistas. De um lado ampliava as reformas nas cidades, especialmente na capital, Niterói, levando para o campo, através de suas incursões, das quais as Missões Culturais eram agentes, uma política de saúde e educação, ainda que assistencialista, mas que repercutia a necessidade de industrialização, urbanização e saneamento.

Para confirmar essa assertiva, a pesquisa se reporta a dois documentos: o primeiro, produzido pela LBA para distribuição gratuita em 1945; o segundo, uma monografia de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social de Niterói, em 1948, por uma "legionária". Essas fontes informam que a LBA foi criada pela "primeira dama" brasileira, Darcy Vargas, no dia 29 de agosto de 1942, uma semana após a entrada do Brasil na Guerra *quando os canhões troavam seus tiros de morte, quando as famílias brasileiras começavam a sentir o pavor de uma guerra sem tréguas, quando as*

*difficultades de ordem moral, econômica e social assolaram a nossa Pátria*²²⁹. Rapidamente, espalhou centros representativos em municípios de várias regiões do Brasil, para atender, inicialmente, aos familiares dos soldados. Mais tarde, estendeu seu trabalho para outras áreas do serviço social, da saúde e da educação. Tinha por objetivo, estabelecido em seu estatuto inicial,

*Congregar os brasileiros de boa vontade e promover por todas as formas serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com os poderes públicos e com as instituições privadas, tendo em vista principalmente proteger a maternidade e a infância, amparar os velhos e os desvalidos, prestar assistência médica em todas as modalidades às pessoas necessitadas*²³⁰.

Para alcançar seus propósitos, a instituição promoveu entendimentos com a Confederação Nacional da Indústria, com a Federação das Associações Comerciais do Brasil, com o pessoal da imprensa e do rádio e com as mulheres de todo o país, convocadas como voluntárias²³¹. Estas, provenientes das diferentes camadas sociais, se organizavam em Comissões Estaduais, Regionais e Municipais, formando uma rede que chegou a contar, já em 1945, com noventa e seis "postos comuns" e quatro regionais, onde trabalhavam centenas de pessoas de diferentes profissões, incluindo donas de casa e muitas professoras. Uma delas, Inayá **Moraís**, professora do quadro do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, atuante na divisão de Pesquisas Educacionais e auxiliar da 3ª Região Escolar, acumulava às funções do magistério a de voluntária da Legião. Em sua monografia, anteriormente mencionada, registra a integração que havia entre o setor escolar e o social - político. Após fazer o recenseamento do morro do Estado e pesquisar as causas da baixa frequência dos alunos do "Grupo Escolar Fernando de Magalhães", no bairro de Jurujuba, em Niterói, tarefa solicitada pelo chefe da Região Escolar, constatou ter executado um trabalho valioso no fortalecimento de intercâmbio entre elementos do magistério e do serviço social. Mais adiante, conclui que a atividade possibilitou a aplicação de recursos técnicos e científicos que conhecia como professora, valendo-se destes para atender a casos de desajustamento entre os escolares dos municípios visitados.

²²⁹ MORAIS, Inayá. *Evolução da assistência ao serviço social* – na Legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Imprensa Estadual, 1948, p. 7.

²³⁰ Ibid., p. 6.

Essas informações podem explicar as razões da presença da professora Elza Neves na Segunda Missão Cultural, já que era professora por profissão e legionária por opção voluntária.

Com a intenção de mostrar o perfil das pessoas que se apresentavam como voluntárias, incluindo as professoras, transcrevo um trecho da tese de Inayá **Moraís**. A autora usa sempre o feminino e todo seu discurso demonstra um entusiasmo e um idealismo comuns à época, reforçado nas entrevistas de Aída **Vieira** e de **Zenil** (esta, leiga, foi preparada por Aída para exercer o magistério) e desconhecidos nos dias de hoje, ano 2000.

*Eram de um patriotismo que afluía, em resposta aos apelos do governo, na pessoa da Sra. Darci Vargas, convocando as brasileiras para uma atividade imensamente penosa, mas ardentemente cívica. Quantas damas ilustres, quantas mães de família, quantas professoras em exercício (o grifo é nosso), sentiram o dever dessa colaboração!*²³².

A Comissão do Estado do Rio de Janeiro mantinha diferentes setores funcionando em Centros Recreativos, Escolas e Fábricas. Entretanto, nenhum dos dois documentos que fundamentam as presentes informações destaca um Setor de Educação na estrutura organizacional da LBA. Apontam o Setor Jurídico, o Setor de Saúde, o Setor de Agricultura e o Setor de Convocados e reconheciam que o momento exigia providências e soluções imediatas para problemas sérios da educação como: o da adolescência abandonada, o da falta de vagas para escolares e o de adultos analfabetos. Na tentativa de minorar os problemas sociais decorrentes, ofereciam, em suas sedes, cursos de educação sanitária, profissional e social. **Moraís**, a professora/legionária, esclarece:

*Ali, iam as mães, irmãs, esposas e filhas de nossos assistidos ciosas de aprenderem costura e a dar injeções, aprenderem princípios básicos de higiene e saúde, além de trabalhos artísticos feitos em bronze, rafia, madeira, vidro, bambu etc., tudo com êxito inesperado. As nossas atividades obedeciam ao horário do grupo escolar local, de sorte que o posto funcionava todo dia, atendendo as crianças da turma da manhã à tarde e as turmas da tarde pela manhã, oferecendo ainda uma merenda variada e sadia*²³³.

²³¹ MATOS, 1945, op.cit., p 1-15.

²³² MORAIS, loc. cit.

²³³ Ibid., p. 11.

Essas informações demonstram que as atividades assistenciais e educacionais desenrolavam-se simultaneamente, em conjunto, dividindo responsabilidades e compartilhando tarefas. Outro exemplo desse trabalho solidário e integrado é o da professora Anete Falcão que esteve à frente do setor de visitadoras sociais. A professora era esposa de Rubens Falcão, Chefe do Departamento de Educação, e, como tal, responsável pela execução das três Missões Culturais. Segundo afirma **Morais**, ambos eram integrantes do magistério fluminense e desdobravam-se em suas atividades fazendo trabalhos além de sua atribuição²³⁴.

Outra evidência da vinculação do magistério com o trabalho das legionárias provém da informação de **Matos**, em seu documento sobre a LBA, quando faz referência às merendas distribuídas aos escolares pobres, pelo país inteiro, nas horas de intervalo e repouso. E explica *...em alguns estabelecimentos públicos do Rio de Janeiro e das cidades do interior, recebem frutas, pão, biscoito ou tomam leite, mate ou refresco distribuídos por instituições particulares que recebem o auxílio financeiro dado pela Legião Brasileira de Assistência*²³⁵. Ao papel de redentora a escola acrescenta mais um, o de compensação nutricional, que vem exercendo, desde então, até hoje, com maior amplitude e crescimento, chegando, como no caso dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs, à alimentação integral.

Pode-se deduzir que havia, na época, uma relação de participação entre instituições públicas e privadas, que pode explicar algumas sugestões e conclusões encontradas no Relatório da Primeira Missão, apresentado ao então interventor Amaral Peixoto pelo professor Paulo de Almeida Campos, como por exemplo o pedido de subvenção para uma escola particular. **Campos**, colaborador de Anízio Teixeira no Inep, tinha idéias avançadas e progressistas demonstradas em toda sua carreira iniciada como professor primário na roça e que terminou como professor titular da Faculdade de Educação, na UFF.

²³⁴ Ibid, p.10.

²³⁵ MATOS, Lobivar. op. cit. passim.

Reforçando esse parecer, encontramos em **Matos**²³⁶ a informação de que *950 filhos de convocados, de ambos o sexos, foram matriculados em escolas particulares pelo setor educacional do Departamento de Assistência à Família*. E, mais adiante, acrescenta que

os próprios combatentes, quando desejam aprender e solicitam assistência para esse fim, a instituição não deixa de atendê-los. Assim, a LBA já matriculou muitos convocados em escolas de datilografia e cursos de línguas, proporcionando aos seus assistidos meios de melhorarem o nível mental, intelectual e moral....,

em uma evidente demonstração da eficácia dos trabalhos, onde se destacam os resultados advindos da integração do poder público com o poder privado, desde a criação da LBA, quando, de acordo com afirmação anterior, a ela uniram-se as Associações Comerciais e Confederação Nacional da Indústria, e *homens da imprensa e do rádio*.

Era, sem dúvida, uma época de movimentos cívicos, de mobilização e de sedução do povo pelo governo, através de campanhas amplas e abrangentes, envolvendo os sentimentos mais profundos do povo, evocando a ética e a moral, a religião e a fé. Entre as campanhas realizadas, pode-se registrar a do "Ouro para o Bem do Brasil", a da "Borracha Usada", a da "Horta da Vitória", a dos "Aviários da Vitória", a dos "Livros para os Combatentes"²³⁷, a da "Madrinha dos Combatentes", e a da "Redenção da Criança". Quase todas utilizavam a estrutura de ensino para divulgação e as escolas como ponto de recolhimento das doações. Algumas, como as campanhas da horta e do aviário, forneciam material e equipamento para a plantação e organização de pequenos núcleos de produção agrícola, em trabalho conjunto de alunos, orientados por professores e técnicos de agricultura²³⁸.

A Campanha da Redenção da Criança foi lançada pelos Diários Associados e, sob a orientação do Departamento Nacional da Criança, pretendia consolidar

²³⁶ Ibid. passim.

²³⁷ LOURENÇO FILHO. O livro para o soldado combatente: formação – *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 67, p. 18-34, fev. 1944.

²³⁸ MATOS, Lobivar, op. cit. passim.

a vida infantil com qualidade, através da educação para todos. É **Matos**²³⁹ quem diz, textualmente:

A Campanha da Redenção da Criança" tem por principal objetivo instalar postos de puericultura em todas as cidades do Brasil e criar, assim, na consciência nacional, deveres reais para nossa infância, preparando, por isso mesmo, gerações sadias de espírito e de corpo e cooperando de modo direto com os poderes públicos para a mais rápida e mais completa solução desse angustioso problema social brasileiro.

Em 1944, a LBA criou 3 561 "Hortas da Vitória" em 280 escolas públicas e 310 particulares; distribuiu 65 896 mudas de hortaliças diversas, 112 674 pacotes de sementes variadas, além de enxadas, ancinhos, regadores, pás, colheres de transplante e demais apetrechos que se utilizam em canteiros, incluindo folhetos de instrução e propaganda. Ainda nesse mesmo ano, 7 000 pintos de raça foram entregues, gratuitamente, em instituições particulares e escolas para o desenvolvimento dos aviários²⁴⁰.

Todas essas informações contribuem para a interpretação dos fatos relacionados às Missões Culturais dentro da caracterização da época. Permitem verificar a integração existente entre diferentes organizações estaduais e nacionais. Demonstram haver trocas e doações entre empresas estaduais e particulares tanto no âmbito educacional como no assistencial. Práticas que explicam algumas recomendações feitas pelos componentes das Missões Culturais, algumas atitudes, observações, enfim a execução e os resultados.

Do que ficou narrado, pode-se deduzir que Amaral Peixoto, com lucidez histórica, soube aproveitar, como poucos, as vantagens da tensão entre a cidade portuária e o campo produtor. Naqueles tempos de autoritarismo e submissão, quando os sentimentos de respeito à Pátria, e de nacionalismo eram fartamente difundidos por Getúlio, voltou sua atenção para o interior mostrando ao povo um novo caminho, o da democracia. A entrada do Brasil na Guerra a favor dos Estados Unidos favoreceu as eleições democráticas, e, em outubro de 1945, através do voto popular, Amaral Peixoto obteve a vitória. Estava consagrado o amaralismo que cresceu, especialmente no interior, e cuja força vem sendo

²³⁹ Ibid., passim.

²⁴⁰ Ibid., passim.

sentida até nossos dias, nem sempre acompanhada de grandes feitos ou de representantes com idéias semelhantes.

O interventor, pessoa de boa instrução, tinha conhecimento da História do país e do Estado que dirigia. Sabia que, desde o Brasil Colônia toda a produção açucareira e cafeeira produzida na Velha Província do Rio de Janeiro era exportada através do porto da cidade do Rio de Janeiro, concentrando ali as riquezas. Captado pela rede bancária da cidade, o capital arrecadado possibilitava a industrialização e expansão pela Baixada Fluminense, onde os terrenos ainda não se haviam valorizado. A participação federal nessa industrialização, contribuiu para um crescimento mais rápido, evidenciando a urgência da prestação de serviços urbanos, como: eletricidade, água, esgoto, transporte. A concentração do desenvolvimento industrial, comercial e bancário, no então, Distrito Federal e no Grande Rio, provocou um desequilíbrio em todo o território fluminense, demonstrando uma contradição patente que se percebia entre a cidade e a província. No interior se produzia e pela cidade se escoava a mercadoria, evidenciando uma dicotomia própria do capitalismo - onde se produzia ficava o pobre, o atrasado, o arcaico, e, onde se vendia e se comercializava estava o avançado, o civilizado, o progressista, as luzes da cultura e do saber.

Próximo do poder, geograficamente e por laços de parentesco, Amaral Peixoto acumulava informações privilegiadas que, unidas às suas pretensões políticas, se constituíram como pano de fundo na organização do trabalho de interiorização da civilização, que teve início com as Missões Culturais e desdobramento sob diferentes denominações e diversificação de objetivos, possibilitando leituras antagônicas (Foto n.14, p. 195).

A respeito daqueles tempos em que Getúlio Vargas comandava com mão de ferro os destinos da Nação, **Paschoal Leme**, signatário do Manifesto dos Pioneiros, perseguido pelo regime e educador por convicção, em entrevista concedida a esta pesquisa, referindo-se ao chefe de governo assim se manifestou,

...falam dele muito mal...eu fui preso dois anos, mas não tem nada, ele foi a grande figura daquela época que transformou o Brasil, de um país agrário para um país industrial. Não se pode negar o valor de Getúlio... é preciso também

conhecer o espírito da época. Ele teve também que enfrentar o tenentismo, o integralismo e aqueles generais hiperconservadores. Tudo ele foi vencendo. Ele tinha um plano nacional que era transformar o país de um país independente e agrário, vendedor de produtos agrícolas para comprar tudo o mais. Eu me lembro aqui nesta casa, desculpe o que vou dizer, o banheiro era todo de louça inglesa. O Brasil não produzia nada. Vendia o café e comprava tudo.

Sob outro ponto de vista, mas com igual distanciamento de tempo que permite a leitura dos efeitos dos acontecimentos e a revelação de enfoques diversos e profundos, **Barbosa Lima Sobrinho**, também entrevistado, admite sua mudança de opinião ao falar, com insistência, sobre seu ponto de vista expresso nas palavras **o capital se faz em casa** [subtítulo de seu livro - JAPÃO: o capital se faz em casa]. *Porque se o capital se faz no estrangeiro, ou através de empréstimos, o país fica endividado. De modo que, a maneira do país conservar sua independência é ele próprio formar seu capital.*

Após citar, como exemplo dessa teoria, o Japão, afirma que

O ponto de partida dele foi a alfabetização. Ensinar a ler a todos os japoneses... Foi o ponto de partida... para que todos pudessem entender o rumo que o Estado estava tomando. ... Querendo uma economia organizada, o Japão começou exatamente a partir daí: ensinar a ler,... e depois traçar os planos que iriam orientar o povo japonês no rumo do desenvolvimento.

E, mais adiante, reconhece que nós, brasileiros, não estaríamos no rumo que estamos se os seguidos governos tivessem dado atenção suficiente para resolver esses problemas, pois, diz ele,

Aí que está: um povo, afinal de contas, informado, bem informado, pode, através da leitura de tudo isso, obrigar o governo a atuar corretamente. Agora, um povo ignorante fica atrás de discussões de governos nem mesmo sabe se defender nem pressionar o governo.

A insistência em continuar citando Barbosa Lima deve-se à atualidade de suas interpretações, por exemplo quando justifica a permanência de Vargas no poder durante tanto tempo.

Se houve uma continuidade no período de Getúlio, temos que compreender que foi uma fase anormal, de domínio duro, que obrigou os Estados Unidos, que sempre fazem questão de não eleger senão uma vez, a elegerem quatro vezes o mesmo presidente para reagir contra Hitler. Foi o que explicou também a permanência de Getúlio no Governo. Porque os Estados Unidos achavam que o Getúlio lhes daria apoio, e fizeram com que Getúlio obedecesse ao programa deles. E Getúlio obedeceu e deu, exatamente, apoio completo. E graças a isso

eles mantiveram Getúlio também aqui, no período em que Hitler estava querendo dominar o mundo.

Ninguém melhor que Barbosa Lima para descrever o espírito do Brasil em qualquer período deste século. Defende a tese e, com o passar do tempo, fica mais convencido de sua veracidade, a de que o futuro estaria assegurado se nas escolas se ensinasse a amar o Brasil. ... Com essa aprendizagem seria possível defender seus interesses e suas causas com patriotismo... *Essa é a idéia que eu tenho de nacionalismo, que muita gente acha que é uma tese estranha.. quando, na verdade, eu não conheço nenhum país do mundo que não seja nacionalista.* Pode-se perceber, em parte, o espírito que norteava as Missões Culturais, através desses depoimentos dados 55 anos depois, por um jornalista que inicia seu último artigo, publicado no dia em que morreu, dizendo: *A igualdade é pressuposto básico da democracia, sem ela, não tem condições de sobreviver. Parece primário, mas a tese é ampla e, com oportunidade, pode ser colocada na atualidade do Brasil*²⁴¹.

Concluindo este capítulo, pretendo demonstrar que as Missões Culturais constituíram-se como expressão do espírito de uma época distante no tempo, e que, infelizmente, seus pressupostos permanecessem, ainda hoje, graças, em grande parte, ao descuido dos governantes.

²⁴¹ BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. A exclusão da classe média. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul 2000. Opinião, p. 11.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, depois de uma retrospectiva histórica a partir das fontes; depois de uma investigação da originalidade econômica e política do Estado do Rio de Janeiro de modo a oferecer elementos para elucidar o conflito cidade/campo e acompanhar as mudanças de uma sociedade agrária para industrial; depois de percorrer uma trajetória de resgate político da nação, passando pela observação do momento crucial da conjuntura internacional e do nosso país; buscamos registrar, descrever, investigar e levantar as fontes relacionadas às Missões Culturais do Rio de Janeiro.

Percebemos, de início, a dificuldade em encontrar fontes primárias, esparsas e assistemáticas, praticamente perdidas. Os esforços feitos como pesquisadora, levaram ao limite, sem que fosse possível encontrar uma portaria, uma resolução, ou deliberação ou qualquer outro documento legal. No entanto, há uma inspiração genérica, feita através de publicações posteriores ou concomitantes à conjuntura da época, que remetem a uma inspiração histórica e politicamente fragmentária que varia das *Jornadas de Educación* mexicanas às atuações religiosas que historicamente a igreja fazia no sentido de resgatar e promover a fé nos limites mínimos da obrigação. Essa inspiração acontece ancorada em uma conjuntura que emerge de dois cenários contrastantes – o do liberalismo e defesa da democracia, e o do nazismo e fascismo, que garantiam a massificação de seus pressupostos.

Sob o ponto de vista acadêmico, a dificuldade que encontrei foi a diversidade metodológica de interpretação, diante da série de informações oficiais de pessoas que participaram do trabalho, de documentos encontrados, de filmes utilizados no Projeto e de farto material reunido de forma assistemática, incluindo as de cunho familiar e pessoal. As dificuldades não impediram o esforço da busca. Diários foram recuperados; fotografias, símbolos, entrevistas da época, relatórios oficiais foram recolhidos e, hoje, um

conjunto considerável de informações encontra-se reunido. Esse material não foi tratado sistematicamente na presente tese, devido à opção por um caráter mais reflexivo sobre o assunto.

Ao final da trajetória, o que permanece como preliminares conclusões são: em primeiro lugar, a consciência da gigantesca conjuntura da época e das diferenças do Brasil. A década de quarenta, durante uma experiência política dura como foi a do Estado Novo, foi também o período em que a Nação tomou consciência da diversidade de dois mundos opostos na mesma realidade social. O conhecimento desse problema pela sociedade civil não significou uma solução definitiva, pois a mesma situação persiste até hoje, mantendo a população com diferenças estruturais profundas. Aparentemente as Missões Culturais contribuíram para essa consciência e foram resultado dela, na medida em que mostraram que em um Estado pequeno, como o Rio de Janeiro, permaneciam práticas antigas, como por exemplo, o escambo, marcas da colonização portuguesa, ao redor e muito próximo do que fora a sede do Império, do que fora a capital da República e até então capital do País. Se considerarmos que a *consciência* é decorrente da atenção, que gera energia e ação, e da intenção, que é também informação, seguramente podemos inferir que as atividades dos “missionários” dos anos 40 foram inovadoras porque uma de suas características marcantes era a busca de mudanças ou de transformações resultantes da consciência dos problemas sociais dos habitantes da região praiana e rural, em consequência de fatos e movimentos que ocorriam no Brasil – que passava de agrário/rural para industrial/urbano –, e no mundo – que vivia as agruras provocadas pela 2ª Guerra Mundial.

A segunda grande conclusão que se observa é a da extrema miséria, pobreza e doença do povo brasileiro. Em todos os registros feitos, seja pelo discurso assistencialista religioso dos agentes, seja pelo discurso mais ou menos racionalista e às vezes até frio dos planejadores, havia sempre a indicação de um povo mantido marginalizado da cultura, dos hábitos básicos de higiene e saúde, e daquilo que Gramsci aponta como papel da educação, *tornar o homem contemporâneo de seu tempo*. Muitas daquelas pessoas, e muito mais do que se podia esperar, não estavam na

contemporaneidade de seu tempo, e sim muito aquém dela. A ignorância foi combatida de modo adequado através dos assuntos tratados durante os trabalhos, como no filme “O flagelo alado” com um tema, aparentemente elementar, mas de grande utilidade para um povo que não acreditava ser a febre, abundante no local, consequência de uma simples picada de mosquito. Sem assistência médica, sem informação, no mais completo abandono, recorriam a uma curandeira para aliviar seus males.

A terceira conclusão que se estabelece é a constatação do caráter contraditório, ideológico e político, inspirador das Missões Culturais. Há uma variação entre o populismo eleitoreiro, o assistencialismo religioso, o proselitismo político remanescente do integralismo, e, no mesmo espaço-tempo, há a profunda dedicação afetiva, pessoal e crédula de muitos dos agentes missionários, naquilo que estavam fazendo. De um lado, o populismo dos planejadores, e de outro, as atividades dos atores marcadas pela emoção, pelo afeto, pelo sentimento de partilha e cooperação, em autêntica demonstração de *entusiasmo e otimismo pela educação*. Crédulos, sonhavam. Tinham certeza de que o trabalho por eles ali desenvolvido contribuiria para o bem nacional e desenvolvimento do país. Existia uma contradição ideológica inspiradora entre aquilo que as pessoas sonhavam, aquilo que estava planejado e a conjuntura do país. Os participantes, de um modo geral, agiam de forma artesanal mas tinham uma postura crítica observadora, com base na intuição e na experiência pessoal. A neutralidade e a omissão não faziam parte de suas práticas, já que demonstraram, em várias ocasiões, que o compromisso social era o fio condutor de suas vidas. O trabalho, realizado em uma atmosfera de doação, de renúncia e de ligação entre o cotidiano e a utopia era mediado pelo pensamento cristão e patriótico. Quem sabe não seria entre os desafios do cotidiano e os sonhos que se podem construir as práticas educativas mais eficazes...

A realização das Missões Culturais não foi uma obra que possa ser tachada de populista, integralista, proselitista, assistencialista, corrupta ou eleitoreira. Ela é, na verdade, um pouco de tudo e, como tal, não foi diferente das demais experiências da Educação brasileira, desde os jesuítas, que vieram cheios de sonhos e, de certa maneira, desconhecendo que por trás da opção pessoal existia um planejamento mercantil

salvacionista do império português. A contradição é da Educação brasileira e não das Missões Culturais. Assim como José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e Aspicuelta Navarro, missionários da Companhia de Jesus, os participantes das Missões Culturais marcharam com determinação e coragem em busca da recuperação dos camponeses, marginalizados no interior, desconhecendo as tramas engenhosas da política estadual, entrelaçada a decisões do poder nacional e internacional

Outra conclusão que vale registrar, é uma preocupação quase pioneira com relação àquele momento. A Educação, que até então fora uma atividade essencialmente monopolista da Igreja católica, é assumida, no Estado Novo, como uma questão pública e, queiramos ou não, com os vieses ideológicos da época, o Estado tenta se responsabilizar pela Educação. Não assume, plenamente, com os pressupostos e amplitude que desejamos e sonhamos, mas o faz, como já apontado anteriormente, mesclando a questão educacional a outros interesses. No entanto, foi uma época ímpar de *entusiasmo e otimismo pela educação* que se estendeu aos tempos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial. O projeto das Missões Culturais não está isolados. Ele foi um jeito de lidar com a Educação, uma ponta de inspiração, para projetos das décadas posteriores, como “De pé no chão também se aprende a ler”; “Educação Popular no Nordeste”; “Centro Popular de Cultura”, da (União Nacional de Estudantes) UNE, nos anos 50; “Movimento Eclesial de Base”, da Igreja católica; “Projeto Rondon”; “Projeto Educar”; “Comunidade Solidária”.

Uma interpretação que se pode Ter, comparando os fatos com os depoimentos, é a de que alguns atores do cenário das Missões encontravam força no idealismo, na dedicação, na crença de que havia esperança de crescimento e de participação do professor e da escola no desenvolvimento da sociedade. Expressavam o pensamento da época. No entanto, decorrido o tempo necessário para uma leitura distanciada e neutra, Barbosa Lima Sobrinho e Pacholal Leme refazem seus pontos de vista. O primeiro, cheio de brasilidade, mantém, diante dos *assustados professores* a quem se dirigia, suas idéias de que cabe à escola ensinar a amar o Brasil. *é esse o meu ideal*, diz ele. O outro, atento à angústia que percebe na pesquisadora que faz a entrevista, afirma categoricamente que não

se pode exigir da escola o que ela não pode dar. Sendo ela uma instituição social, não pode ter condições de ser superior à própria sociedade que a cria.

Parece que estamos diante de dois momentos do Brasil. Uma época de esperanças que, embora limitada, era vista como combustível para mudanças e uma época de desesperança crônica, que prejudica e impede o exercício pleno da democracia.

As Missões Culturais se constituíram em institutos educativos com espírito objetivo, ensinando quase sem livros, falando a língua do homem rude mais pela imagem e pelo exemplo que por preleções, em uma iniciativa educacional de veiculação da cultura popular. Se tinham limites e contradições apontados pela conjuntura, tinham também o problema da educação brasileira não ter alcançado os patamares de consenso social básico de todos terem uma educação pública, gratuita, obrigatória, leiga universal. Assim, se as Missões Culturais não lograram os efeitos que pretendiam, o problema que as originou ainda continua presente, como um dos mais sérios do país: o analfabetismo, a ausência de educação de qualidade, salários aviltantes pagos aos professores, falta de escola.

Como pesquisadora, como pessoa, como fluminense, como cidadã, aprendi como é difícil compreender a História, trabalhar com interlocutores da Academia, recuperar fenômenos historicamente complexos onde muitas pessoas estão envolvidas e, quando, às vezes, alguns acontecimentos da minha própria vida se misturam com fatos da História objetiva. Aprendi a ver a História na perspectiva do tempo. Aprendi que o que foi importante pode vir a ser desprezado e até mesmo ignorado. Aprendi, ainda, que o acontecido esconde seus efeitos, que só se revelam quando se fazem realidade.

Ao terminar esta pesquisa, executada com a possível profundidade, fica registrada a impressão de que as informações são incompletas, constituindo-se em um emaranhado de difícil observação, descrição e análise, que o bom senso e o discernimento de outros pesquisadores poderão, um dia, melhor interpretar. Por considerar que essa é uma contribuição para a História da Educação no Brasil, deixo aqui um convite para que o trabalho das Missões Culturais seja retomado em estudos posteriores e sob óticas distintas, de modo que haja continuidade na busca de um futuro promissor para todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História oral - a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. FGV, 1989.
- ALENCAR, Chico, CARPI, Lúcia, RIBEIRO, Marcus V. *História da sociedade brasileira*. 14 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AMÂNCIO, Tunico. *Brasil dos gringos*. Niterói: Intertexto, 2000.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO AMARAL, A. J. de. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1934.
- AZEVEDO, Fernando. *Cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2000.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. A exclusão da classe média. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul 2000. Opinião.
- BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BONILLA Y SEGURA, Guillermo. As missões culturais no México. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro- DF, v.14, p.51-64, jan./abr., 1950.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Educação no Brasil: textos selecionados*. Brasília, DF, 1976.
- _____. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *Missões rurais de educação: a experiência de Itaperuna*. Rio de Janeiro, DF: Série Estudos Brasileiros, n.3, 1952.
- _____. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, DF, n.2, 1955.
- BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. v. II, Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CÂMARA Marcelo de. O manifesto revisto e atualizado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 65(150): 407-25, maio/ago. 1984.

- CÂMARA TORRES, J. A. *Educação Moral e Cívica*. 1939. 60 f. Monografia apresentada à comissão examinadora do concurso de Inspectores Regionais de Ensino. Niterói, 1939. Datilografada.
- CÂMARA TORRES, J. A. *A inspeção escolar na escola primária*. 1944. 48 f. Monografia apresentada à comissão examinadora do concurso para Técnico de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1944. Datilografada.
- CAMPOS, Paulo de Almeida. *Temas e teimas em educação*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1990.
- _____. *Ainda educação*. Rio de Janeiro: Eduff, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____, BRIGNOLI, H.P. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990
- CARVALHO, Hernani de. *Missões culturais*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas da Escola Técnica de Campos, 1948.
- CARVALHO, J. M. de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.
- CARVALHO, L. Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.
- CASO, Antonio. *El problema de México y la ideología nacional*.
- CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. *Política Cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil*. 1987. 296 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- _____. *Nasce a nação: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira*. 1993. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento no Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. *A universidade temporã*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURY, R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 3.ed. São Paulo: Cortez –Autores Associados, 1986.
- Decreto n. 2105, de 2 de março de 1925, publicado no Diário Oficial de 7 de março de 1925.

- DESCAMPS, Christian.(org.). *Idéias contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989.
- DUARTE, José. *O problema educacional: problema principal e de base*. Niterói: Diário Oficial, 1945.
- DUBY, G., LARDREAU, G. *Diálogos sobre a nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2.ed. v. I e II. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FALCÃO, Rubens. *Atividades de educação*. Niterói: Diário Oficial, 1945.
- _____. *Novos caminhos da educação fluminense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- _____. *Missões culturais: uma iniciativa que talvez mereça ser lembrada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FIGUEIRÊDO, Haydée da Graça Ferreira. *Curso Normal Rural de Cantagalo: uma experiência fluminense na história da formação de professores*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC/Rio, 1991.
- FORRESTIER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FORTE, José Mattoso Maia. *Tradições de Niteroy*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia. 1919.
- FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil – da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguassú), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- _____. *Walter Benjamin: tudo é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense 1994.
- GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará,, 1994.
- GUIRARDELLI, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GURGEL, Heitor. *O governo Amaral Peixoto: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

- GUZIK, Alberto. (entrevista). *Paulo Autran: um homem no palco*. São Paulo: Editores Associados, 1998.
- HEES, Martha Pereira das Neves. *Frequência ao programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar – PAEPE: e rendimento na 1ª série do 1º grau*. 1980. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1980.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. *Censo demográfico – população e habitantes*. Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional. Parte XV. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. 1951.
- INEP. *Organização do ensino primário e normal: XIII*. Estado do Rio de Janeiro.. Boletim n. 16. p. 49-50, 1942
- JACCOUD, Raphael Luiz de Siqueira. *História, contos e lendas da velha Nova Friburgo*. Nova Friburgo: Múltipla Cultural, 1999.
- LA BARCA, Amanda H. *El mejoramiento de la vida campesina*: México: Estados Unidos: Chile. Santiago de Chile: Letras, 1936.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2.ed. Campinas: Unicamp. 1992.
- LIMA, Santa Cruz. *Ressurge a velha província*. Sem mais indicações. (Acervo particular de Maria Pereira das Neves).
- LINHARES, Célia Frazão Soares. *A escola e seus profissionais: tradições e contradições*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- _____. Qualificação de Professores: a produção histórica das novas tecnologias e as possibilidades emancipatórias da escola. *Contexto & Educação*. Ijuí, v.8, n.31, jul./set., 1993.
- LOURENÇO FILHO, *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1940.
- _____. O livro para o soldado combatente: formação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.67, p.18-34, fev.1944.
- _____. *Decinália: a educação e os estudos pedagógicos no Brasil*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Ministério da Educação, 1960.
- MATOS, Clarence José de, NUNES, César Aparecido. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MATOS, Lobivar. *LBA e os soldados do Brasil*. Departamento Nacional de Propaganda: Gráfica Guarany Ltda. 1945. Distribuição gratuita.
- MAUL, Carlos. *Patronos de escolas fluminenses*. Segunda série. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e Cultura do Estado: Divisão de Assistência Cultural, 1957.

- MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. Armanda Álvaro Alberto. *Dicionário de Educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasília: MEC/INEP, 1999.
- MORAIS, Inayá. *Evolução da assistência ao serviço social*: Legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Imprensa Estadual, 1948
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica Universitária. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar: 1974. 1976.
- NÓVOA, Antônio. (org) *Os professores e sua formação*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- _____. *As organizações escolares em análise*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- _____. (org). *Profissão professor*. 2.ed. Portugal: Porto, 1996.
- NUNES, César Aparecido. *Aprendendo filosofia*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- OLIVEIRA, Franklin. *Defesa da cultura nacional*: preservação da cultura nacional. 3 ed. São Paulo: Incremento Propaganda e Comunicação, 1985.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *A indústria fluminense: 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. São Paulo: Campinas, 1992.
- _____. *Interpretação*: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, J. As missões culturais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Distrito Federal, v.3, n.8, p.185-190, fev., 1945.
- PAIVA, José Maria de. *Educação jesuítica no Brasil colonial. 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PAIVA, Vanilda. *Missões rurais de educação*: a experiência de Itaperuna. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério de Agricultura, 1952.
- PEREIRA, Geraldo Santos. *Plano geral do cinema*: história, cultura, economia e legislação. Rio de Janeiro: Borsoi. 1973.
- PESSOA, Frota. *A educação e a rotina*: teses heterodoxas. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1924.
- PINTO, Heron Pereira. *Nos subterrâneos do Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1950.
- PIRES DE ALMEIDA, H.R. *L'instruction publique au Brésil*. Rio de Janeiro. 1889.
- Plano Nacional de Educação – Proposta da sociedade brasileira .II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, 9 de novembro de 1997.

- PRADO, Adonia Antunes. *Os conceitos de educação e de homem no Brasil no período do Estado Novo: 1937-1945*. 1995. 144 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- REVISTA História Oral. São Paulo nº 1, junho, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Círculo do livro: Vozes, 1978.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Carlos Alberto Nóbrega da Cunha. *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasília: MEC/INEP, 1999.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. *História da educação no Brasil*. 18.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Os antecedentes do cinema educativo no Brasil*. Trabalho Final apresentado às disciplinas de Teoria e Prática de Pesquisa e Técnicas de Pesquisa, aos professores Maria Consuelo Albergaria e Mário Camarinha. UFRJ, 1984.
- SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na modernidade*. 3.ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1994.
- SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação*. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- SCHAFF, Adams. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- SILVA, Antônio Carlos Amâncio da. *Em busca de um clichê: panorama e paisagem do Brasil no cinema estrangeiro*. 1998. 352 f. Tese (Doutorado em Cinema) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Memória histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico*, tomo 17, 1854.
- SILVA, Mariza Vieira. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- SOARES, Emmanuel de Macedo. *História política do Estado do Rio de Janeiro (1889/1975)*. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.
- TEICH, Daniel Hessel. A primeira brasileira. *Veja*, São Paulo, ed. 1.612, ano 32, n.34, p. 80-87, 25 ago. 1999.
- TEIXEIRA, Anízio. *Educação, saúde e assistência na Baía*. Imprensa Oficial, Baía, 1948

- TEVES, Nilda. (Org.) *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro: Gryfus: Faculdade de Educação da UFRJ, 1992.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VARGAS, Getúlio. Oração do paraninfo. *Revista Fluminense de Educação*. Niterói, n. 2, p.6-8, jan. 1994.
- VASCONCELOS, Clodomiro. *Centenário da independência do Brasil*. Álbum do Estado do Rio de Janeiro. 1922. Item Instrução. Acervo particular do arquiteto Hilton Fernandes Faria.
- _____. *História do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Caieiras: Rio de Janeiro: Melhoramentos. 1928.
- VELLOSO, Mônica. *Mario Lago: boemia e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a história da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro.v.5, n.15, p.369-374, set. 1945.
- XAVIER, Maria Elizabete, RIBEIRO, Maria Luíza, NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.
- XAVIER, Maria Elisabete. *Poder político e educação de elite*. São Paulo; Cortez: Autores Associados, 1990.
- XAVIER, Odiva Silva. A educação no contexto das mudanças. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 78, n. 188/189/190, p. 285-304, jan./dez., 1997.

FILMOGRAFIA DE APOIO

Uma cidade sem passado. Michael Verhoerver.

Filme relacionado com o pós-guerra. Passa-se numa pequena cidade alemã onde os moradores se diferenciam pelas atitudes frente à 2ª Grande Guerra. Uma jovem enfrenta, com decisão, a busca da verdade esquecida pela população.

Filhos da natureza. Islândia, 1991.

Direção: Fridrik Thor Fridriksson, com Gilsí Halldorsson, Sigridur Hagalin.
85 minutos. Distribuição Play Art. Tel. 235-4338 (021) e 575-6996 (011)

Filme de época, com forte enfoque na cultura local, que ressalta o matriarcado, e os limites e exigências para sobrevivência.

Silêncio. Irã/ França, 1998.

Filme de Mohsen Makhmalbat, com Tahmieh Normatora.

Trata-se de um menino cego, afinador de instrumentos musicais. Com excelente ouvido, segue os sons que lhe agradam. “Os olhos distraem”, diz.

O vaso. Irã

O filme trata de uma escola no meio do deserto e da adaptação de um jovem professor no interior de uma cultura que lhe é desconhecida.

Dança Comigo? Massayuki Suo

Chefe de setor de contabilidade viaja todos os dias no metrô e vê, em uma determinada estação, uma escola de dança de salão com uma pensativa mulher na janela. Toma coragem e se matricula. O filme mostra os preconceitos, contradições e hábitos da cultura japonesa.

FOTOS



Foto 1. Escambo, prática usada na região de Parati, 1950.
(Acervo de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama)

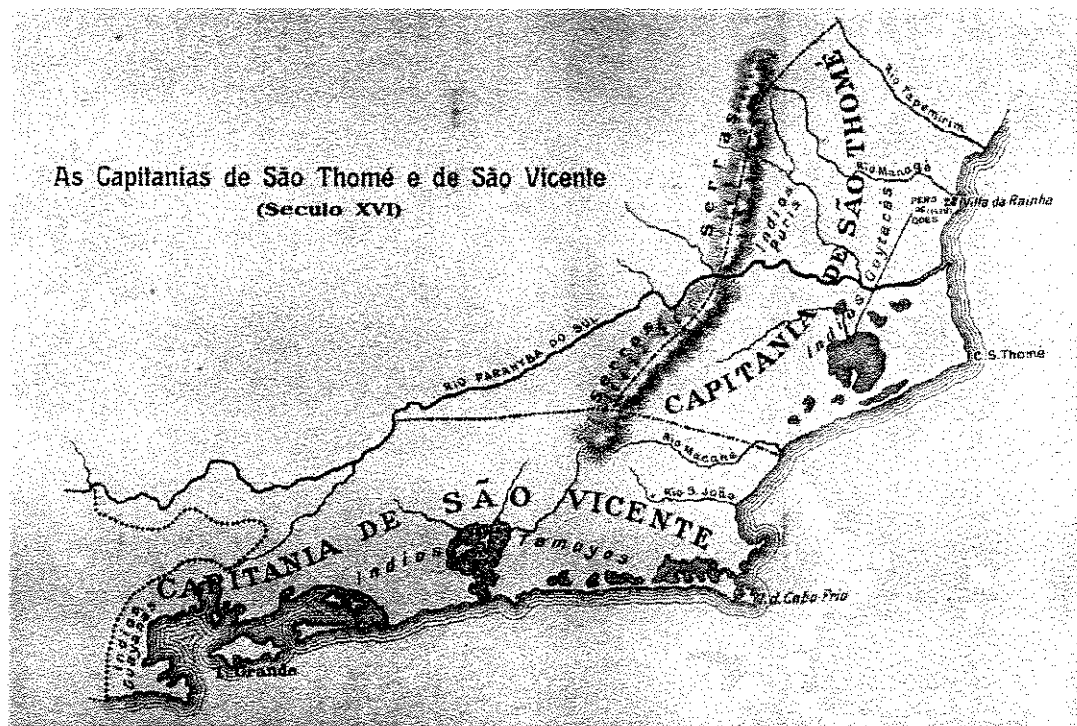


Foto 2. As Capitanias de São Thomé e São Vicente e a localização das tribos habitantes na região, no séc. XVI.
(VASCONCELOS, Clodomiro, 1928, p. 36)



*Foto 4. A Fundação Anchieta funciona até hoje, em horário integral. A creche transformada em instituição pré-escolar atende a crianças de 3 a 6 anos, em sua maioria filhos de domésticas.
(Do livro Ressurge a Velha Província, p. 113)*

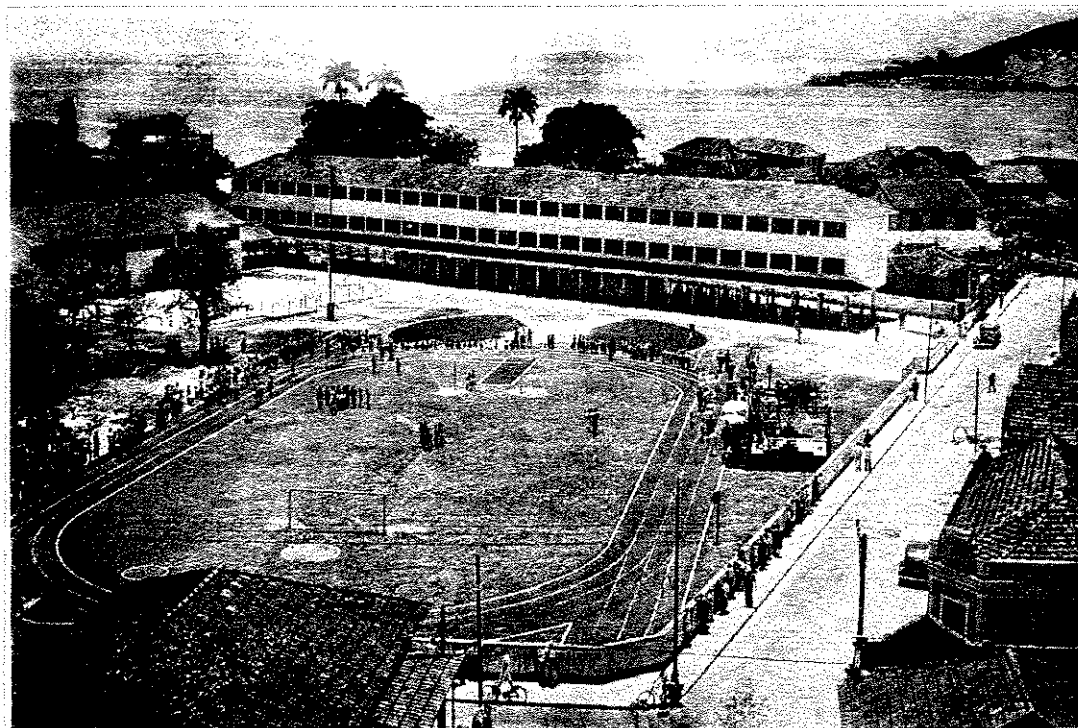
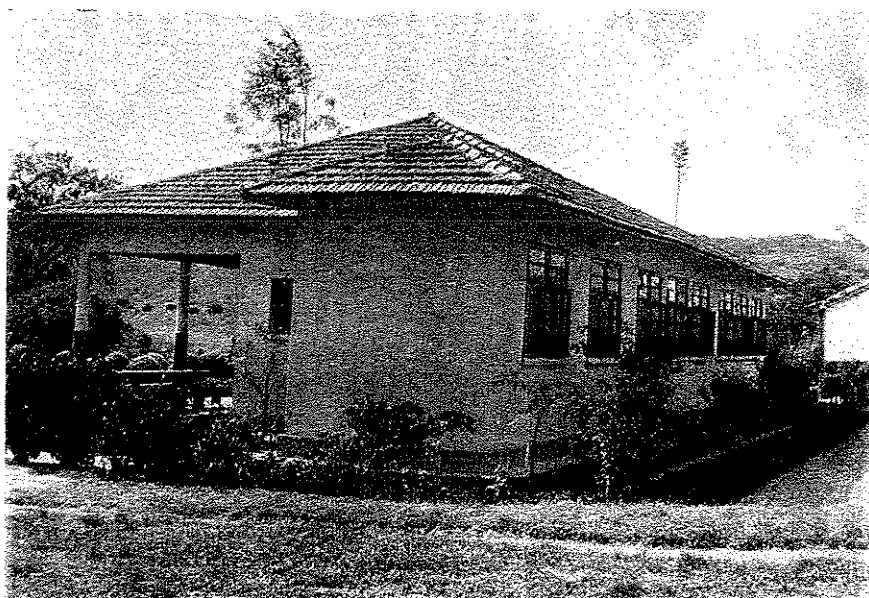
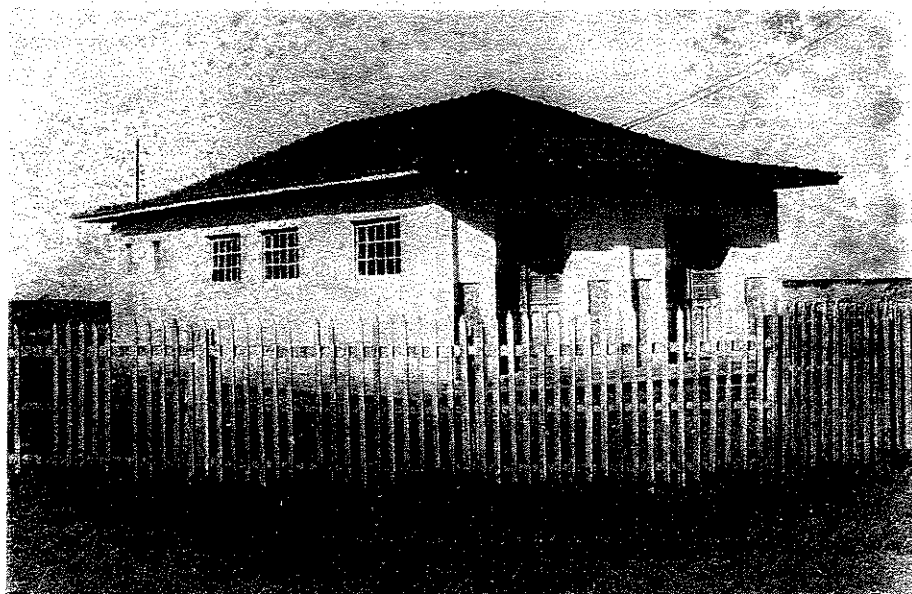


Foto 5. Grupo Escolar "Genília Vargas", com 17 classes, e sua praça de esportes. O prédio foi ampliado após ser transformado em Instituto de Educação, em 1954. FALCÃO, Rubens, 1960, p. 69.



*Foto 6. Tipo antigo e moderno de construção para escola isolada de zona rural.
Passaram a ter moradia para as professoras.
FALCÃO, Rubens, 1960. p. 24.*



*Foto 7. A "colônia de sol" da praia de Icarai.
FALCÃO, Rubens, 1960, p. 84.*



*Instalação dos "cursos de férias", com a presença do interventor federal.
Foto 8. FALCÃO, Rubens, 1960. p. 119.*



Foto 9. A precariedade do transporte.
Praia de Trindade, 1950
(Acervo de Violeta Campiofiarito)



*As Missões Culturais em plena atividade, numa ilha do município de Mangaratiba.
Quando o médico sanitarista, Dr. César Leal Ferreira, ministrava conselhos práticos de higiene.
Foto 10. FALCÃO, Rubens, 1960. p. 130-131.*



6 a 12 de julho de 1952
 A D. Maria Pereira das Neves, para
 não se esquecer de um grupo
 amigo, que mais uma vez lhe agradece
 os bons conselhos e sabios ensinamentos.
 1ª Semana Feminina realizada no Apres-
 tamento Agrícola de Educação.
 Início de professoras e professoras camponesas.

Foto 11. Aula prática da professora Maria Pereira das Neves durante a 1ª Semana Rural Feminina, Conceição de Macabu, 1952. (Acervo de Elza Neves)

Foto 12. Reunião na praia de Trindade, Parati, 1950.
(Acervo de Violeta Campiofiorito)





Foto 13. Tipo de moradia dos alunos. O burrinho era o meio de transporte usado para ir à escola.
(Acervo de Ceci Madeira)



Foto 14. Além de inaugurar obra do governo, Amaral Peixoto fazia visitas de inspeção aproximando-se do povo.
(Foto do livro Ressurge a Velha Província, p. 105)

ANEXOS

ANEXO A. As 3 Missões Culturais no mapa do Estado do Rio de Janeiro – 1943

ANEXO B. Entrevista de Paulo Campos concedida a um jornalista da época

ANEXO C. Ofício 1 e 2

ANEXO D. Relatório da 1ª Missão Cultural enviado ao Interventor Amaral Peixoto

ANEXO E. Diário e Relatório da 2ª Missão Cultural

ANEXO F. Folheto. Distribuído durante a 2ª Missão Cultural (fossa absorvente)

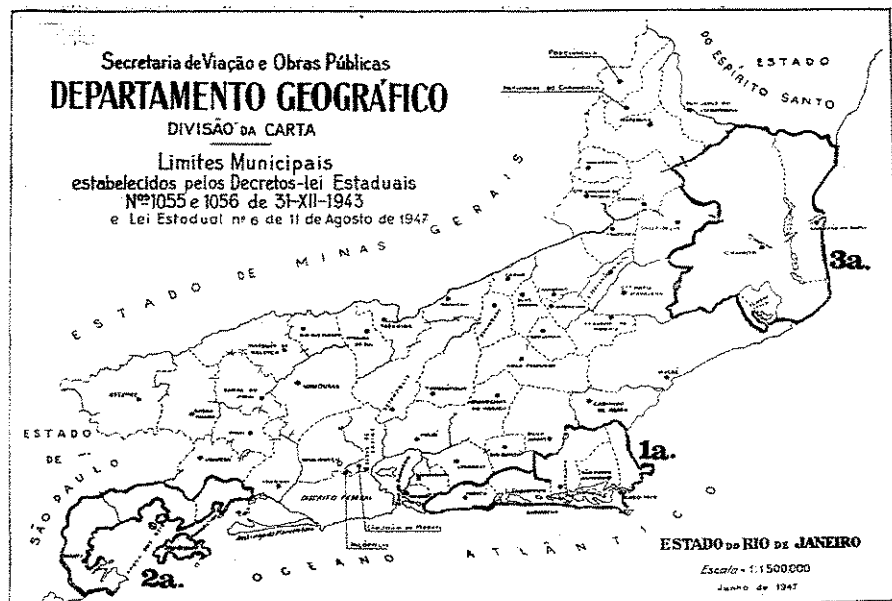
ANEXO G. Folheto distribuído durante a 2ª Missão Cultural (de copo de papel)

ANEXO H. Decreto 4 857, de 9 de novembro de 1939

ANEXO I. Decreto 13 556, de 30 de setembro de 1943

ANEXO J. Nomeação da professora Maria Odete Araújo Brás

ANEXO A



ANEXO B

DECLARAÇÃO

D E C L A R O, para os devidos fins, que reconheço a autenticidade das folhas datilografadas, a mim apresentadas por **Martha Pereira das Neves Hees**, e que elas correspondem à transcrição de entrevista dada por meu marido **PAULO DE ALMEIDA CAMPOS**, após trabalho realizado durante a interventoria de **Amaral Peixoto**.

Niterói, 08 de novembro de 1999.

Maria Veloso Campos

1. Como receberam e como interpretaram a 1ª. "Missão Cultural" as populações do interior?

- Conhecia o nosso objetivo maior - orientação espiritual da comunidade - é-me grato dizer-lhe que em todas as lugares fomos bem acolhido pela população rural que se mostrava agraçada ao governo do Conte. Arnani do Amaral que, por tal forma, se identifica com os anseios da massa trabalhadora, procurando conhecer-lhe as dificuldades e prestar-lhe a necessária assistência espiritual e material e é reconhecadora dos benefícios decorrentes desse magnífico instrumento de penetração cultural as "Missões". Como o Sr. sabe, nós tínhamos em mira orientar, esclarecer o nosso homem do interior e, por isso, fomos ao seu encontro, surpreendemo-lo em sua faina diária e lhe levámos nossa palavra simples mas convincente e animadora, explicando-lhe normas de saúde, de educação, de civismo e de economia doméstica visando, destarte, a formação de uma mentalidade esclarecida a respeito dos problemas gerais de vida individual e coletiva e bem assim das condições de trabalho. Pudemos, então, notar a diferença dos tipos psicológicos do homem da lavoura e do pescador das lagoas ou do mar. O primeiro é, em geral, mais acessível, docil, confiante, com maiores esperanças a respeito do que se lhe pode oferecer. O pescador é menos acessível a ~~convulsões~~, independente, altivo, confia menos. Por isso, os pescadores a princípio nos recebiam com certa desconfiança para mais tarde se identificarem com os nossos propósitos, reconhecerem e nos agradecer a orientação que lhes trazíamos, a par da contribuição material que deixávamos para seus filhos e escolas.

2. A 1ª. Missão Cultural trouxe dados informativos e sugestões no sentido de beneficiar as populações rurais?

- Perfeitamente. Nem, aliás, poderia ser de outra forma, atendendo às suas finalidades e também ~~que~~ ^{porque} foi esta a primeira experiência concreta, objetiva da Missão Cultural no Brasil. ~~Isso~~ ^{Tudo} é o material informativo a respeito das condições de vida e de trabalho do nosso homem rural da Região por nós percorrida - Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d'Alcântara e Cabo Frio. Em consequência

consequência de nossas observações e palestras feitas a par de exibição de filmes educativos, pudemos apresentar ao Relatório ao Sr. Interventor uma série de conclusões de ordem prática que se propõem a ser sugestões para imediatas providências junto de diversos setores da administração pública, tais como: subvenção a escolas particulares, nomeação de mais professoras, criação de sub-postos de higiene, distribuição de sementes aos agricultores, criação de bibliotecas populares, esclarecimento quanto às vantagens e preparo da adubação das lavouras, aumento da vacinação na zona interior, fornecimento de instrumentos agrários e fornecida aos clubes agrícolas, divulgação entre a população rural do texto dos arts. 49 e 55 do Regulamento dos Registos Públicos, fornecimento, por parte dos centros municipais de L.B.A., aos cartórios, de livro próprio e material destinado ao fornecimento gratuito de certidões de nascimento às famílias reconhecidamente pobres. Como pode perceber, são providências que visam benefícios espirituais-culturais e de ordem material.

5. Como devem ficar constituídas as futuras Missões.

A experiência por nós adquirida na 1ª Missão Cultural e para que os trabalhos das futuras "Missões" alcancem maiores e melhores resultados imediatos para elevação de nível da educação popular, especialmente do meio rural, é nítida que elas se integrem de: um educador, um sanitarista, um agrônomo, uma visitadora social, uma professora de ensino industrial e doméstico, um técnico em alimentação, um guarda-sanitário, além de um cinematografista e representantes da Imprensa e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Por outro lado, terá que ser previsto o equipamento material que se constituirá, pelo menos de filmes educativos, cartazes educativos de modo geral, impressos com a letra do Hino Nacional e da Bandeira, sementes, vacinas, séros diversas, bandeirinhas brasileiras de pano ou de papel, instrumentos agrários para os clubes agrícolas, material para os pelotões de saúde e também uma vitrola com discos de canções folclóricas e patrióticas. Atendendo-se que o cinema educativo constitui um dos

dos principais instrumentos de ação educativa das Missões, será de grande alcance que se leve um carro próprio com um gerador elétrico e tela para projetar filmes em lugares onde não houver energia elétrica.

4. Como educador, quais suas impressões a respeito desta e das futuras Missões?

Considero um magnífico trabalho de elevação do nível cultural do nosso povo, mormente o da zona rural onde é ele tão necessário, o que foi agora tão bem compreendido pelo idealismo construtor de Sua Excia. o Sr. Interventor Amaral Peixoto, que, por esta forma e através desta notável iniciativa, primeira e ímpar nas anais da história da educação Brasileira, dá o mais soberbo atestado de seu vivo interesse pela educação popular e pela expansão das obras de assistência social da comunidade rural fluminense. - Naturalmente, para que se colham de futuro os resultados desejados, é mister haja continuidade. Muitas Missões Culturais devem ser empreendidas não só pelo "Minterland" fluminense mas por todo o nordeste do Brasil, para que possamos ver integrados realmente na comunhão de espiritual brasileira, todos os nossos patriotas que mourejam nos campos de cultura ou nos rios interiores, nas lagoas ou no mar do mesmo modo que os das cidades confortáveis, possuindo uma esclarecida mentalidade a respeito da saúde, de educação e de civismo, e dentro da grande Pátria possam viver como homens e não como sombras ~~desprezadas~~, mas valorizados pelo seu trabalho construtor, compreendidos como nossos verdadeiros irmãos, sabendo por que vivem e sentindo a felicidade de viver.

ANEXO C



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Viterdi, 8 de maio de 1944

Excelentíssimo Senhor Interventor

Tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluído Relatório em que resumimos as conclusões finais extraídas do "Diário das Viagens Culturais" e decorrentes dos nossos trabalhos como integrantes da 1.ª "Missão Cultural" organizada pelo nosso idealizador construtor do seu governo e que, no período de 19 de abril último a 2 de maio corrente, percorreu os municípios de Maricá, Segurara, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio.

2. Por esta forma e através dessa notável iniciativa, primeira e ímpar nos annos da história da educação brasileira, dá Vossa Excelência o mais soberbo atestado de seu vivo interesse pela educação popular e pela expansão das obras de assistência social da comunidade rural fluminense.

3. É de nosso dever transmitir a Vossa Excelência a impressão causada pela "Missão" à população rural que em todos os lugares nos acolheu bem, mostrando-se agradecida ao seu governo que

A Sua Excelência o Senhor Comandante Ernani do Amaral Peixoto,
Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

que por tal forma se identifica com os anseios da massa trabalhadora procurando conhecer-lhe as dificuldades e prestar-lhe a necessária assistência espiritual e material, e, é reconhecedora dos benefícios decorrentes desse magnífico instrumento de penetração cultural -- as "Missões Culturais".

4. Relewa ainda notar que todas as autoridades prestigiaram nosso trabalho havendo os Srs. Prefeitos Municipais prestado toda a colaboração necessária.

5. Agradecendo a distinta honra que Vossa Excelência nos proporcionou de termos sido escolhidos para tal empresa em que colocamos sempre o melhor de nossa dedicação e de nosso entusiasmo cívico, apresentamos nossos protestos de profundo respeito e distinta consideração pessoal, e, de elevada admiração pelo seu honrado governo que dignifica a comunidade fluminense e exalta a grandeza do Brasil.

- Respeitosas saudações.

PAULO DE ALMEIDA CAMPOS

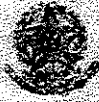
CEZAR LEAL PEREIRA

ESTER BOTELHO ORTEGA

ALCIDES LOURENÇO GOMES

JAYNE MARTIN PIETRO FILHO

ANEXO D



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO

das conclusões finais decorrentes dos trabalhos da 1ª. "Missão Cultural" organizada por iniciativa de Sua Excelência o Sr. Interventor Federal, Costa. Arnani do Amaral Peixoto, e que, no período de 19 de abril a 2 de maio do corrente ano, percorreu os municípios de Maricá, Seguresm, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo-Frio.

As presentes conclusões que se propõem a ser sugestões para futuras providências junto aos diversos setores da administração pública, constituem fruto de acuradas observações e palestras feitas pelos componentes da "missão" atendendo aos problemas sociais e econômicos dessa região fluminense e visando três aspectos - agrícola, fabril e de pesca.

Assim, igualmente, previstas nestas sugestões as providências referentes ao necessário equipamento pessoal e material das futuras "Missões", de modo a que alcancem maiores e melhores resultados imediatos para a elevação de nível da educação popular e para a melhoria das condições de vida e de trabalho da comunidade rural no Estado do Rio de Janeiro.

I

OBJETIVOS DAS "MISSÕES CULTURAIS"

- a) conhecimento mais próximo das necessidades, possibilidades e ideais da população, notadamente do meio rural;
- b) reabilitação moral e econômica das comunidades - rural e urbana - de modo a desenvolver uma ação de melhoria do meio e das condições de vida e de trabalho individuais e coletivos;
- c) melhor conhecimento do desenvolvimento cultural da infância e do ambiente socio-econômico da escola rural;
- d) elevação do nível de preparação dos mestres rurais;
- e) estudo das necessidades e ideais dos mestres da infância;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

- f) estudo da localização e necessidades materiais das escolas no meio rural, e, de criação de outras;
- g) criação de instituições escolares, notadamente pelotões de saúde, clubes agrícolas, centros cívicos, caixas escolares e bibliotecas populares;
- h) indagação dos problemas decorrentes do exercício de cada profissão;
- i) esclarecimento, orientação e promoção dos meios de facilitar a vida e o trabalho das populações rurais, utilizando-se, para tal fim, de palestras, cinema educativo, leituras, música e teatro;
- j) investigação dos problemas de saúde, especialmente a alimentação, as condições higiénicas das habitações e a situação sanitária do local, promovendo a necessária orientação e medidas tendentes à melhoria das mesmas;
- k) esclarecimento científico das questões de agricultura e zootecnia;
- l) observação das necessidades de assistência social em geral;
- m) orientação referente aos problemas de economia doméstica;
- n) formação de uma sã consciência cívica e política.

II

PROVIDÊNCIAS JUNTO DE SETORES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

- A) Conhecimento da situação deplorável da "Casa de caridade Dr. Octávio Vargas Filho", em Iguaçu, município de São Pedro d'Aldeia, ver cadafreio "depósito de doentes", exigindo providência de polícia sanitária.
- B) Estudar junto das Prefeituras de Maricá, Saquarema, São Pedro d'Aldeia e Cabo-Frio a possibilidade de instalação de sub-postos de higiene, respectivamente, em Barra, Sampaio Correia, Iguaçu e Araruama dos Rios, havendo em alguns destes casos para o sub-posto;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

= 3 =

são insuficientes os postos existentes ficando, além disso, muito distantes para o homem do interior.

- C) É de toda conveniência que, por intermédio dos postos de Higiene, seja aumentada na zona rural a vacinação anti-variolica e anti-tífica.
- D) Contribuir para as "Missões Culturais" com o fornecimento de vacinas, sêros e material de propaganda e educação sanitária, inclusive filmes.
- E) Estudar a possibilidade de enviar maior quantidade de material para os postos de Higiene de Maricá, São Pedro d'Aldeia e Cabo-Frio.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

- A) Oportunidade de ser subvencionada a Escola particular, ditama, que funciona na localidade denominada "Saco", município de Itaquarema, e a noturna dirigida pela professora diplomada Leidy Marinho Guimarães, em Iguaçu, município de São Pedro d'Aldeia.
- B) Necessidade de Bandeira Nacional a todas as escolas mantidas pelo Estado.
- C) Fornecimento às "Missões Culturais" de filmes educativos, impressos com letra do Sino Nacional, pequenas bandeiras nacionais de papel ou de pano.
- D) Diligências no sentido de ser aumentado nas escolas primárias e estaduais o número de centros cívicos, clubes agrícolas e pelotões de saúde.
- E) Investigação da necessidade de criação de escolas em "Capivara" e "Igarapipumã", município de São Pedro d'Aldeia.
- F) Necessidade de adjuntas para as Escolas de "Ponta Grossa", no Itaquirão, e "Praia d'Aldeia", em São Pedro d'Aldeia.
- G) Articulação da Inspeção das Escolas Típicas Rurais com a Prefeitura de Maricá no sentido de se concretizar a doação de terreno para a escola típica rural.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

- 2) Necessidade de mais assiduidade na inspeção das escolas típicas rurais (a E.T.R. de Aurora, município de Araruama teve, em três anos e meio de funcionamento duas visitas e, somente em 1941).
- 1) Comunicação ao professorado quanto aos objetivos das "Missões Culturais" e necessidade de colaboração por parte dos professores primários.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

- A) Fornecimento das "Missões Culturais" de sementes de geral, instrumentos agrários e fornecida para os clubes agrícolas, e, bem assim, cartazes, impressos e material de orientação agrônoma.
- B) Intensificação do serviço de orientação ao agricultor especialmente no que se refere às vantagens e preparação do adubo para os lavouras.

SECRETARIA ESTADUAL DE LINGUAGEM E PROPAGANDA

- A) Fornecimento das "Missões Culturais" de propaganda e educação pública, máquina fotográfica, filmes educativos, vitrolas e discos com canções folclóricas e patrióticas, impressos com o lema do Dia Nacional e da Bandeira, pequenas bandeiras brasileiras de papel ou pano e cartazes educativos, de modo geral.
- B) Divulgação de texto dos arts. 49 e 55 do Regulamento dos Registos Públicos (dec. 4.857, de 9/11/1939) com sua atual redação (dec. 13.556, de 30/9/43).

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

- A) Necessidade de um entendimento mais próximo da presidência central da L.B.A. com a Secretaria do Interior e Justiça no sentido de ser facilitada a execução de dispositivos legais por parte dos cartórios no que se refere ao fornecimento gratuito de certidões de registro civil, sugerindo-se, entre outras medidas, que os centros municipais da L.B.A. forneçam aos notários livro de registro e papel para as certidões.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

- B) Os centros municipais da L.E.A. deverão ser cientificados das relações das finalidades das "Missões Culturais" cujo trabalho está, em grande parte, ligado ao da L.E.A.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

- A) Deverão ser cientificados os Prefeitos Municipais quanto aos objetivos das "Missões Culturais" encorajando-lhes a necessária colaboração moral e material nessa obra de orientação espiritual da comunidade rural fluminense; a eles caberá indicar lugares em que poderá ser mais útil a atuação das "Missões" tendo em vista seu caráter de penetração pelo "hinterland".
- B) De modo a ir transformando em realidade a orientação educativa das "Missões Culturais" quanto a hábitos higiênicos, deverão as Prefeituras diferenciar no sentido de ser construída em cada sede de distrito e localidades de população superior a duzentas pessoas ao menos uma instalação sanitária ou local público e, do mesmo modo, em todas as escolas municipais e estaduais.

III

EQUIPAMENTO DAS MISSÕES CULTURAIS

- A) Pessoal - Cada Missão Cultural deverá integrar-se de: um educador, um sanitarista, um agrônomo, uma visitadora social, uma professora de ensino industrial e doméstico, um guarda sanitário, um cinematografista (que seja igualmente fotógrafo), um técnico em alimentação, um representante do IEB e um representante do DEIP.
- B) Material - Não poderão faltar a uma Missão: um carro próprio com gerador e tela para projetar filmes; um carro-transporte para conduzir material de propaganda e de consumo; filmes educativos, sementes, instrumentos agrários para os clubes agrícolas; cartazes educativos em geral, (de civismo, higiene, agricultura), impressos com letra do Hino Nacional e da Bandeira, bandeirinhas nacionais de papel ou de pano, vacinas, sêros diversos, material para pelo-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

pelotões de saúde /escova de dente, sabão, pente, lenço, tanquinho, colcha; uma vitrola e discos com canções folclóricas e patrióticas; livros para bibliotecas populares; uma caixinha para transporte do pessoal da "Missão".

IV

PLANO DE TRABALHO DAS MISSÕES CULTURAIS

Para melhor êxito dos trabalhos, deverá haver prévia articulação entre a chefia da "Missão" e os prefeitos, legisladores e professores estaduais de modo a serem determinadas as regiões a serem visitadas e de programação e execução.

Prévio entendimento com os professores e autoridades paratizará a organização de festivais e manifestações, nos quais se associarão os pais de alunos e pessoas vizinhas às escolas, o que dará oportunidade maior às palestras e exibição de filmes educativos.

Finalmente, deverá a "Missão" permanecer num município o tempo que julgar necessário de modo a poder, efetivamente, conhecer bem todos os seus problemas e exercer ação educativa sobre o maior número possível de pessoas do interior da zona rural, especialmente.

Witerói, 8 de maio de 1944.

A

ANEXO E

Minuto culturais

Dia 8 - Cantadas da Central às 12,33

Participamos Maria Luiza, M^{te} Aparecida, Dr. Cesar Real, Dr. Quarten, Sr. Pancher, Sr. Joel e Sr. Paquetos e em uma sessão a Espirito Dr. Saraiva. Deu-se então, por um dia inteiro tivemos que nos informar sobre o q' vivamos, pois o Deos trabalha muito bem.

Logo a tarde chegava a cidade de Itaguai. Havia uma das do Grupo formada então o grupo de estudantes de Física. Fomos recebidos pelo Sr. Prefeito e outras autoridades locais. Estava na sala de aula e Sr. Dr. Prefeito D. Oliveira. Pessoas simpáticas, mas não é lá fora a obra de Deus. É dirigida do Grupo Heliá Miranda - colega de Física. De lá fomos para a festa de saúde - com o Nacio sang.

de combate a malária. Interessante o trabalho e médicos entre brasileiros sempre estiveram mas não se deu a de São Paulo. O sub-chefe um homem alto, gordo, de 40 q' se sabe q' ele entende de assuntos. Café, Prefeitura, Biblioteca, interessante, tem as q' as obras de sala mas q' não são lidas. Para a biblioteca? tem necessarios livros novos. Programa da tarde noite. Que coisa engraçada. Um Deus fantasma. Isto é um, com uma deliriosa com ja. Foram as salas da Prefeitura. Tiveram todos inclusive Dr. Evaristo e Sr. Maria Camargo q' é o técnico de água. Tiveram mais os alunos, quase nada. Deu-lhes mais, mas q' uma coisa assim. Foi alta, fica-se angustiado por ele e embora forte de umas coisas dele fica-se tranquila q'do se

Quinta -

Levamos de volta ao Itaguai - todos os rapazes Paracian
q' haviam bebido

Acabamos a reunião Corva Grande. Ficamos dormin-
do em Corva Grande - com H. de F. Lúbor e de Fatima

Dia 3 - Quando nos cedo mas começamos a trabalhar às
9 horas - Visitamos a escola Estadual dirigida por D. Elvira
(uma professora viúva q' ela no interior há muitos anos e criou q'
foi em Corva Grande) - Há de aula até dezessete horas duas vezes
por dia. A adjuvta mora no Rio e vai diariamente. Fica bem in-
formada dela, parece dedicada - As crianças submetidas, alguma
vezem por hora e a escola passa a escola - Depois fomos à
escola Municipal Getúlio Vargas - Uma criança impressionante
na leitura ensina - Ela de casa e adoece na escola -
Prof. uma moçoinha criada por D. Elvira - Floris - Per-
bom e fazendo confusão as crianças.

Um outro local de Corva Falsa - Não gostei do modo p'q'
foi distribuído o material. Não confiamos
Antes de entrar na escola de Corva Falsa a um grupo de
trabalhadores sobre as necessidades da favela - analfabetos, ma-
laria - falar em a em seguida a decisão -
Almoço - Depois, entre tarde - quase 1 hora chegada à Itaguai
Grupos de alunos - Rodamos de sacos de milho - temos localizações distantes
Uma criança - 4 adjuvta - Uma criança mora em Itaguai - En-
tra comfista para voltar à Campos - Impressiona tudo do
ponto - Faltam p'q' as prof. dormem em jacintos grupos -
Não visitamos a Casa de Caridade tem expõe de doação
um hospital - Visitei ad B.F. 32 convocados - Faltam entre
organizadores, bem sustentados - Não há ficha de inquirição
social - Faltam feito pelo Prefeito em nome da prefeitura dele-
gar q' tem 8 filhos e duas viúvas em Itaguai -
Não há organização segura na cidade e ações nem

ensina a cidade. Vou à Igreja fazer o
São católicos todos. uma escola e ensina catecismo, ora
e abandona religião e ensina. O Padre é o mesmo o
Thomassini e Maria Antônia e assim impossível ir ao
mais distante. Rio de Itaquai e Coroa Grande - 3.
fos protestantes, Padre vai lá quase 2 uma vez ao por ano
fui com Sr. Luiz a uma quitanda tudo caríssimo uma
duzia de ovos R\$ 8,00. farinha R\$ 1,50 cada
fui com Sr. Leão a uma casa de pobres onde se barbeavam e
havia a maior promiscuidade e falta de higiene. Não as
seem, até isto ficou tudo isto em fumaça - 3 quartos, um sala, um
cozinha e um dos quartos apançava para servir a sua fa-
mília. Espirito. Houve paragem na Sr. Terangelina
falou a guarda ou chefe do Posto de Saúde de Itaquai
forti diluções como diz Sr. Dr. Sanfóles -
Sanfóles, sem intencionalidade. Dava uma causa boa, mas não a

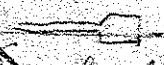
has - fume feliz em falar - gostaria de poder falar o 2 e passar
neste momento instantâneo, o juiz de teve uma 2 de pintura de Tinha feito
um grande discurso e um homem estava saindo ao seu lado
pode ter lido para o futuro -
Voltei a Itaquai - Depois da visita a L.B.H. - Jantar - Gostoso.
O Tente. Acordar de falar em Jacareí, 2 de chama de vinho Trilho.
Que parece de homem para ele? Parece um impressionar dois dias
quadrado em uma ele era muito amável. Fala de coisas sobre ele
é a irmã Paula de Jacareí, faz isso, faz aquilo. Como será
realmente? Lá há regras quanto a isto. -
Depois da visita e reunião em frente da Prefeitura - O Sr.
Do Proprio semichão foi feita a projeção na parede da
Prefeitura e mais falamos sobre a essa coisa de petróleo.
Da lição em Quatim e em Itatis o Sr. Prefeito fez 2 di-
sas pessoas do Jacareí de diferentes classes falarem as diferenças
entre os municípios.

Costei outra reunião - Volta a Coroa Grande onde chegaram
depois de meia noite - Nos dominicos depois de 2 horas
de espremeção de laranja e cum...
Notas: L. B. H. bem, todos em ordem, mas falta gente propo-
rada para o trabalho - G. Escobar bem orientado

Dia 10 - Saímos de Paracambi até atagados - Paracambi no
faz repicar até Paracambi em itaipava onde o novo
atagado aumentou - Visito a Escola Nacional Agrícola
(C. E. F. F.) Maravilhosa a escola, dizem q' no genero a 13 de
Jun de 1945 - Funcionaria integralmente em 1945
Ha uma Escola Estadual Estadual q' funciona por volta
de 1945 - Frequencia de 60 alunos - Filhos de gente pobre
mas imediata, sendo q' alguns pais trabalham na escola
Ha uma sala de simpatia - A diretoria manda a ensinar de
esta afiançar as crianças q' saem mais de 3 hila

outros - crianças pobres suas de bom aspecto -
dentro a professora nos tinha informado q' q' no
pau longe de um sem alunos no jardim e faz
outro a crianças nos informaram q' chupam laranças,
comem bananas etc.

Depois visitamos a Escola Municipal Hestor Guage
(na rua dos filhos do prefeito) - fica no est. Rio de Janeiro e uma escola
denominada Labref, trata como a laranja de um homem q' em 3 casa
orienta teve 43 filhos (dizem informaram deste 43 alguns em
uma laranja - De 3 filhos teve de 23 f) de escola de 1945 em
dados a professora a espremeção mas tem 5 filhos frequentando
esta escola para a esta trabalho - continuamos viagem na
barragem 64 de uma estrada a escola 4 de Itaipava - duas
professoras - dizem que ambas uma imigrante de uma
cidade de Portugal - que para as crianças ainda
estão sendo feitas de 1945 a 1945 - tem laranças e outros
trabalho e o resto da laranja são dadas q' fazem esta

mais longe.  Apresentou-me a vi sacra palmatária
fina tanta pena. Dadaa disstans e fanteiro de hinas, na qual eu mont
falei sobre a lancheta e fiz um pouco de moral. A prof. deu duas
das fillas e outras crianças para seu aluno e foleira lancha
e mais de 200 alunos se trouxeram sala maior. O lino mais
real, amavelmente levado e a não impediu q' a tua a fite
se. Ditoa para o bem. Espetou delicadamente a cometeo q' de se
q' havia p'rao modificação e q' nos ia nos cantar para q' a p'rao
um. Conversa um pouco com a filha da prof. e me deu a p'rao
de se p'rao p'rao e foleira aduante.

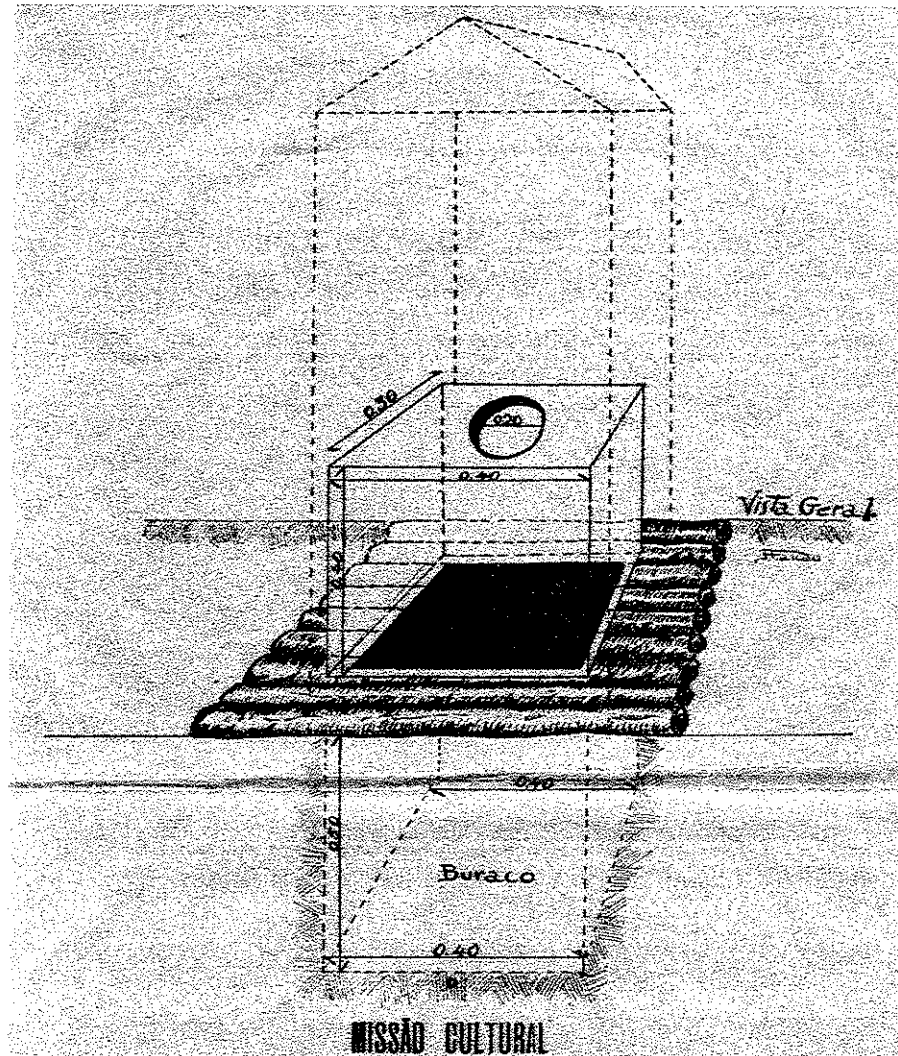
Dia 12 - Partida de boia grande - 3,40 - Viagem linda
até Itacuruba. (Antes de partir fui a casa da
Djanira que morreu durante a noite - Chua de flores
e se levada para o cemitério de Itacuruba.)
Depois de mais 12 ou 15 minutos chegamos a Itacuruba.
As crianças não pareciam. Sub. petalor
de rosas - o grupo dirigido por J. Francisco
estava todo presente. Parecia o Carfina estava na
estação. Um papagaio fino, bonito, foleira do inteligente.
Falei a nome chegada q' de Deus.
Forte do q' disse - O Quartel a p'rao - Fomos levadas
no batel passando antes na Igreja e depois a lancheta.
Interessante a entrada - um quadrado verde
de espas a fite - e tal admirativissimo, xoduviss
que. Sub. apenas alguns antes dos demais fite tem
e a Rio fite a p'rao geral da juventude.
Passo antes de embarcar pelas escolas (e sendo grupo

passamos em dois edifícios - sendo o primeiro Projeto de um grupo
de águas lindas, mas não fosse o

12-13 - Passos em direção a ambulância entre tanta fumaça de
fuder e fassio de águas lindas, gostei mesmo de ter ido a M. T. -
Dia 14 - Foi 3 de tarde em 10 horas encontro dos combalidos em
M. T. - Foi a noite e satisfeito com a estadia em M. T. e
encontrados com o hotel - Conversamos até com o Prefeito e
com o Col. Honório. Vou ver o amigo infirmos de M. T. -

Dia 14 - Chegamos à Mangaratiba em estação até junto o Prefeito, a
ma. Professora - O grupo é dirigido por D. Cordélia Fahl.
A 1ª impressão de Mangaratiba é dada por uma profusa
de educação física - tipo da menina "crente" com a
do jiu-jitsu - Fui que fui o chefe dos mestres tal
para fazer e o modo por q estava vestido -
As crianças fizeram umas evoluções e fomos nós a Prefeitura
foi o Prefeito foi feliz. Disse q não fazia discursos mas
que queria q os considerassem amigos e desta vez
Mangaratiba como nossa casa - gostei do modo dele
fomos ao hotel em melhor a uma casa q está sendo preparada
da casa do hotel e q foi especialmente preparada para os professores.
Ficamos em quartos imensos. Chegamos
causados para a noite bem satisfeitos. Um almoço grande e
grande jantar. Depois fomos conhecer a cidade. Gostei muito antigas e
interessantes. Um Sr. português prometeu nos dar dados sobre a mesma
vamos lá e chegamos - Voltamos para os quartos e outras coisas interessantes

ANEXO F



MISSÃO CULTURAL

(SETOR DEPARTAMENTO DE SAÚDE)

MODELO DE VASO E GABINETE SANITÁRIO PARA FOSSA ABSORVENTE

Este tipo de fossa serve para as pessoas de poucos recursos.

Consta de um buraco de mais ou menos meio metro de altura e de largura, *longe pelo menos vinte metros de poço e a dois metros acima do lençol d'água.*

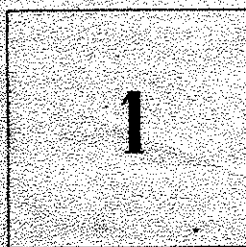
Colocar de vez em quando cal virgem dentro da fossa, e aterrá-la depois de algum tempo de uso, fazendo outra em lugar diferente e utilizando o mesmo vaso. CONSULTE A AUTORIDADE SANITÁRIA, ANTES DE CONSTRUIR A FOSSA

NÃO USAR FOSSA OU ESGOTO É ESPALHAR FEZES PELO CHÃO, OCASIONANDO A DOENÇA CHAMADA OPILAÇÃO OU AMARELÃO, DE CONSEQUÊNCIAS GRAVES.

ANEXO G

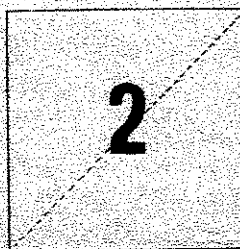
BEBO ÁGUA SÓ NO MEU COPO

O copo deve ser de uso exclusivo, afim de que pessoas doentes dele não se utilizem, porque usá-los de outras pessoas é correr o perigo de contrair doenças que pegam, tais como: a tuberculose, a gripe, anginas e outras.



Quem não usar bebedouro, copo ou caneca para tomar água, faça o seu copinho com PAPEL BRANCO, LIMPO E SEM TINTAS, tendo o cuidado de lavar as mãos.

Não sendo assim, é preferível não utilizar o copinho de papel.

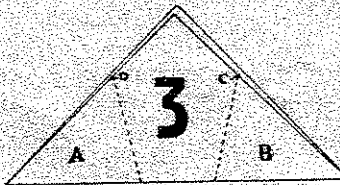


Preparar o papel de tamanho conveniente para impressão (22 centímetros de altura por 22 centímetros de largura).

2 - Dobrar o papel exatamente na linha de pontilhado.



4 - Dobrar os dois bicos, C e D, conforme a linha de pontilhado.



3 - Dobrar as duas pontas, A e B, em duas linhas com pontilhado, de modo que o bico de cada ponta fique na em C e o outro em D.



5 - Esta feita o copinho de papel.

(Distribuição Gratuita)

Serviço de Propaganda e Educação Sanitária — (Divisão de Higiene) — 1944
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO H

DECRETO N. 4 857 – DE 9 DE NOVEMBRO DE 1939

Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil

Art. 40 . Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade competente, passado mediante requisição do Juiz togado ou a pedido do Oficial do Registro.

Art. 55. Nenhuma declaração será atendida após o decurso do prazo estabelecido, sem despacho do juiz togado competente do lugar da residência do interessado e pagamento em selo federal, inutilizado no termo, da multa de 10\$000 (dez mil réis) podendo aquele exigir justificação, nos termos dos arts. 117 a 120 ou outra prova suficiente, quando for alegada a perda ou ausência de assento anterior, e tornando-se a mesma obrigatória, quando houver decorrido um ano do fato a registrar.

1º. A multa não isentará a responsabilidade civil e criminal decorrente da demora ou do não cumprimento das obrigações inerentes às declarações do registro civil.

2º. Quando o registrando tiver mais de 18 e menos de 30 anos, deverá o oficial comunicar ao Ministério da Guerra para o efeito do sorteio e serviço militar o ato do registro.

ANEXO I

DECRETO N. 13.556 – 30 DE SETEMBRO DE 1943

Modifica o decreto n. 4 857, de 9 de novembro de 1939

Art. 40 – Não será cobrado emolumento algum pelo registo civil, e respectivas certidões, das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade policial, do prefeito ou funcionário que este designar, arquivando-se o atestado no cartório que fizer o registo ou expedir certidão.

Art. 55 – Nenhuma declaração será atendida, após o decurso do prazo estabelecido, sem despacho do juiz togado competente do lugar da residência do interessado e pagamento em selo federal, inutilizado, à margem do assento, da multa de Cr\$ 50,00, podendo aquele exigir justificação, nos termos dos arts. 117 e 120, ou outra prova suficiente.

1º Será dispensada do pagamento da multa a parte pobre, nos termos do art. 40.

2º Será dispensado o despacho do juiz, nos casos de registo de nascimento fora dos prazos estabelecidos nos arts 63 e 64 quando o registando tiver menos de doze anos de idade.

3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, sendo o registando maior de doze anos, o juiz só deverá exigir justificação, ou outra prova suficiente, quando suspeitar da falsidade da declaração.

ANEXO J



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Secretário de Educação e Cultura

R E S O L V E,

considerar designado, a contar de 3 de novembro corrente, o professor (ensino pré-primário e primário), padrão "C", do Q.P., MARIA ODETE DE ARAUJO BRAZ, para organizar os programas do Curso Intensivo de Formação de Regentes de Escolas Primárias Rurais, do município de Cantagalo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em Niterói, 25 de novembro de 1952.

Frederico Schimatzky

Secretaria de Educação e Cultura
Serviço de Administração
NOTA

23 10 1953

Nedda

EMP.

Secretaria de Educação e Cultura
Serviço de Administração
Registrado a fls. 528
Niterói 22 / 10 / 1953
<i>Theresinha Amaral</i>